



Nuno Luís Madureira

Inventários

Aspectos do consumo e da vida material
em Lisboa nos finais do Antigo Regime

Lisboa

1989

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
BIBLIOTECA



31603

31603 - R -

Inventários

Aspectos do consumo e da vida material
em Lisboa nos finais do Antigo Regime .

Dissertação de Mestrado em
Economia e Sociologia Históricas
século XV - XX .

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Nuno Luis Monteiro Madureira / 1989.



INDICE DAS MATÉRIAS

| | |
|--|--------|
| Introdução..... | pp.5 |
| 1. O quadro de análise. | |
| 1.1. A beneficio de inventário..... | pp.9 |
| 1.2. Profissão e riqueza | |
| 1.2.1. O sector comercial..... | pp.21 |
| 1.2.2. A indústria, pesca e agricultura..... | pp.39 |
| 1.2.3. O sector de serviços..... | pp.47 |
| 1.2.4. Os níveis de riqueza..... | pp.59 |
| 2. Factores culturais e sociais do consumo. | |
| 2.1. O entesouramento de bens..... | pp.65 |
| 2.2. A higiene..... | pp.71 |
| 3. A evolução da oferta e da procura. | |
| 3.1. A situação do mercado no ano de 1777..... | pp.85 |
| 3.2. O algodão..... | pp.93 |
| 3.3. O linho..... | pp.105 |
| 3.4. As sedas e tecidos mistos de seda..... | pp.121 |
| 3.5. As lãs..... | pp.140 |
| 3.6. O mercado lisboeta: expansão ou contracção... | pp.148 |
| 4. Consumo e poder. | |
| 4.1. O consumo de tempo..... | pp.157 |
| 4.2. O consumo de objectos. | |
| 4.2.1. As peças de ouro e prata..... | pp.193 |
| 4.2.2. O guarda-roupa..... | pp.210 |
| 5. Hipóteses e problemas..... | pp.227 |

| | |
|---------------------------------------|--------|
| 6. Apêndice documental..... | pp.233 |
| 7. Anexo: a gestão da informação..... | pp.255 |
| 8. Notas..... | pp.277 |
| - Fontes e bibliografia..... | pp.327 |
| - Índice dos quadros e gráficos..... | pp.343 |

Introdução.

O ensaio erudito e a reportagem curiosa têm dominado os trabalhos sobre a história da vida quotidiana. Terra de ninguém, esta área de estudos chega por vezes a confundir-se com o repertório de pormenores, pequenos rendilhados do saber histórico que dão origem a uma "retórica do supérfluo". O lado exótico e espectacular da informação é sobrevalorizado, enquanto a ideia de tempo que informa a "vida quotidiana" é a de uma filigrana de acontecimentos independentes, ou até, em curto circuito interno.

Na fase inicial deste trabalho, a leitura dos ensaios de Marcel Mauss sobre as técnicas de expressão corporal, e sobre a economia do "dom", abriu caminhos para uma abordagem diferente dessa mesma problemática, renovando o interesse numa tentativa de análise aplicada. A ideia de um quotidiano socialmente marcado, ganhou consistência. Tratava-se então de examinar em que medida mecanismos de poder e estratégias de emulação social, não contaminariam todo o campo da vida pública e privada. O quadro da investigação foi adquirindo solidez.

Desde muito cedo se tornou claro que os corpos documentais geralmente empregues no estudo da vida quotidiana (fontes literárias e para-literárias) , além de sofrerem dos defeitos e qualidades inerentes aos discursos feitos na primeira pessoa do singular, apresentavam um carácter absolutamente segmentário, não permitindo a comparação no espaço e no tempo de fenómenos

de uma mesma natureza. Por outro lado, interessava-nos adoptar uma perspectiva em que os comportamentos , atitudes e hábitos dos indivíduos não surgissem aprioristicamente desligados das suas condições de subsistência. O objecto de investigação escolhido, foi assim, não a vida quotidiana, mas as infraestruturas materiais da vida quotidiana, os patrimónios dos agregados, suportes silenciosos para as rotinas e aventuras do dia-a-dia.

O trabalho histórico pode neste ponto ser assimilado a uma viagem: observar numa comunidade estranha , o modo de vida dos seus habitantes , o seu vestuário e objectos correntes, é algo a que nenhum viajante escapa, pois neste olhar reside toda a sedução de sair para o desconhecido. Simplesmente, uma viagem científica é organizada de forma bem diversa de uma excursão. Não está apenas em causa a capacidade de observação, a complexidade dos itinerários , ou a integridade e objectividade do relator. Algo de mais profundo separa as duas viagens. Num país estranho, o viajante tende a valorizar as diferenças pelo contraste imediato com os padrões de vida a que está acostumado. Constrói assim um quadro de anotações que toma inconscientemente por referência a sua própria pessoa, a educação e os costumes do seu país, ou seja, as diferenças em relação a uma identidade fundamental. Ao ver o outro , ele observa sobretudo uma imagem invertida no espelho.

Uma outra viagem é contudo possível: a viagem do antropólogo que parte para uma comunidade munido de uma grelha de leitura do real, isto é, de uma teoria das condições de visibilidade das coisas, e de um conjunto de expectativas perante o que pode vir a descobrir. Para ele, trata-se não apenas de observar o que

lhe é dado ver, mas de se confrontar com aquilo que escolheu examinar.

A este nível, a cultura material e o consumo, são objectos de análise com uma certa espessura. Determinismos económicos, sociais e culturais, entrecruzam-se numa rede cujos fios nem sempre se distinguem claramente entre si. Uma grelha de leitura operatória, tem por consequência de se desdobrar em níveis diferenciados de análise, construindo de diferentes ângulos o mesmo problema. Formalizando as relações entre os vários patamares, estamos a envolvermo-nos numa série de áreas afins como a história económica, história cultural, e história social. Tal procedimento, embora corra os riscos de ser pouco "especializado", é a única alternativa para descrever a complexidade de um fenómeno a que Mauss gostaria de chamar "facto social total".

Antes de iniciar a apresentação dos resultados deste trabalho, gostaríamos de expressar o nosso agradecimento a quantos nos ajudaram e apoiaram.

Em primeiro lugar, ao Prof. Dr. Vitorino Magalhães Godinho, e ao Prof. Dr. David Justino, cuja orientação no âmbito do Mestrado de Sociologia e Economia Históricas trouxe perspectivas enriquecedoras nas formas de pensar, e no tratamento metodológico da informação.

Ao Instituto Nacional de Investigação Científica, temos a agradecer a concessão de uma bolsa de investigação, sem a qual teria sido impossível levar a cabo este trabalho, particularmente a fase de levantamento dos dados.

Ao Instituto José de Figueiredo , e muito especialmente ^a a Sr. D. Maria José Taxinha, agradecemos todos os ensinamentos que pacientemente nos foram ministrados sobre tecidos antigos e técnicas primitivas de tecelagem, assim como certas pistas bibliográficas que se vieram a revelar extremamente úteis.

Gostaríamos ainda de expressar o nosso reconhecimento ao Prof. Dr. Jorge Crespo, pelos conselhos e sugestões sobre alguns dos temas desenvolvidos no capítulo "Consumo e poder", e também pela possibilidade de acesso à sua tese de doutoramento, ainda não publicada.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, será justo destacar o auxílio que nos foi prestado, das mais diversas formas, pela Dr. a Maria José da Silva Leal, na fase inicial deste trabalho, e, posteriormente, o apoio e o interesse da Dr. ^a Maria J. Mexia.

Uma última palavra para Maria Luisa Costa Dias , que fez a revisão destas páginas, e cujas críticas atentas ajudaram a melhorar a arrumação e a exposição das ideias.

I. O quadro de análise.

1.1. A beneficio de inventário.

Em 1899 Thomaz Pires publica na Imprensa Nacional os "Materiaes para a História da Vida Urbana Portuguesa"¹, uma colecção de documentos de várias proveniências onde se esboça uma panorâmica da cultura material nos séculos XVI , XVII e XVIII. É uma obra que respira um interesse simultaneamente curioso e erudito pelos pormenores mais recônditos da história : os tecidos os móveis e os objectos pertencentes a reis e rainhas , a nobres e altas dignidades. Thomaz Pires chama pela primeira vez a atenção para um corpo documental onde é possível estudar contextualmente as infraestruturas da vida quotidiana , seja no discurso da primeira pessoa (testamentos e correspondência particular) , seja como itens de conjuntos significativamente ordenados (inventários). Esta última fonte apresenta um valor histórico excepcional, pois devolve ao historiador a imagem do interior das casas , da actividade económica do agregado , e até, do alcance das suas relações pessoais. Referimo-nos é claro , a um tipo particular de inventários , arquivisticamente denominados inventários orfanológicos.

Apesar de já existir à escala europeia toda uma tradição de publicação e divulgação destas fontes , só muito recentemente , mais exactamente na década de 70 , os historiadores se renderam perante a extraordinária riqueza e complexidade dos dados neles contidos.² Esta mutação ficou sem dúvida a dever-se ao impacto da história quantitativa, da nova história económica , da

antropologia , e principalmente , a utilização de meios informáticos. É sob o signo dos cartões perfurados que as primeiras experiências têm lugar , desenvolvendo-se com os circuitos integrados da terceira geração , e consolidando-se na era da micro-informática. Não está somente em causa o dilatar das capacidades de trabalho do historiador, o aumento bruto da informação com que um só indivíduo pode lidar. A construção de um corpo de documentos numa fonte histórica , a emergência de áreas de problemática , e a fixação de uma grelha crítica sobre as condições de produção da fonte, foram absolutamente contemporâneas das novas potencialidades entretanto abertas com o tratamento automático da informação. A meta-linguagem dos programas e dos seus suportes, constituiu uma base heurística a partir da qual diferentes abordagens puderam ser pensadas. A este respeito, as investigações já realizadas são um bom exemplo de como os aparelhos técnicos e científicos redistribuem estratégias e prioridades no interior de uma disciplina.

*

*

*

Com os inventários várias áreas de estudo ganham consistência e autonomia : a análise do equipamento e da propriedade agrícola , os níveis de riqueza e da estratificação social , a cultura material e os mecanismos de crédito, destacam-se como as mais importantes. Tamaña variedade, espelha bem a diversidade

da informação contida neste tipo de documentos. Torna-se por isso necessário avançar algumas explicações, ainda que breves, sobre as condições de produção da fonte e alguns dos problemas da sua utilização em história económica e social.

A morte de um dos elementos do casal abre um ciclo de partilhas, inevitável caso os filhos sejam menores. No prazo teórico de um mês ³ o cônjuge sobrevivente, ou o responsável pela tutoria dos menores, é obrigado a requerer ao Juízo dos Orfãos da sua residência ⁴ a abertura de um processo de partilha dos bens. Qualquer tentativa de fuga a tão incômodo e dispendioso ⁵ auto surge desde logo votada ao fracasso; os familiares do defunto solidários com os menores, mostram-se sempre dispostos a recorrer à denúncia para evitar que os bens vão parar a mãos erradas, ou sejam pura e simplesmente desbaratados. Quando os rumores de situações ilegais chegam ao Promotor dos Orfãos, o recalcitrante é imediatamente intimado a dar início às partilhas no prazo de 48 horas. A alternativa é a prisão...

O processo começa com o auto de juramento dos herdeiros e com a nomeação de um curador responsável pela defesa dos interesses dos menores. De seguida, peritos avaliadores deslocam-se à casa, loja e outras propriedades do casal para fazerem a descrição/avaliação do património existente, item por item. Regra geral, as peças de ouro e prata vêm em primeiro lugar, depois o mobiliário, roupa, objectos de estanho cobre e ferro, géneros e instrumentos de trabalho, stocks depositados em lojas ou armazéns, propriedades e terras. O inventário termina com a declaração do dinheiro líquido ao tempo da morte e das dívidas

passivas e activas.

O ciclo fecha-se quando o Escrivão distribui os bens de acordo com a legítima definida para cada um dos herdeiros. O documento escrito que fixa todas estas etapas é depositado no Juízo dos Orfãos, respondendo no futuro pela integridade do património perante qualquer ameaça de delapidação. Ao tutor cabe agora administrar o "quinhão" atribuído aos menores, zelando para que este lhes seja entregue intacto, ou até acrescentado, quando atingirem a maioridade (25 anos) ou obtiverem Carta Régia de Emancipação. Através desta série de procedimentos legais, é assegurada a estabilidade do património no momento da transmissão inter-geracional.

No Livro Primeiro das Ordenações Manuelinas encontramos uma definição rigorosa das funções atribuídas às figuras intervenientes neste processo (curador, promotor, partidor, etc.), e também um conjunto de conceitos de direito sucessório (legítima, colação, terça, etc.). Ambos os aspectos irão permanecer em vigor até aos nossos dias, sinal, talvez, da profunda estabilidade do sistema de herança.

Se é possível raciocinar em termos do total monetário de fortuna (a soma das avaliações de todos os itens) e representar um indivíduo através da sua riqueza, convém não esquecer certos casos onde existem bens que não entram no cômputo geral, ou, para utilizarmos uma linguagem mais apropriada, que não vêm à colação.

Em primeiro lugar, destacam-se os bens vinculados cuja

transmissão é independente das partilhas ou da vontade do testador , passando necessariamente na linha direita descendente ao filho mais velho , neto , filho do promogénito , ou, faltando este, na linha colateral ao irmão ou sobrinho⁶ . O herdeiro está definido e há apenas que repartir o resto da herança - os bens livres.

Uma segunda situação é a dos prazos cuja nomeação em vidas está em nome de um dos filhos e não , como é vulgar , em nome de um dos cônjuges . O contrato de arrendamento da terra é transmitido à margem das outras partilhas , entendendo-se a nomeação em vidas como propriedade pessoal e portanto não fraccionável. Em termos de herança , este "falso vínculo" ilude o igualitarismo do sistema sucessório português , privilegiando um herdeiro em relação aos outros . É uma situação a todos os títulos excepcional , e muito pouco frequente na comunidade lisboeta⁷ .

Nos dois casos assinalados deparamo-nos com um problema : o património real da família não é descrito no inventário , mas apenas aquela parte que está legalmente sujeita a partilhas, havendo por consequência uma subestimação dos totais de fortuna virtualmente disponíveis ao tempo da morte. Como não temos hipóteses de reconstruir a unidade inicial , isto é , saber o valor dos vínculos e dos prazos não avaliados , torna-se muito difícil comparar estes processos "incompletos" com outros em que tudo o que existe é avaliado , e onde os quantitativos finais apresentam um índice de grandeza digno de confiança. Esta é uma primeira conclusão com óbvias repercussões metodológicas , como

veremos mais à frente.

Aos focos de perturbação apontados, há a acrescentar um conjunto de bens sistematicamente ignorados pelos avaliadores. Estão neste grupo o vestuário dos menores (considerado propriedade pessoal não partível), os animais domésticos, os géneros alimentares para consumo próprio , os livros que não chegam a formar uma biblioteca , e todos os objectos de baixo valor unitário (tesouras ,dedais, navalhas ,etc.) ou em estado de deterioração.

Se as distorções provocadas pela omissão destas classes de artigos são desprezíveis em termos de total de fortuna , há no entanto a lamentar a perda de preciosas informações, extraordinariamente úteis ao estudo da vida quotidiana.

Até aqui referimo-nos apenas a uma modalidade de partilhas , aquelas que têm lugar quando há orfãos menores no casal. Como se pode observar pelo Quadro 1.1. , esta não é porém a única condição legal que determina a abertura de inventário. Nas colunas 2 , 4 e 5 , por exemplo , os processos envolvem apenas pessoas maiores , e o auto apesar de semelhante na estrutura interna ao dos orfãos , decorre já na dependência de uma outra instituição , a Correição do Cível.

As três classificações , obrigatório , geralmente pedido e raro, significam respectivamente : um quadro legal compulsivo que obriga os herdeiros a inventário , um quadro legal não compulsivo mas onde as partes interessadas recorrem geralmente às instâncias jurídicas para mais facilmente solucionarem os problemas da

Quadro 1.1.

O ciclo familiar e a obrigatoriedade de realizar inventário para partilha de bens .

HERDEIROS SÃO :

| | Filhos | | Outros herdeiros | | |
|--|--|------------------|---------------------------------|----------------------|-------------|
| | pelo menos um filho menor ou ausente | todos maiores | pelo menos um filho menor | todos maiores | ausentes |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| cônjuge sobrevivente não se casa | obrigatório | raro | geralmente pedido | raro | obrigatório |
| cônjuge sobrevivente volta a casar passado um tempo | obrigatório | obrigatório | geralmente pedido | geralmente pedido | obrigatório |
| ambos os cônjuges morrerão | obrigatório | raro | geralmente pedido | geralmente pedido | obrigatório |
| segundo casamento e seguintes | obrigatório | obrigatório | obrigatório | obrigatório | obrigatório |

herança, e , por fim , a deliberação das questões sucessórias pelos próprios interessados sem intervenção exterior.

Na situação em que todos os filhos são maiores (coluna número dois), a comunidade de bens no interior do agregado doméstico pode continuar tal como estava antes da morte de um dos cônjuges por tácito acordo entre as partes. A condição necessária para a perpetuação do casal é que o pai ou mãe vivo não contraia segundas núpcias. Qualquer tentativa dos viúvos no sentido de refa-

zerem a sua vida e voltarem a casar , cria logo suspeições de extravio e delapidação dos bens por intrusos , pelo que se impõe a realização de inventário e a distribuição das roupas, propriedades , dinheiro e outros bens , pelos filhos. Segundo as normas em vigor, o viúvo é automaticamente desapossado de pelo menos metade da riqueza (a legítima do falecido é repartida equitativamente pelos descendentes) , representando por consequência a decisão de novo matrimónio um sério abalo nos rendimentos e na estabilidade do agregado.

Até que ponto tal moldura jurídica tem repercussões nas estruturas demográficas e nas dinâmicas dos ciclos familiares, essa é uma questão que está ainda por esclarecer.

A legislação pombalina vai actuar concretamente neste domínio, tomando sobre si a defesa dos filhos contra os viúvos casadoiros. Passa a ser estritamente proibida a comunicação de bens de um casamento ao seguinte , entendendo-se que cada desponsório dá origem a uma comunidade económica inteiramente nova :

" Estabeleço que todo o pai de familias que casar segunda vez tendo filhos do primeiro Matrimonio, seja obrigado a fazer Inventário dos bens móveis ,semoventes e de raiz , e acções , que tiver ao tempo do dito segundo Matrimonio ,e a segurar com caução de indemnidade as legítimas que nos taes bens tocarem ao filho do primeiro Matrimonio (...) Prohibindo , como prohibo, a comunicação dos referidos bens pelas segundas Nôpcias."8

Todas as medidas reformadoras do pombalismo versando a família e o regime sucessório vão repisar esta tecla. Procura-se a desqualificação dos concorrentes possíveis à herança em favor dos sucessores directos , visa-se a rápida reconstituição de novos agregados depois da morte do pai, evitando a dispersão do patri-

mónio (muito especialmente quando esta ocorre em benefício da igreja) ⁹ . Assim , a ideia de família que perpassa a legislação deste período é a de família nuclear resultante do primeiro casamento ; hierarquizada , estável e institucionalmente enquadrada. E dentro deste contexto que podemos compreender a saga reformadora dos Juízos dos Orfãos entre 1757 e 1772 , procurando ¹⁰ aumentar a sua eficácia , operacionalidade , e controlo social .

Para o cabeça de casal com filhos menores se desembaraçar limpamente da obrigatoriedade de inventário, uma única solução é possível: alegar escassez de recursos pedindo que seja lavrado um auto de pobreza. As palavras de Francisco Barboza , residente na Rua do Almada , e com uma sege de aluguer no terreiro, são elucidativas :

" (...) e porque todos os bens , que se achão no Casal do Supplicante por obito da dita Sua mulher consistem , em huma cama, em que dorme com seos ditos filhos, por naõ haver outra, huma caixa velha, em que recolhe os trapinhos de seu uzo e dos seos filhos, huma sege, e dois machos, naõ há bem de raiz, nem dinheiro (...) pede que se naõ faça inventário para evitar a despeza (...) pois com ela se diminue o pouco que existe. " ¹¹

Como é usual nestes casos um certificado do pároco de freguesia comprova as declarações do suplicante. O juiz, desconfiado, não atende porém às razões invocadas, e ordena a prossecução do inventário. Em outros dois casos por nós estudados em que também há um pedido de auto de pobreza indeferido pelo juiz , os argumentos invocados repetem a mesma ideia de ausência de bens de raiz , de dinheiro , de objectos de prata , bem como as dificuldades sentidas na subsistência diária. A ideia de "pobre" veiculada pelos depoimentos é a da canalização de todos

os recursos para as despesas do dia-a-dia sem hipótese de acumulação de reservas de valor. Não ter o suficiente equivale a não ter dinheiro para poupar.¹² Em termos quantitativos os autos indeferidos vêm a revelar níveis de fortuna de 88\$790 , 207\$840 e 384\$105 réis ,¹³ ou seja , muito abaixo dos plafonds de riqueza da época.

Num outro tipo de documentos , as folhas para cobrança do imposto da décima , o adjectivo "pobre" é também empregue para qualificar , aqui e ali , determinados estados de penúria. Manoel Correia de Almeyda , artífice com estabelecimento à Rua Direita da Esperança , recebe por exemplo essa classificação pelos arroladores do imposto no ano de 1781 ("mestre violeiro pobre") . Três anos mais tarde virá a falecer a sua mulher, deixando filhos de menor idade. Ao arranjador de instrumentos musicais não passa pela cabeça a alternativa de pedir isenção de inventário . No entanto, a soma dos poucos trastes guardados em casa e na loja ficará aquém dos 198\$000 réis.¹⁴ Mesmo rodando o ponto de perspectiva onde se colocam os actores, os indicadores de pobreza continuam muito vizinhos. A articulação deste friso disperso de informações leva-nos a admitir que nos finais do século XVIII e princípios do século XIX um indivíduo com total de fortuna inferior a 400\$000 réis tem toda a probabilidade de ser considerado " pobre" pela comunidade. Abaixo dos 200\$000 o estigma da miséria é praticamente certo.

Esta hipótese é corroborada por uma investigação recente sobre os inventários da região de Monsaraz durante a primeira metade de oitocentos, da autoria de Maria Manuela Rocha. O

cruzamento nominativo com a pauta para Procuradores da Câmara, permitiu detectar três pessoas classificadas nesta relação como "pobres". Os níveis de fortuna respectivos são de 335 , 142 e 48 mil réis, valores situados dentro do intervalo por nós delimitado.¹⁵

Teremos oportunidade de voltar a esta questão no próximo capítulo. Por agora importa verificar se , uma vez que há a possibilidade dos escalões com menores recursos se eximirem à realização de inventário no juízo competente , não corremos o risco de trabalhar com uma fonte que adultera a estrutura social e profissional da sociedade , substituindo-a por um simulacro da realidade.

A presente investigação abarca uma amostra de 372 inventários seleccionados em três intervalos de tempo (1740-50 , 1780-86, 1821-27¹⁶) segundo determinados parâmetros¹⁷ . A informação relativa ao período de 1740-50 revelou-se bastante escassa - apenas 49 processos recenseados - pelo que o âmbito da sua utilização se limita a certas sondagens, sendo os dados tratados ao nível do estudo de casos. Como vimos, só com o marquês de Pombal se procede à reforma dos Juízos dos Orfãos de Lisboa. A desorganização reinante no período anterior a 1757 cria um vazio à¹⁸ investigação pela escassez de processos.

Apesar de muitos inventários possuírem documentação anexa onde é descrita a ocupação do cabeça de casal (testamento , contratos, papéis notariais) , em muitos casos foi necessário recorrer ao cruzamento nominativo com as décimas para conseguirmos aquela

indicação. Como seria de esperar os resultados vieram a ser bastante proveitosos para o período de 1780-86 (apenas 10 processos ficaram por classificar) , e praticamente nulos para o período de 1821-27 (30 processos por classificar). Dos 372 inventários iniciais ficámos portanto com 330 onde consta a referência profissional. E este o corpo principal da amostra.

Voltando à questão antes colocada , relativa à representatividade social destas fontes, os inventários de Lisboa não parecem reflectir limpidamente a imagem da cidade , nem reproduzem integralmente a diversidade e hierarquia do mundo do trabalho.¹⁹ Comparando os agrupamentos profissionais da amostra de 1780-86 (aquela que é mais fiel ao universo de informação da fonte) com os agrupamentos realmente existentes na capital²⁰ constatamos que há uma nítida sobrerrepresentação de certas camadas mais elevadas - 1,9% dos negociantes, 1,6% dos mercadores das cinco classes e 1,20% das profissões liberais e de serviços - e uma subrepresentação dos grupos inferiores - pequeno comércio (0.80%), artífices (0.40%) ,trabalhadores de transportes (0.32%), trabalhadores agrícolas (0.17%), criados(0.02%).

Este ponto obriga a alguma prudência nas conclusões extraídas da investigação . Elas sujeitam-se , também , ao benefício de inventário.

1.2. Profissão e riqueza.

1.2.1. O sector comercial.

A reconstrução de estruturas e hierarquias sociais não pode ser um empreendimento independente da reconstrução das coordenadas espaciais e temporais que lhes dão corpo e substância. De nada nos servem categorias com elevado poder explicativo e escassa realidade sociológica. Ora o primeiro passo para a apreensão de um tecido social , económico, ou demográfico , é o indicador profissional , que identifica e posiciona num quadro estável de representações determinado indivíduo. Esse indicador constitui de algum modo a linguagem social das fontes históricas , sendo portanto instrumental quanto às finalidades , contextual quanto à significação , e pouco atreito a quaisquer padrões de estandarização.

Aos olhos dos próprios actores a pertinência do vocabulário sócio-profissional é sempre relativa a um conjunto de factores : o meio geográfico , as dinâmicas mais abertas ou mais fechadas de mobilidade social , o grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho. Neste sentido, o vocabulário faz parte de uma paisagem mais vasta , imersa , cujo relevo só é compreensível pelo exercício de um trabalho crítico. Trata-se em suma de uma informação e não de uma variável.

A propósito dos grupos vocacionados para as actividades comerciais da capital , Borges de Macedo sublinha que " a sua discriminação , feita no sentido da cobrança da Décima , não revela uma tão cuidadosa e precisa especialização , como sucede

na indústria. Pelo contrário uma parte sensível do conjunto aparece mencionada em termos demasiado gerais , cuja função comercial não se define bem (mercearia , tenda, negócio, loja etc.) ou tem aplicações múltiplas. " ²¹

Seria interessante saber porque é que a opacidade do vocabulário social incide particularmente sobre as profissões ligadas ao comércio , e não em outros sectores como a indústria , os serviços , ou os cargos administrativos.

O problema parece colocar-se não só ao nível da terminologia mais ou menos rigorosa dos documentos , da verosimilhança entre linguagem e real , mas ao próprio nível do conceito de profissão tal como o entendemos no mundo industrializado de hoje.

Qualquer taxonomia das ocupações é unifuncional . Unifuncional , no sentido em que faz corresponder a cada pessoa uma e uma só posição no quadro (muitas vezes hierárquico) das actividades. Nada há a obstar a uma grelha deste tipo quando os modelos de estruturação da sociedade são decalcados do paradigma Smithiano da indústria de alfinetes , cumprindo cada trabalhador uma tarefa especializada. No entanto , as comunidades de antigo regime apresentam uma realidade mais complexa , multifacetada, e onde o grau de especialização e especificação profissional é geralmente baixo. ²² Formas híbridas de trabalho coexistem com estruturas rígidas de distribuição de tarefas, direitos e deveres. Antes de utilizarmos na sua pureza cristalina o conceito de profissão , ²³ algumas questões devem ser colocadas.

A imprecisão do voculário é um bom ponto de partida . Sigamos de perto um caso concreto passado com os colectores da décima de maneios da freguesia de Santa Maria Maior no ano de 1780. Ao fazerem a ronda atravessam a Rua Direita da Conceição inscrevendo no número 78 um comerciante - Caetano Alves - sob a rubrica "com bacalhao", e atribuindo-lhe o pagamento de \$480 réis de imposto. Lojista modesto , ele deixa ao tempo da morte um pequeno património de novecentos e cinquenta mil réis²⁴ . Mais à frente , na Frontaria da Ribeira , número 76 , Manoel Gomes Ferreira paga 3\$200 , cabendo-lhe no entanto a mesma designação: " com bacalhao". Ao consultarmos o processo de inventário encontramos 48 pessoas que lhe são devedoras de dinheiro , repartidas por 19 localidades diferentes :

| | |
|-----------------------|---------------------------|
| Lisboa - 11 | Figueiró dos Vinhos - 1 |
| Santarém -6 | Conv. do Monte Olivete -1 |
| Elvas - 5 | Guarda - 1 |
| Tomar - 4 | Coimbra - 1 |
| Celorico da Beira - 3 | Vila Franca - 1 |
| Covilhã - 3 | Azambuja - 1 |
| Vila Viçosa - 2 | Tancos - 1 |
| Benavente - 2 | Torres Novas - 1 |
| Porto Alegre - 2 | Castelo de Vide - 1 |
| (Portalegre) | S. Romão - 1 |

Com outros sócios Manoel Gomes Ferreira ajusta ainda "partidas de navios inteiros de Bacalhao " , e a sua fortuna em 1782²⁵ estima-se na casa dos vinte e dois contos e setecentos.

Sob um mesmo qualificativo , agrupa-se o pequeno lojista incrustado no espaço da freguesia e o comerciante com sede em Lisboa mas que se infiltra por um hinterland cada vez mais vasto, e é senhor de uma riqueza considerável. O indicador profissional funciona aqui como uma máscara. Podemos assinalar na

amostra recolhida cinco casos referenciados por designações igualmente imprecisas nos quais se detecta uma articulação com mercados regionais , preferencialmente situados no Ribatejo , Alentejo e Beiras. Na capital possuem um ou dois estabelecimentos abertos , para além , é claro, do armazém.

Ao contrário dos homens de negócio matriculados na Junta do Comércio, que transacionam hoje vinhos e amanhã tecidos , o lema destes comerciantes parece ser a unidade do produto na diversidade dos mercados.

Se passarmos para um outro género de expressões - "vive do seu negócio" , "vive de seu negócio e fazenda", etc. - verificaremos que a diversidade de situações é ainda maior. Debaixo deste imenso tecto alberga-se o arrendador de marinhas de sal, o vendedor e especulador de géneros ("vive de seu negócio em trigos , por exemplo) , ou até, o criado de servir forçado a mudar de emprego e a arranjar uma ocupação depois da morte do seu senhor.

Torna-se evidente a inoperância do vocabulário social das fontes históricas como ponto de partida para uma análise das profissões ligadas ao sector comercial. Perante este obstáculo uma alternativa possível seria adoptar como princípio axiológico a oposição entre grossistas e retalhistas , tentando depois discriminar vários níveis no interior destas categorias. Mas será verdadeiramente a dicotomia grossista/retalhista uma pedra de toque para a análise dos grupos comerciais lisboetas ? Que territórios económicos e sociais estamos a delimitar ?

Se recordarmos as palavras do mais célebre dos tratadistas

portugueses dos principios do século XIX , Manoel de Almeida Lobão , somos tentados a aceitar o valor operatório da dicotomia. Ela remete-nos para uma diferença de estatuto económico , mas mais do que isso , para uma diferença de estatuto social. Segundo o autor do "Tratado Prático de Morgados" , todos os negociantes matriculados na Junta do Comércio e grossistas são por inerência nobres.²⁶ O critério selectivo para a promoção social das gentes oriundas da actividade mercantil passaria assim pela distinção básica entre os sectores de "grosso trato " e os retalhistas.

Para compreendermos as palavras de Lobão , ou as de um outro tratadista que produziu alegações semelhantes - Luis da Silva Pereira²⁷ - temos de nos situar na conjuntura vivida por ambos os autores. Eles assistiram à meteórica ascensão de várias gerações de negociantes durante o consulado pombalino , e à consolidação das suas posições durante o reinado de D. Maria. Amoedando experiência e capitais , nomes tão importantes Como os Machados , Cruz , Oldemberg , Quintela e outros, vão incubar no interior do aparelho de estado , acumulando contratos e concessões a título de privilégio , cargos de primeiro plano , para finalmente se guindarem às dignidades mais elevadas da fidalguia. Vários autores acentuaram já o papel do pombalismo , ao catapultar para a ribalta da cena económica estes homens , e ao enaltecer²⁸ o valor social das profissões ligadas ao grande comércio .

Ora é exactamente a pensar nos nomes acima citados que Lobão enuncia a equação de grossista + matriculado = nobre. As promoções sistemáticas a Fidalgo da Casa Real , Cavaleiros de Cristo,

ou até aos Titulos de primeira nobreza , consagradas pela monarquia na segunda metade do século XVIII , precisavam de ser justificadas. A sua tradução num princípio juridico assume a função de um discurso legitimador; converte determinada conjuntura em regra universal. Em abono das ideias expostas é apenas possível citar a Lei de 30 de Dezembro de 1770 onde se proclama que ministros e oficiais da Justiça , Fazenda , ou da Guerra ,²⁹ podem , sem quebra da sua qualidade , negociar no comércio . A especulação jurídica ergue-se sobre uma base muito pouco estável. Ao contrário do que Lobão dá a entender , não há na realidade um automatismo social no recrutamento dos membros de uma ordem da sociedade a partir do comércio . Só a extraordinária fluidez do conceito de nobreza , no qual estão aliás englobados todos os habitantes do Algarve e todos os possuidores de mais de 10 acções das companhias do Estado , permite o desenvolvimento do seu raciocínio. Nenhuma confusão pode no entanto ser feita entre as fronteiras de um escalão juridico de reduzido alcance pratico, e³⁰ a delimitação de uma ordem dentro da sociedade .

Se , como vimos, a oposição retalhista/grossista não pode ser transposta para o plano social , a sua legitimidade ao nível económico está ainda por averiguar.

A realidade das elites lisboetas ligadas ao comércio nos finais do século XVIII e principios do século XIX parece apresentar uma complexidade maior do que geralmente se supõe.

Tomemos como simbolo desta complexidade um exemplo "vivo". André Ferreira Braga (apresentado no auto de abertura do inven-

tário com a designação bem expressiva de "Negociante e Mercador da Classe de Retroz") , junta a venda de tecidos num estabelecimento fixo da capital, com o comércio à distância em direcção a S. Petersburgo e Estocolmo (vinhos), e à Bala (sedas).³¹ Onde começa o grossista e acaba o retalhista é difícil de dizer. Mercadores que vendem artigos com alto valor unitário (sedas , por exemplo) necessitam de uma grande capacidade de encaixe das dividas activas , de um fundo alargado de maneio para a rotação dos stocks, e de um investimento inicial considerável. Como lembrou Werner Sombart³² , este tipo de comércio propicia a formação de capital intensivo. E a acumulação de capital pode, a partir de certa altura deslocar-se da área inicial para outras áreas de investimento (tanto mais que aos mercadores das cinco classes só era permitida a abertura de um único estabelecimento).

Uma constante dos inventários das elites comerciais é esta procura de diversificação de centros de interesse económico. O dinheiro não circula aqui num labirinto fechado mas desmultiplica-se por um sem número de áreas. É possível encontrar o dono de dois estabelecimentos de mercearia , um mercador de lã e seda, e três negociantes, envolvidos em várias sociedades de arrendamento de comendas, e na arrematação de contratos para a cobrança de rendas da igreja e do estado. A actividade puramente comercial não é abandonada mas antes se combina com as novas iniciativas. Francisco Martins de Almeida , por exemplo , reparte a sua atenção entre o comércio regular de fazendas e vinagres para o Brasil, as sociedades detentoras dos contratos de Angola e das Novas Licenças da cidade de Lisboa ,e vários empréstimos de dinheiro a juros³³ . Toda uma rede cruzada num só indivíduo. O

mercador de lãs e sedas Antônio Luis de Sousa, desembolça entre Janeiro de 1816 e Janeiro de 1819 quase nove contos de réis para o contrato do pescado de Aveiro , e arrendamento das comendas de Pombal, S.Bartolomeu e Cantanhede ³⁴ .

Os cabedais transbordam de áreas comerciais com uma certa especificidade para novos terrenos. Doação de dinheiro a risco , aquisição de títulos fiduciários, empréstimos sobre penhores ou a juros , compra de bens de raiz (e até , no caso de um estancieiro, compra de cargos) são outras tantas áreas de eleição.

E sintomática a ausência da indústria nesta listagem. A diversificação de investimentos encaminha-se para o sector financeiro , fundiário e especulativo , sem se deixar atrair pelas potencialidades do desenvolvimento industrial. ³⁵ Se esta conclusão não pode ser extrapolada do contexto em que trabalhamos , sob o risco de tomar uma amostra pelo universo de observação , ela deixa contudo uma hipótese em aberto : o relativo isomorfismo do sector comercial em relação à indústria, com a preferência pela drenagem dos capitais acumulados para as áreas financeiras ou fundiárias onde a margem de risco é menor ³⁶ .

Lidamos pois com uma ramificação a meio gás , que não atravessa obliquamente todos os sectores. Ao reconhecer este dado não estamos a invalidar o quadro problemático de partida : o de uma estrutura patrimonial complexa, onde a classificação sócio-profissional não pode ser reduzida aos componentes exclusivamente comerciais , mas tem de levar em linha de conta a variedade das áreas constituintes da riqueza. Ter ou não ter loja aberta (

único critério válido para separar o retalhista do grossista) é um indicador relativamente secundário neste contexto. Como tipo ideal, a oposição entre o negociante de grosso trato e o lojista aberto ao público pode ajudar a compreender certos viveiros de actividade económica. Mas como categorias descritivas estas duas classificações apontam indubitavelmente para uma falsa fronteira. É agora tão importante sublinhar aquilo que as opõe como aquilo que as une.

A dinâmica do comércio lisboeta nos finais do antigo regime parece desajustada da linguagem social consagrada pela tradição. Os nomes já não aderem perfeitamente às actividades ; surgem hiatos por preencher , velhas antinomias fossilizadas , cortes transversais em relação ao sentido unidireccional das profissões³⁷ .

Face à necessidade de estruturar a informação contida nos inventários , começámos por isolar em primeiro lugar os grupos com uma certa especificidade : mestres pilotos rodados nas carreiras mercantis de navios , sectores dedicados a actividades comerciais de vária natureza (seges de aluguer , caixeiros, indivíduos com ocupação no terreiro) , e ainda os aguadeiros, cujos baixos níveis de riqueza lhes conferem um lugar de destaque na amostra. Isolámos ainda uma outra classe , onde estão englobados tendeiros, taberneiros , e pequenos lojistas. Alguma imprecisão desponta aqui; merceeiro é simultaneamente o dono de uma mercearia , e aquele que lhe soube acrescentar uma casa de bebidas ou uma fábrica de fazer pão. Além disso, fenómenos de

dupla ocupação começam também a surgir : um vendedor de artigos de quinquilharia desempenha a título privado o trabalho de barbeiro , enquanto um outro tendeiro junta a venda a retalho com o aluguer de seges na praça.

Apesar destas "ambiguidades" , a estrutura patrimonial dos lojistas apresenta, como veremos , uma grande simplicidade. Os totais de fortuna não se elevam nunca acima dos três contos de réis, sinal de que as hipóteses de acumulação da riqueza são poucas.

Depois de estruturados estes agrupamentos em que o vocabulário sócio-profissional descreve realidades funcionais objectivas, entramos no universo polimorfo e caleidoscópico dos negócios. A impossibilidade de tomar a linguagem como um separador levou-nos a eleger um outro critério para efeitos de classificação : o total de fortuna patrimonial.

Foi estabelecida uma classe central , partindo da média e achando os seus limites superiores e inferiores, no caso vertente, 34.935\$450 e 9.118\$294 réis. ³⁸ Três tectos de riqueza limitaram assim outros tantos escalões :

Grandes comerciantes - total de fortuna superior a 34.935\$450
Médios comerciantes- total de fortuna entre 9.118\$294 e 34935\$450
Pequenos comerciantes - total de fortuna inferior a 9.118\$294

Tomando como ponto de referência as sete classes constituídas (ver quadro 1.2.), importa agora definir uma metodologia capaz de descrever as relações entre os agrupamentos. A análise factorial discriminante é uma técnica da estatística multivariada que se ajusta perfeitamente à natureza dos dados dos inventários e

Quadro 1.2.

Relação das profissões
do sector comercial.
(1780-86 e 1821-27)

| GRUPOS | NÚMERO DE CASOS | PROFISSÕES |
|--------------------------|--------------------|---|
| Grandes Comerciantes | 13 | homens de negócio(9) , mercador de lã e seda(2) com loja de bacalhau(1) , com negócio de mercearia(1) |
| Médios Comerciantes | 22 | homens de negócio(10) , mercador de lã e seda (1) estancieiro(1) , com bacalhau (1) , com vinhos(2) vive do seu negócio (1) , mercador de livros (1) mercador de fanceria (1) , com negócio de lenhas (1) vende carnes (1), vende livros (1) ,mercador fanceria(1) |
| Pequenos Comerciantes | 25 | homens de negócio(5) , armador(2), contratador vinhos(1) com loja de bebidas (2) , mercador lençaria(1) vive seu negócio em trigos (1) , vive seu negócio (2) mercador de capela (3) , rebatedor(1), com bacalhau(1) com loja de grossista (1), comerciante da praça (1) mercador retrozaria(1) , com loja de linhos (1) , mercador de vinhos (2) |
| lojistas | 35 | com mercearia(7) ,com tenda ou lugar(10),com taberna (4) com loja de quinquilharia (1),com loja de ferragem (2) com assougue(1) , casa de pasto (2) ,droguista (1) venda de cal(1) , venda de azeite(1) ,com bacalhau (1) com loja de bebidas (1) , com negócio (1) ,com carnes(1) com loja de docaria (1) |
| serviços comerciais | 7 | com seges de aluguer (3), com ocupação no terreiro(3) caixeiro (1) |
| aguadeiro | 3 | aguadeiro(3) |
| capitão de navios | 3 | mestre piloto (2) mestre piloto de El-Rei(1) |

permite , a um tempo , descrever e sintetisar , essas rela-
39
ções.

Apartida dispomos da descrição e avaliação de todos os bens de um agregado. Se estruturarmos essa massa de itens segundo as suas afinidades econômicas e sociais , poderemos converter as observações em grupos de variáveis e representá-las pelo respectivo valor monetário. Estamos no fundo a decompor a riqueza num número Y de componentes significativos. Vejamos quais:

1.Dividas activas - engloba todos os pagamentos de rendas em atraso ,dividas simples de dinheiro emprestado sem juros ,dividas de serviços prestados, ou géneros fornecidos a clientes(no caso do comércio), letras de câmbio e quotas de participação em sociedades. 40

2.Dividas passivas - idêntico às activas , mais as letras de risco , e dinheiro a juros ou sobre penhores.

3.Recheio da casa - compreende o trem de cozinha (cobre, latão, ferro, estanho) ,a roupa da casa , o vestuário, o mobiliário , a livraria , a louça e os cristais, os relógios de sala ou de parede , e os pianos.

Os equipamentos de transporte que faziam inicialmente parte de uma rubrica separada foram englobados no recheio da casa , devido à relativa raridade deste tipo de bens.

4.Bens de raiz - compreende prédios rústicos , terras ou quintas, pardieiros ,etc. , seja qual for a modalidade de posse jurídica da terra.

5.Metais preciosos - objectos de prata, de ouro e outros metais ou pedras preciosas. (inclui os relógios de algi-beira).

6.Juros- engloba todas as formas de investimento das quais resultam juros fixos ; a saber: empréstimo de dinheiro, títulos fiduciários, e acções. Após alguma reflexão foi decidido juntar nesta rubrica também os juros não fixos: empréstimos sobre penhores e letras de risco.

7.Géneros - todas as mercadorias para venda com excepção das descritas no ponto 9. 41

8. Géneros de raiz e alfaias - produções da terra cuja exploração reverte para o casal , sejam para venda , sejam para

consumo próprio. E ainda as alfaías agrícolas .

9. Instrumentos de trabalho - ferramentas , equipamentos e utensílios de trabalho para utilização profissional.

10. Gado - muares ou equídeos para transporte pessoal , ou este e outros tipos de gado para exploração agrícola.

11. Dinheiro - dinheiro existente ao tempo da morte segundo as declarações do inventariante.

12. Diversos - todos os objectos raros e bastante específicos não compreendidos no ponto 3 (rabecas, violas, óculos com armação de ferro , armas de fogo , etc.). Engloba ainda a avaliação dos escravos e escravas.

Para a análise discriminante as doze subdivisões são variáveis numéricas capazes de representar as características da estrutura patrimonial de um inventário.⁴² A este conjunto acrescenta-se uma variável qualitativa (a profissão) que indica o grupo de afectação de determinado indivíduo. Pretende-se assim saber qual o sentido e quais as implicações da arquitectura de classes profissionais; o que as separa , o que torna pertinente a divisão.

Podemos falar de uma "boa" discriminação quando se verifica a máxima concentração dos valores das variáveis para indivíduos de uma mesma classe , e máxima dispersão nos valores das mesmas variáveis entre indivíduos que pertencem a classes distintas. Em termos estatísticos toma-se como critério da coesão a variância no interior das classes (variância explicada) , e como critério de dispersão a variância entre as classes (variância não explicada).

O primeiro eixo factorial discriminante resulta assim do vector próprio capaz de maximizar a relação da variância entre as classes com a variância no interior das classes.⁴³ O seu poder discriminante é tanto maior que zero quanto a distribuição

dos valores da variável estiver "concentrada" no interior dos grupos, e dispersa entre eles. Por outras palavras, o poder discriminante representa a fracção da variância total que é imputável à diferença entre classes.

As técnicas de análise discriminante permitem ainda, através de combinações lineares de variáveis, escolher aquelas que se apresentam como as mais discriminantes, reduzindo e simplificando o leque inicial de categorias portadoras de informação. Neste ponto, a discriminação distingue-se dos modelos de análise geométricos (regressão simples, componentes principais, análise factorial de correspondências) pelo recurso a um modelo probabilista que fornece as bases teóricas para a supressão das variáveis com escasso poder discriminante.

Feita esta breve apresentação das técnicas utilizadas, é altura de regressarmos ao sector comercial, debruçando-nos sobre os coeficientes das principais funções discriminantes (quadro 1.3.).

Para efeitos de análise podemos ater-nos ao plano privilegiado do primeiro eixo factorial pois ele detém cerca de 98% da inércia. Destacam-se aí as variáveis Gêneros e Activas como aquelas cuja contribuição é mais preciosa para a separação das classes (respectivamente 0.859 e 0.792). Como seria de esperar o volume de capitais empatados nos negócios é o espelho fiel da riqueza. A leitura das médias põe a claro um crescendo de escalas de grandeza, que vão dos lojistas com créditos de 371 mil réis e stocks estimados nos 144 mil réis, , até aos grandes

Quadro 1.3.

Analise discriminante
do sector comercial

| Funcao Discriminante | Eigenvalue | Percentagem relativa | Correlacao Canonica |
|-------------------------|------------|-------------------------|------------------------|
| 1 | 9.143939 | 98.40 | 0.94943 |
| 2 | 0.127656 | 1.37 | 0.33646 |
| 3 | 0.014138 | 0.15 | 0.11807 |
| 4 | 0.003880 | 0.04 | 0.06217 |
| 5 | 0.002697 | 0.03 | 0.05186 |
| 6 | 0.000290 | 0.00 | 0.01705 |

Coefficientes discriminantes estandarizados
(tres primeiros eixos)

| | 1 | 2 | 3 |
|----------|----------|----------|----------|
| Activas | 0.79262 | -0.54955 | 0.11866 |
| Juros | 0.54955 | -0.24406 | -0.28625 |
| Dinheiro | 0.38362 | -0.15654 | 0.31881 |
| Passivas | -0.42265 | -0.69452 | -0.97427 |
| Raiz | 0.41170 | 0.93153 | -0.25724 |
| Generos | 0.85925 | 1.38165 | 0.72810 |
| Recheio | 0.26190 | -0.50518 | 0.58498 |
| Gado | 0.21970 | -0.21428 | -0.58428 |

Matriz com os valores medios das variaveis discriminantes
[em milhares de reis]

| | grande comerc. | medio comerc. | pequeno comerc. | lojista | agua- deiro | servicos comerciais | capitao de navios |
|----------|-------------------|------------------|--------------------|---------|----------------|------------------------|----------------------|
| Activas | 26416.1 | 8171.34 | 1478.71 | 371.626 | 0 | 85.997 | 2012.03 |
| Juros | 6695.14 | 1712.77 | 197.186 | 0 | 0 | 0 | 804.633 |
| Dinheiro | 7685.68 | 1664.38 | 756.073 | 164.087 | 7.893 | 61.16 | 140.637 |
| Passivas | 9284.38 | 2406.14 | 602.11 | 233.47 | 17.731 | 202.942 | 210.483 |
| Raiz | 13471.1 | 2416.61 | 1125.88 | 495.87 | 82.406 | 336.186 | 1063.03 |
| Generos | 7596.31 | 1042.03 | 786.651 | 144.163 | 0 | 0 | 0 |
| Recheio | 943.593 | 438.945 | 220.063 | 115.873 | 13.375 | 115.812 | 261.847 |
| Gado | 93.057 | 18.7 | 0 | 1.301 | 0 | 17.16 | 0 |

negociantes , com dividas activas de mais de 26 contos , e géneros avaliados em 7 contos e quinhentos. O espectro da distribuição destes quantitativos médios fixa de alguma forma a imagem do vendedor circunscrito ao espaço próximo do seu estabelecimento (lojista) , do mercador de produtos de qualidade que atinge uma clientela diversificada (pequenos comerciantes), e das geografias mais amplas de circulação de produtos (médios e grandes comerciantes).

As ocupações ligadas ao tráfico mas não á venda de bens (serviços comerciais e capitães de navios), distinguem-se das restantes pela inexistência de géneros.

O razoável poder discriminante da variável Juros (0.549) vem confirmar as observações atrás enunciadas acerca da importância das letras de risco, acções , e empréstimos de varia ordem , enquanto pólo de atracção dos investimentos deste sector, e subsequente diversificação das estratégias de riqueza. O expressivo valor médio de 7 contos e seiscentos registado para o grupo dos grandes comerciantes, é prova disso. Até os mestres pilotos não vão desdenhar esta forma de aplicação das poupanças.

No extremo oposto, situam-se os escalões de menores recursos - lojistas, serviços e aguadeiros - que não revelam capacidade financeira para investir fora do negócio. Neste aspecto a semelhança é nítida com o pequeno comércio, que também parece preferir a segurança de ter um fundo de maneoio em casa , ao risco de o dar a juros.

Só quando as margens de manobra são maiores ,os indivíduos

podem investir em actividades financeiras e usurárias quantidades de capital idênticas àquelas que conservam na sua privacidade , a título de reserva para emergências e para a rotação dos investimentos (ver os valores dos Juros e Dinheiro nos grandes e médios comerciantes quadro 1.3.)

Note-se no entanto que esta variável (dinheiro) é um fraco separador das classes , ou seja , as variações das médias no interior dos grupos começam a importar sobre as variações entre os grupos.

Não é objecto deste trabalho análise detalhada dos componentes de riqueza. Obedecemos a finalidades mais pragmáticas de fixação de quadros sócio-profissionais, a partir dos quais seja possível empreender o estudo da cultura material.⁴⁵ Sobre o restante conjunto de variáveis discriminantes , salientaremos apenas a importância (em termos relativos) dos bens de raiz para as camadas mais baixas (lojistas ,serviços , aguadeiros) , e o facto de o recheio da casa não permitir traçar, com grande rigor, linhas de fronteira entre as várias classes.

Partimos de um mosaico de problemas e também de hipóteses. Problemas : a imprecisão do vocabulário profissional das fontes históricas ,e a ineficácia de taxonomias exclusivamente baseadas na tipologia das actividades comerciais. Hipóteses : a estrutura diversificada do património das elites endinheiradas e a possibilidade de utilizar um critério quantitativo na classificação dos diferentes agrupamentos.

Por intermédio de uma técnica de análise de estatística multivariada, seleccionámos um subconjunto de variáveis com maior poder discriminante : - os géneros , as dívidas activas , os juros , bens de raiz , dinheiro , e ainda o recheio da casa e o gado - ou seja , um subconjunto que cobre as áreas de diversificação de investimento por nós assinaladas.

A breve interpretação destes componentes de riqueza, veio confirmar o sistema de vasos comunicantes entre os sectores comercial , financeiro e fundiário , ao mesmo tempo que colocou em destaque o significado económico dos bens "seguros" (bens de raiz e numerário) para os extractos inferiores: lojistas , aguadeiros e trabalhadores de serviços comerciais.

Num texto anónimo , datado de 1764 , o princípio da multiplicação de centros de investimento dentro e fora da esfera comercial ocupa algumas páginas de reflexão:

" Huma das cousas , que deve ter sempre diante dos olhos quem seguir o commercio , ou mercatura , é espalhar por diversas partes os seus cabedaes , porque assim divididos os seus interesses tenha menos prejuizo no caso de algum incidente funesto... " 46

A tónica está na prudência . Não na versatilidade. Espalhar os cabedais resulta do imperativo moral de precaver o futuro - obrigação de todo o pai de famílias. É um conselho útil , sem dúvida. Mas os homens de negócio têm motivos bem mais práticos para proceder desta forma . A diversidade de riscos é para eles uma diversidade de oportunidades , ou , mais do que isso , a capacidade de explorar devidamente conjunturas favoráveis.

1.2.2. A indústria , pesca e agricultura.

A teia de pequenas unidades produtivas vocacionadas para o abastecimento de artigos de consumo à população local, é um elemento bem característico da paisagem industrial de Lisboa nos finais do antigo regime. É esta a imagem da cidade que vai prevalecer nos inventários do sector industrial. Núcleos de lojas-oficinas dispersas, onde trabalha o mestre artífice , um ou dois oficiais , e outros tantos aprendizes .

No interior deste universo profissional, a estrutura dos componentes de riqueza é bastante simples. Logo à partida podem ser eliminadas as variáveis Juros e Gêneros/alfaias de raiz , pois nenhum inventário regista "bens" compreendidos nestas categorias. Títulos fiduciários e letras de risco são modalidades de crédito estranhas às ocupações mecânicas. Os próprios empréstimos (quando concedidos) têm um carácter gracioso , sem garantias de penhores ou de taxas. Uma primeira conclusão, é pois, de que há uma redução nos componentes ; da grelha inicial de 12 variáveis passámos para 10. A dispersão da estrutura patrimonial é mínima , e não penetra , nem ao de leve , nas áreas financeira e usurária.

Entre os casos estudados , apenas dois artífices arriscam investimentos produtivos fora dos limitados horizontes da sua oficina . São eles : Francisco Xavier Stokler , mestre serra-⁴⁷lheiro com estabelecimento num estaleiro , e Francisco Alves⁴⁸ Lobo , mestre pedreiro das Aguas Livres .

O primeiro contribui nos princípios de 1815 com dois contos de réis para uma sociedade de pescaria viva ("invenção inteiramente nova neste Reyno..."⁴⁹), de que é director e administrador outro sócio. O segundo participa na sociedade de Obras das Aguas Livres , para a qual aliás já trabalha , não correspondendo portanto a uma verdadeira diversificação de actividades , as⁵⁰ quotas adquiridas pelo mestre pedreiro.

Rigorosas regulamentações e constrangimentos pesam sobre os officios mecânicos. Ao contrário do comércio onde não é muito difficil obter licença do Senado e montar uma tenda ou uma loja , garantindo desta forma um modo de subsistência que pode ser mais ou menos provisório , os officios mecânicos fazem do ingresso numa actividade, o ingresso numa carreira. Após cinco anos de "estágio" como aprendiz , e um periodo indeterminado como official, não há hipótese de retorno possível." A loja é a escola do officio, o caminho de ascensão profissional e , portanto , de⁵¹ ascensão social " . Deveres e direitos , regras de trabalho , códigos deontológicos , controle de qualidade das mercadorias produzidas, assistência reciproca , tudo está previsto nos regimentos das corporações. O cimento religioso dá ainda uma consistência suplementar à comunidade de trabalho ; a partir do século XVIII a inscrição nas confrarias passa de voluntária a obrigatória.

Não é pois de admirar que o vocabulário social das fontes históricas seja mais fixo, isolando cada designação um determinado corpo de saber técnico , arregimentado , e sujeito à respectiva bandeira. Há pouca margem para flutuações , tanto⁵² mais que cada mestre pode possuir uma , e uma só , loja aberta .

As temporalidades em que se movem os ofícios parecem lentas e resistentes às mudanças ; representam um tempo social de "longa duração e ao ralenti"⁵³ . Nestas circunstâncias não há possibilidades de desajustamentos rítmicos entre uma prática profissional e a linguagem social que a exprime. Estamos perante categorias isomorfas , funcionalmente legítimas , e com vários suportes institucionais.

Do conjunto da amostra, destaca-se pelo nível patrimonial de fortuna absolutamente invulgar (quase 44 contos de réis) um mestre dourador. Curiosamente, ele é o único artífice da amostra a quem é concedido o hábito de familiar do Santo Ofício.

Falecido em 18 de Maio de 1785 , o processo de habilitação tem a data de maio de 1747 , ou seja , trinta anos antes da morte. A sua consulta permite-nos saber que tanto os pais como os avós de Francisco Faustino Mourão eram lavradores de aldeias da freguesia de St. António do Tojal, na periferia de Lisboa. "...Razapaz e de pouca idade foi para a cidade de Lisboa aprender o officio de dourador."⁵⁴ Mais tarde veio a casar-se com Thomazia Aquino , filha de um espadeiro do distrito de Braga que havia emigrado para a capital, residindo na freguesia de S.Nicolau , por coincidência (?) , a mesma de Faustino Francisco.

Qual é o segredo para conseguir , no espaço de uma geração, atingir patamares de riqueza superiores aos de muitos negociantes , desembargadores e escrivães ? O que falta nesta biografia?

Parte da resposta pode estar num excerto do processo de

habilitação , onde se lê que o mestre " ... vive limpa e abastada^{te} damen da sua occupação de dourador em que serve a Casa Real , e de negócio que faz par^a o Brasil no qual tem adquirido bastante cabedal..." .
55 Tratar-se-ia de um artista particularmente talentoso ? Como chega ele a mestre dourador da Casa Real ? Pouco sabemos ácerca deste assunto. No entanto, não há dúvidas quanto á importância do privilégio de trabalhar para o monarca e a corte: os vinte e dois contos das dividas activas do inventário provêm integralmente desta fonte .

Faustino Francisco distingue-se ainda dos seus colegas de officio por não estar dependente do consumo pouco elástico da população lisboeta , explorando um mercado com menos limitações - o Brasil . É uma situação a todos os titulos excepcional. O mestre desembaraça-se do colete de forças corporativo, produzindo bens para mercados qualificados e selectivos.

Não há qualquer paralelo possível entre a vida de Faustino Francisco e a de outros artifices. Para evitar as distorções provocadas pela inclusão deste processo de inventário ao lado dos restantes , julgámos conveniente retirá-lo da amostra. Esta eliminação é temporária, e tem apenas a ver com a análise da riqueza.

Tivemos já oportunidade de referir que o vocabulário das fontes constitui un instrumento precioso para o estudo e classificação dos agrupamentos mecânicos. A grande variedade de occupaões levanta contudo problemas suplementares , obrigando-nos a simplificar o vasto mapa de especializações, mesmo correndo o risco de fazer uma interpretação grosseira e generalista. Tendo

em vista este objectivo procedemos a um trabalho escalonado em etapas:

Num primeira fase foram estimados os totais de fortuna por profissão(carpinteiros ,latoeiros, algibes ,serralheiros, etc.). De seguida, o conjunto dos mestres foi separado em duas classes, consoante essas médias profissionais se situassem abaixo , ou acima, do limiar da pobreza (400\$000). Perfilhou-se assim um segmento de desfavorecidos (sapateiros,padeiros, barbeiros, fabricantes) em contraponto com a comunidade de artífices que trabalham a prata, o ouro, o ferro , a madeira , a pedra , os couros , e os tecidos.

Os oficiais foram englobados num grupo autónomo. No séc. XVIII, eles não ocupam uma posição definida nas corporações , e o seu estatuto é relativamente marginal na organização dos mes-
56
teres.

Um outro escalão considerado , foi o dos individuos descritos como donos de fábricas ("com fábrica"). Esta terminologia pressupõe efectivamente unidades de produção diferentes da loja-oficina, se bem que o termo fábrica não tenha ainda o alcance que o séc. XIX lhe virá a dar.

Por último, surgem as ocupações não indutriais , os pescadores e assalariados (quadro 1.4.).

E sabido que no antigo sistema das corporações o aparelho comercial não se distingue especificamente do aparelho industrial. O local de trabalho é simultâneamente o local de exposição e venda de artigos, coincidindo a loja com a oficina.

Quadro 1.4.

Relação das profissões
da indústria, agricultura
e pesca.
(1780-86) e (1821-27)

| GRUPOS | NÚMERO DE CASOS | PROFISSÕES |
|-------------------------------|--------------------|--|
| Mestres Artífices | 43 | carpinteiro(de abois,de machado, de navios) (8) latoeiro (da folha branca, da fundição) (5) ourives da prata (4) , corrieiro (3) , serralheiro(3) pintor(2),serigueiro (2), algibe(2), conteiro (1) espingardeiro(1), penerceiro(1), cerieiro(1) alfaiate(1), pedreiro(2) , com banco de ferrador(1) tanoeiro (2) , agulheiro (1) ,funileiro (1),picheleiro(2) |
| Oficiais | 9 | de carpinteiro(4),de corrieiro(1),de alfaiate (1) livreiro (1) , latoeiro(1) ,sapateiro(1) |
| Mestre Artífices Pobres | 15 | sapateiro (3) , padeiro (2) , barbeiro (5) fabricante (de fitas, de sedas) (3) violeiro(1) , esparteiro(1) |
| com Fábrica | 4 | fabrica(de serralharia,de fio de ouro,de serrar pedra) (3) mestre de estaleiros(1) |
| Assalariados | 3 | hortelão(1),trabalhador(1),homea de ganhar(1) |
| Pescador | 3 | ofício do pescado(2) , marítimo(1) |

Reflectindo esta reciprocidade de funções as dívidas activas são , uma vez mais , o principal separador entre as classes (poder discriminante de 0.753 no primeiro eixo factorial). O volume e o valor das mercadorias vendidas a crédito, diz-nos certamente algo sobre as capacidades económicas das unidades de produção. Os sapateiros , barbeiros , fabricantes e padeiros , têm à data do inventário 5 vezes menos dinheiro a receber do que os outros mestres artífices. O maior fosso é porém em relação aos donos de fábricas, cuja média de dívidas activas é superior a dois contos de reis. Ao observarmos as médias da variável- Instrumentos de trabalho- (coeficiente de 0.440 no primeiro eixo) , verificamos que não há diferenças significativas entre o preço dos utensílios dos mestres mais miseráveis e dos seus companheiros : ambos têm um carácter rudimentar, e são pouco onerosos. Custos elevados de instalação e montagem são apenas específicos das unidades de maior porte , as fábricas.

A discriminação entre as seis classes permite-nos ainda pensar em termos de diferentes possibilidades de acesso aos bens de raiz. Para carpinteiros , latoeiros, ourives e outros, a posse de terra e de prédios é uma componente patrimonial tão importante como a própria oficina. Mas se nos abstrairmos deste grupo e dos trabalhadores " com fábrica" , o panorama geral é de exclusão.

Assalariados e pescadores , esses , estão excluídos de tudo. A sua riqueza resume-se ao recheio da casa e a algumas peças de prata. A data das partilhas , não há bens de raiz para distribuir , não há dívidas para receber , e não há dinheiro para os tempos mais próximos. Estamos no limiar da subsistência.

Quadro 1.5.

 Analise discriminante
 industria pesca e agricultura

| Funcao Discriminante | Eigenvalue | Percentagem relativa | Correlacao Canonica |
|-------------------------|------------|-------------------------|------------------------|
| 1 | 3.934068 | 97.19 | 0.89293 |
| 2 | 0.113299 | 2.80 | 0.31910 |
| 3 | 0.000498 | 0.01 | 0.02232 |
| 4 | 0.000058 | 0.00 | 0.00763 |
| 5 | 0.000006 | 0.00 | 0.00245 |

Coeficientes discriminantes estandarizados
 (tres primeiros eixos)

| | 1 | 2 | 3 |
|------------------|---------|----------|----------|
| Div. activas | 0.75391 | -0.54798 | -0.42155 |
| Generos | 0.17940 | 0.65893 | -0.42108 |
| Dinheiro | 0.33349 | 0.20058 | 0.56806 |
| Instrum.trabalho | 0.44026 | -0.61120 | 0.18171 |
| Raiz | 0.50446 | 0.64967 | 0.29089 |
| Passivas | 0.07363 | 0.09753 | 0.0875 |

Matriz com os valores medios das variaveis discriminantes
 (em milhares de reis)

| | assala- riados | cos fabrica | mestre artifice | oficial artifice | mestre pescador | mestre pobre |
|---------------|-------------------|----------------|--------------------|---------------------|--------------------|-----------------|
| Activas | 0 | 2249.445 | 256.445 | 7.332 | 0 | 55.097 |
| Generos | 0 | 717.798 | 231.69 | 12.022 | 0 | 28.616 |
| Dinheiro | 4.328 | 992.608 | 139.307 | 5.6 | 0 | 3.777 |
| Inst.trabalho | 2.938 | 245.69 | 24.456 | 1.777 | 0 | 7.364 |
| Raiz | 0 | 2931.72 | 602.013 | 27.777 | 0 | 26.666 |
| Passivas | 0 | 2376.54 | 326.723 | 93.53 | 0 | 56.506 |

Desprotegidos e desventurados , eles não podem sequer contar com as solidariedades recíprocas , com a entreaajuda corporativa, pois neste tipo de trabalho pouco especializado , a capacidade para formar associações não é reconhecida.

1.2.3. O sector de serviços.

Até este momento utilizámos apenas os processos de partilhas onde a representação da riqueza corresponde a estimativas próximas da realidade. Fora da análise, ficaram os agregados domésticos em que significativos bens se furtam à avaliação e inventário (vínculos, e prazos de nomeação em nome dos filhos, como foi referido no primeiro capítulo). As percas de informação afectam especialmente o sector de que agora nos ocupamos ,pois nele estão inseridos escalões sociais com maior possibilidade de acesso à propriedade vincular , nomeadamente altas digni-
57
dades administrativas e quadros militares

A designação moderna de "terciário" cobre um vasto território profissional cujo denominador comum é a prestação de serviços religiosos ,culturais ,administrativos e militares . Nas sociedades de antigo regime o desenvolvimento de alguns ramos deste sector (mestres de ler e de linguas , professores de dança e de música,criados ,etc.) remete-nos para a importância crescente do consumo de actividades não produtivas . Num outro plano , os serviços ligam-se ao problema da sociologia das classes médias, da profundidade das instituições, e do aparelho de estado.

Tivemos mais uma vez de comprimir a imensa variedade de ocupações estruturando-as em sete classes : guardas e soldados, parentes militares intermédias ,criadagem doméstica, padres , viúvas, funcionarismo e profissões liberais, altos cargos administrativos (Quadro 1.6.).

Algumas formas vocabulares são eventualmente mais nebulosas e ambíguas do que outras. Num primeiro relance , a categoria "viúvas" sugere por exemplo, uma imagem difusa e amalgamada da realidade social. Esta expressão não é no entanto tão genérica como se poderia imaginar . Utilizada isoladamente na descrição de um agregado , indica determinadas características demográficas, mas também indica perfis sociais : - só as mulheres de baixo estatuto são compreendidas na qualidade de "viúvas"; as damas de importância ,essas, preferem ser apresentadas como viúvas de ... , agregando o cargo do falecido esposo à condição presente (viúva do capitão... , viúva do negociante ... , etc.). O anonimato dos ausentes acaba assim por reflectir o anonimato do casal,e a sua baixa extração. Na linguagem da época, "viúva", é sinónimo de dificuldades e de desamparo. Uma espécie de situação limite na vida quotidiana das camadas inferiores .

Continuando a inventariar o vocabulário que comporta um certo grau de indeterminação , merece-nos particular destaque o caso de dois oficiais de ordenanças que usam antes do seu nome os títulos de sargento-mór , e de alferes dos Privilegiados .

Desde logo se põe a questão de saber se tais títulos são

Quadro 1.6.

Relação das profissões
do sector de serviços
(1780-86 e 1821-27)

| GRUPOS | NÚMERO DE CASOS | PROFISSÕES |
|---|--------------------|--|
| Altos Dignatários | 8 | Dezembargador(3) , Sargento-Mór(Ordenanças) (1) Escrivão (1), Tabelião Notas da Sé(1) Advogado do Número da Casa Suplicação(1) Cardeal Patriarca (1) |
| Funcionalismo e Profissões Liberais | 31 | Oficial de secretaria(3), boticário(2) , Advogado(4) Procurador (de causas,de navios) (3),Solicitador(1) Despachante alfândega(1) ,Mestre de ler e escrever(1) Cirurgião(5) ,Estudante(1), Feitor das décimas(1) Músico (1) ,Administrador (do ganxo,do pescado) (2) Escriturário(2) , Recebedor dos fardamentos(1) Escrevente(1),Mestra meninos(1),alferes(Ordenanças)(1) |
| Criados | 5 | Criados de Sua Magestade(criado, cozinheiro) (2) Criado grave(1) , criadas(2) |
| Militares 58 | 13 | Capitão infantaria(4) , tenente infantaria(1) Capitão de cavalos(1) ,Capitão de marinha (1) Capitão engenharia(1) ,Capitão Praça de Bissau(1) Alferes granadeiro(1), Sargento-Mór(2) ,ajudante(1), |
| Guardas | 3 | Soldado(1) , guarda da polícia (2) |
| Víduas | 5 | viúva (5) |
| Padre | 5 | Padre(3), cbnego(2) |

equiparáveis a patentes militares , ou se pelo contrário nada têm a ver com estes . Vejamos quais as diferenças e quais as semelhanças .

Os oficiais de Ordenanças enquadram tropas não regulares , ou como hoje diríamos , tropas "milicianas" . A sua função é de recrutar por meio de arrolamentos os homens activos entre os 18 e os 60 anos, tendo em vista a realização periódica de exercícios e a constituição de um fundo humano rapidamente mobilizável em caso de conflito.

Nada há portanto de comum com a carreira das armas, e a lenta subida dos degraus da hierarquia militar . A via administrativa pela qual ascendem aos cargos, aproxima-os inclusive das áreas de recrutamento do funcionalismo.⁵⁹ A lei de 18 de Outubro de 1709⁶⁰ aponta para a nomeação das "pessoas de maior nobreza" nos postos superiores de Ordenanças, fazendo coincidir teóricamente⁶¹ elites económicas e vagas de oficial .

Desde os primórdios do séc. XVI que a cidade de Lisboa dispõe de quatro Regimentos de Ordenanças , a que se acrescenta em 1642⁶² um Regimento da Nobreza e Privilegiados . Aos primeiros pertence o sargento-mór , e ao segundo o alferes .

Do ponto de vista do vocabulário social as duas patentes são títulos honoríficos , ou , se preferirmos , graus de distinção. Não isolam corpos profissionais específicos. O objectivo prioritário da análise, é pois descobrir o que está por detrás de tais títulos.

Começemos pelo alferes Manuel de Oliveira Velho.

Integrando a primeira Companhia do Regimento dos Priviligea-
dos, a do Senado da Câmara ⁶³, graças à sua condição de proprie-
tário do Ofício de Guarda do Pátio da Alfândega, Oliveira Velho
é nomeado para o posto de alferes do Regimento em 1754, algumas
semanas após o falecimento do antigo titular. Possuindo o hábito
de Fameliar do Santo Officio, deseja ir mais longe, mercê dos
postos vitalícios e honoríficos que ocupa. Pede por isso em
petição ao Rei D.José, "Carta de Cidadão Nobreza e Privilégios".
O único alcance prático deste pedido é não ser posto a ferros,
excepto no caso de condenação à morte. A data do inventário,
em 1781, deixa um pecúlio considerável de cerca de 13 contos de
réis, parte do qual em dinheiro dado a risco no comércio para o
Brasil ⁶⁴.

Dispomos de menos informações acerca do sargento-mór. Sabemos
no entanto que comprou o ofício de Escrivão do Cível da Corte, e
o fez exercer por um serventário. A sua fortuna à data da morte
estimava-se em 53 contos de réis, metade dos quais provenientes
de bens de raiz ⁶⁵.

Coincidência ou não, os dois casos apresentam o denominador
comum de terem adquirido ofícios ao estado. Ao optarmos após
alguma reflexão, por classificar o sargento no grupo dos altos
cargos, e o alferes no grupo do funcionalismo e profissões
liberais, tivêmos em linha de conta toda a constelação de
factores atrás enunciada: (1) cargo honorífico nas Ordenanças por
nomeação administrativa. (2) Propriedade de ofícios (3) Nível de
fortuna compatível com o prestígio dos cargos ⁶⁶.

No sector de serviços o conjunto de variáveis com maior poder discriminante é radicalmente diferente das que havíamos encontrado no comércio e na indústria. Com o coeficiente de 0.767 destaca-se no primeiro eixo factorial a componente de riqueza "gado".

Está sobretudo em causa a função dos bens de transporte pessoal como emblemas de status e poder . Imprescindíveis às altas dignidades (Dezembargadores, Escrivães) , as parelhas de mulas que puxam as segas aparecem também mais episódicamente nesta ou naquela patente militar , e , com menor frequência ainda, em elementos das profissões liberais. Verdadeiramente invulgar e digna de nota é a equipagem do Cardeal Patriarca de Lisboa. Com 48 equídeos na estrebaria ,dois coches ,duas berlinhas , e três estufas , o cardeal distingue-se dos meios mais modestos das restantes personalidades administrativas, para quem uma ou duas parelhas são o aparato compatível com a dignidade do cargo.

Baretti ao visitar o nosso país teve oportunidade de assistir ao fausto da comitiva do Cardeal por ocasião das festas religiosas da cidade. Na carta número XXI, de 3 de Setembro de 1760 relata-nos a "procissão" que se inicia com dois coches cheios de padres ,seguidos por cinquenta criados a pé, vestindo librés azuis ornamentadas com fitas de seda e largas cazacas , que, no dizer do viajante , chegam a atingir a superfície do chão. Segue--se o coche de Sua Eminência lateralmente escoltado por dois padres , e mais dois coches. Todas as viaturas são puxadas por seis cavalos , enfeitados com faixas brancas e pretas.

Quadro 1.7.

Analise discriminante
do sector de servicos

| Funcao Discriminante | Eigenvalue | Percentagem relativa | Correlacao Canonica |
|-------------------------|------------|-------------------------|------------------------|
| 1 | 5.167240 | 93.73 | 0.91534 |
| 2 | 0.256872 | 4.66 | 0.45208 |
| 3 | 0.085123 | 1.54 | 0.28008 |
| 4 | 0.003232 | 0.06 | 0.05676 |
| 5 | 0.000136 | 0.00 | 0.01168 |
| 6 | 0.000092 | 0.00 | 0.00961 |

Coefficientes discriminantes estandarizados
(tres primeiros eixos)

| | 1 | 2 | 3 |
|--------------|----------|----------|----------|
| Recheio | 0.30494 | 0.29463 | 0.43478 |
| Raiz | 0.35506 | 0.61539 | -1.20256 |
| Dinheiro | 0.20122 | -3.83417 | -1.67574 |
| Prata | -0.33049 | 3.63530 | 0.86810 |
| Gen./Alfaias | 0.56419 | 0.32396 | -0.29979 |
| Gado | 0.76724 | -0.44299 | 0.72810 |

Matriz com os valores medios das variaveis discriminantes
[em milhares de reis]

| | altas dignidades | criados | guardas | profiss. liberais | militares | padres | viuvas |
|--------------|---------------------|---------|---------|----------------------|-----------|--------|---------|
| Recheio | 1737.23 | 50.362 | 51.856 | 253.844 | 346.239 | 131.45 | 78.135 |
| Raiz | 9646.45 | 332.829 | 196.798 | 1049.49 | 2606.61 | 242.2 | 257.007 |
| Dinheiro | 3710.7 | 945.078 | 20.727 | 170.779 | 523.56 | 13.127 | 6.965 |
| Prata | 1160.18 | 23.878 | 16.681 | 128.014 | 222.318 | 14.364 | 27.552 |
| Gen./Alfaias | 288.725 | 0.132 | 0 | 9.103 | 5.894 | 0 | 0 |
| Gado | 346.613 | 0 | 0 | 7.632 | 46.85 | 0 | 0 |

Este último pormenor não é desprovido de significação. Se atendermos à magnífica composição da estrebaria do cardeal - 48 equídeos -, veremos que os modelos de tracção utilizados são claramente superiores à parelha, e devem rondar os seis animais descritos por Baretti (48 = 6 conjuntos de cavalos * 8 hipóteses diferentes de equipamentos de transporte). Só personalidades equiparadas às primeiras dignidades da Igreja, ou embaixadores, podiam deslocar-se em Lisboa ostentando tal luxo e magnificência. Um decreto do primeiro período da governação pombalina (1761) concedia-lhes o estatuto de excepção, ao mesmo tempo que ordenava que "...nenhuma Pessoa de qualquer condição que seja possa andar na cidade de Lisboa, e dentro na distancia de huma legoa della, em Carruagem de mais de duas bestas, sob pena de perdimento da Carruagem, e bestas, que nella forem...". A necessidade de combater a falta de cavalos no reino, e de refrear o contrabando destes animais através da Andaluzia, são as duas causas geralmente apontadas como estando na origem da proibição⁶⁸. Tal ponto de vista parece no entanto muito incompleto. Se as limitações coercivas ao consumo privado podem ser entendidas como uma das respostas do estado face aos problemas concretos da economia e da guerra (Portugal enfrenta nesta altura a ameaça militar espanhola), a sua adopção não deixa contudo de ilustrar determinada concepção do poder real. O monarca, assimilado à imagem de pai de família da nação⁶⁹, é o centro de gravidade da sociedade, competindo-lhe definir o lugar dos seus filhos. No preâmbulo do Decreto pode ler-se: "...atendendo ao excesso a que tinha chegado na Minha Corte o luxo das Carruagens, Transgredindo-se com elle de tempos a esta parte as Leys e Costumes, que louvavelmente se tinham estabelecido ...",

... devem as gentes mostrar maior parcimônia nas deslocações públicas. A proibição de trazer mais de uma parelha de mulas dentro da capital afecta sobretudo a fidalguia e os títulos da nobreza , impedidos a partir desta data de exporem aos olhos da cidade a grandeza do seu séquito.

Como virá a suceder mais tarde com a legislação sobre casamentos e dotes , o marquês reserva-se o direito de interferir no foro privado dos indivíduos, passando por cima das diferentes condições sociais para moldar costumes e tradições de acordo com os interesses do estado Estratégia de integração , portanto ⁷⁰ . A política de restrições ao consumo privado não tem apenas a ver com a história económica mas também com a antropologia do poder.

Ao limitar as formas de ostentação , indexando-as aos limites razoáveis para a vida de corte , o marquês fixa o raio de liberdade da nobreza a um nível tão decisivo como o das práticas simbólicas. A opulência das estrebarias confundia-se não raras vezes com privilégios e distinções . Nos processos de habilitação às ordens militares, as testemunhas inquiridas servem-se com frequência da expressão: "vive honradamente das suas fazendas com bestas e criados" , para dizerem que o candidato preenche todos os requisitos da nobreza e está apto a receber o grau de cavaleiro. Frase feita , esta matriz mental produz de imediato uma diferenciação no estatuto das pessoas.

Ao contrário do que alguma teoria económica de inspiração fisiocrática se esforça por fazer crer , a sumptuosidade e o ócio

não são manifestações de espíritos excêntricos ,de elites efeminadas ou moralmente desregradas . Dum certo ponto de vista, estas práticas correspondem a uma necessidade vital de reputabilidade e de prestígio , são condutas sociais esperadas. Sem o binómio bestas-criados como poderia alguém aspirar ao reconhecimento dos seus pares ? E qual é a importância do formalismo jurídico do grau de nobreza sem a exibição de um status aceitável? Na definição de hierarquias sociais a carruagem delimita um território bem específico. Ela é por excelência o símbolo de status.

O Marquês reserva para si , para os arcebispos ,cardeais e embaixadores, o direito de ofuscar , embora negue esse mesmo direito às velhas elites tituladas. Distribui por mão própria os papéis sociais que as ordens devem desempenhar. A nobreza é moralizada em função dos atributos que o estado acha mais convenientes à sua situação.

Torna-se imprescindível abrir um parêntesis para esclarecer que a carruagem é apenas a ponta do iceberg duma cadeia mais vasta de práticas simbólicas de ostentação. Não faz sentido dispôr de uma sege de duas rodas, sem um bolheiro para a conduzir e um moço de tábua para ocupar a traseira. Se a viatura já possuir quatro rodas , e algum luxo (estofos de damasco , pinturas artísticas no exterior, arreios de metais preciosos) , então é mesmo necessário aumentar o aparato de cada deslocação , enviando dois criados a pé à frente do carro , ou , em alternativa , um escudeiro a cavalo ⁷¹ . Ricamente vestidos , é claro .

Na amostra recolhida de inventários post-mortem, os elevados

custos de carruagens , seges, berlindas ,coches, e principalmente as despesas com os criados agregados à manutenção do cerimonial, reflectem-se necessariamente no perfil elitista dos possuidores. Para além dos casos já apontados no sector de serviços, apenas quatro homens de negócio se preocupam com a aquisição de meios de transporte próprio.

A variável gado sinalizou-nos o peso das actividades de consumo selectivo no interior dos agrupamentos profissionais de serviços. Os dados de dois outros componentes de riqueza vêm confirmar esta ideia : referimo-nos ao recheio da casa e aos objectos de metais preciosos. A heterogeneidade da distribuição dos valores de ambas as variáveis no interior das classes, é aqui a nota mais saliente. Apesar de serem um mau separador, somos forçados a reparar nas médias bastante elevadas das profissões liberais/ /funcionários (respectivamente 253\$844 e 128\$014), dos militares (364\$239 e 222\$318), e das altas dignidades administrativas (1737\$230 e 1160\$180). Valerá a pena dilatar neste momento o âmbito da investigação, a fim de compararmos a proporção relativa do recheio da casa e da prata com as médias de fortuna de todos os grupos sócio-profissionais considerados (quadro 1.8.).

Na parte superior do quadro, aglomeram-se os escalões profissionais cujo património é em grande parte constituído pelas peças de roupa , mobiliário , trem da cozinha , e objectos de prata. A riqueza tende a coincidir com o espaço da casa , com a luta sem trêguas pela subsistência no dia-a-dia. No topo inferior, encontra-se a situação inversa : o recheio e a prata

Quadro 1.8.

| Percentagem do valor dos objectos de ouro e prata ,e do recheio da casa em relação ao total de fortuna | | | | |
|--|--------------------|-------|---------|-------|
| GRUPOS | NUMERO DE CASOS | PRATA | RECHEIO | TOTAL |
| pescadores | 3 | 16.6 | 61.7 | 78.2 |
| assalariados | 3 | 1.0 | 76.2 | 77.2 |
| oficiais artifices | 9 | 13.1 | 47.6 | 60.8 |
| mestres artifices pobres | 15 | 7.1 | 36.8 | 43.8 |
| servicos comerciais | 7 | 20.4 | 14.5 | 34.8 |
| guardas e policias | 3 | 5.8 | 18.1 | 24.0 |
| viuvas | 5 | 5.2 | 14.8 | 20.1 |
| aguadeiros | 3 | 0.0 | 12.9 | 12.9 |
| prof.liberais/funcionar. | 31 | 4.2 | 8.4 | 12.7 |
| lojistas | 35 | 3.9 | 8.3 | 12.2 |
| padres | 5 | 1.2 | 11.0 | 12.2 |
| altas dignidades | 8 | 4.4 | 6.6 | 11.0 |
| mestres artifices | 43 | 3.5 | 6.7 | 10.2 |
| mestres pilotos de navios | 3 | 3.4 | 5.9 | 9.2 |
| pequeno negociante | 25 | 4.0 | 4.6 | 8.5 |
| militares | 13 | 3.1 | 4.8 | 7.9 |
| medio negociante | 22 | 2.5 | 2.9 | 5.4 |
| criados | 5 | 1.4 | 2.9 | 4.2 |
| com fabrica | 4 | 1.5 | 2.4 | 3.9 |
| grande negociante | 13 | 2.0 | 1.4 | 3.4 |

correspondem a uma fracção infima dos recursos disponiveis. Entre estes dois pólos está a posição de charneira dos militares ,elementos de prof.liberais ,e altas dignidades. Oito a doze por cento da fortuna encontra-se adscrita a bens materiais de consumo, percentagem que representa um investimento nas infraestruturas da vida quotidiana. O culto dos objectos, do conforto , e do espaço doméstico liga-se , como veremos ,a sociabilidades mais formais e regras de comportamento mais rigorosas. A casa afasta-se decididamente das tempestades afectivas da rua.

A posição relativa dos criados de servir é porventura a mais original de todas. Habitando num dos compartimentos da casa do senhor, eles possuem raríssimas peças de mobiliário, ou de roupa. Os vencimentos provenientes de salários, ou dâdivas por serviços prestados, vão-se acumulando debaixo dos colchões⁷², atingindo à data da morte a impressionante quantia média de 945 mil réis. Desenraizados e fiéis à família a quem servem, eles vêm no dinheiro a verdadeira reserva de valor para o futuro. Paradoxalmente acabam por morrer sem nunca o utilizarem em seu proveito. Triste condição, a do criado.

De referir por último, o forte interesse nas propriedades fundiárias por parte das altas dignidades que aí empatam mais de nove contos e quinhentos, correspondendo a cerca de 35% do total de riqueza. Esta percentagem é aliás idêntica àquela que podemos encontrar nos militares e nas profissões liberais. O peso discriminante da variável gêneros e alfaías agrícolas vem confirmar a importância da exploração da terra para os indivíduos deste sector.

1.2.4. Os Níveis de riqueza

Num breve balanço das três áreas de actividade económica analisadas, ressalta em primeiro lugar o papel das dívidas activas como separador eficaz dos agrupamentos do sector comercial e industrial. As hierarquias entre os vários núcleos

profissionais não se afastam muito das hierarquias das dívidas. Esta conclusão aponta para a função reguladora do crédito na produção e comercialização de mercadorias. O poder de encaixe de um artifice ou de um lojista é na realidade o melhor indicador sobre o andamento dos seus negócios ⁷³.

Além das activas há apenas duas outras variáveis discriminantes com um certo poder nos três sectores económicos: os bens de raiz e o dinheiro (este último não afecta porém as ocupações industriais). Podemos legitimamente concluir que a disseminação dos indivíduos por classes sócio-profissionais tem geralmente algum sentido em termos das propriedades e do dinheiro que esses grupos possuem.

No pólo oposto encontra-se a variável juros cujo poder discriminante afecta apenas a esfera comercial. Na indústria ela pura e simplesmente não existe. Na área de serviços, atravessa diagonalmente as classes sem caracterizar especificamente qualquer uma delas. Os empréstimos a dinheiro, as letras de risco e a aquisição de títulos fiduciários, são os principais itens dos juros. Para suportar a demora na realização de lucros sobre as verbas avançadas é indispensável uma certa disponibilidade financeira. Assim, apenas as pessoas com níveis de riqueza muito elevados se deixam tentar por este tipo de investimentos. O facto de termos isolado na esfera comercial, importantes focos de actividades donde resultam juros, remete-nos uma vez mais, para concentração de riqueza no seio deste sector.

A comparação dos totais médios de fortuna vem confirmar essa

Quadro 1.9.

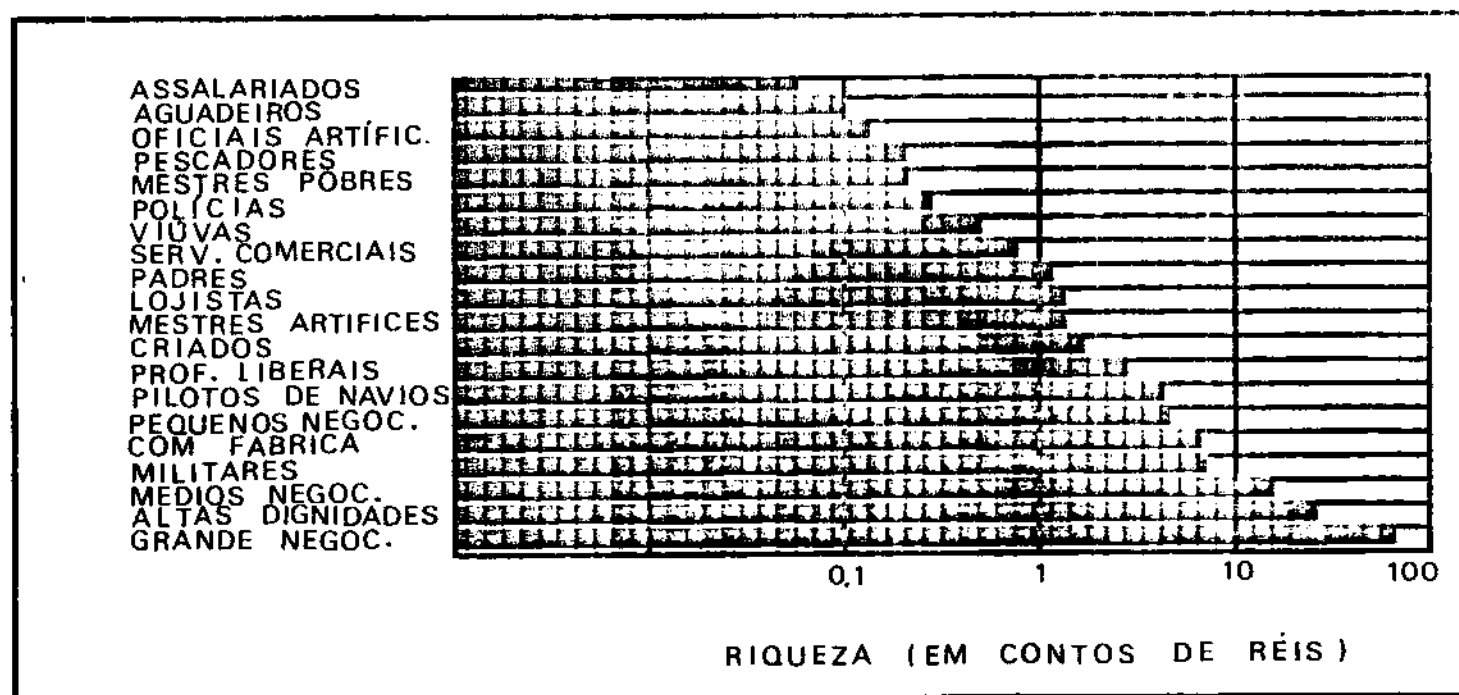
níveis de riqueza por agrupamentos
profissionais.

| grupos profissionais | número de inventários | fortuna média [mil reis] [índice] | |
|------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|--------------|
| assalariados | 3 | 60.3 | 0.8 |
| aguadeiros | 3 | 103.7 | 1.5 |
| oficiais artífices | 9 | 137.6 | 1.9 |
| pescadores | 3 | 209.5 | 2.9 |
| mestres artífices pobres | 15 | 226.8 | 3.2 |
| guardas e polícias | 3 | 286.1 | 4.0 |
| viúvas | 5 | 527.0 | 7.4 |
| servicos comerciais | 7 | 800.7 | 11.3 |
| padres | 5 | 1197.4 | 16.8 |
| lojistas | 35 | 1389.5 | 19.6 |
| mestres artífices | 43 | 1404.2 | 19.8 |
| criados | 5 | 1758.2 | 24.7 |
| prof.liberais e funcionarios | 31 | 3016.4 | 42.4 |
| mestres pilotos de navios | 3 | 4444.4 | 62.5 |
| pequeno negociante | 25 | 4821.7 | 67.8 |
| com fábrica | 4 | 7037.1 | 99.0 |
| militares | 13 | 7231.2 | 101.8 |
| médio negociante | 22 | 15374.8 | 216.4 |
| altas dignidades | 8 | 26423.2 | 371.8 |
| grande negociante | 13 | 65678.7 | 924.2 |
| TOTAL | 255 | 7106.4 | 100.0 |

ideia (quadro 1.9.). Treze homens de negócio ocupam o primeiro plano, claramente destacados dos restantes núcleos profissionais, e muito à frente das altas dignidades administrativas.

A amplitude entre os quantitativos mínimos e máximos é por seu turno colossal: os assalariados deixam à data da morte um patrimônio 1000 vezes menor do que o dos primeiros escalões. Como seria de esperar é na cidade que a geometria das diferenças

QUADRO 1.10.
Níveis de riqueza por grupos
sócio-profissionais em contos
de réis. (Escala Logarítmica).



é mais flagrante.

A média um tanto surpreendente dos criados de servir (um conto e setecentos) deve ser olhada com algumas reservas. Na realidade dispomos apenas dos inventários de um extracto privilegiado de domésticos (dois criados de El-Rei ,um criado grave , e duas criadas). Faltam os patamares mais baixos , os moços das cavalariaças , compradores , criados da trazeira,moças da cozinha , etc.

Apesar dos níveis de fortuna constituírem heurísticamente um bom instrumento de investigação , eles não são uma síntese do todo social. Hierarquias de riqueza e hierarquias de poder podem não coincidir entre si.⁷⁵ O próprio prestígio não deriva automaticamente do património pessoal. Numa palavra, trabalhamos com um patamar de análise e não com a totalidade do edifício. Este alerta é tanto mais importante quanto não dispomos de meios de controle que permitam a observação estatística da influência de factores como a idade , a estrutura do agregado doméstico , e o nível cultural,⁷⁶ na determinação da riqueza de um indivíduo. Parte das variações no interior dos agrupamentos sócio-profissionais são certamente atribuíveis , em quotas diferentes , a este conjunto de factores.

Nos capítulos seguintes, teremos oportunidade de apreciar com maior detalhe alguns dos objectos e peças que fazem parte do recheio da casa. As opções , e os problemas , na criação de uma quadro global de análise estão neste momento explícitas. Mas , para que o estudo do consumo e da cultura material tenha algum

significado estatístico, impõe-se um redimensionamento das classes profissionais , no sentido da simplificação da informação .

Procurando responder a este objectivo, agrupámos em quatro grandes núcleos o retalhado tecido profissional.

1. Pobres

Compreende todas as ocupações cujos montantes finais são inferiores a 400\$000 réis.

O adjectivo "pobre" não traduz no caso vertente, nem um conceito , nem um estigma irreduzível , mas a probabilidade de um individuo situado dentro daquele intervalo de grandeza , ser visto pelos seus contemporâneos como um exemplo de condições de subsistência particularmente difíceis.

2. Grupos populares

Compreende o grosso das ocupações "vis e mecânicas": o formigueiro de artifices ,lojistas ,criados ,padres ,viúvas, e outros trabalhadores. Um fosso separa este escalão dos níveis de fortuna do grupo seguinte ,cujo limite inferior (3 contos) é praticamente o dobro do limite superior das camadas populares (criados - com um conto e setecentos). A designação "populares" é uma simples etiqueta identificadora sem quaisquer repercussões conceptuais.

3. Grupos intermédios

Compreende um conjunto heterogéneo de profissões, globalmente não mecânicas, cujo total de fortuna oscila entre os 3 e os 7 contos de réis. A distribuição dos quantitativos condensa-se assim abaixo da média geral do quadro.

4. Grupos superiores

Estão aqui englobados os segmentos profissionais privilegiados, aqueles com total de riqueza muito superior à grande média(mais do dobro de sete contos). Em termos da amostra ,este conjunto representa uma elite económica bem diferenciada da restante população.

A quatripartição fornece-nos uma grelha de leitura grosseira do universo social acopulando as diferenças. No entanto , este nível macroscópico pode ser o patamar ideal para surpreender as dinâmicas da vida quotidiana , e a cultura material do antigo regime.

A divisão em quatro classes não pretende descrever uma realidade, mas sim torná-la objecto de observação.

2. Factores culturais e sociais do consumo.

2.1. O entesouramento de bens.

Perante acontecimentos cíclicos que vêm perturbar a economia doméstica (morte do cabeça de casal , doenças e acidentes , sangria de recursos com os dotes dos filhos , etc.) torna-se imperioso , especialmente para as famílias mais pobres , manter intacta uma reserva flexível de capital. É a capacidade de resposta a conjunturas difíceis , e a subsistência do agregado que está em causa. O fantasma da velhice , o eventual alheamento dos filhos, e todo um cortejo imaginário de misérias povoam o horizonte . A voz da prudência aconselha a manutenção de uma espécie de seguro contra todos os riscos capaz de acautelar as incertezas do futuro. Na sociedade lisboeta do antigo regime, esse seguro é constituído pelos patrimónios de ouro e de prata.

Rapidamente convertíveis em papel moeda, mediante o recurso a prestamistas que aceitam adiantar algum dinheiro contra anéis, colares , gargantilhas , ou outras peças , os metais preciosos gozam de um estatuto duplo : são , por um lado , bens com valor de uso pessoal - adornos e adereços - , e ,por outro , formas de entesouramento. Esta duplicidade tão característica dos objectos de ouro e prata alimenta um culto religioso dos fios da família , além de um grande investimento simbólico na sua transmissão de pais para filhos. Mais do que um valor material , o que uma geração passa a outra é um valor moral, um exemplo. Só o bom governo da casa e a integridade dos mais velhos foi capaz de evitar delapidações escusadas. Prata e Ouro transmitem um bom testemunho.

O reverendo padre Dr. Francisco Julião da Costa , falecido em 17 de Março de 1783 , exercia advocacia numa casa próxima do Chiado , sendo um dos receptores prestamistas com quem tomámos contacto. Personagem curiosa ,vivia numa casa modesta para um homem com as suas posses; um bufete , uma frasqueira , duas mesas ("bancas"), meia dúzia de tamboretes, e uma "barra" a servir de cama constituíam praticamente todo o mobiliário. Se não fossem os 263 volumes de livros avaliados em 174\$460 , poder-se-ia dizer que o recheio da casa era o de um pobre sapateiro. Indivíduo empreendedor, Julião da Costa envolve-se em vários negócios de curto prazo e especulação : dinheiro dado a risco para Pernambuco e Macau , empréstimos a juros sobre hipotecas , e também empréstimos sobre penhores. Nesta última actividade, verifica-se ter ele avançado pequenas quantias (entre 1\$700 e 3\$200 réis) contra a garantia dos seguintes objectos: um par de arrecadas de cadeados e um par de botões de pulso de prata , um anel de topázios, um par de botões de pulso de ouro , umas fivelas para sapatos de prata , uma cazaca de ganga , um manto¹ de seda , e um cobertor de damasco .

Depreende-se desta listagem que os metais preciosos não são a única classe de bens sujeita à usura. Peças de vestuário (muito secundariamente) e de roupa da casa , aparecem-nos igualmente entre os objectos penhorados .

Nos meses que se seguem à morte do cabeça de casal o dinheiro arrecadado por estas vias ajuda a superar as dificuldades a médio² prazo. Tudo aponta para um processo gradual : primeiro, a viúva

alivia-se de alguns adornos de ouro e prata. Se os problemas subsistem seguem-se novas penhoras. Num terceiro tempo o círculo parece começar a fechar-se; vão-se embora as toalhas , lençóis , cortinas , cobertores e até guardanapos. A primazia vai no entanto para os damascos , veludos e outras sedas "pesadas" (caso existam). O alto valor unitário destes artigos, assegura contrapartidas reconfortantes sobre um mínimo de objectos empenhados.

Valerá a pena citar a este respeito o exemplo da viúva do sargento-mór Gaspar Correa Froes , D. Micaela Archangela Joaquina. O seu processo de inventário é dos mais elucidativos acerca das práticas de empenhamento de bens , pois fornece-nos , além da descrição dos objectos , as datas da penhora (quadro 2.1.)³ .

A viúva , dispondo de rendimentos fixos de duas propriedades de casas e de um total de fortuna patrimonial de cerca de quatro contos e quinhentos à data da morte , não vive propriamente em dificuldades. Nenhuma peça de vestuário foi para o "prego", limitando-se a empenhar o acessório. Os ciclos são claros: um sobressalto dez anos antes do falecimento fê-la desembaraçar-se dos brincos de ouro. Quatro anos mais tarde é já todo um conjunto de peças de adorno pessoal que são trocadas contra dinheiro. E só dois anos depois , em 1776 , chega a vez dos reposteiros , cobertas e lençóis.

A circulação de bens por canais económicos mais ocultos abrange também o recheio da roupa da casa. O que importa aqui focar, é que no mercado da usura , um damasco , ou uma toalha branca, são aceites como equivalentes tão bons como os fios de

Quadro 2.1.

 Lista dos bens empenhados
 por D.Micaela Arcangela
 antes da sua morte em
 16 de Nov. de 1780.

| ARTIGOS | DATA DE EMPENHAMENTO | VALOR |
|---|----------------------|---------|
| 1 par de brincos de ouro | 5 Set. 1770 | 14\$400 |
| 1 bacia de barba de prata | 13 Fev. 1774 | 28\$800 |
| 2 pares de botões de topázios (para orelhas) | 9 Març 1774 | 4\$000 |
| Facas e colheres de prata | 4 Maio 1774 | 3\$200 |
| 1 laço e 1 par de brincos com diamantes e topázios | 16 Jan. 1775 | 7\$200 |
| 2 resplandores de prata 1 cabaças de aljofares | 1 Març 1776 | 3\$200 |
| 1 coberta de chita da Índia 3 cortinas de damasco 1 sobreceio | 11 Maio 1776 | 24\$000 |
| 1 lâmpada de prata | 11 Maio 1776 | 41\$650 |
| 2 lençóis de Holanda fina 2 garfos de prata 1 toalha adamascada | 11 Maio 1776 | 8\$800 |
| 1 imagem de N.Sr.a da Conceição (coroa de prata) | 21 Julh. 1776 | 1\$000 |
| 1 imagem de S.Miguel (título de prata) | 22 Julh. 1776 | 1\$600 |
| 6 portas de cortinas de damasco | 1 Maio 1778 | 9\$000 |
| 1 adereço | 14 Març 1779 | 19\$200 |
| 1 cordão de ouro | 11 Abr. 1779 | 6\$400 |
| 1 cortina de damasco 6 guardanapos adamascados 1 rosário | 5 Set. 1779 | 2\$400 |
| 12 guardanapos adamascados | 3 Out. 1779 | 1\$200 |

ouro. Temos portanto de alargar o conceito de reserva de valor e estendê-lo aos tecidos.

Nas comunidades rurais do antigo regime os patrimónios de linho constituem a reserva de valor por excelência.⁵ Mas na Lisboa de setecentos não basta o linho. Há uma inflação natural de bens, e só os mais apreciados adquirem alguma dignidade no mercado. Daí que os artigos penhorados sejam especiais; adamacados; linhos finos (holandas e bretanhas); linhos lavrados ou bordados (toalhas de Guimarães, de olho de perdiz), e sedas.

Se consultarmos os números saídos no último quartel do séc. XVIII do "Correio Mercantil e Económico de Portugal", chegaremos à conclusão de que os únicos tecidos anunciados por particulares para venda em segunda mão, dizem respeito a sedas.⁶ Vale a pena reter a argumentação de um destes anunciantes:

"Manoel Ferreira de Araújo, morador na Ribeira Nova, tem para vender huma colcha nova de setim cor de bicho de cive bordada de prata fina, não só rica como de gosto particular, quem a quizer comprar ou mesmo trocar por outros géneros fale com o sobredito..."⁷

"Ou mesmo trocar por outros géneros..." . Uma colcha nova de setim poderia valer entre 30 e 50 mil réis. E o preço de um cavalo já não muito novo, de uma escrava com mais de quarenta anos, ou de um ano de renda numa casa bastante aceitável. Quanto mais finos os tecidos e mais delicados os bordados, melhor a garantia do mercado. Este é um dos ângulos necessários para a análise do consumo. O objecto funcional que cobre a cama, a cortina carmesim de damasco que embeleza a casa, têm o benefício de um duplo estatuto. Para determinados extractos sociais, representam simultaneamente uma infraestrutura do dia-a-dia e uma

forma de entesouramento , de salvaguarda perante o futuro. São riqueza em situação.

Não é pois de admirar, que por entre os bens vinculados encontremos bacias de prata e valiosos panos de arras ⁸ . Tal como a terra trata-se de um património inalienável.

2.2. A higiene.

A água é um bem precioso para a cidade. Ela organiza todo um circuito de actividades económicas , do aguadeiro à lavadeira , passando pelas escravas que despejam diariamente no Tejo dejectos e imundices das casas particulares. Cozinhar , lavar a loiça ou a roupa são tarefas que exigem planificação, doseamento de meios , e aproveitamento de qualquer desperdício. Antes de as águas serem lançadas pela janela com o célebre grito de "Água vai! " , muitas rotinas caseiras têm de ser cumpridas.

Num manual de conselhos úteis para a vida doméstica , publicado em 1820 , aconselha-se a propósito do "modo de tirar as nódoas" :

"Se for fato de lã deve-se escovar primeiro , depois molhe-se , e se esfrega com a pastilha a modo de ensaboar até deitar água clara , desaparecerá a nodoa; esta pastilha tem a singularidade de servir para lavar as mãos , a cara , e fazer a barba , com o seu uzo tira o panno do rosto , queimado do sol, faz a pelle muito macia e he muito util ás pessoas que padecem da barba " 9.

Num só gesto são assimiladas as funções de higiene pessoal e de higiene da roupa. A principal qualidade da pastilha é a sua versatilidade , permitindo que uma mesma água seja reciclada para os mais variados fins.

Bem precioso , é certo , mas também raro. Num edital de 11 de Julho de 1780 pretende-se reformar "...os excessivos preços com que os Aguadeiros dos Chafarizes pretendem ser pagos da Água , que em quartas e barriz conduzem ás casas de quem necessita..." . E tabelado um preço máximo de dez réis por almude para o período de Abril a Novembro, deixando-se ao arbitrio das partes interessadas o acordo dos montantes a pagar durante os meses quentes do

ano (Maio a Outubro) , sem que se possa contudo ultrapassar o limite de 20 réis/almude. Prescrevem-se ainda penas para os aguadeiros "... que quebrarem as vasilhas dos moradores..." , sinal de que a distribuição e o acesso aos quarenta chafarizes da cidade estava longe de ser um fenómeno pacífico. O chafariz , é o palco da sociabilidade colectiva de bairro; sociabilidade agitada , onde se entrecruzam homens e mulheres. Mas o facto mais saliente do edital é ele delimitar claramente dois ciclos anuais nos preços da água , correspondendo respectivamente à estação fria e quente. A ausência de chuva nos meses estivais, e a maior necessidade de consumo dos agregados domésticos faz aumentar o preço do almude para o dobro.

Nos inventários de 1780-86 , apenas 7% dos domicílios considerados possuem recipientes (tinhas ,barris) para guardar grandes reservas de líquidos,¹⁰ e estes correspondem , grosso modo, ao grupo dos militares, profissões liberais e funcionários. O consumo a "retalho" domina a vida quotidiana. As camadas inferiores, compram ou vão buscar ao chafariz mais próximo pequenas quantidades destinadas a gastos correntes. É uma operação monótona e repetida vezes sem conta¹¹ . As elites , por seu turno, dispõem das rotinas dos criados para essas tarefas , quando não recorrem a uma fonte de abastecimento próprio (poços nas imediações das casas , ou até canalizações)¹² .

Partindo do princípio da equivalência do almude da água ao de outros líquidos como o vinho e o vinagre , e aceitando a sua redução a 16,8 litros do sistema actual¹³ , podemos estimar em 84 litros a capacidade das tinhas ou barris . Para as encher, um particular, teria de desembolçar entre 50 a 100 réis , aproxima-

damente um quarto da jorna diária de um assalariado. Estamos é claro, a confiar na tabela de preços fixada pelo edital de 1780. Mas se atendermos às queixas contra os excessos dos aguadeiros, teremos de admitir que antes daquela data os quantitativos a pagar poderiam ser muito mais elevados.

No inovador trabalho sobre a economia do corpo nos finais do antigo regime, Jorge Crespo chamou a atenção para a raridade da água nos meios urbanos. Baseado num relatório dos serviços de fiscalização da Intendência Geral de Polícia sobre o estado dos locais de abastecimento, aquele autor conclui que "... todas as bicas e chafarizes de Lisboa se encontravam degradados, não só porque estavam entupidos devido ao salitre acumulado, mas também por motivo da acumulação de ... porcaria, ossos, e fedor¹⁴."

Os acessos são difíceis. A água é sinónimo de privilégio. Faz parte do quotidiano e da rua, mas não da casa nem do conforto. Continua como uma presença distante. As crenças nas suas virtudes mágicas, aferidas por Leite de Vasconcelos em certas áreas rurais de Portugal, remetem-nos para este lugar duplo de presença e de excepção no dia-a-dia. A conversão de um gesto simples como lavar a cara, num gesto com um significado religioso só é possível pela raridade do elemento líquido :

" Minhas mãos mólho,
Minha cara lavo,
P'ra fazer serviço a Deus
E arrenegar o Diabo ." 15

Pouco sabemos acerca do simbolismo da água na Lisboa setecentista. Podemos no entanto supor que para um mestre artífice ou um tendista, ela estaria simplesmente associada a abluções

parciais da cara ou dos pés , e nunca ao banho completo. Só um acontecimento muito especial , um momento de rotura ou de celebração (casamento ,nascimento, morte) justificava a imersão completa do corpo. O sentido ritual sobrepunha-se ao argumento higiénico. Aliás, a conotação do banho nem sempre é positiva. As lavagens muito frequentes são olhadas com desconfiança pois traduzem comportamentos afectados . Num texto satírico da segunda metade do século XVIII ridiculariza-se o artifício do banho. Ele é uma das muitas "parvoíces" próprias das mulheres, e está associado à vontade de fazer filhos:

(capítulo 3 . No estado de casada)

| | |
|---|----------|
| Ter em casa negras, e mulatas deshonestas. | Parvoíce |
| Andar em Casa muy descompsta. | Parvoíce |
| Ir aos banhos e fazer muitos remedios para ter filhos. | Parvoíce |
| Trazer toalha e uzar de pôs,cor, e signaes | Parvoíce |

(Capitulo 4. das mulheres em comum)

| | |
|--|-------------|
| Usar de leques quando faz frio e de luvas quando faz calma. | Parvoíce |
| Apolvilhar o cabelo em vespera de festa, e não dormir pelo não descompor. | Parvoíce |
| Tomar tabaco por boa feição , ou moda. | Parvoíce 16 |

O asseio setecentista resume-se ao asseio exterior, isto é, à roupa , às pinturas de carmins e alvaiades , aos pôs e polvilhos do cabelo, enfim, às sucessivas máscaras que cobrem o corpo. ¹⁷ A boa apresentação é aquilo que se vê , e não aquilo que se cheira. Para o nosso olfacto tão treinado na detecção de cheiros incomodativos a paisagem odorífera de Lisboa assemelhar-se-ia a um inferno sem pontos inodoros de referência: ruas cobertas de dejectos e imundices , casas mal ventiladas , insalubridade geral . A cidade confunde os odores , neu-

traliza-os reciprocamente. A qualidade de uma pessoa dificilmente poderá ser apreciada por critérios olfactivos . Já os traços vestimentares, esses , são bem mais visíveis e esclarecedores.

Indo um pouco mais longe nesta questão , podemos mesmo duvidar que o cheiro a suor tivesse sido objecto de uma desvalorização social e cultural pelo conjunto da comunidade. No século XVIII , encontrava-se largamente difundida a ideia da vantagem de uma camada protectora sobre a superficie da pele , resguardando o corpo das mudanças bruscas de temperatura, das constipações , febres , e outras doenças. Para a apreensão popular da realidade o suor impermeabilizava o organismo fornecendo-lhe meios de defesa¹⁸ suplementares . Além disso representava o trabalho produtivo e até , talvez , a virilidade dos homens.

Como veremos mais à frente, uma das qualidades mais apreciadas num tecido é precisamente a sua capacidade para ensopar e reter a¹⁹ transpiração do corpo.

No Vocabulário de Bluteau ,de 1712 , encontramos a palavra "banho" como sinónimo da " ... agoa em que huma pessoa se banha ,²⁰ ou lugar em que se tomão banhos em huma casa particular" . Tal definição induz-nos numa geografia grosseira que opõe o lugar público ao privado , o rio á bacia de tomar banho. Mas o mais interessante é o facto de já nesta altura se associar a imersão integral do corpo a uma divisão específica da casa.

Não nos podemos esquecer que em Portugal a expressão "casa de

banho" veio a vingar como a mais apropriada para designar o espaço onde se faz a higiene pessoal. Em Inglaterra, as iniciais "WC" remetem-nos para os Water-Closets, inovação técnica dos finais de setecentos que permite a evacuação automática dos dejectos humanos pela introdução revolucionária do sifão hidráulico.²¹ Em França o nome de "toilette" liga-se à coqueteria feminina, ao espelho, toucador, e ao culto da imagem e do brilho pessoal. Ao mesmo tempo, a "salle de bains", no plural, indicava uma divisão de banho completo onde estavam duas banheiras, uma para ensaboar, e outra para a passagem final por água limpa.²²

A genealogia linguística não é uma questão de somenos importância. No caso português ela permite lançar a hipótese da primazia funcional da lavagem do corpo na delimitação de uma área própria para a higiene. O banho teria emancipado, talvez, uma divisão das restantes salas, criando um perímetro especificamente vocacionado para a higiene, a que são posteriormente agregadas funções complementares. A comprovar-se esta ideia, teríamos de partir do princípio que lidamos com um espaço socialmente estratificado, e apenas reconhecido como útil em certos círculos da sociedade. Para a maioria da população, as tarefas ligadas à limpeza do corpo estão dispersas pela casa. Não se concentram num recinto próprio.

Na pequena amostra de 50 casos recolhida para o período de 1740-50, as tinhas de arame ou de madeira para "tomar banhos" são um monopólio exclusivo das elites: Dois escrivães, um mercador, um homem de negócios, um promotor dos rezíduos e cativos, e um selador da alfândega, constituem o núcleo privilegiado que

pode no inverno mandar aquecer a água e preparar um banho quente.

A par destes objectos de médio porte surgem-nos outros mais pequenos ligados ao asseio do dia-a-dia: são as bacias ou lavatórios de fazer a barba, de lavar os pés, e de lavar as mãos ("de água às mãos"). Nos extractos mais elevados vamos encontrá-los frequentemente na rubrica "Prata e Ouro"; mas à medida que descemos na escala social o arame e o estanho tornam-se os materiais correntes. A diferença é considerável: enquanto uma bacia ordinária (nova ou em bom uso) é avaliada em cerca de \$800 réis, o seu valor pode atingir os 60.000\$000 rs ou mais, caso seja feita de prata.

Os dados disponíveis para o período de 1780-86 dão-nos um retrato mais exacto quanto à posse destes artigos (Quadro 2.2.).

 Quadro 2.2.
 A posse de objectos
 de higiene pessoal .
 (1780 - 86)

| num. de casos | gr.superiores (27) | gr.intermédios (46) | gr.populares (56) | pobres (23) |
|-------------------------------------|-----------------------|------------------------|----------------------|----------------|
| bacias banho | 0.39 (7) | 0.10 (5) | 0.04 (2) | 0.0 (0) |
| bacias mãos | 0.93 (21) | 0.54 (20) | 0.39 (19) | 0.43 (9) |
| bacias pés | 0.93 (19) | 0.52 (20) | 0.37 (18) | 0.30 (7) |
| bacias barba | 0.52 (13) | 0.06 (3) | 0.04 (2) | 0.0 (0) |
| bacias não discrimi- nadas | 0.77 (12) | 0.57 (14) | 0.48 (9) | 0.47 (8) |

São indicadas as médias de objectos por grupos sociais, e , entre parêntesis , o número de indivíduos que possui pelo menos um dos artigos . Este parâmetro é importante pois verifica-se em certos casos a acumulação de bacias de um mesmo tipo (por exemplo há 6 elementos dos grupos superiores que têm, cada um, 2 bacias de pés em casa; a percentagem média de 0.93 ilude este facto, e leva-nos a pensar numa frequência de posse maior do que na realidade existe).

A última coluna (bacias não discriminadas), cobre itens genéricos descritos pelo avaliador sem qualquer indicação sobre a função do utensílio. Como os materiais empregues continuam a ser o latão , o arame e o estanho , é aceitável a hipótese de estarmos em presença de artigos domésticos com uma gama de utilizações variadas.

Passando à análise dos objectos "funcionais" , a observação do quadro põe a nú o carácter excecional dos equipamentos de banho. As únicas peças que penetram razoavelmente em todos os universos sociais são as bacias de lavar os pés e de lavar as mãos. Este será talvez o mínimo denominador comum da higiene setecentista : a rotina de banhar de manhã, ou ao fim do dia, as extremidades do corpo. Mesmo nas esferas superiores da sociedade os gestos de higiene não ultrapassam em regra uma higiene local , de abluções parciais.

Uma excepção é contudo relevante; a do cardeal Patriarca de Lisboa . As infraestruturas do seu palácio sugerem outras

práticas quotidianas e uma intimidade inovadora e requintada com a água. Além de uma impressionante tina de banhos de folha de flandres , pintada de verde por fora e de amarelo por dentro , são duas bacias para as mãos , sete não discriminadas , uma outra para tomar banhos, e ainda, duas bacias de prata para a barba²⁵ .

Este último item encontra-se apenas nos inventários dos grupos superiores , sugerindo uma circulação retrita. A medida que nos afastamos dos escalões com maior poder económico as bacias para a barba começam a tornar-se raras. Ter um objecto para cada função corporal é efectivamente uma especialização excessiva e desnecessária. A maioria dos agregados domésticos usa indistintamente uma só bacia para os fins mais variados: hoje fazer a barba, amanhã lavar a cara, logo a roupa , se possível com a mesma água. Está em causa o grau de separação entre os diferentes componentes da higiene , a que não serão estranhos modelos de gestão mais folgados ou mais parcimonios dos recursos hídricos. A possibilidade de espaços privados estritamente associados à limpeza do corpo ,ou de partes do corpo, é a possibilidade da água , não o esqueçamos.

Uma outra alternativa é a higiene pública. Como Bluteau argumenta refere , a palavra "banho" designa tanto o lugar como a água , o privado como o público. Desde 1760 que existem em Lisboa 2 estabelecimentos de banhos abertos à população na freguesia de S. Miguel de Alfama²⁶ . Mas será o aproveitamento das condições privilegiadas do estuário do Tejo que dará um grande impulso à "higiene colectiva". Carl Israel Ruders , um

estrangeiro residente em Portugal entre 1789 e 1802 , deixou-nos um retrato pormenorizado da azáfama citadina com os banhos de mar mais célebres da época , os da Junqueira :

" Durante esses tempos de calor tomam-se banhos de mar com frequência. As quatro ou cinco da manhã , uma grande quantidade de gente dirige-se em botes para um sítio chamado Junqueira, onde há uma praia em declive suave.

No verão , todos esses botes, são cobertos e em três lados providos de cortinas. As damas fecham também o quarto lado enquanto se despem ou se vestem porque é nos botes que se preparam para o banho (...) Os homens usam apenas ceroulas; as mulheres , essas, trazem um vestido de banho, dum tecido muito leve mas não transparente e atado ao pescoço e caldo até aos calcanhares." 27

No último quartel do século XVIII as elites europeias são atacadas por uma autêntica febre de hidroterapia passando a frequentar , durante parte do ano, estâncias termas e praias para banhos de mar, rapidamente transformadas em centros mundanos de encontro , divertimento e prazer. 28

Pierre Goubert articula este fenómeno com uma maior atenção clínica à água como meio de cura de doenças a que hoje em dia chamaríamos dermatológicas, reumatológicas , venerológicas , doenças psico-somáticas, patologias infecciosas , etc. 29

Tal espectro terapeutico é bastante semelhante àquele que encontramos num texto de literatura de cordel publicado em Lisboa no ano de 1811 , onde se denuncia o banho como panacea infalível para todos os males , "... afunjen-
tando os herpes , exepelindo flatos hemorrodais , rebatendo os vômitos, engordando os tísicos, aplainando os corcundas , endi-
reitando os vesgos." 30

Nos arredores da capital , Pedrouços e Junqueira são os locais escolhidos para o livre curso das profilaxias aquáticas , e também, das sondagens matrimoniais. A primeira metade do século

XIX indexará definitivamente estes espaços à cidade, tornando-os territórios sociais de circulação restrita. Sabemos que em 1811 o negócio de banhos em barcas movimentava pelo menos duas embarcações com exclusivo de exploração.³¹

Se estas novas práticas pressagiam de alguma forma uma mudança de atitude em relação à água e à imersão completa do corpo, elas não tocam ainda nos aspectos intrinsecamente úteis da higiene, enquanto componente da vida quotidiana. O termalismo profilático, de periodicidade duvidosa, parece esgotar-se nos caprichos efêmeros da moda, isto é, na possibilidade de acesso a ambientes requintados, agradáveis e selectivos.

Outros sinais são porventura mais significativos. Na alvorada do século XIX as infraestruturas da cidade vão mudar. O edital de 27 de Maio de 1803 procurando obviar aos "danos causados pela licenciosa devassidão em que estão os Moradores desta Cidade, de lançarem Agoas, Lixos, e Immundices das janelas para as Ruas a toda a hora da noite, e ainda mesmo de dia, prejudicando gravemente os que transitão pela mesma Cidade ..." estabelece horários de Inverno e de Verão para a evacuação aérea do lixo e fixa a multa de 2\$000 rs por cada transgressão.

Os objectivos são ainda tímidos. No entanto, alguns anos mais tarde, os editais de 10 de Outubro de 1817 e de 11 de Abril de 1818 mostram uma determinação bastante mais esclarecida no combate aos focos de doenças. As situações irregulares encontram-se definidas com precisão e rigor, e aos moradores apenas "fica livre" o "... descer à rua, depois das dez horas, e vazar as immundicias, lixos, e restos de hortaliças e frutas

fôra dos passeios , para serem extrahidas pelos carros de
 limpeza." ³² Este principio applica-se num limite , a todos
 aqueles que não possuem despejos próprios.

Fossas particulares e carros de limpeza da edilidade , parecem
 inaugurar uma nova era na fisionomia lisboeta.

Surge entretanto uma vaga de literatura sobre os problemas da
 educação e da hygiene , " contendo preceitos ajustados a uma
 vivência corporal mais correcta , incluindo regras de conduta
 apoiadas num discurso moral" , e visando novos principios hi-
 gienistas e pedagógicos. ³³

Perante estes sinais de transformação é surpreendente a preser-
 verança da cultura material doméstica . Os dados relativos ao
 periodo de 1821-27 poucas alterações vêm trazer quanto à tipo-
 logia social do equipamento de hygiene. No fundo , a

 Quadro 2.3.
 A posse de objectos
 de hygiene pessoal .
 (1821 - 27)

| num. de casos | gr.superiores (28) | gr.intermédios (39) | gr.populares (47) | pobres (13) |
|-------------------------------------|-----------------------|------------------------|----------------------|----------------|
| bacias banho | 0.46 (11) | 0.23 (9) | 0.15 (7) | 0.08 (1) |
| bacias mãos | 0.75 (13) | 0.72 (22) | 0.36 (16) | 0.08 (1) |
| bacias pés | 0.32 (9) | 0.23 (9) | 0.28 (11) | 0.15 (2) |
| bacias barba | 0.28 (6) | 0.03 (1) | 0.07 (3) | 0.0 (0) |
| bacias não discrimi- nadas | 0.75 (13) | 0.95 (21) | 0.43 (15) | 0.78 (8) |

democratização do acesso à água através de uma rede de canalizações e de esgotos é um fenómeno distante das preocupações políticas e sociais dos inícios do século XIX. Jácome Ratton , seu defensor , prega sózinho no deserto ³⁴ . A manutenção das estruturas urbanas traduz-se na manutenção do privilégio da água. Nestas circunstâncias pouca coisa pode mudar.

Comparativamente à situação 40 anos atrás , esboça-se em 1820 uma progressão sensível dos equipamentos de banho , que chegam inclusivé a penetrar em certas franjas do mundo do trabalho mecânico. Mas é uma progressão lenta e na continuidade das linhas de força herdadas do iluminismo. Nenhuma revolução vem abalar as infraestruturas da higiene. A conquista da água é uma batalha que se irá prolongar até aos nossos dias.

A existirem alterações ao nível da cultura material , elas têm menos a ver com a difusão social de equipamentos do que com os materiais utilizados. A substituição dos metais oxidantes pela loiça é, por exemplo , um dado novo em relação ao período de 1780-86. Cerca de dois terços das bacias da barba, dos pés e das mãos são agora feitas sem o tradicional latão , arame , estanho , ou folha de flandres. E também de assinalar o desaparecimento completo das arcaicas tinas de madeira para banhos , e o recurso exclusivo a ligas metálicas para o fabrico destes artigos. Tal fenómeno vai a par com a grande difusão das bacias de meio-banho que introduzem novas exigências no espaço envolvente. Como a parte inferior destes recipientes tem muito pouca altura, corre-se permanentemente o risco de a água transbordar e o chão ficar molhado.³⁵ As operações de lavagem tem consequentemente de ser

feitas numa sala apropriada , e não podem usar um espaço qualquer da habitação.

Tudo aponta para uma melhoria mais qualitativa do que quantitativa nas infraestruturas da higiene privada.

Raros , muito raros mesmo , são objectos como as retretes e os orinóis. A retrete é um assento com bacia por baixo, de vidro ou de arame , mais cómodo e confortável do que os "punicos". Por seu turno o orinol é um instrumento específico da higiene masculina que tem a forma de uma garrafa espalmada de onde sai obliquamente um gargalo largo e comprido para guardar a urina. ³⁶ Nos 330 inventários em análise, apenas 5 possuem retrete e 2 orinóis. As funções de evacuação não parecem merecer grandes cuidados e cerimoniais. O bidé , essa inovação escandalosa de franceses , ³⁷ não penetra nas casas lisboetas , da mesma forma que não havia conseguido impor-se em Inglaterra. Os aparelhos de higiene circunscrevem-se ao essencial. Ou não faltará falar do mais importante? Dos verdadeiros patrimónios de higiene? As camisas , meias, laços , chapéus, e outras peças de vestuário. Estar lavado e trazer roupa lavada não será uma só e mesma coisa ?

O vestuário é algo que se mostra; expõe um indivíduo ao julgamento alheio , fornece os elementos a partir dos quais uma pessoa pode ser comparada a outra . A ideia de limpo nasce ³⁸ precisamente dessa comparação de exterioridades. A higiene interior , da pele e do corpo , parece ser uma invenção recente.

3. A evolução da oferta e da procura.

3.1. A situação do mercado no ano de 1777.

Grande porto transitário , e vértice estratégico do triângulo Portugal-Brasil-Europa , a capital goza de uma posição privilegiada nas trocas internacionais particularmente durante o último quartel do século XVIII. Para ela confluem mercadorias das mais variadas proveniências. As lãs do Alentejo, o algodão do Brasil , o linho em rama da Rússia , Holanda e Dinamarca , as sedas cruas e tintas de Itália, são algumas das matérias primas que cruzam o estuário do Tejo. Ao nível dos produtos manufacturados a diversidade é ainda maior ; 206 tecidos diferentes podem ser recenseados nas pautas alfandegárias entre 1699 e 1834, um número que não deixa de ser impressionante ¹.

Para termos uma ideia da abundância de panos em circulação vejamos uma pequena listagem extraída da balança do comércio de 1777 ² (importações das nações estrangeiras pelo porto de Lisboa), cuja ordem hierárquica é determinada pelo preço unitário do covado:

| Tecido | País Exportador | Preço Unitário (covado) |
|------------------------|-----------------|----------------------------|
| tripé de lã | França | \$087 |
| cré | Hamburgo | \$100 |
| frisa de lã | Inglaterra | \$109 |
| brim | Hamburgo | \$111 |
| brim | Holanda | \$116 |
| droquete-rei | Inglaterra | \$122 |
| melania de lã | Inglaterra | \$144 |
| guardanapo adamascado | Galiza | \$160 |
| merlim de linho tecido | França | \$174 |

QUADRO 3.1. (continuação)

| Tecido | País Exportador | Preço Unitário (covado) |
|-----------------------|-----------------|----------------------------|
| lapim de seda e de lã | Inglaterra | \$182 |
| setim de lã | Inglaterra | \$193 |
| baetilha | Inglaterra | \$220 |
| talagarça | Itália | \$220 |
| guardanapo adamascado | Itália | \$232 |
| tafetã | Castela | \$240 |
| amen de lã | Inglaterra | \$249 |
| chita de algodão | Hamburgo | \$267 |
| crê linífico | Inglaterra | \$276 |
| fustão de linho | Hamburgo | \$280 |
| chita de linho | Hamburgo | \$282 |
| droquete pano | Inglaterra | \$288 |
| tripé de lã | Inglaterra | \$290 |
| baeta | Inglaterra | \$292 |
| escomilha de seda | Itália | \$300 |
| merlim de seda | Itália | \$300 |
| toalhas adamascadas | Itália | \$319 |
| tafetã | França | \$321 |
| damasco de lã | Inglaterra | \$330 |
| guardanapo adamascado | França | \$349 |
| crepe | França | \$360 |
| duqueza | Inglaterra | \$360 |
| tafetã | Inglaterra | \$360 |
| gala de lã | França | \$362 |
| sarja | França | \$399 |
| toalhas adamascadas | França | \$406 |
| esquião | França | \$416 |
| guardanapo adamascado | Hamburgo | \$436 |
| camelão | Holanda | \$480 |
| baetilha de seda | França | \$500 |
| nobreza de seda | França | \$510 |
| setim de seda | Itália | \$542 |
| setim de seda | Castela | \$550 |
| setim de seda | Inglaterra | \$560 |
| tripé de lã | Holanda | \$560 |
| merlim de seda | Inglaterra | \$705 |
| pano de lã | Inglaterra | \$710 |
| sarja de seda | Itália | \$744 |
| duraque | Inglaterra | \$748 |
| baetão | Inglaterra | \$751 |
| damasco | Castela | \$800 |
| holanda | Holanda | \$809 |
| toalhas adamascadas | Hamburgo | \$873 |
| holanda | Hamburgo | \$893 |
| papagaios de lã | França | \$920 |
| gorgorão | Castela | \$960 |
| pano de lã | Holanda | 1\$117 |
| estofa de lã | Inglaterra | 1\$129 |

| | | |
|-----------|---------|--------|
| veludo | Castela | 1\$500 |
| veludo | Itália | 1\$600 |
| chamalote | Itália | 4\$944 |

QUADRO 3.1.

Preços unitários de
tecidos importados de
nações estrangeiras
pelo porto de Lisboa(1777).

A lista é incompleta , faltando um sem número de artigos vendidos à unidade ou à dúzia (barretes , meias de lã e de seda, cortes para calção) , ao peso (pelo de coelho , lã de camelo em fio , retroz , pelica , etc.) , ou ainda à peça (cadaço de linho, durante , fumos de seda , etc.).

Se uma disposição hierárquica como esta, revela algum interesse na apreciação do valor de um pano em relação a outros, ela é no entanto falaciosa. É falaciosa, porque nos induz no raciocínio de um preço unitário médio quando a principal característica das exportações têxteis para Portugal é, nesta altura, a desmultiplicação de preços e qualidades , colocando vários bens para várias faixas do mercado.

As chitas de linho de Hamburgo , por exemplo , são vendidas a \$410 réis (finas) , \$360 (ordinárias) e \$350 (estreitas) , por covado. O baetão de Inglaterra , tecido nuclear na balança comercial, entra em Lisboa a \$650 , \$900 e \$960 rs consoante a côr é ordinária , fina, ou de grã/frisada. Nas meias de lã , igualmente exportadas por aquela potência marítima , encontramos nove preços diferentes , oscilando o valor de cada par entre \$080 (mínimo) e \$750 rs (máximo).³

Quase todas as entradas da Balança do Comércio nos remetem para a impressionante possibilidade de escolha dos consumidores lisboetas , colocando a questão da influência dos grupos sociais na qualidade e na variedade de tecidos e preços. Não é de facto possível compreender a complexidade da oferta sem postularmos a correlativa complexidade da procura. Tanto as produções estrangeiras como as nacionais se encaminham para mercados social e geograficamente estratificados , pelo que o factor concorrência-preço tem pouco sentido quando é separado do factor concorrência-qualidade.

A comparação do valor das mercadorias exportadas das fábricas do reino para o Brasil, e dos tecidos estrangeiros reexportados no ano de 1777 pelo porto de Lisboa (Quadro 3.2.) , vem confirmar que a disputa de mercados é uma batalha com várias frentes. A legitimidade de uma leitura horizontal do quadro , baseada na oposição das produções nacionais às estrangeiras, não pode destruir o significado da leitura por colunas , que enfatiza as alternativas de preços dentro de um mesmo tipo de mercadorias. Por outras palavras , o conceito de concorrência não se define num espaço unidimensional (o preço) mas num espaço estruturado em várias dimensões (a relação preço-qualidade).

Obviamente, se passarmos de uma grande cidade portuária como Lisboa para as regiões mais recônditas do interior , os problemas tem de ser revistos. A variedade de produtos é certamente menor , e as condições de concorrência serão outras.

Está ainda por determinar o peso específico do factor custo de transporte, e em que medida ele foi efectivamente um escudo na

QUADRO 3.2.

Tecidos nacionais e estrangeiros
exportados para o Brasil em 1777.

| tecidos nacionais | | tecidos estrangeiros | |
|------------------------|--------------|-----------------------------|--------------|
| baeta de cores ordin. | \$340/cov | baeta inglesa | \$290/cov. |
| baeta côr de rosa | \$430/cov | | |
| baeta escarlata | \$590/cov | | |
| baeta preta | \$520/cov | | |
| baetão fabr. no reino | \$560/cov | baetão inglês | |
| | | cores ord. | \$650/cov |
| | | côr fina | \$900/cov |
| baetilha | \$320/cov | grã frisado | \$960/cov |
| | | baetão de fora(?) | \$750/cov |
| cambraia lisa e lavr. | 14\$950/peça | cambraia | 10\$600/peça |
| cambraia ordinária | 4\$375/peça | de fora | |
| cambraia groça | 3\$210/peça | | |
| ou cambraieta | | | |
| chitas de Balagate | \$645/peça | chitas tintas | \$520/cov |
| chitas de Damão | 1\$080/peça | na Holanda | |
| chitas de algodão | \$520/cov | | |
| pintadas no norte | | | |
| chitas de linho | \$380/cov | chitas de linho de Hamburgo | |
| pintadas no norte | | finas | \$410/cov |
| | | ord. | \$360/cov |
| | | fina estreita | \$210/cov |
| | | entrefina | \$350/cov |
| droquete de lã | \$320/cov | droquete de fora do reino | |
| fabr. no reino | | cores ord. | \$320/cov |
| | | côr fina | \$450/cov |
| linhas costura de | \$720/maço | linhas de costura de | |
| cambraia | | Itália | \$860/arrat. |
| linhas costura de | \$240/maço | | |
| Oeiras | | | |
| meias de seda | 2\$247/par | meias de seda | |
| | | inglesas | 2\$650/par |
| | | francesas | 1\$600/par |
| | | italianas | 1\$550/par |
| pano de lã do reino | 1\$256/cov | pano de lã de Inglaterra | |
| pano de lã do reino | 2\$500/cov | fino | 2 \$250/cov |
| pano de lã do reino | \$800/cov | ord. | 1\$650/cov |
| pano de lã (entrefino) | 1\$200/cov | grosso | \$960/cov |
| pano de lã (fino) | 1\$600/cov | pano lã sortido | 1\$540 |
| retroz do reino | 3\$200/arrat | retroz de Itália | 3\$600/arrat |
| saeta de lã | 8\$500/peça | saeta de lã de fora | |
| | | cores ord. | 8\$200/peça |
| | | cores finas | 10\$200/peça |
| tafetá de seda | \$235/peça | tafetá de seda | \$320/cov |
| | | de fora | |

proteção das indústrias tradicionais, perante a ameaça de penetração de mercadorias estrangeiras. As resistências parecem no entanto mais sólidas do que as "inovações"⁴. David Justino no primeiro volume da obra: "A formação do espaço económico nacional", chamou a atenção para o imobilismo dos hábitos de consumo de certas áreas rurais. Tudo indica que durante o século XIX, os panos grosseiros da produção doméstica (burêis, estamenhas, saragoças, baetas e linhos caseiros) continuam a dominar os patrimónios de roupa de vastas camadas populacionais.⁵

No panorama nacional, a estrutura da oferta e os modelos de consumo de Lisboa (e talvez do Porto) têm um carácter absolutamente excepcional, senão mesmo dissonante. A variedade de preços e a variedade de tecidos circunscrevem-se a arquipélagos urbanos, grandes entrepostos comerciais. Não ultrapassam as fronteiras do cosmopolitismo.

Utilizámos o ano de 1777 como uma espécie de torre de observação sobre a paisagem económica do mercado de tecidos. Nesse ano, setenta e sete, morre o rei D. José, e logo a seguir morre politicamente o marquês. É o canto do cisne do período de desenvolvimento manufactureiro tutelado pelo estado (1770-77). É, sobretudo, um período de viragem para uma recomposição geral da economia portuguesa, com a subida em flecha das exportações de algodão em rama e de açúcar brasileiro, a diversificação das trocas comerciais⁶, a continuidade na expansão do sector industrial⁷ onde se destacam cada vez mais os capitais privados, e, ainda, a ligeira expansão do sector agrícola.⁸

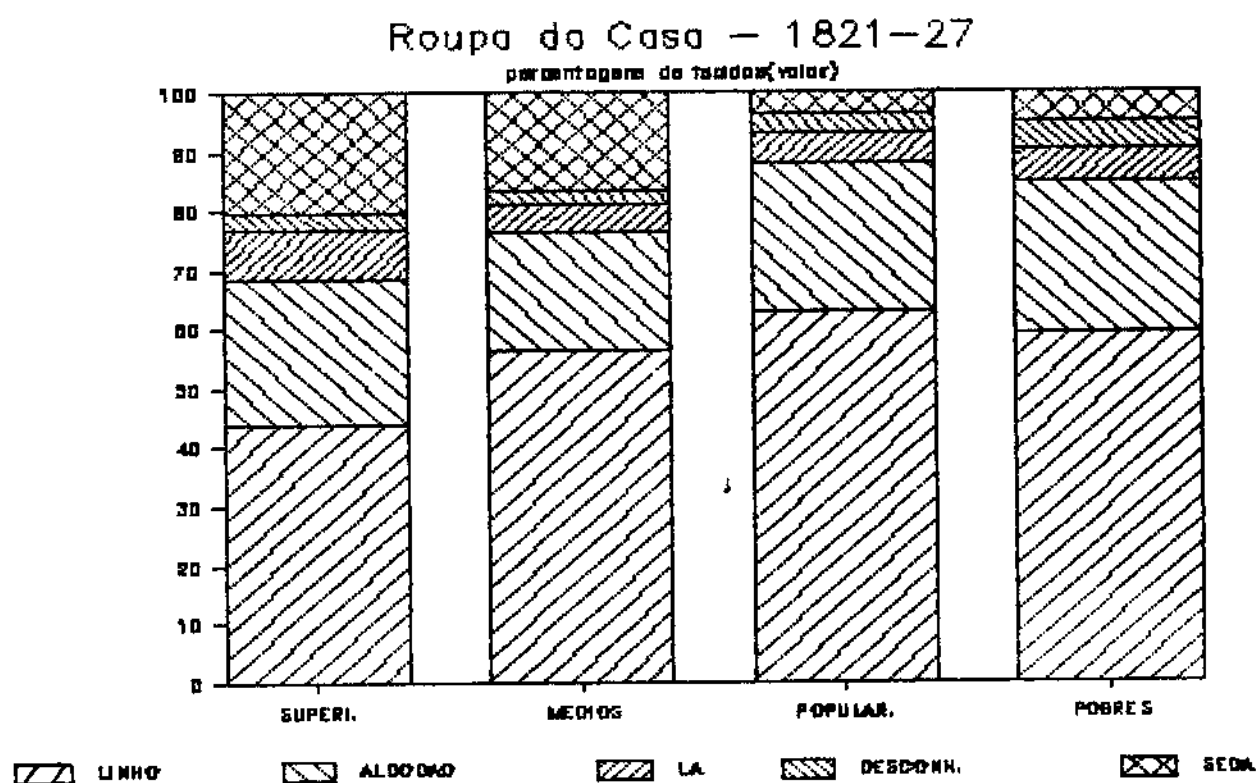
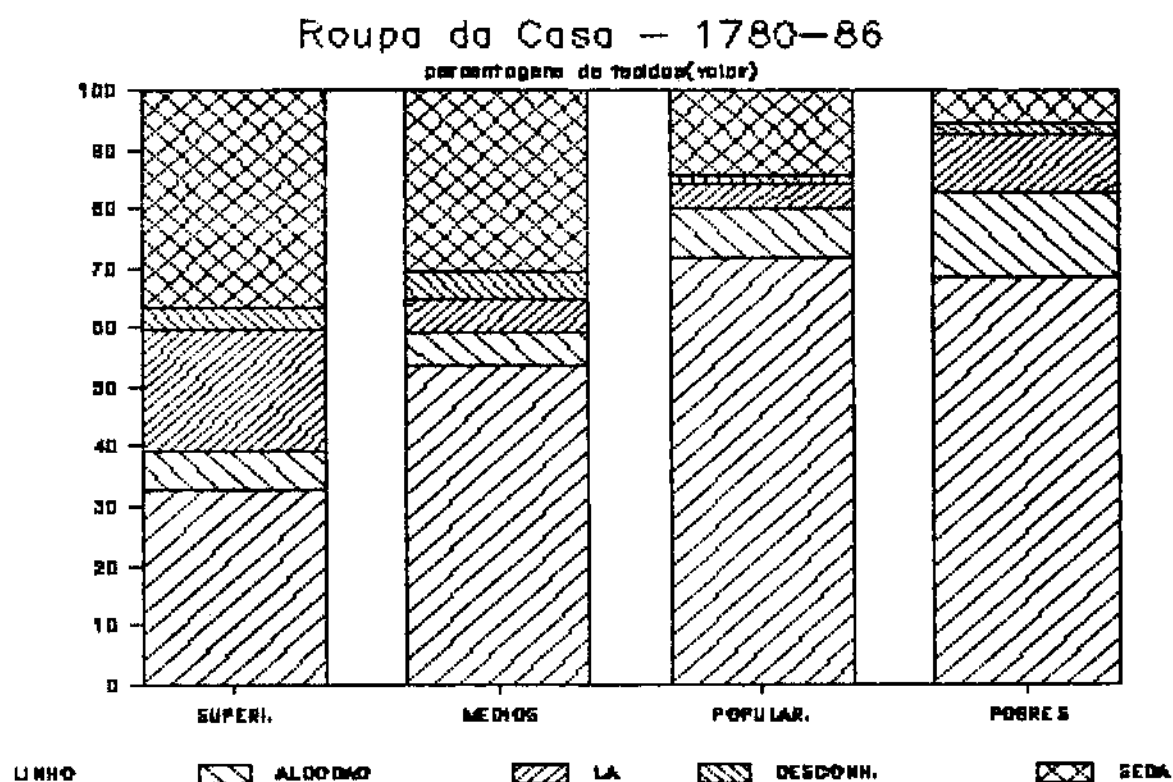
Outros factores , não menos importantes que os já citados , vêm alterar a conjuntura. Numa primeira fase , a introdução de panos brancos e outros tecidos baratos de algodão importados da Ásia desequilibra e agita o mercado . Depois , a partir de 1796, a invasão de fio de urdidura inglês , faz também sentir os seus efeitos ao nível da produção industrial.

Face a estas transformações somos forçados a abandonar o plano de análise sincrónica, tentando observar mais analiticamente o comportamento da oferta e da procura nos anos que se seguem a 1777.

A evolução dos diversos componentes no património da roupa entre 1780 e 1820 é um indicador que permite desde já levantar algumas hipóteses (quadro 3.3.).

Em primeiro lugar , o valor dos panos de linho no conjunto parece ser inversamente proporcional ao valor das sedas. Enquanto estas representam uma parcela significativa dos inventários , os linhos atingem percentagens globais que podem não ir além dos 33% . A funcionalidade dos equipamentos contrapõe-se à ostentação e ao luxo. Deste ponto de vista, a oposição linhos/ sedas reflecte-se no plano social, traçando uma fronteira entre os consumos dos pobres/gr.populares e os consumos dos gr.intermédios /superiores. Ressalve-se no entanto, a forte dinâmica da procura de sedas entre os estratos mais baixos (especialmente mestres artífices -12,8% do valor da roupa, lojistas 14,1% , e viúvas 16,2%) no período de 1780-86, dinâmica que sofrerá uma contracção quarenta anos mais tarde.

O aspecto mais saliente do quadro 3.3. tem contudo a ver



com um outro problema : a expansão dos patrimónios de algodão. Se a sua presença é ainda pouco significativa nos inventários de 1780 (apenas os pobres ultrapassam a linha de água dos 8%) , no primeiro quartel do século XIX representam já um quarto da roupa da casa. A homogeneidade percentual dos consumos nos diferentes grupos levanta necessariamente a questão do enraizamento desta "inovação" nos hábitos quotidianos. O algodão, impõe-se pelas suas qualidades como um pano socialmente branco, comum a pobres e a ricos. Não vem apenas aumentar os consumos, mas substituir tradições seculares por uma outra cultura material.

3.2. O algodão.

Em 1784 , Bernardo de Jesus Maria , defende as vantagens da adopção dos "panos algodonicios" :

" Com o algodão de que abundamos bellamente e em poucos annos, se continuar o gosto pelos pannos algodonicios (o qual já ha quatro annos, que vai em augmento racionavelmente) pois tornão melhor o frio, e calor, e durão mais a proporção (...) Acrésce ser o algodão mais saudavel que o linho ; pois ensopa o suor sem se esfriar o corpo e esta he a razão , porque todos os Orientaes o antepoem ; e porque menos se suja e he melhor de lavar. " 9

A capacidade de ensopar o suor é, como vimos, uma característica apreciada num pano que está em contacto directo com o corpo. Um outro texto repetirá mais tarde esta mesma imagem para
10
fazer o elogio da flanela .

Se o algodão é mais saudável do que o linho , tal qualidade fica exclusivamente a dever-se ao facto de manter de forma mais

permanente a temperatura do corpo , prevenindo resfriamentos e constipações. Além disso, é um pano fácil de lavar e de secar, simplificando as tarefas domésticas.

Aos benefícios do consumo acrescentam-se as vantagens económicas: o algodão fixa mais duradouramente as cores dos tecidos, adapta-se bem à aplicação de técnicas industriais inovadoras (caso do bastidor inventado por Arkwright em 1768) , produz um fio forte de excelente qualidade na urdidura , e mais barato que o linho. A primeira fase da revolução industrial inglesa, liga-se precisamente às condições económicas e sociais que sustentam o desenvolvimento da indústria algodoeira , e toma como emblema final , emblema de uma nova era , as chitas.

Em 1771, numa altura em que as reexportações de algodão brasileiro eram ainda tímidas , o italiano João Baptista Locatelli instala a primeira unidade de fiação e tecelagem em Lisboa. As velhas dobadeiras , ou rodas de fiar, são os principais instrumentos de trabalho , enxertando assim o algodão nas técnicas tradicionais do linho¹¹ . Dezassete anos mais tarde encontram-se já registadas treze fábricas de algodão e dezoito de chitas, para um ano depois , em 1789, ser inaugurada na Real Fábrica de Lençaria de Alcobaça, a primeira jenny¹² . A expressão "euforia no sector de fiação e tecelagem de algodão" , tem sido utilizada para caracterizar a rapidez das inovações nesta área industrial¹³ no período posterior a 1770 .

Lisboa participa activamente no movimento montando unidades nas zonas de entre Sete-Rios e Palhavã , Campo Pequeno , e Laranjeiras. Mais tarde a capital tornar-se-á o principal aglomera-

do industrial do algodão , ou para sermos mais precisos , da
estamparia e do algodão.¹⁴

Durante a fase de arranque, as "novas" manufacturas surgem claramente como indústrias de substituição. A tecelagem troca o linho pelo algodão na preparação da trama, com o objectivo de imitar uma série de tecidos bastante apreciados e em geral importados do estrangeiro . Tanto a primitiva manufactura de Almeirim como a Fábrica de Alcobaça , sua sucessora em 1774, são designadas por Jacome Ratton como "fábricas de cambraias e esguioens"¹⁵ . Na verdade, estes dois tecidos , acrescentados dos veludos , adamascados, fustões , bombazines e meias de algodão, vão constituir o principal esforço produtivo de laboração durante esta primeira fase.¹⁶

A introdução de tramas de algodão em tecidos desde há muito familiares no mercado têxtil português¹⁷ , deve ser entendida como uma tentativa de disputar a concorrência dos liníficos de Hamburgo, Holanda, França e Inglaterra (os célebres fustões de Manchester), aproveitando a matéria prima do Brasil para produzir um tecido de maior qualidade. Se a nova indústria se instala preferencialmente no terreno dos panos mistos de linho, ela não negligencia no entanto as potencialidades do algodão como alternativa às sedas. A técnica de cortar as lasses das tramas quando o pano está acabado, dará origem a um tecido de belo efeito e semelhante aos veludos, mas com custos evidentemente menores. Os veludinhos das fábricas de Alcobaça e de Vila Nogueira de Azeitão¹⁸ inserem-se nesta categoria.

A entrada em funcionamento da Fábrica de Tomar (1789) , cujo projecto é abastecer o mercado nacional de fio de algodão destinado à urdidura , anuncia um período de mudança. A utilização de um fio mais apropriado¹⁹ abrirá as portas ao fabrico de panos integralmente trabalhados em algodão.

Tanto quanto sabemos, datam aproximadamente desta altura as primeiras tentativas de imitar os muito apreciados tecidos indianos : cassas, demetins, doreas , nanquinas e lenços.²⁰ A procura de fio parece ser grande , e , em 1796 , Tomar dá um passo decisivo ao introduzir , após inúmeros percalços , a fiação hidráulica. Paradoxalmente , é nesse mesmo ano de 1796 que se registam as primeiras licenças para a importação de fio de algodão inglês , a requerimento de fabricantes , furando disposições em vigor até à data. Em 97, 98 e 99 a situação agrava-se. O que era excepção²¹ passa a ser a regra. A ruína do açude da fábrica de Tomar, pouco tempo depois da sua inauguração, vem debilitar a produção nacional de fio, acentuando a dependência do estrangeiro. E o principio de um curto circuito entre a fiação e a tecelagem. No dealbar do século XIX Portugal perde o controle de todas as fases do processo produtivo deste sector industrial.

A euforia esteve demasiado associada a uma conjuntura onde os procedimentos técnicos entroncavam na tradição linlfera, reciclando , adaptando e inovando, mas sem grandes roturas . Pouco depois de se procurar assegurar uma produção verdadeiramente autárquica e competitiva , o espectro da crise começava a pairar²² .

Uma outra ramificação do sector do algodão irá resistir com

maior tenacidade às dificuldades. Referimo-nos às fábricas de estamparias, cujo verdadeiro pulmão, são os panos crus importados da Ásia a preços baixos e acabados em Portugal.

Desde 1780 que estas unidades se multiplicam, abastecendo o mercado continental e brasileiro. Jorge Pedreira, num estudo sobre o desenvolvimento económico nos finais do antigo regime, põe em destaque a importância das estamparias no output industrial português:

" De 1796 a 1807 os tecidos de algodão são claramente a principal exportação industrial, sobretudo as chitas e em menor escala os cortes de saias pintadas que contribuem com 75% a 83%. Estes artigos conseguem preservar os seus altos índices de venda para o exterior, atingindo máximos em 1804, embora no ano seguinte tenham de suportar uma quebra apreciável nos preços (10,8% para as chitas e 37,9% para as saias ". 23

" Fazendas da Índia Branca e Pintadas Cha" - é o título de uma tabuleta que por esta altura anunciava, não sem ironia, um estabelecimento da Rua da Madalena²⁴. Depois da crise generalizada de 1807, cuja incidência e duração não nos compete analisar aqui, as " fazendas da Índia e pintadas cá" irão continuar a hegemonizar o mercado nacional e brasileiro enfrentando a nova conjuntura saída das invasões francesas. Apesar das cláusulas do tratado de 1810 liberalizarem a importação de panos de Inglaterra, o sector de estamparia resiste às adversidades, assistindo-se inclusive a uma recuperação económica entre 1815 e 1822²⁵, período caracterizado pela baixa dos preços. O algodão nacional é agora praticamente sinónimo de estamparias.

A epidemia dos consumos foi um fenómeno muito anterior a esta fase de proto-industrialização. Já antes de 1750 se desenham dinâmicas bem expressivas da procura, com particular incidência

nas chitas. Raro é o agregado doméstico que não tem em casa uma cortina ou uma coberta de chita na primeira metade do século XVIII. Para os extractos mais elevados (gr.superiores e intermédios) o valor patrimonial deste tecido na roupa da casa cifra-se em média nos 2\$200 réis. Pobres , artifices , lojistas, e outros, apresentam por seu turno a média de \$720 rs.

Quanto ao vestuário , uma breve análise permite facilmente constatar que estamos perante um pano feminino. Saias e capas de senhora são as principais aplicações. Secundariamente, podem ainda surgir na confecção de aventais , camisotes , roupinhas , e até mantiletes. As predisposições para o consumo são anteriores à "euforia" industrial. A chita é familiar a vários universos sociais , o que não sucede por exemplo com os esguiões e fustões. Todo um terreno de virtualidades e expectativas vai ser decididamente explorado a partir de 1770 , quer pelos fretadores de navios que trazem os panos brancos da Índia , quer pelos empresários que montam fábricas de estamparia.

Em 1780 o leque de aplicações da chita encontra-se mais dilatado. No vestuário das mulheres surgem os primeiros vestidos, e aumenta o número de saias, bajús, roupinhas, capuchinhas. Novidade também, é o aparecimento episódico de sapatos de chita nos inventários. Os valores médios sobem , especialmente nos gr.superiores (5\$300 rs), e nos grupos populares (2\$100 rs).

... Estamos próximos da idade de ouro das chitas.

Quarenta anos mais tarde (1821-27), o estatuto privilegiado deste pano eclipsa-se por completo. No conjunto dos tecidos de algodão, as chitas passam a absorver apenas entre 12 a 35% do

 Quadro 3.4.
 Valores médios das chitas
 e das cassas no vestuário
 feminino.

C H I T A S :

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|----------------|----------------|---|----------------|---|
| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de algodão | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de algodão |
| gr. super. | 5\$326 | 74,4% | 1\$176 | 20,6% |
| gr. interm. | 1\$326 | 40,6% | 1\$494 | 15,2% |
| gr. popul. | 2\$135 | 65,7% | 1\$240 | 31,4% |
| pobres | \$508 | 59,8% | \$410 | 16,4% |

C A S S A S :

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|----------------|----------------|---|----------------|---|
| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de algodão | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de algodão |
| gr. super. | 1\$241 | 17,4% | 2\$293 | 40,1% |
| gr. interm. | 1\$460 | 35,2% | 4\$109 | 41,3% |
| gr. popul. | \$345 | 12,6% | 1\$072 | 26,9% |
| pobres | \$092 | 10,7% | \$632 | 25,2% |

total. Um reinado efêmero , portanto. Em contrapartida , o consumo de cassas segue uma trajectória ascendente. Além dos lenços para tabaco, para a cabeça e de assoar , utilizações já correntes na década de 80 , multiplicam-se os vestidos e saias (alternativa às chitas) roupinhas, toucas e chailes.

O movimento de generalização dos consumos é acompanhado pela diversificação das aplicações. Os tecidos adaptam-se às necessidades , a procura recicla-os na sua funcionalidade. Isso sucede , como vimos, na "invenção" dos vestidos de chita para senhoras entre 1750 e 1780 , e na "invenção" de chailes , roupinhas e toucas de cassa entre 1780 e 1821. Mas de todos os fluxos de expansão ou de contracção , o mais impressionante é sem dúvida aquele que diz respeito à utilização do paninho cru . Inexistente nos guarda-roupas das mulheres durante o século XVIII , este tecido representa já em 1821 cerca de 15% dos consumos de algodão²⁶ . A queda na procura de chitas é assim contrabalançada pela difusão de outros produtos manufacturados, nomeadamente paninhos e cassas. Ambos são empregues nas peças mais importantes do vestuário - os vestidos.

Nas peças de roupa masculina assinala-se uma progressão de contornos semelhantes , e que fica exclusivamente a dever-se à substituição do linho pelo pano cru de algodão na confecção de camisas.²⁷

A penetração dos "novos" tecidos nos patrimónios privados segue uma partitura polirrítmica. A partida, o traje feminino e certos artigos da roupa da casa (cortinas e cobertas) são os

componentes que reagem melhor à intensificação da oferta durante a década de 1770-80. É uma fase pouco inovadora da cultura material , onde se assiste ao alargamento da procura através da extensão e acumulação de reportórios funcionais desde há muito em voga. O surto de consumo de algodão inscreve-se nas tradições criadas pelo contacto com os panos da Índia. Amplia-as , mas não as transforma. Deste ponto de vista , o último quartel do século XVIII está mais próximo do reinado de D.João V do que das novas realidades oitocentistas.

Sem alterar o colete de forças das aplicações convencionais dos tecidos é impossível aumentar a procura. Para conquistar o mercado, o algodão tem de provocar uma rotura global no equilíbrio dos têxteis. Se voltarmos a examinar o quadro 3.3. verificamos que a sua progressão na roupa da casa se faz efectivamente à custa do peso específico dos linhos e das sedas. O espectro de aplicações deixa de estar circunscrito a duas ou três peças de roupa , invadindo territórios até então inexplorados; o contágio alastra para as toalhas de mesa , guardanapos, toalhas de mãos , lençóis, travesseiros, almofadas, fronhas e folhos. Uma fronteira é deslocada. O contraste entre a gama de utilizações setecentistas e oitocentistas é flagrante.

Também nas indumentárias femininas é o primeiro quartel do séc. XIX que responde pelas inovações maiores , com o emprego de paninhos e cassas servindo finalidades cada vez mais diversificadas. A roupa de homem , onde só os lenços e gravatas de cassa tinham um papel de relevo , conhece desenvolvimentos interessantes, traduzidos na amostra de 1821-27 pelo recurso às gangas

(ou "cangas") para fazer calças , e ao paninho para as camisas.

O algodão entrou irreversivelmente na cultura material ; no primeiro quartel do séc. XIX ele é já indispensável à vida quotidiana dos lisboetas. Deixa de ter um lugar frágil , limitado e flutuante, para passar a ocupar uma posição de destaque nos patrimônios. Esta constatação não é desprovida de consequências: um mercado completamente novo é conquistado/inventado. A capital inscreve duplamente o seu nome na geografia do algodão, mostrando-se permeável às transformações introduzidas pela revolução industrial. Duplamente, porque é um centro de estamparias e um centro de consumo.

Em 1780 os únicos panos importados que têm repercussão na procura lisboeta são os algodões da Índia. Representam cerca de 40% da roupa da casa , e 18 a 31% do vestuário feminino. A manutenção da gama de aplicações tradicionais liga-se assim à manutenção das fontes de aprovisionamento herdadas da primeira metade do século XVIII. E ainda o consumo de chitas e de panos asiáticos que está em causa (quadro 3.5.).

Quarenta anos mais tarde , a Inglaterra com as mãos finalmente livres pelo tratado de 1810 detém já uma fatia considerável do mercado, sem atingir no entanto os níveis de procura dos tecidos asiáticos.²⁸ A análise comparativa dos dados põe em relevo as diferenças substanciais entre a influência de panos estrangeiros na composição da roupa da casa , e o pouco peso desses mesmos panos no vestuário , contraste particularmente agudo nos inventários do século XIX. As dinâmicas da concorrência não parecem

Quadro 3.5.
Tecidos estrangeiros de
algodão no vestuário fe-
minino e na roupa da casa.

R O U P A D A C A S A
Algodão de Inglaterra

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|----------------|----------------|---|----------------|---|
| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de algodão | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de algodão |
| gr. super. | \$145 | 0,4% | 3\$240 | 5,8% |
| gr. interm. | \$095 | 1,9% | 1\$217 | 9,7% |
| gr. popul. | \$078 | 2,1% | \$257 | 2,7% |
| pobres | \$000 | 0,0% | \$100 | 1,4% |

Algodão da Asia

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|----------------|----------------|---|----------------|---|
| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de algodão | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de algodão |
| gr. super. | 14\$241 | 41,0% | 8\$054 | 14,3% |
| gr. interm. | 2\$206 | 45,7% | 2\$162 | 17,3% |
| gr. popul. | 1\$353 | 37,5% | \$940 | 7,4% |
| pobres | \$570 | 18,5% | \$226 | 2,6% |

VESTUÁRIO FEMININO
Algodão de Inglaterra

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|----------------|----------------|---|----------------|---|
| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de algodão | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de algodão |
| gr. super. | \$168 | 2,4% | \$000 | 0,0% |
| gr. interm. | \$442 | 12,4% | \$817 | 8,2% |
| gr. popul. | \$572 | 20,9% | \$050 | 1,3% |
| pobres | \$000 | 0,0% | \$054 | 2,1% |

Algodão da Asia

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|----------------|----------------|---|----------------|---|
| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de algodão | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de algodão |
| gr. super. | 1\$242 | 17,1% | \$193 | 3,4% |
| gr. interm. | \$934 | 26,2% | 1\$090 | 11,0% |
| gr. popul. | \$849 | 31,1% | \$022 | 0,6% |
| pobres | \$000 | 0,0% | \$000 | 0,0% |

evoluir no sentido do esmagamento linear da produção nacional depois das invasões francesas. É certo que a nossa função no sistema internacional de divisão do trabalho é de algum modo parasitária, dependendo de matérias primas semi-manufacturadas para sobreviver. Mas esse afunilamento da produção se corresponde ao bloquear do desenvolvimento tecnológico, não deixa de preencher os requisitos oitocentistas de uma maior especialização, tornando-nos especialmente qualificados no sector do vestuário feminino. Estampados e cortes de saia, além de serem a principal reexportação para os domínios, conquistam também a preferência das mulheres da capital. Este novo fôlego da indústria algodoeira (estamparias) está no entanto marcado por uma tensão explosiva entre uma oferta largamente subsidiária da evolução das conjunturas internacionais, e uma procura sólida e enraizada na cultura material, isto é estruturalmente definida na vida quotidiana.

3.3. O Linho.

Nas comunidades rurais as diferentes fases de trabalho do linho actualizam redes de solidariedades masculinas e femininas dando lugar a formas específicas de sociabilidade aldeã²⁹. Da curtimenta à tecelagem desenrola-se todo um processo de actividades complementares da agricultura cuja sede é a própria habitação do agregado familiar. A cultura do linho dilui-se na

história quotidiana das populações, nos ciclos de vida, nas festas e rotinas dos calendários, nas formas de percepção do tempo.

O autoconsumo (quando efectivamente existe) não exprime apenas a ineficácia da penetração de estratégias de mercado na economia camponesa, com a maximização das capacidades produtivas; ele é também um sinal da autonomia e integridade dos sistemas culturais da comunidade. O raciocínio frio da análise de preços e qualidades de mercadorias é incapaz de dar conta das redes de imbricações contidas no fabrico de panos de linho. A função preço de custo, por exemplo, só é possível determinar quando nos confrontamos com uma variável "mão de obra" perfeitamente isolada das restantes actividades da vida quotidiana e que se traduz em termos de tempo útil de trabalho. A indústria caseira não é obviamente redutível a estes parâmetros. As suas raízes prolongam-se dentro do tempo lento da transmissão de saberes inter-geracionais, estando associada na memória colectiva a complexos de tradições e valores. As finalidades económicas da produção misturam-se com imperativos morais e pedagógicos.

Em 1820, um conhecido negociante, Henrique Palyart, propunha que só fosse permitido casar às mulheres capazes de fiar,³⁰ urdir, tecer, e executar os outros trabalhos do linho. Se tal proposta tivesse sido aceite, Lisboa registaria certamente uma quebra sem precedentes na taxa de nupcialidade. Não obstante esta ideia sofrer de um anacronismo latente, ela põe em relevo o papel atribuído à indústria caseira na regulação económica e

moral da vida familiar.

A auto-suficiência é um ideal a atingir ; o engrandecimento do património deve resultar do trabalho e abnegação do casal com o "desperdício" mínimo de dinheiro. Num texto de cordel publicado em 1778 , a voz indignada de um velho pai contra os abandonos da moda e da peraltice de suas filhas faz-se ouvir neste termos :

" Não vejo nesta casa roca ou maçaroca. A costura quando he precisa sahe-me desta algibeira. Eu paguei na loja do Fanqueiro, poucos dias ha, quarenta e tantos mil reis de panno de linho e estopa para o serviço da casa. O tempo que de dia se gasta na cama, e em toucados para assistir na janella , e acceitar visitas , e á noite nas Assembléas e operas se se aproveitasse nestas cousas não era utilidade da casa ?

- E mais á frente expõe o seu plano de reforma:

" (...) ponha-me esta gente daqui em diante no costume de levantar cedo e deitar tarde, costura e mais costura , roca e mais roca. Essa criada que aqui está , em se acabando o seu anno, pagar-lhe-ei , e a mandarei embora. " 31

O aspecto irregular e grosseiro dos panos fabricados em casa é um pormenor de somenos importância. Ao valor de troca sobrepõe-se o valor de uso , e ao valor de uso o sentido não-económico da produção.³²

Presente sob múltiplas formas na vida quotidiana , o linho acompanha individuos e acontecimentos. Desta cumplicidade nasce toda uma rede de conotações simbólicas bem patentes na tradição oral: " Do linho arestoso faze camisas a teu esposo " - diz um provérbio popular recenseado no " Vocabulário Portuguez e Latino" do padre Bluteau.³³ A palavra "arestoso" refere-se na terminologia própria da cultura do linho, à fibra mais grossa ainda irmanada com alguns pedaços de casca que fica como residuo no momento da passagem da planta pelo primeiro sedeiro. Esta fibra

grossa , ou arestas, é aproveitada na produção de panos grosseiros , tão rudimentares quanto resistentes (estopa , estopinha). Muitas vezes , mesmo depois da tecelagem , são ainda visíveis fragmentos da casca presos entre os fios. A alegoria de fazer camisas com um material deste tipo pode ser interpretada como um elogio à vida frugal , rusticidade e trabalho. É uma estética da pobreza que se revela. Um apelo ao amor conjugal dentro de um quadro de valores pautado pela sobriedade.

Ao contrário do que sucede com o linho , o algodão não chegará nunca a conhecer grandes desenvolvimentos simbólicos. Filho da maquinaria e dos aglomerados de gente que dão pelo nome de "fábricas" , o "novo" pano está já distante dos ciclos e temporalidades da vida quotidiana. É asséptico e fácil de lavar. Sem dúvida. Mas a sua difusão enfrenta as resistências da tradição secular do linho em zonas rurais , e tem ainda de se confrontar com a produção dispersa das cidades.

O sistema doméstico não é efectivamente um exclusivo de áreas agrícolas. Durante a segunda metade do século XVIII, Lisboa dá mostras de uma apreciável vitalidade neste domínio. Parte das toalhas e lençóis da roupa da casa são feitos de linho caseiro , tendo o seu consumo particular alcance entre os grupos populares (quadro 3.6).

A excepção das elites económicas cujo património está sobrecarregado de tecidos finos de linho, reduzindo assim a importância dos panos caseiros em termos relativos , todos os outros grupos apresentam percentagens elevadas. Em cada sete lençóis os mestres artifices possuem dois de linho caseiro. Nas profissões liberais esta proporção é aproximadamente de um para oito , e nas

 Quadro 3.6.
 O linho caseiro na roupa
 da casa em 1780-86.

| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de tecidos de linho |
|----------------|----------------|---|
| gr. super. | 3\$890 | 2,2% |
| gr. interm. | 3\$388 | 7,5% |
| gr. popul. | 5\$474 | 17,6% |
| pobres | 1\$570 | 10,0% |

camadas mais pobres de um para quatro. Não restam dúvidas de que o output das indústrias domésticas têm algum peso nos patrimónios de roupa da capital. Mas poderemos verdadeiramente falar de autoconsumo ? E em caso afirmativo , situar-se-á esta produção no mesmo plano do sistema de trabalho agrícola ?

Para responder a estas questões possuímos um indicador precioso que são as quantidades de linho cru, curado ou fiado, existentes no casal. O simples facto de os avaliadores se preocuparem sistematicamente em pesar e em estimar o valor das miadas de linho é já de si significativo . O perito sabe que através da fiação, da tecelagem e da costura, as matérias primas que ele encontra virão a ser transformadas em toalhas , lençóis e camisas. Algumas arrobas ou alguns arratéis de linho são

potencialmente outras tantas peças a acrescentar à roupa da casa. A riqueza criada pelo trabalho feminino faz parte da fortuna patrimonial , e é um dos contributos para o equipamento doméstico.

No quadro 3.7. estão representados os valores médios das matérias-primas , e, entre parêntesis, o número de casos onde foram detectadas quantidades de linho semi-tratado.

 Quadro 3.7.
 Linho cru , curado e
 fiado na roupa da casa
 1780-86.

| núme- ro de casos | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de tecidos de linho |
|-------------------------|----------------|---|
| gr. (27) super. | 4\$243 (7) | 2,4% |
| gr. (46) interm | 1\$761 (16) | 3,9% |
| gr. (56) popul. | \$746 (13) | 2,4% |
| (23) pobres | \$131 (3) | 1,2% |

Note-se que a descrição destes itens num inventário comporta uma certa margem de arbitrariedade, pois fica a dever-se à circunstância mais ou menos fortuita de existirem miadas de linho que não começaram ainda a ser trabalhadas à data da morte de um dos cônjuges. A manipulação dos quantitativos estatísticos requer por consequência algumas precauções; surpreendemos um determinado momento do processo de transformação de matérias-

-primas, e não classes de bens permanentes e já acabados. Os dados disponíveis valem sobretudo como um foco de luz sobre práticas silenciosas e difíceis de observar à superfície macro-económica. Tendo em linha de conta o carácter aleatório da recolha de informação torna-se extremamente significativo o facto de 39 dos 152 processos estudados, assinalarem miadas de linho cru, curado ou fiado no espaço familiar. Isso faz supor uma generalização bastante grande do fabrico de panos caseiros.

As maiores frequências de posse encontram-se nos grupos sócio-profissionais intermédios (sensivelmente um terço dos agregados). Curiosamente, o valor dos tecidos de linho já manufacturados atinge neste nível social 3\$400 réis (quadro 3.6.) As indústrias domésticas da cidade de Lisboa não parecem ser apenas "indústrias populares", mas sim actividades económicas que atravessam obliquamente as hierarquias. A sua implantação junto de meios mais favorecidos (principalmente militares, profissões liberais e pequenos negociantes) vem reforçar a hipótese, anteriormente esboçada, da importância de factores extra-económicos na produção caseira.

Não nos confrontamos aqui com a imagem do trabalho como um expediente imprescindível para a sobrevivência. O trabalho é antes uma alternativa útil e dignificante na ocupação das mulheres, e um bom exemplo de gestão e economia doméstica.

A descrição dos instrumentos empregues na preparação e transformação do linho é relativamente rara nos inventários. Dobadouras, sedeiros, fuzos, ou mesmo teares, são no fundo peças de madeira com pouco valor, e se o seu estado de conservação é mau, então a avaliação monetária não apresenta qualquer interes-

se para as partilhas. Apesar destas contingências da fonte histórica, chegam até nós algumas informações acerca dos instrumentos de trabalho localizados no espaço familiar. As dobadeiras constam do "mobiliário" de um Dezembargador, três militares (um deles, tem ainda um sedeiro e vários fuzos) , um tabelião, e um titular da nobreza. Um outro negociante possui também alguns fuzos, e nos níveis sociais inferiores apenas dois mestres carpinteiros têm rodas de fiar.

A ausência de objectos próprios para a assedagem , urdidura e tecelagem se pode ser explicada pelas lacunas da documentação, pode igualmente remeter-nos para uma outra ordem de fenómenos. O facto de não existirem instrumentos de trabalho não é por si só impeditivo do fabrico de panos caseiros. O sistema doméstico lisboeta apresenta alguns indícios de se basear num circuito integrado, no qual certas tarefas domiciliárias surgem combinadas com prestações de pessoas estranhas ao casal. José António da Silva, procurador de causas, declara em 1781 que "... ao tempo do falecimento de Sua mulher se achava curar as Miadas de fiado e linho que neste inventario vão lançadas a follha 16 , e depois do falecimento da dita satisfez elle Inventariante a Curadoura ...em

34

\$650 rs."

Certas fases do trabalho podem ser entregues a pessoas especializadas , o que vem simplificar o processo produtivo. Mas seja num sistema integrado casa-exterior , seja num sistema exclusivamente doméstico , a amplitude desta actividade é um facto indiscutível na Lisboa do último quartel do século XVIII. Ela responde por uma fatia considerável do consumo de linhos em

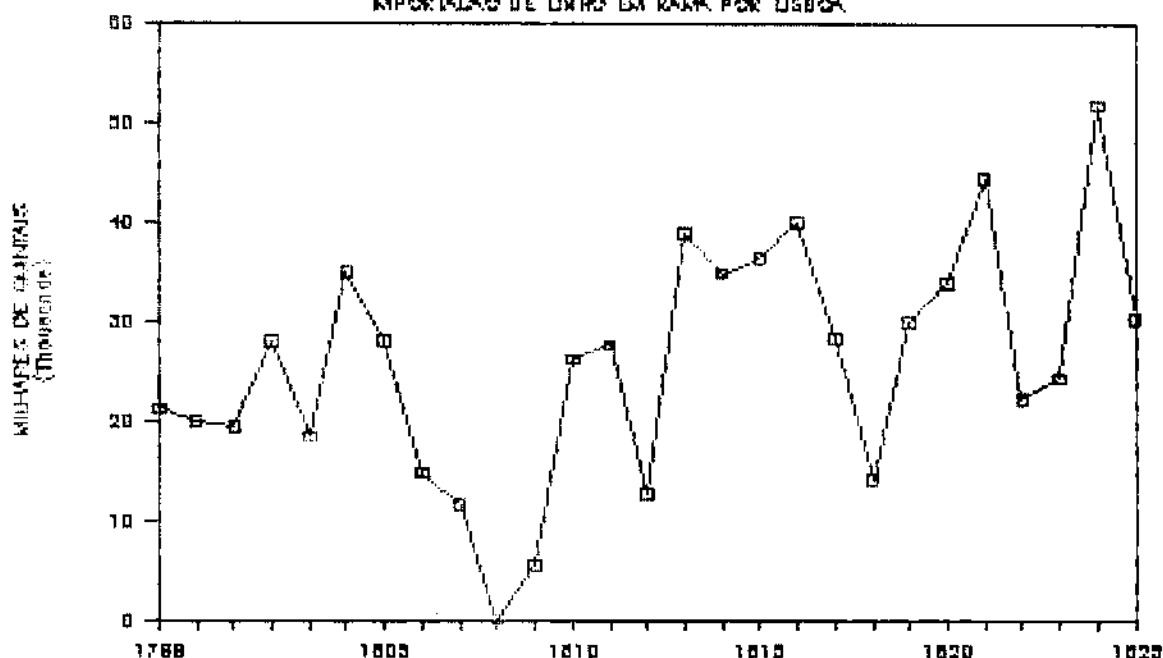
todas as camadas da sociedade , não se limitando a ser um recurso de circunstância para as bolsas menos endinheiradas. A extrema variedade de qualidades e preços que caracteriza a oferta , acrescenta-se uma outra alternativa: a produção própria de panos destinados ao fabrico de lençóis , toalhas e camisas . Os patrimónios de linho revelam assim uma estrutura híbrida onde o papel da indústria familiar se articula com o mercado. Economiza-se de um lado , o que do outro se gasta. A autosuficiência é limitada e parcial.

Um outro aspecto separa o sistema doméstico de Lisboa dos seus congêneres rurais : enquanto estes realizam geralmente os diversos trabalhos da cultura do linho , aquele enxerta-se directamente numa fase já avançada de transformação de matérias-primas, beneficiando das remessas de linho em estrigas, em feixes, ou em rama, exportadas para o porto da capital por países europeus. Este pormenor é importante, uma vez que significa a emancipação das indústrias familiares urbanas em relação aos ciclos de produção agrícola. Os ritmos de trabalho deixam de estar presos às vicissitudes da terra , dependendo antes do movimento das embarcações no porto de Lisboa , e das trocas comerciais de Portugal com os grandes centros liníferos.

A partir de 1789 começam a afluir à capital, a par das importações correntes de matéria-prima em bruto, pequenas quantidades de linho assedado³⁵ . Este desenvolvimento corresponde à necessidade de simplificar o processo produtivo , desembaraçando a indústria das tarefas de preparação e tratamento para a concentrar na fiação e tecelagem. Verifica-se entretanto um cres-

Quadro 3.8.

IMPORTAÇÃO DE LINHO EM RAMA, POR LISBOA



Baseado em J. Pedreira, Indústria e atraso económico em Portugal, 1800-1825 tese dact. UNL/FCSH, Lisboa, 1986, pp.437.
 (Quadro 3.2. - Exportações dos panos de linho em rama e reexportações dos panos de linho nacionais para o Brasil. 36

cimento espectacular na importação que passa de 31.831 mil réis (em 1777) para 99.618 (em 1783).³⁷ As compras de matéria-prima ao estrangeiro triplicam no espaço de cinco anos, mantendo porém uma relativa estabilidade nos preços.³⁸ Neste comércio, a Rússia detém a parte de leão. As suas exportações representam já 91,6% do total em 1789.

O século XIX não acaba de imediato com a grandiloquência destes números. A média de importações entre 1799 e 1805 situa-

-se nos 24.271 quintais, quebrando nos anos seguintes, para só em 1810 conseguir repôr os níveis anteriores. Entretanto, a pouco e pouco , a praça de Lisboa dá sinais de um novo impulso nas compras ao estrangeiro , e em 1824 alcança o ponto mais alto deste primeiro quartel com 51.774 quintais (quadro 3.8.).

Na ausência de indicadores capazes de proporcionarem uma estimativa global da produção, a análise das entradas de matérias primas tem sido empregue como um barómetro do desenvolvimento industrial e das capacidades transformadoras da indústria. Ora os dados da Balança do Comércio mostram que as áreas servidas pelo entreposto da cidade de Lisboa mantêm o aprovisionamento regular de linho em rama, existindo apenas um estrangulamento nos abastecimentos durante a crise de 1807-1809. Após aquela data, a produção artesanal e doméstica, que continua a dominar o panorama das indústrias liníferas ³⁹, dá sinais de uma recuperação.

E portanto surpreendente o eclipse quase total dos panos de linho caseiro nos patrimónios de roupa durante o período 1821-27, bem como o desaparecimento das miadas de linho cru, curado e fiado do espaço familiar ⁴⁰. Se a indústria artesanal sobrevive, e os níveis de produtividade até parecem aumentar depois de 1813, a componente mais frágil dessa indústria , aquela que se destina à produção para consumo próprio é varrida do mapa da cidade.

Apesar de só nos podermos situar no domínio das hipóteses, tudo indica que na nova conjuntura oitocentista as unidades domésticas cujas produções visam essencialmente o mercado, respondem positivamente aos desafios , enfrentando inclusive as

adversidades resultantes da perda do monopólio da exportação para o Brasil. Mas os hábitos femininos de fiar , urdir e tecer linho em casa, vão irremediavelmente desaparecer da capital. Valerá a pena lembrar que as novas aplicações do algodão no século XIX incidem sobretudo em toalhas , lençóis e camisas , ou seja, nas peças de roupa onde se utilizava a estopa e o linho caseiro. O barateamento dos preços vem tornar supérfluas as expectativas de poupança associadas à produção para consumo próprio. Não deixa de ser significativo que os últimos bastiões deste sistema sejam os grupos com níveis de riqueza intermédios. Eles mantêm páli-damente a tradição quando já não há qualquer sentido para o fazer, senão a obediência a cânones culturais. Rocas , fuzos e dobadeiras ao lado de tamboretas , mesas e salgadeiras são , em 1820, um monumento vivo a um mundo em extinção.

No que respeita aos tecidos mais finos de linho , assistir-se-á durante o século XVIII a um movimento de difusão e generalização dos consumos. Assim , se no reinado de D. João V as toalhas de cambraia, e os lençóis de esguião e de cré são apanágio de determinadas elites , e exclusivamente delas , em 1780-86 a situação é já outra. A procura expande-se embora não perca um carácter vincadamente social.

Os crés , em grande parte importados de Hamburgo e de França, começam a ser utilizados nos colchões e enxergões como alternativa aos riscados. O esguião sofre por seu turno um aumento da procura no último quartel do século XVIII, representando nesta altura cerca de 11% dos linhos dos grupos superiores e 7% nos gr.intermédios e populares. Em termos monetários, os valores médios que correspondem a estas percentagens são respectivamente

19\$300 , 3\$300 e 2\$250 réis. Deixam de estar confinados ao fabrico de lençóis passando a ser empregues em almofadas, travesseiros e toalhas. No vestuário masculino as camisas de esguião com punhos de cambraia ou de renda tornam-se indispensáveis a quem quer que seja. Em média os agrupamentos sócio-profissionais acima considerados possuem 6 , 4, e 1,5 camisas com estas características. A escala de utilizações do esguião reproduz os níveis de estratificação económica. No último patamar , os pobres estão à margem dos consumos.

Após este período de ouro , tanto crês como esguiões entram na recta descendente. Em 1821-27 apenas subsistem algumas aplicações na roupa da casa com pouco significado estatístico. A cultura material do séc. XIX não vai herdar este testemunho , cujos nomes ficarão irremediavelmente presos à vida quotidiana setecentista.

Destino bem diferente é o das bretanhas , ou panos de Irlanda, que atravessam incólumes a barreira do século. A partir de 1783 tem lugar a importação em grande escala deste tecido pelo porto de Lisboa e a subsequente reexportação para o Brasil. Hamburgo e França asseguram os principais fornecimentos , sendo de notar uma diferença de qualidade entre as mercadorias de ambos os países, pois o preço da vara hamburguesa é praticamente metade do preço da vara francesa .

A presença das bretanhas no consumo da capital é ainda muito ténue em 1780-86 , só alcançando algum peso no vestuário feminino dos grupos com maior poder económico (média de 2\$705 réis , correspondendo a 12,4% do total dos linhos). Diga-se desde já que estamos perante um pano com uma trajectória absolutamente

 Quadro 3.9.
 O consumo de bretanhas na
 roupa da casa e no vestuário
 masculino (1780-86, 1821-27).

R O U P A D A C A S A

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|----------------|----------------|---|----------------|---|
| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de linho | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de linho |
| gr. super. | 1\$332 | 0,8% | 8\$834 | 7,2% |
| gr. interm. | \$542 | 1,2% | 3\$113 | 4,8% |
| gr. popul. | \$828 | 2,7% | \$569 | 1,8% |
| pobres | \$394 | 2,8% | \$185 | 1,1% |

V E S T U A R I O M A S C U L I N O

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|----------------|----------------|---|----------------|---|
| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de linho | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de linho |
| gr. super. | 2\$705 | 12,4% | 4\$560 | 37,6% |
| gr. interm. | \$141 | 1,6% | \$408 | 16,5% |
| gr. popul. | \$307 | 4,8% | \$056 | 2,6% |
| pobres | \$058 | 3,9% | \$000 | 0,0% |

original. Os ritmos de difusão estão dessincronizados dos restantes tecidos de linho fino , e deve mesmo existir um ponto zénite onde o recuo de crês , esquiões, cambraias, cavalins e holandas se cruza com a progressão das bretanhas. No entanto , neste caso , o aumento da procura não se traduz na generalização social do leque de utilizadores. O salto em frente registado no primeiro quartel do séc. XIX é conseguido à custa da multiplicação dos consumos nas camadas mais ricas sem se observar qualquer tendência de expansão na horizontal (quadro 3.9.).

Em 1820, a fronteira das bretanhas vai até ao limite dos grupos intermédios extinguindo-se para lá deste espaço social. Não deixa de ser um paradoxo; um tecido que foi uma das principais reexportações de linho para o Brasil (especialmente entre 1799 e 1807⁴²) só consegue atingir determinadas franjas da sociedade lisboeta. A era da simplicidade e da funcionalidade do algodão parece ser acompanhada de um processo de sedimentação na procura de panos finos e delicados. O algodão aproxima; o linho deve separar.

Além das bretanhas , outros panos como os adamascados, atoa-
lhados e manufacturas de Guimarães instalam-se sólidamente nos hábitos de consumo das camadas superiores . Neste conjunto, o destaque vai para as célebres toalhas de mesa de Guimarães, grossas e bordadas , cuja fama , aliás, chega aos dias de hoje .

Se a produção nacional de linhos dos finais do antigo regime tivesse de ter um emblema, seria certamente escolhida uma das manufacturas de linho de Guimarães. Com fortes tradições industriais, esta região nortenha é uma ilha no meio das vagas da

 Quadro 3.10.
 O consumo de linho de
 Guimarães na roupa da
 casa (1780-86 ,1821-27).

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | | 1 8 2 1 - 2 7 | | |
|----------------|----------------|--------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------------------------|-----------------------------------|
| | valor médio | número médios de toalhas | número médio de guardanapos | valor médio | número médio de toalhas | número médio de guardanapos |
| gr. super. | 5\$011 | 2,3 | 11,0 | 6\$136 | 3,6 | 9,2 |
| gr. interm. | \$268 | 0,2 | 0,3 | 3\$060 | 1,7 | 5,8 |
| gr. popul. | \$828 | 0,1 | 0,3 | \$707 | 0,6 | 1,5 |
| pobres | \$000 | 0,0 | 0,0 | \$082 | 0,0 | 0,8 |

produção caseira. Entre 1815 e 1820 alberga as únicas fábricas
 de "linifícios" verdadeiramente dignas desse nome.⁴³ Lisboa
 mostra-se permeável às manufacturas de Guimarães, apesar da sua
 circulação afectar apenas determinadas faixas sociais, a seme-
 lhança do que sucede com as bretanhas. Talvez os custos de
 transporte ao sobrecarregarem excessivamente os custos de produ-
 ção tornem menos acessíveis os artigos. Na prática, as toalhas
 deveriam ter um estatuto semelhante ao dos panos finos estran-
 geiros. A arte de bem receber e os cerimoniais alimentares
 rodeados de pompa e formalidade não dispensavam um acessório tão
 fundamental para o requinte da mesa. A análise dos estados de

conservação das peças vem precisamente confirmar o carácter episódico da sua utilização⁴⁴. Artigo "elitista", as toalhas de Guimarães não se sujeitam aos desgastes do dia-a-dia, repousando na tranquilidade das cómodas à espera de ocasiões ou de convidados especiais.

O primeiro quartel do séc. XIX é um período de agudas transformações na cultura material ao nível dos tecidos. O equilíbrio setecentista é dilacerado com a invasão dos algodões, fenómeno que vai ter implicações estruturais na reformulação do estatuto dos panos de linho no conjunto da roupa. A morte de uma velha geração está anunciada: esguiões, crês, linhos caseiros, e também holandas⁴⁵, cambraias e cavalins⁴⁶ conhecem o seu outono. As portas de uma nova era, o linho corrente e popular vai começar a ser substituído pelo linho que distingue e é um símbolo de riqueza.

3.4. As sedas e tecidos mistos de seda.

" Senhores em outro tempo a cada canto,
Se topavão mulheres com seu manto,
E com tal sesudeza, e bizzarria;
Que todos lhe fazião sua cortezia.
Agora sò se veem terriveis côcos
Fantasmas, negras trompas de viaco
Dando passos pelas Ruas Repentinos;
Sem asseios, nem modos femininos;
Vio-se no mundo traje mais malvado?
Apre lá com a moda do peccado ! " 47

Mulheres de manto, o lamento de um tempo perdido, onde a velocidade transformadora das modas não quebrava a sisudez, o

recato e a austeridade feminina. "Quero que tragas manto com criadas!" - grita o personagem do entremez acima citado, esgrimindo no ar contra a dissolução dos costumes.

A imagem da mulher coberta e defendida por um séquito de criadas em cada nova escapada à rua, é um tema forte da cultura setecentista. Vários viajantes estrangeiros repararam nas "procissões" femininas, com a mulher a mãe e as criadas em fila indiana, deslocando-se à igreja, em visitas ou a fazer compras. Henry L'Evêque, imortalizará em 1814 este quadro numa das aquarelas da série "Costume of Portugal"⁴⁸. A preocupação com o decoro das saídas das esposas só faz sentido quando a mulher está funcionalmente adscrita ao espaço doméstico. Se a rua é um território hostil, os tempos de exposição devem ser socialmente controlados. Ora a "vulnerabilidade" feminina encontra-se protegida por duplas defesas, a saber: acompanhamento e manto. Na sinalética simbólica das práticas vestimentares, a tonalidade preta do manto de seda introduz uma gravidade recatada no traje, ao mesmo tempo que cobre o corpo dos ombros aos joelhos.

Desde os finais do século XVII que podemos encontrar nas pragmáticas uma rubrica ou um parágrafo inteiramente dedicado à interdição dos mantos de seda. Nas recomendações de D. Luis de Menezes ao Concelho da Fazenda, uma das propostas é exactamente "...proibir às mulheres os mantos de seda de fora premetendo se lhes só os de sarja e de Lamego."⁴⁹ A pragmática de 6 de Maio de 1749 (alterada pelo dec. de 24 de Maio de 1751), e o decreto de 24 de Maio de 1757, vêm reafirmar este princípio, apesar da

interdição não assumir o carácter brutalmente compulsivo das formulações anteriores. Com o fomento industrial joanimo a produção nacional havia-se tornado mais variada, sendo completamente descabida a ideia de impôr por decreto a universalidade das sarjas de Lamego. Altera-se o alcance das pragmáticas. Do combate indiscriminado ao luxo passamos a um combate mais selectivo. As sedas estrangeiras para mantos são proibidas . As nacionais não.

Nesta altura, Bragança é o centro industrial do país especializado na produção deste tipo de peças de vestuário. O escoamento de mantos para a corte assegura-lhe um mercado com boa capacidade de absorção. Segundo as palavras de um observador informado como é José António de Sá , a decadência manufactureira Brigantina nos finais da década de sessenta, ficou precisamente a dever-se à estreita dependência em relação ao consumo da capital.

Quando as mulheres de Lisboa começam a abandonar o costume de trazer mantos (excepção feita a algumas senhoras " ... mais graves " ⁵⁰) as repercussões sentem-se em Trás-os-Montes:

" Pararam por esta causa quasi todos os Teares, os Fabricantes decaíram em uma notavel pobreza , chegando à miseria de necessitarem de esmolas para subsistir." ⁵¹

Este caso ilustra bem certas especificidades da inserção das sedas no mercado. As questões da qualidade e do preço, já analisadas , acrescenta-se aqui um novo problema : a capacidade de adaptação do aparelho produtivo aos ritmos de transformação do vestuário. Se a roupa branca de linho ou de algodão não é muito afectada pela velocidade das mudanças , os tecidos de seda mostram pelo contrário uma grande sensibilidade às flutuações e

caprichos da moda.

Poucos autores se debruçaram com a devida atenção sobre este problema. No pensamento económico português, instala-se não raras vezes um vazio entre a análise dos processos de produção e as características próprias da comercialização. Uma excepção notória é Acúrsio das Neves. O antigo deputado da Junta do Comércio sublinhou em várias ocasiões os efeitos de arrastamento provocados pela evolução da moda na produção industrial: decadência no final do século XVIII do traje com sedas de ricos labores (fenómeno que conduz à abolição da aula de debuxo em 1800) ⁵², diminuição do consumo de melancias ⁵³ e de sedas de matiz ⁵⁴ no terceiro quartel de setecentos, desuza do emprego de meias de seda no vestuário masculino com o advento das pantalonas ⁵⁵ (calças) .

Provavelmente, nenhum outro economista terá levado tão longe uma abordagem das questões onde a capacidade de reflexão analítica e técnica se cruza com um raciocínio macro-económico, orientado para o diagnóstico e terapia da estrutura industrial portuguesa. A combinação de níveis de análise diferenciados é sem dúvida um dos traços mais fascinantes do seu pensamento.

No levantamento dos problemas da indústria têxtil, merecem-lhe uma atenção especial as fases de acabamento onde os panos recebem a sua segunda alma: - côr , lustro e regularidade . E uma cartada decisiva no jogo da concorrência , e as persistentes chamadas do autor para estes terrenos trazem implícita a ideia de dificuldades técnicas recorrentes. Em 1820 Acúrsio elogia a qualidade de algumas cores na tinturaria das lãs - escarlates,

azuis ferretes e pretos - , apesar de prevalecer "...a antiga rotina de se tingirem os panos depois de tecidos", ao invés de se optar pela fixação das tintas quando a lã está em rama ⁵⁶ .

O friso de cores apontado coincide com os ditames da moda. Azul e preto, impõem-se nitidamente como as tonalidades dominantes do traje masculino do último quartel do século XVIII, vindo a progredir pelo século XIX adentro. A austeridade do guarda-roupa tornar-se-á cada vez mais perceptível ; amarelos, carmesins , escarlates , rozas, laranjas, cores de chumbo e de vinho, vêm progressivamente a desaparecer sob a paisagem empobrecida de pretos e azuis.

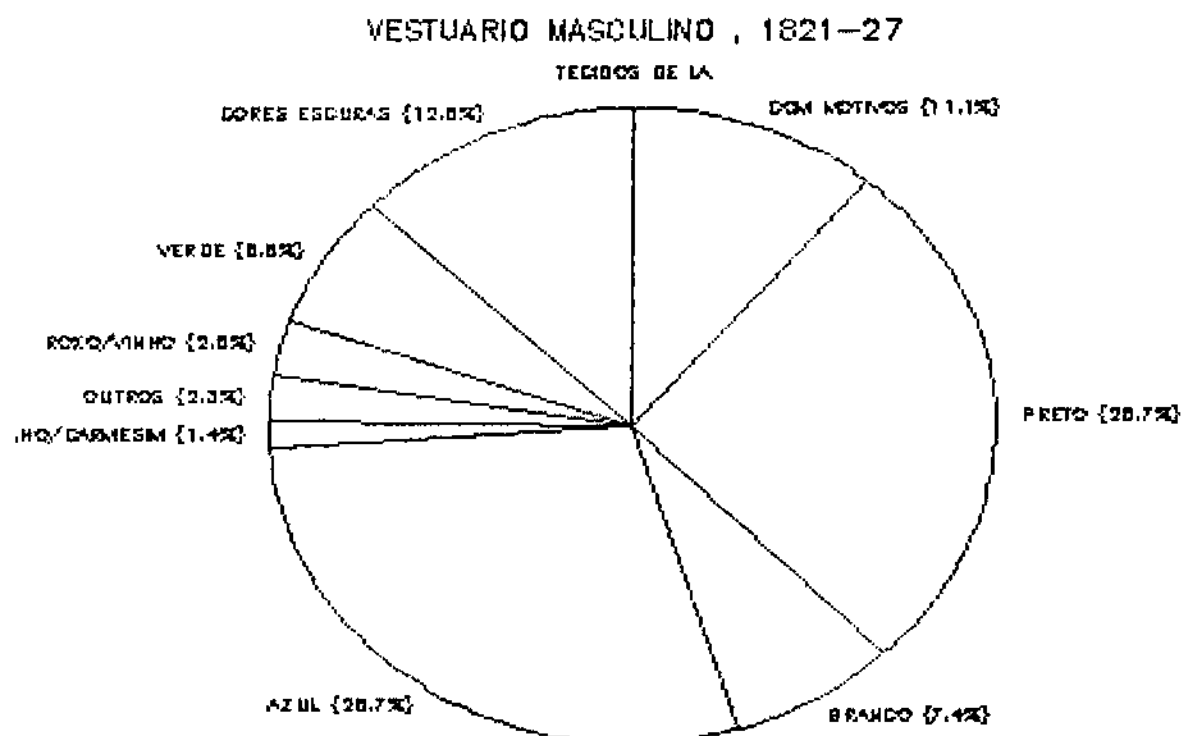
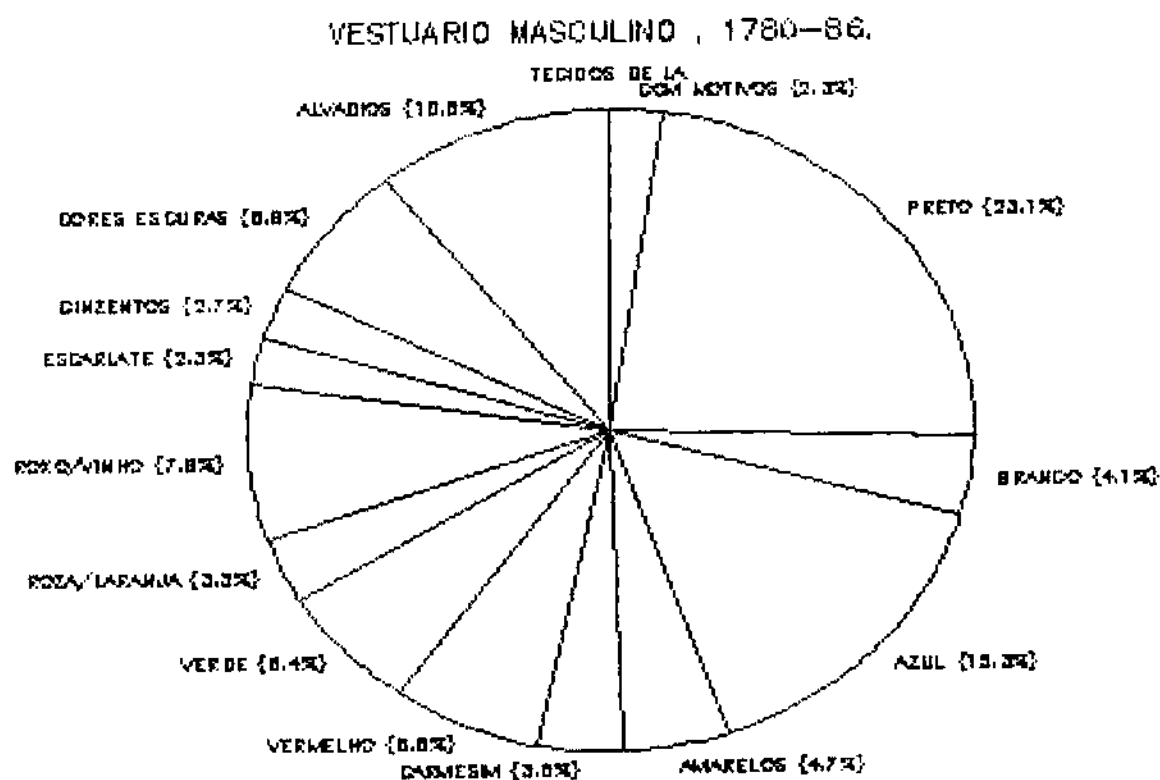
Entretanto, a tinturaria das sedas beneficiava da transmissão de conhecimentos entre o mestre parisiense Luis de La Chapelle , possuidor dos segredos da urzela e da cendre gravele ("que então se fazia nas grandes tinturarias" ⁵⁷) , e os seus discípulos José Maria Leal e Francisco Dias . Sobre este último , afirma Actrsio, que " serve... com notavel perfeição no cor de roza Francez, no roxo fino , e sobre tudo no preto, que he superior a tudo o que vem de fora do reino" ⁵⁸ . Aproximadamente sessenta anos de continuidade entre as três gerações de tintureiros da Real Fábrica de Sedas, com uma incursão dentro de cores mais problemáticas como o rosa , roxo fino e carmesim. Note-se que o carmesim tem um alcance estratégico na roupa da casa pois é a cor preferida para as colxas, cobertas, cortinas e forros de sala. Dominante nos púlpitos e na igreja, o carmesim dá uma tonalidade sóbria e requintada ao espaço familiar surgindo com notável frequência nos artigos de seda das camadas superiores da

sociedade.

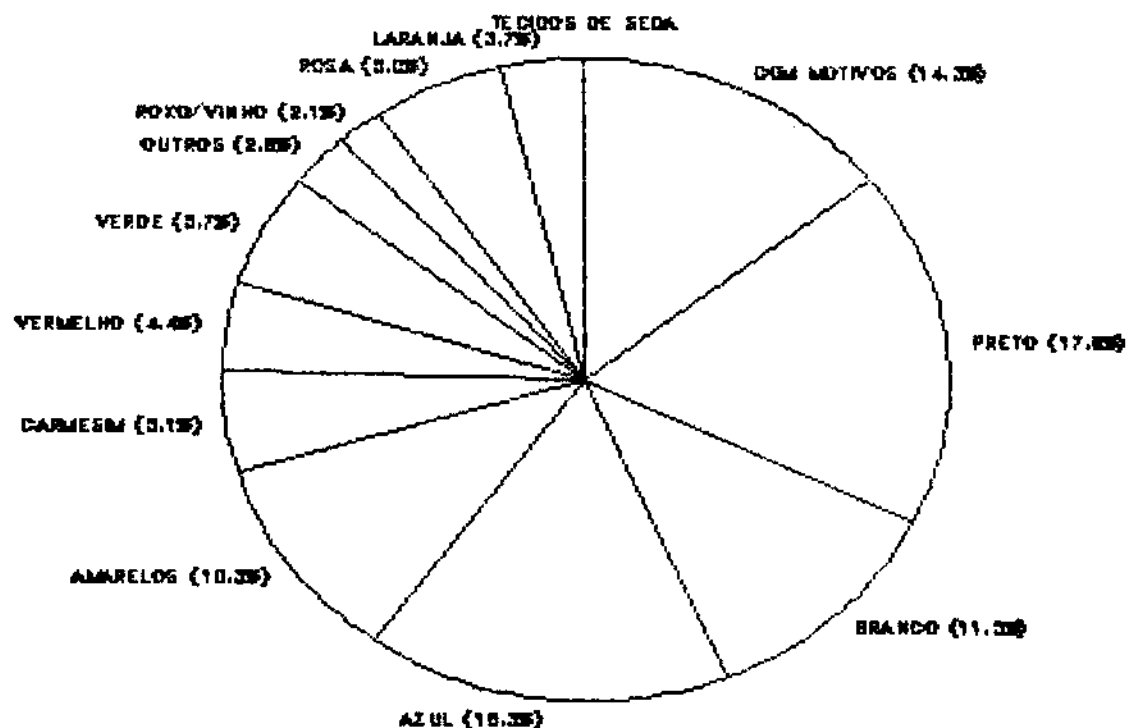
Já o vestuário feminino apresenta um arco-íris muito mais variado. Em 1780-86, a côr, é um efeito visual de primeira importância na indumentária das mulheres, contrastando mesmo com as tendências monocromáticas que começam a despontar nos guarda-roupas masculinos. Tal dismorfismo sexual, também visível em outras capitais europeias⁵⁹, esbater-se-á nos inícios do século XIX com o avanço dos tons escuros nos vestidos, saias e capas. Mera transformação das modas? Ou pressagiará esta mudança algo de mais profundo quanto ao estatuto da mulher na sociedade?⁶⁰ Teremos oportunidade de voltar a esta questão. Para já importa assinalar que o último quartel do setecentos é um período de excessos e ousadia nos adornos, penteados e traje⁶¹, pelo que a exuberância e a alegria das cores deve ser entendida como uma manifestação dessa crescente mundaneidade feminina.

Na paleta cromática, o preto ocupa uma posição de destaque contribuindo decisivamente para o vestuário feminino e masculino. As referências qualitativas que possuímos são unânimes em distinguir a elevada qualidade, senão mesmo perfeição, das sedas nacionais neste domínio. Antônio José de Sá, por exemplo, elogia as tinturarias públicas e particulares de Trás-os-Montes na manipulação do preto. No entanto, para as outras cores, os fabricantes são obrigados a enviar os tecidos ao Porto porque apesar de saberem tingir não o fazem "... com tanta perfeição"⁶². Os tons vistosos e brilhantes tão do agrado das mulheres são um dos calcanhares de Aquiles da produção manufactureira e artesanal, em contraponto com os negros, azuis e avinhados (lãs), rosas,

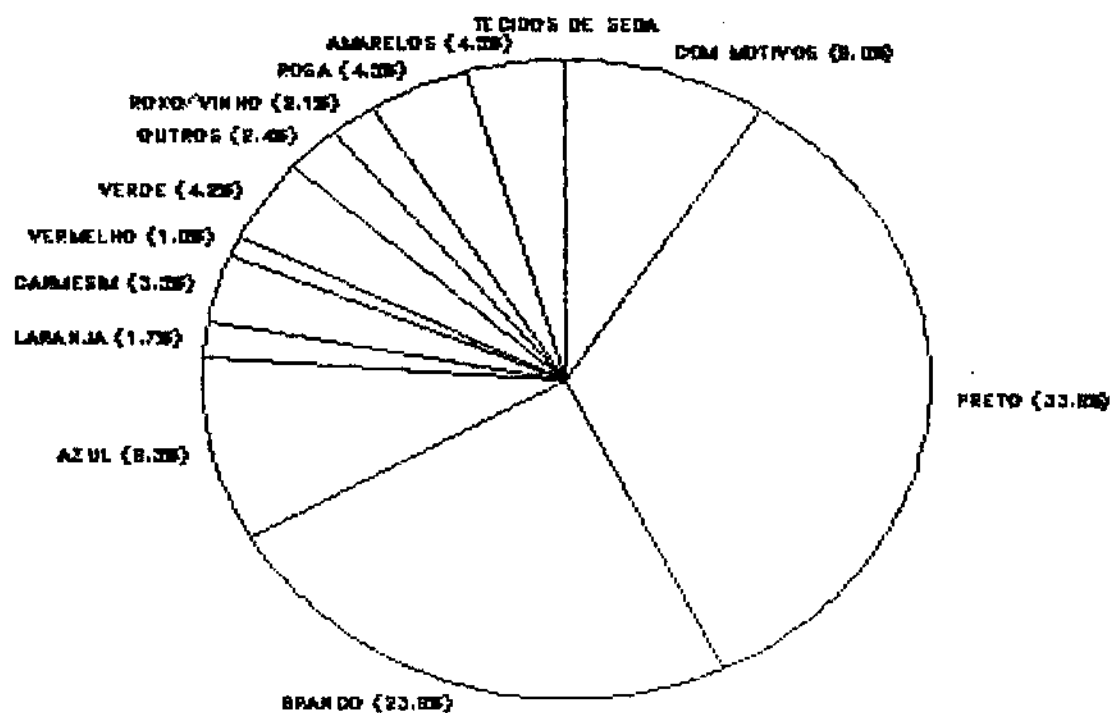
Quadro 3.11. - As cores no traje masculino (lã)
e no traje feminino (sedas).



VESTUÁRIO FEMININO, 1780-86.



VESTUÁRIO FEMININO, 1821-27.



carmesins e pretos (sedas), cores com alguma tradição⁶³ na tinturaria portuguesa, e que merecem os elogios dos contemporâneos.

Nos finais do antigo regime, a arte de tingir assegura a capacidade de concorrência numa gama de tons convencionais e de baixo preço industrial⁶⁴, que se subtraem facilmente às flutuações da moda,⁶⁵ mantendo plafonds constantes de consumo. O melhor exemplo de utilizações intemporais das cores encontra-se nos vestidos de luto. Ai não há variações nem caprichos de curta duração; o preto pode reinar fora do tempo.

Mas de nada serve uma boa fixação das tintas quando o pano não tem brilho. Para conseguir este efeito, é necessário expurgar os tecidos (particularmente as sedas macias) do grês ou sericina, matéria proteica que permite às diferentes assentadas da baba do bicho-da-seda aderirem umas às outras e é solúvel em água quente.

Os métodos tradicionais estavam profundamente antiquados, e é ainda Acórsio das Neves quem lamenta a introdução tardia das técnicas de dar água e goma nas sedas. Só na década de sessenta, primeiro no Porto, e depois em Lisboa, chegam até nós as calandras, e também alguns artifices estrangeiros especializados na arte de dar lustro aos tecidos⁶⁶.

Estas operações de acabamento desempenham a partir de 1750 um papel cada vez mais importante na sedução dos consumidores. Por esta altura as sedas lavradas, isto é, as sedas decoradas com desenhos obtidos na tecelagem por meio dos cruzamentos dos fios da trama e da teia, começam a ser menos procuradas⁶⁷. O mesmo se

passa em relação aos tecidos bordados, especialmente aos bordados de ouro e prata , que são substituídos pelo retroz (um derivado de seda frouxa)⁶⁸ . A simplicidade das sedas lisas é já a nota dominante do traje da década de oitenta. Nesta transição, o requinte próprio da moda transfere-se da ornamentação e proliferação de enfeites para a apreciação mais específica e directa do tecido. A qualidade da textura, da cor , e do brilho, surgem então imediatamente à vista.

Quando nos atemos às concepções de luxo da primeira metade do século XVIII , verificamos que algumas dessas concepções vêm impregnadas de uma experiência da vida quotidiana marcada pela saturação de efeitos decorativos e de ornamentações. A crítica das práticas de consumo não incide tanto numa gama de objectos considerados ostentatórios ou supérfluos , mas principalmente na sobreposição e acumulação de adereços.

O parecer do Dezembargador da Casa da Suplicação José Vaz de Carvalho, sobre as medidas a tomar para " ... o melhoramento do reino, desterrando abusos e males que o ilaqueiam " , é um bom exemplo da identificação do luxo com o exagero de decorações. Neste parecer , bastante influente na pragmática de 1749, propõe-se a proibição de uma série de artigos de vestuário:

" Proibe-se nos vestidos , nos ornatos , e nos enfeites as telas , os tissos , galaces, as fitas , os galões, os passamanes, os cordões , as franjas, as espequilhas , os debruns, as borlas, e qualquer tecido de ouro ou de prata , que seja fino ou falso, toda a sobreposição ainda que seja de seda, ou lã nos vestidos deve ser proibida como supérflua, assim como os cristaes ou outras pedras, ou vidros, ou pérolas, ainda que falsas sejam (...) Estas proibições devem ser acompanhadas de duas determinações: uma que taxe o valor das sedas lavradas e lisas e os ricos lavrados, e até as meias de seda (...) Proibir-se o uso da prata e de ouro verdadeiro ou falso nas paredes, tetos, portas, janelas e em quaisquer móveis da casa, salvo algumas

O pormenor é aqui superlativo. No comentário a este texto, Carvalho Dias assinalou que as motivações para a condenação do luxo não têm uma raiz económica mas sim moral⁷⁰. O parecer do Desembargador traz implícita a associação entre consumo improdutivo e ociosidade. E aliás por esta porta que a problemática do luxo entronca na problemática do abandono e desleixo da agricultura: só um povo viciado no frívolo e no supérfluo é capaz de sofrer um desregramento desta natureza. E nada exprime melhor a realidade do ócio do que as rendas, fitas, bordados, e outros enfeites do vestuário. No pensamento do autor, estes simulacros parasitam o corpo moral da nação desviando o homem da terra. Desembaraçar a comunidade de todas as vanidades deve ser o objecto da política real e do monarca absoluto. O entusiasmo pelo paradigma agrícola desdobra-se assim na crítica da estética barroca.⁷¹

Tecidos ricos com tramas compostas de fio laminado de ouro ou de prata (a lhama, por exemplo), só fazem parte da nossa amostra no período de 1740-50, desaparecendo em seguida de circulação. A própria evolução da moda se encarregará de neutralizar as práticas ostentórias (barrocas) que a pragmática procurava combater, substituindo-as naturalmente por outras. Uma vez despojados os tecidos das ornamentações, os olhares vão virar-se com mais atenção para a qualidade intrínseca das sedas. Neste domínio, a produção nacional enfrenta algumas dificuldades pois os métodos tradicionais de trabalho não são isentos de riscos de imperfeição. O ponto fraco da cadeia produtiva é a fiação. As mulheres, geralmente encarregues destas tarefas,

têm de desprender a baba de cada casulo, associá-la a um determinado número de babas de outros tantos casulos, para finalmente enlear o fio assim obtido nos braços (ou "costelas") de uma dobadeira. Ao longo deste processo há que manter constante a temperatura da água onde os invólucros dos bicho-da-seda estão a amolecer , e simultâneamente proceder de tempos a tempos à sua renovação , único meio de evitar que a seda saia manchada ⁷² .

Os instrumentos empregues , um fogão e um engenho de dobar ⁷³ (carrilho), têm uma eficácia limitada . Para obter um fio de boa qualidade é necessária muita perícia e concentração da parte da fiandeira, condições nem sempre preenchidas. Daqui resulta que a seda nacional é muitas vezes preterida em favor de sedas mais perfeitas importadas de Génova. Tal situação afecta sobretudo a indústria que se dedica à tecelagem de peças pouco encorpadas, como os setins e tafetás, pois nestes casos as tramas e telas têm de estar muito bem tapadas, sob o risco de se perder toda a graciosidade e leveza dos tecidos. Numa pelúcia ou mesmo num chamalote, já será possível disfarçar o atramar. Mas nos ⁷⁴ setins, tafetás e nobrezas, a irregularidade do fio é fatal .

A expansão do consumo de sedas ligeiras na última metade do século XVIII traz para o primeiro plano a questão da qualidade dos filatórios de seda. Sem um fio perfeito , parte da produção fica bloqueada ou dependente das remessas de matéria prima estrangeira.

Os setins, já popularizados durante a última fase do reinado de D.João V conhecem um crescimento acentuado do consumo nos anos

Quadro 3.12.
O consumo de setins de seda
na roupa da casa e no ves-
tuário feminino.

VESTUÁRIO FEMININO.

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|----------------|----------------|--|----------------|--|
| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de seda | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de seda |
| gr. super. | 9\$447 | 26,6% | 1\$838 | 12,1% |
| gr. interm. | 12\$433 | 48,0% | \$828 | 8,2% |
| gr. popul. | 3\$880 | 34,0% | \$736 | 18,2% |
| pobres | \$855 | 71,4% | \$174 | 7,7% |

ROUPA DA CASA.

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|----------------|----------------|--|----------------|--|
| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de seda | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de teci- cidos de seda |
| gr. super. | 13\$063 | 6,7% | 8\$396 | 16,1% |
| gr. interm. | 4\$119 | 16,2% | 1\$463 | 7,7% |
| gr. popul. | \$956 | 15,6% | 0 | 0 |
| pobres | 0 | 0 | \$533 | 42,1 |

seguintes. Em 1820, o seu ocaso é porém evidente.

Quanto aos tafetás , trata-se de um tecido pouco utilizado para a confecção de peças, e cuja aplicação principal são os forros de capas , capuxinhas , coletes , capotes, casacas e outros artigos de vestuário. Em 1780-86 , 44% dos forros femininos e 37% dos forros masculinos são feitos de tafetá. Quarenta anos depois, estas percentagens baixam para 20% e 5% , respectivamente.

A progressão de sedas ligeiras no século XVIII, é concomitante do desaparecimento de tecidos com efeitos muito salientes como os gorgorões , pinhoelas e grodetes⁷⁵ . Esta orientação progressiva da moda para as sedas lisas , coloca na ordem do dia, como tivémos oportunidade de salientar, o problema da melhoria das técnicas industriais.

As primeiras referências ao método piemontês de fiação e torcedura das sedas aparecem em Portugal nos anos de 1786-87⁷⁶ , e logo após esta data , em 1788 , é instalado na Comarca de Moncorvo⁷⁷ um filatório dirigido por peritos mandados vir de Turim . O prestígio das sedas italianas unânimemente reconhecido na Europa iluminista , havia em grande parte sido granjeado à custa da superioridade técnica dos equipamentos⁷⁸ .

Para substituir o carrilho, os mestres turinenses trazem um aparelho de fiar mais complexo , cuja mecânica está baseada na ideia de um duplo cruzamento entre os fios adjacentes extraídos dos casulos. O resultado é uma seda compacta e cilíndrica , óptima para a tecelagem.

A renovação industrial atinge a cidade de Lisboa na década de 1790 com a instalação de filatórios à piemontesa em locais diversos , destacando-se pela sua envergadura a fábrica de Lefranc no Campo Grande e as manufacturas de Alcântara. O surto de modernização prolongar-se-á até 1807 , data que fecha o ciclo de inovações nos equipamentos e técnicas de produção⁷⁹ . Mas nesta altura, a indústria das sedas debate-se já com um problema dramático de falta de escoamento. A Real Resolução de 5 de Outubro de 1815 , que proíbe a introdução de manufacturas de sedas estrangeiras , é uma resposta um pouco tardia ao estrangulamento dos mercados. O proteccionismo pretende obviar os efeitos decorrentes da perda da exclusividade das exportações para o Brasil , a que se junta um aumento na concorrência italiana e francesa⁸⁰ , e ainda, a diminuição da procura interna.

Em Lisboa, só os indivíduos classificados no grupo sócio profissional dos pobres mantêm durante o século XIX os anteriores níveis de consumo (quadro 3.13) . Para os restantes agrupamentos, a proporção das sedas no conjunto do património de roupa da casa baixa significativamente , o mesmo se passando aliás, em relação aos quantitativos monetários médios. Mas atenção: este último indicador é um pouco enganador , e requer algumas precauções na sua manipulação. Os totais dos patrimónios de seda estão estimados a preços correntes o que não permite uma comparação linear dos dados de 1780-86 e 1821-27. Durante este intervalo de tempo assistimos à quebra nos preços da seda em rama importada⁸¹ , e , já no século XIX, à quebra dos preços médios do covado produzido nas fábricas do reino , merecendo especial destaque as quebras dos anos de 1807-1810 e de 1816-1818⁸² .

 Quadro 3.13.
 Valores médios dos tecidos
 de seda, e sua percentagem
 no conjunto da roupa da casa

R O U P A D A C A S A .

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|----------------|----------------|---|----------------|---|
| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto do pa- trimônio de roupa da casa | valor médio | percentagem em relação ao conjunto do pa- trimônio de roupa da casa |
| gr. super. | 194\$970 | 36,6% | 55\$523 | 20,5% |
| gr. interm. | 25\$425 | 30,0% | 18\$649 | 16,7% |
| gr. popul. | 6\$128 | 14,1% | 1\$589 | 3,3% |
| pobres | \$994 | 4,7% | 1\$266 | 4,8% |

Isto significa que com uma mesma quantia de dinheiro é possível no primeiro quartel do século XIX comprar mais tecidos. A quebra nos totais monetários não tem uma tradução automática na diminuição do número de peças. Esta é na realidade menos sensível do que aquela ⁸³.

O fenómeno do abaixamento dos preços poderá eventualmente explicar a maior facilidade de acesso dos pobres aos tecidos de seda, e a tímida tendência para a democratização dos consumos.

A estrutura patrimonial dos têxteis apresenta-se como um imenso sistema de vasos comunicantes , onde a expansão do algodão pressiona constantemente os níveis atingidos pelos linhos e pelas sedas. O impacto do sector de ponta da revolução industrial, não se faz apenas sentir pelas transformações ocorridas num patamar da estrutura económica - a produção -, mas modifica também os equilíbrios na área da circulação e da procura. O algodão ao comprimir a faixa de mercado das sedas obriga a reformulações e reajustamentos dos aparelhos técnicos, financeiros e humanos que intervêm neste sector. Gera-se assim uma cadeia de feed-backs entre as dinâmicas da oferta e as dinâmicas da procura.

Em 1818 os fabricantes de seda de Bragança apontam como causas próximas da decadência das manufacturas da região , o contrabando de fazendas estrangeiras , e a entrada de tecidos ingleses de algodão que procuravam imitar as sedas nacionais ⁸⁴ . A versatilidade do algodão joga contra o tempo. Cataliza a concorrência nos diversos tabuleiros do mercado , força a modernização, o apetrechamento técnico e o investimento.

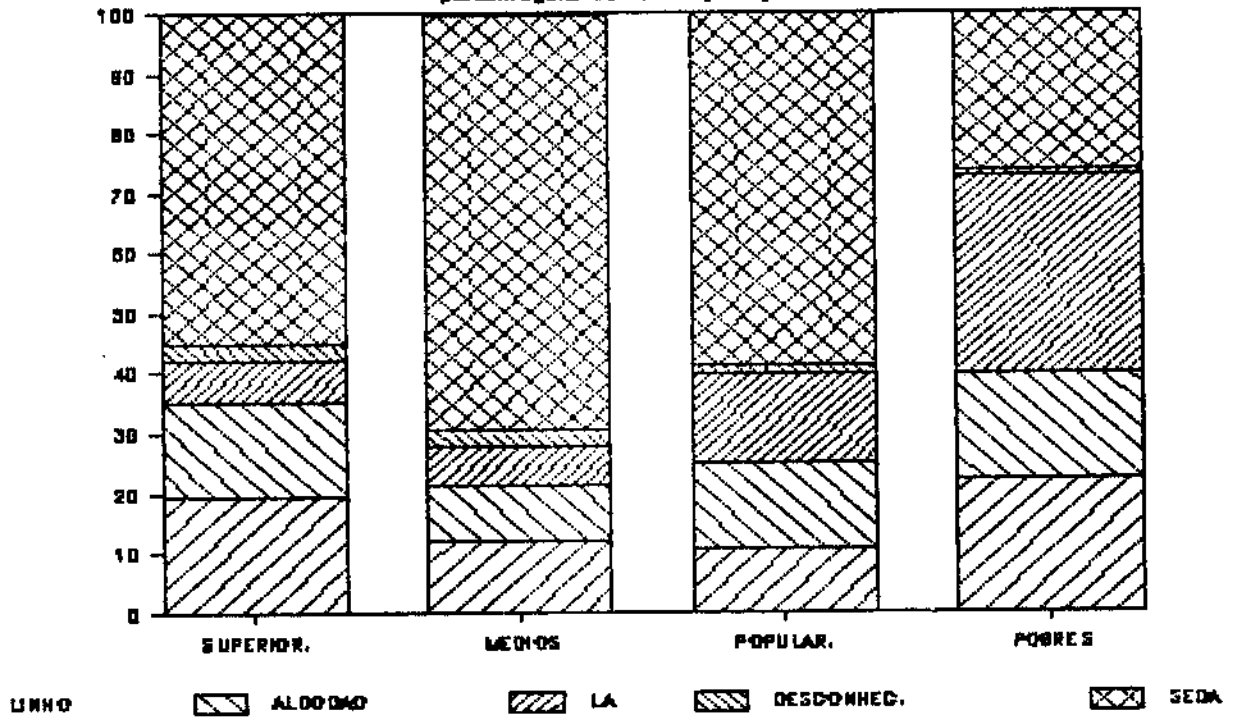
Quando se avolumam as dificuldades de penetração das sedas nacionais no Brasil , a estagnação do mercado interno (e Lisboa era certamente uma das chaves do mercado interno) assume proporções dramáticas.

Apesar de tudo, as mulheres continuam a não prescindir destes tecidos finos e de belo efeito. Mesmo quando já são raras as peças de seda a ornamentar a casa , lá fora , na rua , os impérios da moda fazem-se ainda à sua custa.

QUADRO 3.14.

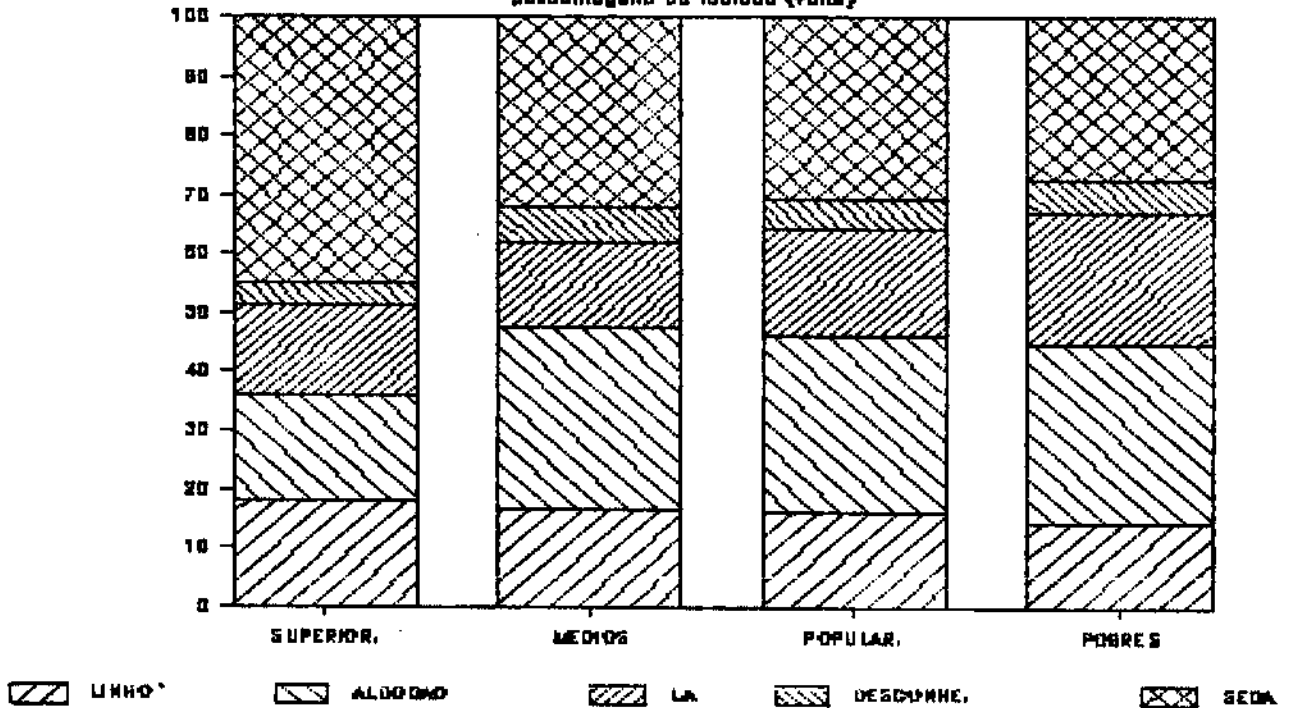
TECIDOS NO VESTUÁRIO FEMININO, 1780-86.

percentagem de tecidos (valor).

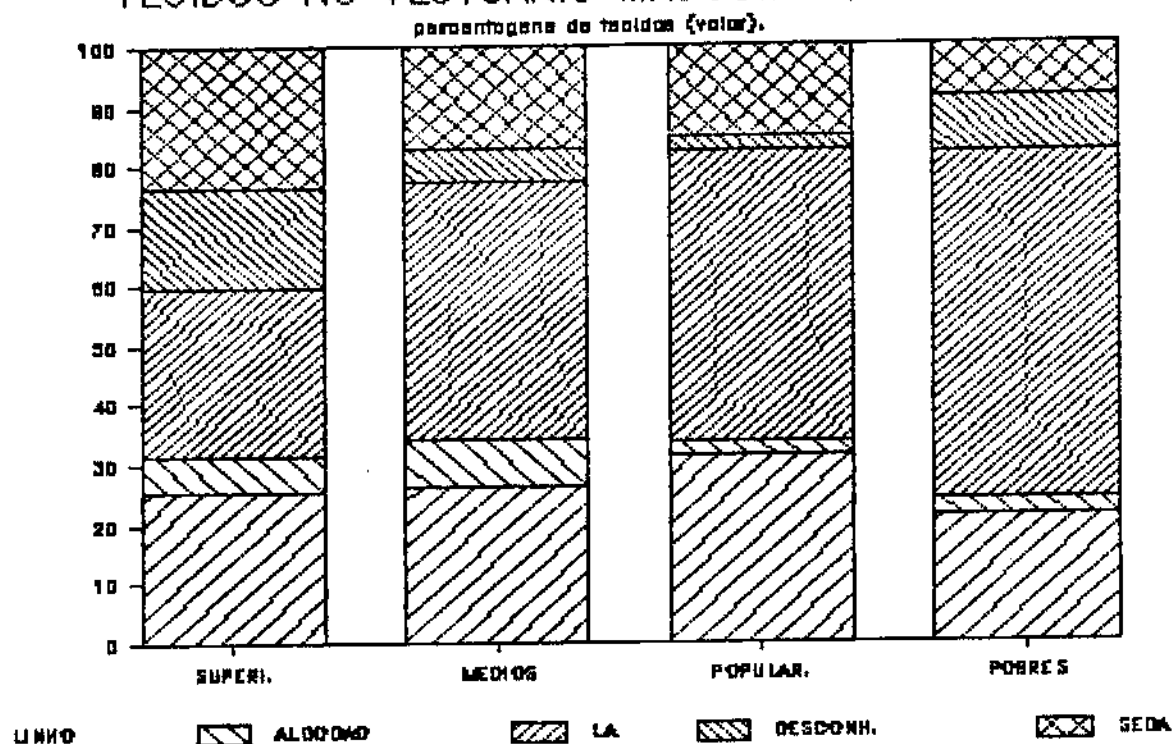


TECIDOS NO VESTUÁRIO FEMININO, 1821-27

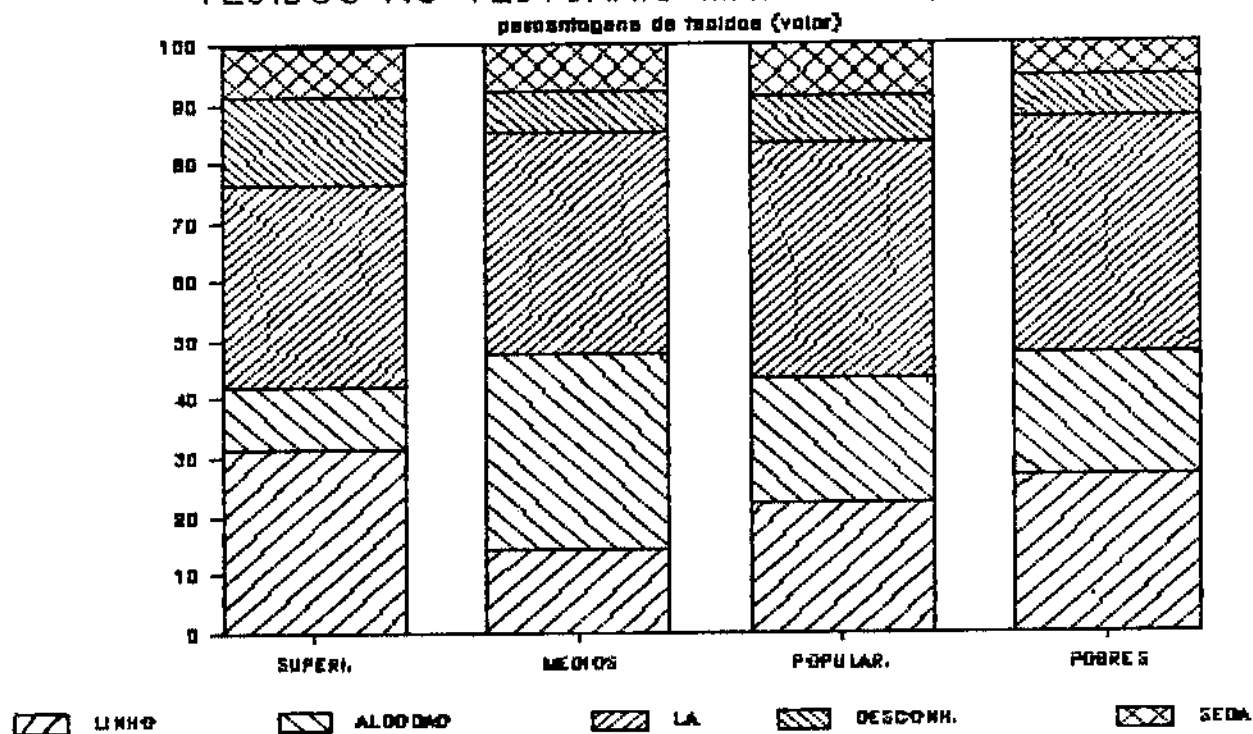
percentagem de tecidos (valor)



TECIDOS NO VESTUÁRIO MASCULINO, 1780-86.



TECIDOS NO VESTUÁRIO MASCULINO, 1821-27.



Ao nível do vestuário, o consumo identifica-se plenamente com as mulheres. Uma leitura dos componentes do traje, revela que estamos em presença de um pano caracteristicamente feminino. A própria quebra no período de 1821-27 não põe completamente em causa a hegemonia das sedas (quadro 3.14.).

Numa equação simples, podemos dizer que nos guarda-roupas do antigo regime a seda está para as mulheres, assim como a lã está para os homens. Este capítulo foi assim tendencialmente feminino. O próximo, ocupar-se-á dos homens.

3.5. As lãs.

Para enfrentar o calor e a humidade, o frio e a chuva, os homens dispõem apenas de um abrigo natural que é o seu agasalho de lã. De norte a sul do país a "grande extracção" destes panos é uma realidade omnipresente. O poder de absorção dos consumos teve aliás repercussões nas balanças comerciais com o estrangeiro, e particularmente com a Inglaterra, nosso principal fornecedor. Sempre que se colocou com maior acuidade a questão do déficit das exportações em relação às importações, a política económica do estado concentra-se na indústria nacional de lanifícios, pólo estratégico na substituição das compras de mercadorias ao estrangeiro.

Nos finais do século XVII o conde da Ericeira foi um dos expoentes desta orientação. A organização dos fabricantes dispersos da região da Covilhã num regime mais centralizado e

disciplinado de manufactura, é o corolário da sua política de reestruturação industrial e de aumento da capacidade competitiva dos produtos nacionais. Ao escolher o anfiteatro natural da zona envolvente da Serra da Estrela para a instalação de novas unidades, D. Luis de Menezes procura tirar partido de um espaço onde o "trato das lãs" é de há muito conhecido. Como Borges de Macedo veio a demonstrar, o surto manufactureiro de finais de seiscentos não nasce de um vasto deserto industrial, mas sim, do aproveitamento, reciclagem e organização de zonas produtoras anteriores⁸⁵. Ao subordinar a actividade de produtores dispersos a um controle e fiscalização mais apertados, a manufactura tende para uma formalização crescente das relações técnicas e sociais, condição imprescindível para a desejada ampliação do mercado e garantia da "bondade" dos panos.

Todo o ênfase está em servir as populações nos artigos "mais usuais e praticáveis", ou seja, nas sarjas, baetas, saragoças e briches⁸⁶. Em causa, está a qualidade dos panos grosseiros, e não o carácter grosseiro dos panos de qualidade. Se atendermos à escolha da região da Covilhã como centro manufactureiro, tornar-se-á claro o sentido deste jogo de palavras: as lãs da região serrana são grossas e ásperas, e sómente utilizáveis panos ordinários, dozenos e quartozenos. Os carneiros das planícies do Alentejo, pelo contrário, produzem velos mais fortes e de pelo menos frisado, excelentes para os lanifícios de qualidade. A intensa actividade de comissários estrangeiros em solo alentejano, e os negócios fraudulentos visando contornar as proibições legais em vigor quanto à saída de lã para fora do país, são fenómenos sem dúvida abonatórios da superioridade das lãs desta

A opção pela vila da Covilhã em detrimento de um centro manufactureiro mais a sul , contém assim já implícita uma determinada concepção dos mercados preferenciais. Os panos grosseiros da serra destinam-se virtualmente à grande faixa das populações rurais. Mais tarde, o estado garantirá o escoamento de parte da produção através de um sistema de encomendas fixas para o fardamento do exército e dos criados da Casa Real.

A introdução da manufactura não parece apresentar qualquer rotura em relação aos mercados tradicionais dos produtores dispersos. Num caso como noutro , a qualidade dos consumidores não permite grandes expectativas de refinamento das mercadorias. As incursões da fábrica da Covilhã no terreno dos panos finos como as silêslas⁸⁸ e camelões⁸⁹ , revelam-se esporádicas e relativamente marginais no output global. A indústria de lanifícios ficará presa na teia da produção de panos baratos para bolsas pouco exigentes.

No coração do século XIX (em 1871) Ignácio Ferreira Lapa , perguntava-se:

" Quantas vezes temos ouvido dizer que as nossas lãs pretas e churras são um benefício de molde à satisfação da necessidade dos briques , das saragoças e dos feltros que são o vestuário económico e acomodado da gente do campo ? ".⁹⁰

Esta concepção do desabrochar da indústria a partir das necessidades sentidas pelas populações , num equilíbrio perfeito entre homem e natureza , procura traduzir de forma um tanto vernacular uma realidade a que vários observadores se mostraram sensíveis: a do profundo enraizamento das indústrias de

lanifícios no espaço geográfico económico da comunidade, e da ancestralidade dos hábitos de consumo.

As hipóteses lançadas por Albert Silbert no estudo modelar sobre o Portugal Mediterrânico, vêm entroncar com esta nossa reflexão. Silbert assinala que a produção nacional de panos de lã se polariza em torno de um meridiano, delimitado a sul pela localidade de Brinches, e que segue para norte por Pedrogão, Reguengos, Redondo e Estremoz, terminando em Portalegre e Castelo de Vide. Na Beira esta linha imaginária prolonga-se ainda até Alcains e Covilhã. Assim sendo ...

" Comment ne pas remarquer la proximité de la frontière? Ou, si l'on préfère, l'éloignement de Lisbonne, centre principal de l'importation? Les liaisons commerciales de la capitale avec Evora, et même Beja, étaient suffisamment intenses pour que les productions étrangères aient pu parvenir aisément dans ces deux villes. Plus loin, cette concurrence était plus difficile. " 91

A hipótese de um meridiano a "separar" regimes distintos de produção e consumo de lanifícios, tem implícita a ideia da vocação regional da indústria local, aspecto que aqui nos interessa particularmente salientar. As importações de tecidos estrangeiros pelo porto de Lisboa, teriam contaminado uma vasta área, exercendo uma pressão constante sobre o desenvolvimento fabril, a que só os espaços mais interiores estariam relativamente imunes. O preço a pagar pela sobrevivência, seria assim a necessária "especialização" no mercado regional.

Quando observamos o movimento de procura de tecidos de lã da população lisboeta, verificamos que a capital está efectivamente de costas viradas para os principais centros produtores do país - Alentejo e Beira. Não se usam na cidade nem boreis nem estame-

nhas, panos correntes na vida quotidiana dos campos. Barreganas, briches e saragoças, têm também um peso diminuto nos consumos globais.⁹² Os baetões (e neste caso não sabemos sequer se se trata de panos finos ou grosseiros) apenas alcançam alguma repercussão no vestuário masculino dos grupos populares em 1780-86, sem que ultrapassem porém a barreira de 13% do conjunto de lanifícios.

Situamo-nos ao nível dos panos felpudos , pouco ou nada apisoados , com lã saindo indistintamente do direito e do avesso, cujo aspecto não é propriamente adequado para veicular qualquer tipo de moda.

São precisamente estes tecidos - as barreganas, briches, saragoças, boreis e estamenhas, que constituem o ponto forte do escoamento das indústrias locais. Mesmo quando as fábricas diversificam a oferta, fazendo incursões na produção de lanifícios mais finos (é por exemplo o caso da fábrica de Estremoz⁹³) , os panos grosseiros mantêm-se como o eixo prioritário da actividade económica, pois o mercado regional é logisticamente decisivo para a sobrevivência desta indústria.

Entretanto, em Lisboa, a utilização dos panos de lã ultrapassa os aspectos imediatamente funcionais da protecção contra o frio e a chuva , tornando-se para os homens o signo distintivo que as sedas eram para as mulheres. Panos finos/entrefinos e lemistes em 1780-86 , e panos finos/entrefinos e caxemiras em 1821-27 , recolhem as preferências (quadro 3.15.)

Atendendo a esta procura selectiva e exigente , a fábrica de

 Quadro 3.15.
 Tecidos finos de lã no vestuário masculino. (1780-86, 1821-27)

L E M I S T E S

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|----------------|----------------|---|----------------|---|
| | valor médio | percentagem em relação ao vestuário de lã | valor médio | percentagem em relação ao vestuário de lã |
| gr. super. | 2\$574 | 12,7% | \$606 | 4,4% |
| gr. interm. | 2\$614 | 17,6% | 0 | 0 |
| gr. popul. | 2\$185 | 21,0% | 0 | 0 |
| pobres | \$261 | 5,2% | 0 | 0 |

P A N O S F I N O S / E N T R E F I N O S

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|----------------|----------------|---|----------------|---|
| | valor médio | percentagem em relação ao vestuário de lã | valor médio | percentagem em relação ao vestuário de lã |
| gr. super. | 3\$377 | 15,7% | \$606 | 4,4% |
| gr. interm. | 2\$054 | 13,8% | \$616 | 12,3% |
| gr. popul. | 1\$130 | 10,8% | \$519 | 13,2% |
| pobres | \$873 | 17,4% | \$225 | 7,8% |

Quadro 3.15. (cont.)

C A X E M I R A S

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|-------------|----------------|---|----------------|---|
| | valor médio | percentagem em relação ao vestuário de lã | valor médio | percentagem em relação ao vestuário de lã |
| gr. super. | \$233 | 1,2% | 2\$092 | 15,2% |
| gr. interm. | \$097 | 0,6% | \$321 | 6,4% |
| gr. popul. | 0 | 0 | \$299 | 7,6% |
| pobres | 0 | 0 | \$127 | 4,4 |

Cascais inicia em 1773 a produção de lemistes, droquetes e silésias⁹⁴, comprando para este efeito grandes quantidades de lã do Alentejo⁹⁵. Uma outra excepção, é a manufactura de Portalegre, verdadeira pérola da indústria nacional, e única unidade deste sector onde se assiste no século XVIII á renovação tecnológica com a instalação de maquinismos ingleses para a carda e fiação (1777)⁹⁶. Portalegre havia-se "especializado" nos droquetes⁹⁷, um tecido de lã bastante encorpado e apisoado, utilizado em Lisboa nas cazacas e calções de homem, assim como nas saias de senhora⁹⁸.

Existirá alguma relação entre a tentativa de fabricar

lanifícios finos e a adopção de técnicas inglesas? Quais as hipóteses de furar o meridiano imaginário das indústrias para consumo local, e penetrar no circuito de distribuição da capital?

Seja qual fôr a resposta a esta pergunta , não restam dúvidas de que Portalegre figura aqui como um caso excepcional. A renovação encetada só terá continuidade duas décadas mais tarde, quando Simão Pereira da Silva procura introduzir " cardas e fiações por meio da água" ⁹⁹ , projecto bruscamente interrompido com a invasão das tropas francesas , e o rasto de destruições que se lhe segue.

O parque industrial dos lanifícios está nesta altura já bastante desfasado dos métodos revolucionários difundidos em outros países da Europa, nomeadamente em Inglaterra. O contraste entre os sistemas de consumo da capital e os sistemas das zonas interiores, duplica assim, ao nível da cultura material, um outro contraste eventualmente mais profundo entre indústrias locais fechadas no espaço económico e técnico da região , e os circuitos cada vez mais integrados da economia mundo.

Entre estes dois extremos há todo um campo em aberto de questões: por exemplo , como seria a composição do vestuário dos habitantes das zonas de "fronteira", das zonas onde os lanifícios ingleses e nacionais penetram com relativa facilidade? Santarém, Setubal, Évora ... ?

Para analisar este e outros problemas , o consumo de Lisboa pode funcionar como um paradigma. Não pelo que tem de modelar, mas pela excepção que eventualmente representa.

3.6. O mercado lisboeta: expansão ou contracção ?

A montagem de filatórios à piemontesa, o aproveitamento da força motriz da água por meio de mecanismos mais complexos, ou a introdução de engenhos para a carda, fiação e tecelagem, são inovações que requerem investimentos consideráveis, e uma certa margem de risco. Falar de reapetrechamento técnico da indústria de setecentos equivale a falar de todo um processo de ¹⁰⁰ transferência e assimilação de tecnologias, com os elevados custos daí decorrentes. Quais as motivações, e quais as expectativas dos agentes económicos quando decidem enveredar por esta via, essa é uma questão que está ainda por aclarar. Globalmente, o país não parece contudo mostrar grande sensibilidade às transformações ocorridas em países como a Inglaterra. A opção por uma estratégia de desenvolvimento industrial encontra-se apenas explícita no pensamento de economistas como Acúrsio das Neves, ou de negociantes como ¹⁰¹ Jácome Ratton. Mesmo na concepção económica de matriz smithiana, como é a de Rodrigues de Brito, o papel das fábricas ¹⁰² não chega a destronar a função magnânime da agricultura.

Ao sintetisar os debates de uma das principais instituições deste período - a Real Academia das Ciências - entre 1798 e 1812, Borges de Macedo afirma que :

" Do debate não se salientava nenhuma convicção essencial senão a do atraso da agricultura e dos transportes. A consciência da importância dos novos elementos da produção industrial foi-se desenvolvendo a pouco e pouco, à medida que a concorrência estrangeira se ia tornando mais opressiva e desgastava a máquina produtiva nacional. " ¹⁰³

O esforço de modernização não se confunde com um programa de modernização. Aceitando esta premissa, torna-se imperioso virarmonos para os objectivos pragmáticos e conjunturais que presidem à reestruturação das infraestruturas fabris. Deste ponto de vista, a atenção dada aos novos equipamentos e técnicas resulta menos de um culto esclarecido do maquinismo, e da antecipação das suas vantagens intrínsecas, e mais das dinâmicas criadas pela natural evolução da concorrência. Modernizar significa reforçar e até ampliar a competitividade das mercadorias. Sem sublinhar este aspecto, da consolidação e conquista de mercados virtuais, será impossível compreender os investimentos em máquinas e as despesas com a deslocação de mestres peritos estrangeiros. Ora a hipótese que gostaríamos de lançar neste momento, é de que, em conjunturas favoráveis ao desenvolvimento industrial, os consumos selectivos da cidade de Lisboa foram um importante pólo de atracção do output industrial, especialmente nos sectores do algodão e das sedas.

As tentativas de modernização prender-se-iam assim à necessidade de manter intacta a competitividade dos produtos no mercado da capital, e até, na medida do possível, de penetrar mais fundo nessa fronteira.

Nos capítulos anteriores vimos que os primeiros esboços de inovação fabril no sector do algodão com a produção de esguiões, fustões e cambraias, são contemporâneos de uma dinâmica ascendente da procura destes panos por parte da população lisboeta. De igual modo, a introdução de filatórios à piemontesa ocorre quando as sedas lisas como os tafetás, setins e nobrezas começam a dominar os gostos dos consumidores. Simples

coincidência de espaços e de tempos ? Ou pelo contrário há nesta fase inicial uma relação entre transformação das práticas de consumo e renovação industrial ? Só o conhecimento mais aprofundado do peso do mercado lisboeta nas expectativas dos diferentes empresários , e dos canais de distribuição e circulação de mercadorias no continente, permitiria avançar um pouco mais nesta questão. E contudo razoável admitir-se que sem o espaço económico da capital e do Brasil , a faixa livre para o escoamento de sedas e algodões seria conflagrantemente pequena. Daí a nossa ideia de que o postulado de uma ligação privilegiada Lisboa/procura de sedas e de algodões , conduz tácitamente a um nexu causal entre reequipamento fabril e práticas de consumo.

Um segundo fio condutor informou a análise da evolução dos património de roupa no período de transição do século XVIII para o século XIX: referimo-nos é claro, à "revolução" dos panos "algodonícios", e suas implicações na estrutura global da procura. Entre 1786 e 1821 multiplicam-se as aplicações do algodão para fins até então desconhecidos. Os territórios tradicionais do linho e das sedas são invadidos, quebrando-se o equilíbrio entre mercados contíguos. A reestruturação é profunda, e dá origem a uma nova fase da cultura material, cujo aspecto mais saliente é o bloqueamento da procura de artigos de linho e de seda, atrofiando traves mestras do mercado interno.

Mas que conclusão tirar acerca das tendências globais do consumo? Expansão ou contracção ? As hipóteses lançadas por Vitorino Magalhães Godinho no livro Prix et Monnaies au Portugal, de um crescimento menos acentuado dos salários do que dos outros

rendimentos no último quartel do século XVIII e princípios do século XIX¹⁰⁴, apontam para a estagnação da procura interna, especialmente entre as camadas inferiores.

Se compararmos o valor médio dos artigos da roupa da casa em 1780-86 e 1821-27, chegamos efectivamente à conclusão de que este património vale cada vez menos. Com o dinheiro da roupa, teria sido possível comprar no último quartel do século XVIII uma quantidade de trigo muito superior àquela que se adquiriria caso fossem vendidos os equipamentos do século XIX (quadro 3.16).

 Quadro 3.16.
 Valores médios da roupa
 da casa, estimados em
 alqueires de trigo.

| | gr.superiores | gr.intermédios | gr.populares | pobres |
|----------------|---------------|----------------|--------------|--------|
| 1780- -1786 | 1.140,4 | 182,7 | 92,6 | 45,0 |
| 1821- -1827 | 314,8 | 158,6 | 70,6 | 39,4 |

Devemos então falar de contracção do consumo privado? Ou, para colocar a pergunta de outra maneira: será que a desvalorização do valor da roupa da casa corresponde a um património rudimentar e empobrecido?

A resposta a ambas as questões é negativa. O movimento dos preços dos tecidos nos finais do antigo regime segue uma tendência para o progressivo abaixamento dos custos de produção e de comercialização (por unidade de medida - vara/covado), permitindo ao consumidor gastar menos comprando mais. Esta tendência não

tem evidentemente paralelo nas curvas cíclicas de preços dos cereais ¹⁰⁵, pois a quebra nos tecidos apresenta uma especificidade própria, que é resultante, em primeira instância, das novas condições técnicas e económicas introduzidas pela revolução industrial.

Se os patrimónios de roupa representam no século XIX um menor poder de compra (de trigo), nada nos garante que este facto se traduza numa diminuição do número médio de peças por agregado. Bem pelo contrário, no intervalo de tempo em questão, vemos aumentar os artigos ao dispor dos diversos escalões da sociedade.

Os crescimentos mais significativos dão-se nas peças de roupa branca (lençóis, toalhas, equipamento da cama e guardanapos), enquanto alguns objectos mais ornamentais (cortinas, panos e forros de salas, tapetes) registam um ligeiro decréscimo. O aumento nítido da "roupa branca" surge num momento de difusão ¹⁰⁶ das concepções higienistas, e está talvez ligado a hábitos mais regulares de lavagem e rotação da roupa (como vimos, a mudança da camisa ou dos lençóis, é um dos principais instrumentos de limpeza e de higiene pessoal). A forte presença do algodão nos inventários oitocentistas, contribui por seu turno para facilitar o trabalho doméstico das mulheres. Fácil de lavar e de secar, o algodão introduz uma maior eficácia na gestão quotidiana.

O gosto exuberante das elites pelos grandes cenários que enchem de teatralidade o espaço familiar: - salas forradas de damasco, panos de arras, tapeçarias monumentais, docéis completos e armações de cama em estilo "Imperial" - parece

 Quadro 3.17.a.
 O equipamento da roupa
 da casa , por grupos
 sócio-profissionais
 1 7 8 0 - 8 6

| | gr.superiores | gr.interméd. | gr.populares | pobres |
|---|---------------|--------------|--------------|--------|
| lençóis | 46,8 | 20,4 | 15,3 | 10,4 |
| toalhas de mãos | 20,0 | 11,6 | 6,2 | 3,4 |
| toalhas de mesa | 12,5 | 5,3 | 3,3 | 1,4 |
| guardanapos | 66,6 | 13,5 | 10,2 | 3,6 |
| colchão | 11,2 | 3,2 | 2,2 | 1,9 |
| enxergão | 3,2 | 0,6 | 0,3 | 0,4 |
| armação de cama | 1,7 | 0,4 | 0,1 | 0 |
| cobertor | 12,2 | 3,9 | 2,2 | 1,8 |
| colxa/ coberta | 6,4 | 1,9 | 1,3 | 0,7 |
| cortinas | 6,0 | 2,2 | 2,0 | 2,0 |
| roupas do oratório | 0,5 | 0,3 | 0 | 0 |
| tapete | 1,4 | 0,6 | 0,2 | 0 |
| panos e for- ros de sala | 2,0 | 0,4 | 0 | 0 |
| equipamento da cama (fronhas, tra- veceiros, etc.) | 24,7 | 8,4 | 6,3 | 2,0 |

 Quadro 3.17.b.
 O equipamento da roupa
 da casa , por grupos
 sócio-profissionais
 1 8 2 1 - 2 7

| | gr.superiores | gr.interméd. | gr.populares | pobres |
|---|---------------|--------------|--------------|--------|
| lençóis | 55,1 | 36,0 | 20,8 | 12,9 |
| toalhas de mãos | 23,2 | 15,1 | 8,7 | 6,0 |
| toalhas de mesa | 13,2 | 7,3 | 3,6 | 2,9 |
| guardanapos | 54,9 | 24,5 | 10,7 | 4,8 |
| colchão | 6,7 | 3,8 | 2,4 | 1,4 |
| enxergão | 3,8 | 1,6 | 1,2 | 0,9 |
| armação de cama | 0,6 | 0,3 | 0 | 0 |
| cobertor | 8,2 | 4,8 | 2,7 | 1,7 |
| colxa/ /coberta | 7,0 | 4,5 | 2,3 | 1,6 |
| cortinas | 4,8 | 2,9 | 1,4 | 1,1 |
| roupas do oratório | 1,1 | 0,1 | 0 | 0 |
| tapete | 1,0 | 0,2 | 0,1 | 0,2 |
| panos e for- ros de sala | 0,7 | 0 | 0 | 0 |
| equipamento da cama (fronhas, tra- veceiros, etc.) | 36,7 | 18,7 | 9,0 | 8,4 |

extinguir-se à medida que caminhamos pelo século XIX adentro. Esclareça-se, que estes artigos de alto valor unitário (uma tapeçaria de arras é avaliada entre 150\$000 e 325\$000 réis) são responsáveis pela inflação dos quantitativos dos grupos superiores em 1780-86. As somas apresentadas no quadro 3.16. não atingiriam valores tão elevados (média de 533\$719 rs, correspondendo a 1140 alqueires de trigo) se nos abstraissemos deste tipo de componentes patrimoniais.

Um conforto sem demasiada ostentação, directamente ligado à utilidade dos objectos, depreende-se dos ambientes familiares dos grupos com maior poder económico durante o primeiro quartel do século XIX. Resta saber, se a atitude sóbria deste período emana de uma redifinição de prioridades quanto à utilização do status e da riqueza, isto é, se o ênfase na exposição exterior de signos de poder dá lugar a uma atitude mais "racional"¹⁰⁷, na qual status e riqueza são indissociáveis de vertentes morais e éticas.

Em 1820 os grupos intermédios e os pobres são aqueles onde a taxa de crescimento dos consumos é maior. Alargando o horizonte temporal da investigação, verificamos que entre 1740-50 e 1780-86 há uma extraordinária estabilidade no número médio de artigos possuído dentro de cada grupo sócio-profissional. Apesar da representatividade dos inventários recolhidos para o período anterior ao terramoto ser bastante fraca¹⁰⁸, a informação que eles nos trazem não pode deixar de levantar a ideia de uma continuidade nos índices de consumo da população lisboeta entre o final do reinado de D.João V, e a subida ao

trono de D.Maria I. As grandes mudanças estão reservadas para a viragem do século: em primeiro lugar , em termos da quantidade de peças, que aumenta ; em segundo, ao nível da composição dos tecidos , que sofre profundas alterações.

4. Consumo e poder.

4.1. O consumo de tempo.

Ferdinand Braudel dedicou um capítulo da obra "Civilização Material , Economia e Capitalismo" ao estudo dos elementos mais importantes da vida quotidiana : alimentação, habitat e vestuário. Centrando-se no ponto de vista da longa duração, veio a surpreender todo um conjunto de estruturas resistentes às inovações e às mudanças , caso do kimono e do jimbaori , trajes tradicionais do Japão , ou do poncho, manto de lã de lhama, usado sem grandes alterações pelo indígenas do Peru desde meados de setecentos até aos dias de hoje. Noutros pontos do globo o tempo imóvel da cultura material domina também, seja sob a forma do dhoti indiano, seja sob a forma da jelabi dos povos do norte de África ¹ .

Sociedades estáveis onde o costume e a tradição são factores decisivos de integração na comunidade; sociedades com hierarquias sociais bem estabelecidas que obstruem dinâmicas de mobilidade social ascendente ; e sociedades pobres , são , todas elas , inimigas da mudança e não favorecem o desenvolvimento de dinâmicas de imitação, nem de inovação.

Mesmo na cultura europeia - observa ainda aquele autor - a ideia de moda , no sentido que hoje damos a esta palavra , só ² logra impôr-se como uma realidade operatória a partir de 1700 . Estar a passo das novidades, procurar a coincidência perfeita entre o tempo individual e o movimento sincopado de novos signos,

é uma preocupação que desde então começa a afectar camadas cada
vez mais vastas da população .³

Com o advento das modas, a cultura material ganha uma velo-
cidade inédita. Há uma condensação do tempo nas coisas ,⁴ que
cria uma consciência mais aguda do presente, passado e futuro.
As transformações de objectos , cores e formas , sucedem-se. Os
bens de consumo passam a ser apreendidos dentro de quadros crono-
lógicos fixos, vindo ao de cima a percepção imediata do que é
novo, velho, antiquado, moderno. Esta taxonomia temporal, ao
introduzir o critério da actualidade dos bens, tem um impacto
sobre os sistemas de comercialização e produção. Doravante a
actualidade é também um elemento económico.

Um dos temas fortes da literatura de cordel da segunda metade
do século XVIII , é precisamente o escárnio das modas. A cruxi-
ficação dos peraltas no altar da vaidade é feita pela crítica da
volubilidade dos seus gostos: o peralta segue hoje uma coisa e
amanhã outra, deixa-se levar pela febre da imitação, caindo em
figuras cada vez mais ridículas. Do ponto de vista dramático, a
ideia de um tempo em constante erosão (a moda), é dada pelo
confronto dos diferentes personagens com um velho, estereotipo
narrativo sobre o qual se modelam grande parte dos textos. Ver-
dadeiro pivot dos diálogos , o velho encarna uma realidade
desfocada do presente, levantando a bandeira da tradição contra a
leviandade dos homens e mulheres "de agora". Sobre estes dispõe
de uma vantagem crucial: já assistiu a sucessivos entusiasmos
com as modas , e conhece o lado efêmero de tais caprichos. A

posição que ocupa no eixo do tempo, revela-se estratégica para uma subversão da lógica da actualidade:

VELHO - "... Vejo os homnes com tantos disparates
Que mais que homens parecem bonifrates,
Comecêmos pelos pés ; são as fivelas,
Como quaisquer caixilhos de janelas,
Não sei se são de prata ou de estanho
Sei que são monstruozas no tamanho,
Os sapatos, bem pouco se lhe vê,
Que as tais placas tomão todo o pé
E em lugar da branca ou preta meya,
Uzão de humas de pelle de moreya
Pois os calçoens que chamão á Malteza
Esses tem então toda a largueza,
(...) Eu relembro não ha dis dias
Antes da moda destas maltezas
Que se uzávão Chapéos de tal maneira,
Que parecião huma frigideira
E que mofa os Casquilhos não fazião,
Quando hum chapéo maior em qualquer vião. " 5

Na resposta a esta intervenção , Belmiro, peralta de Lisboa, começa por dizer que pela sua parte, ele "anda como se úza e como he moda, e como anda na Córte a gente ". De seguida, voltando o feitiço contra o feiticeiro , passa a atacar o velho , item a item :

"Queríeis que trouxecem nos vestidos?
Peneiras de afastar, canhoens compridos ?
Com as feiçoens por sima da Cintura?
Canhão de palmo e meio ou mais de altura?
As mangas que chegacem ao cotovello ?
E as ábas the quazi ao tornozelo?
Fevelinha que quazi mal se vê;
Aparecendo de todo o longo do pé,
Calçoens justos por sima do joelho,
E que sendo hum Rapaz? Pareça um velho? 6

O contraste entre gerações faz aparecer a diferença entre as distribuições de objectos e de gostos. Rapaz e velho, são aqui simples dimensões de tempo objectivado em consumos. Note-se , que neste texto de 1783 , as dicotomias entre moderno e antiquado não se organizam no campo sincrónico das oposições sociais,

mas no campo diacrônico da transformação dos costumes. A tomada de consciência do tempo nasce do conflito de modelos no interior de um mesmo nível social.

A comparação de um indivíduo em relação aos seus semelhantes, isto é, daqueles cujos referentes e expectativas são comuns, é tão reveladora como a comparação com pessoas de estatuto inferior ou superior. Daqui resulta, que quando falamos de "imitação social" não estamos apenas a potenciar as dinâmicas verticais de imitação, mas também o fervilhar de competitividades no seio de grupos socialmente afins. Este ponto, introduz-nos numa perspectiva do consumo em termos microsociológicos, ou seja, no estudo das formas de sociabilidade, dos espaços físicos de reunião, das práticas de lazer, e de outros suportes para o desenvolvimento da economia de troca dos olhares 7. Conhecer as redes de sociabilidades colectivas significa assim, penetrar nos núcleos onde germinam, quantas vezes no mais absoluto anonimato, as condutas de emulação pessoal e de imitação.

A hipótese que gostaríamos de avançar desde já, é que o período compreendido entre 1750 e 1800 representa uma profunda transformação nas formas de convivência, com a procura cada vez maior de recintos fechados em detrimento da rua e dos espaços ao ar livre.

Assim sendo, os rostos estariam mais próximos, o campo de observação visual mais individualizado. Gestos e palavras conformam-se a regras estabelecidas, as possibilidades de controle sobre o comportamento do outro aumentam.

A partir de 1750, multiplicam-se um pouco por toda a cidade

as oportunidades de encontro no interior de salas , casas, e cafés. Entre todas, a mais importante é sem dúvida a assembleia, reunião familiar de amigos, geralmente nocturna , onde a conversa mundana , o fait-divers , os jogos de cartas como o twist , o boston , as bancas de faraó, e até- nos meios mais ilustres - a recitação poética e a música - preenchem o serão ⁸ .

E bem conhecida a sátira de António Pedro Correia Garção, expoente literário do movimento da Arcádia Lusitana, a esta "mania" de reuniões familiares onde se simulava uma sociabilidade estranha às mais antigas tradições portuguesas, e cuja razão de ser os moralistas atribuíam aos devaneios da moda e da peraltice. Não obstante a mordacidade crítica da obra Assembleia ou Partida, o próprio Correia Garção não parece ter escapado à sedução ⁹ dos convívios íntimos oferecidos na sua casa da Fonte Santa .

Qualquer deslocação aos saraus implica um maior cuidado na preparação do traje , penteado e adornos. Alguns textos de cordel falam-nos exactamente dos momentos que antecedem a partida para uma "função"¹⁰ , com as mulheres esgotando-se afanosamente em arranjos frente ao toucador ¹¹ .

Por volta de 1765, existia na Rua Direita do Loureto um local denominado "Casa da Assembleia". Era administrada por Pedro António Avondano , descendente de antigos emigrantes genoveses e naturalizado português. ¹² . Além de gerir este espaço , situado num andar do prédio em que habitava, Avondano exercia funções de "músico instrumentista da Câmara de Sua Magestade", ¹³ sendo igualmente conhecido como " compositor de música" . Recentemente , a musicologia portuguesa veio a redescobrir o

valor das suas sonatas , e o contributo do violinista para o a história da música deste período.

A 13 de Março de 1782 , Avondano dita para o Escrivão as seguintes frases do testamento:

" Peço e Rogo áquelle ou áquelles de meus filhos, ou filhas que possam conseguir e continuar com a caza da Assambléa que eu athe agora tive queiraõ por atençaõ ao meu rogo , e por fazerem esmolla a minha alma pelo amor de Deus assistir a meu filho Joaquim Pedro que se acha cazado e padecendo de muitas necessidades (...) o que espero assim pratiquem atendendo taõbem a que os Senhores da mesma Assembleia por atençaõ á minha alma contemplaraõ a algumas das minhas filhas ou filhos para a continuação da mesma caza ." 14

Com uma sala de bilhar , mobiliário luxuoso, vários lustres e loiças , a casa da Assembleia oferecia a quem a frequentasse um conforto acolhedor , e um ambiente seleccionado. Do excerto do testamento citado, transparece algo de semelhante a uma relação de mecenato, ou patrocínio por parte dos "Senhores". É o reconhecimento que Avondano sente para com eles que o leva a pedir aos herdeiros para continuarem a obra encetada, mantendo abertas as portas da casa. Curiosamente, entre as dívidas passivas do compositor encontram-se os nomes de Anselmo José da Cruz, e do Dezebargador Luis rebelo Quintela (na qualidade de herdeiro de seu irmão Ignacio Pedro Quintela ¹⁵). O leque de relações engloba alguns dos mais proeminentes homens de negócios do seu tempo. A conjugação de todos estes dados aponta para que muito antes da inauguração do Teatro de S. Carlos , exista já na cidade de Lisboa um anfiteatro mundano, ponto de encontro obrigatório para os individuos de distinção. No processo de habilitações de António Pedro Avondano à Ordem de Cristo , algumas testemunhas referem o facto de ele dar "...sempre bailes nas cazas da sua morada...", ou, dar " ...baile publico a estrangeiros" ¹⁶ . A

música e a dança constituíam certamente o grande trunfo. As oportunidades de expôr a graciosidade dos passos de um minuete tornam-se mais regulares para a clientela da Casa da Assembleia. Mas o ponto fundamental reside no aparecimento de ilhas de sociabilidade, virtualmente destinadas às elites , e autonomizadas da sociedade da corte.

Pouco sabemos acerca da difusão destas práticas junto das camadas mais baixas da população. A acreditar no que dizem os folhetos dos cegos, todo um exército de sapateiros, tendistas, carpinteiros e outras profissões mecânicas, organizam a sua semana à espera da função nocturna, do teatro, ou do dia da tourada. Trata-se porém de textos que vêem o universo social através de uma lupa de aumento de pormenores. Alguma precaução é necessária.

A um outro nível de análise, a infiltração de práticas de reunião e convívio em recintos fechados , nos meios populares, pode ser testada pela proliferação de pequenos manuais de civilidade de fácil leitura, onde se ensinam aos recém-chegados as normas de comportamento em sociedade. Num desses textos , publicado em 1774 , sintetizam-se em poucas páginas uma série de conselhos sobre a arte de frequentar assembleias :

" Escutai muito e fallai pouco: não estejais nunca distraídos , segui sempre o fio da conversação a fim de que vos tenhais em estado de responder a proposito, se vos fizerem alguma pergunta. Não façais capricho das vossas opiniões , nem deixeis escapar nunca alguma expressão aspera para as defender. Não façais gesto algum em sinal que desaprovais o sentimento contrario ao vosso, como o de encolher os hombros , franzir a testa , e outros semelhantes indícios da vossa interior repugnancia: fallai sempre comedido, agradável e honesto ... "

17

Ponto basilar deste trabalho sobre o corpo : aprender a controlar impulsos , codificando gestos e palavras em signos de troca reciproca. Onde imperava a discussão deve agora reinar a conversação.

Pierre Bourdieu assinalou que os valores presentes em todas as éticas dominantes se pautam pelas qualidades da sobriedade, simplicidade e economia de meios , em oposição à simplicidade e pobreza dos níveis mais rasteiros da sociedade ¹⁸ . Mas o mais importante é compreender que este programa de modelização e formalização dos comportamentos seria inaplicável numa comunidade onde o essencial da vida social se desenrolasse ao ar livre, sem os constrangimentos próprios dos recintos fechados.

Na segunda metade do século XVIII a escola colectiva de boas maneiras é a assembleia :

" ... quizera eu que vós tomasseis o costume, ao sahir de uma assemblea , em que vós ouvistes cousas dignas de ser conservadas na memoria de vos retirar ao vosso gabinete, o mais depressa que vos for possível, a fim de reflectir sobre o que se passou aos vossos olhos, e vos entrou pelos ouvidos: quizera que vós puzesseis todas essas cousas por escrito para melhor vos lembrarem : (...) Eu estive hoje em casa da Senhora tal; eu ahi encontrei taes Senhoras , taes e taes Senhores ; fallou-se de tal assumpto. O senhor tal contou este successo. A Senhora tal fez esta reflexão, e assim no resto. " ¹⁹

A imitação é estimulada. O manual alerta o iniciado para as vantagens de coleccionar exemplos. Exemplos de frases, de respostas, de poses. Desta forma, dá-se a entender que o lento trabalho dos grupos dominantes sobre o corpo , visando dotá-lo de marcas sociais distintivas (a educação), pode ser abreviado. E qual o caminho mais curto, senão a cópia e assimilação de modelos de referência?

O trato e as "boas maneiras" não são qualidades exclusivas das elites , mas requisitos básicos para a conquista de prestígio individual. Esta valorização cada vez mais nítida de comportamentos sujeitos a regras e observâncias é concomitante da construção das relações interpessoais em espaços formais. O sujeito tende a apreender-se como objecto na vida quotidiana, e o tempo de lazer a revestir-se de significações eminentemente honoríficas.

Nenhuma esfera de acção ilustra melhor este aspecto do que o desenvolvimento da dança de salão.

Desde o reinado de D.João V que a dança atrai as atenções da corte, transformando Lisboa num paraiso para os mestres franceses, cujos honorários deixam aliás entrever a qualidade das suas clientelas²⁰. Só na segunda metade do século a dança de salão transborda da corte para a cidade , ganhando adeptos um pouco por todo o lado. A "Nova Pragmatica da Secia" , texto irónico bastante conhecido, inclui já um parágrafo sobre estas novas modas de França:

" Item mandamos que todo o Pay de familias, que despender dinheiro com franceses bailarotes, mandando ensinar as filhas a dansar o passa pié, e outras modas , deixando-as talvez , sem saberem, o que lhes he mais conveniente para o governo das casas , por cuja razão succede muitas vezes não saberem mais pontos que os da solfa, seja condemnado na afronta de ter nétos antes de tempo, pois com estas modas de França, até abre caminho para se deitarem ao longe. " 21

O movimento de divulgação teve uma vertente editorial com a tradução em 1760 da " Arte de dançar à Francesa " , por José Tomás Cabreira, e logo no ano seguinte , com a publicação do "Methodo ou explicação para aprender a dançar contradanças " , do mestre Júlio Severim Pantezze , "oferecido aos dignissimos as-

sinantes da casa da Assembleia do Bairro Alto (concerteza a casa de Pedro António Avondano). Pouco tempo depois, em 1767, saia do punho de Natal Jácome o "Tratado dos Principais Fundamentos da Dança" , oferecido a toda a nobreza de Portugal ²² . No prefácio, o autor anuncia tratar-se de :

" Obra muito útil não sómente para esta mocidade, que quer aprender a dançar bem , mas ainda para as pessoas honestas, e polidas, ás quais ensina, as regras para bem andar, saudar, e fazer todas as cortesias, que convém em Assembleias adonde o uzo do mundo a todos chama . " ²³

A arte da dança é nesta perspectiva um suporte indispensável à arte mais geral dos comportamentos. Jácome Natal torna bem explícita a utilidade social da dança ao alargar a esfera desta actividade a toda a pantomina do andar , saudar e demais cortesias.

O movimento editorial é secundado pela abertura de aulas particulares de dança um pouco por toda a cidade: no reinado de D. José ficaram célebres os nomes de Borrinha, Madame Varela; os mestres no Minuete da Cidade , Minuete da Corte , Minuete afandagado , messieurs Le Beau , Duprée Louis e Pedro Colonna, e, ainda, o mais requisitado de todos , Ricardo José, também conhecido por Ricardinho. ²⁴

A inflação da dança vem mostrar que a procura de sinais distintivos está longe de se limitar aos componentes da cultura material. Quando se trata de dar e receber informação acerca da qualidade de um individuo , todos os pormenores são contabilizados: da graciosidade de um passo musical, à eloquência da conversação , até ao traje e penteado. Na segunda metade de setecentos podemos mesmo duvidar da utilidade de uma cultura

material magnânime , quando se não dominam os instrumentos necessários à vida em sociedade. Aliás, será legítimo colocar esta questão em termos tão alternativos ? Não nos remeterão as próprias práticas simbólicas e culturais para uma esfera específica do consumo , aquela que Thorstein Veblen designa pela feliz expressão de consumo não produtivo de tempo .? 25

Ao investigarmos o significado honorífico de actividades como a dança ou a aprendizagem de boas maneiras , há efectivamente que reconhecer a vantagem em nos posicionarmos no ponto de vista da utilidade social do lazer.

Sabemos que o prestígio da nobreza no antigo regime tem como regra de ouro a abstenção do trabalho manual. Um dos óbices para a concessão do grau de cavaleiro das Ordens é justamente a suspeita de ascendentes (o raio de acção dos inquéritos abrange geralmente três gerações) com profissões mecânicas. Viver nobremente,²⁶ torna-se assim sinónimo da capacidade pecuniária para gastar tempo em actividades que nada têm a ver com a subsistência diária.

Ao permitir uma observação indirecta do nível de riqueza de um individuo, o lazer transforma-se num dos emblemas de status. Isto pressupõe evidentemente , que a ociosidade abandona a esfera estritamente privada, dando a si própria oportunidades para se expor aos olhares curiosos do público. A utilidade distintiva do lazer tem como condição prévia a objectivação desse mesmo lazer em práticas ostentatórias. Consequentemente , se a dança de salão e as boas maneiras assumem um carácter honorífico é porque através delas se pode perceber que alguém dispõe de

tempo, dinheiro e preservação, para aprender a dançar e a comportar-se em sociedade. A chave do problema não está na actividade em si mas nas disposições e competências sociais que regulam o acesso a essa actividade²⁷.

O monopólio da ostentação do lazer pela sociedade de corte, e pelos estratos superiores da nobreza produziu o efeito mágico do rei Midas que transformava em ouro tudo aquilo que tocava. Uma vez sacralizada a função do consumo não produtivo de tempo, a reputabilidade de um indivíduo passa a ser indexada ao grau de abstenção do trabalho que ele exhibe²⁸. No ponto mais baixo da escala, aglomeram-se os grupos sociais cujos esforços e energias são completamente absorvidos pelo trabalho diário, sem outra ética ou estética que a do pragmatismo e do utilitarismo, ou seja, sem tempo para gastar em aprendizagens supérfluas.

Tivemos já oportunidade de analisar algumas das formas de consumo não produtivo de tempo em vigor na segunda metade do século XVIII. Vimos como neste período as normas de cortesia e boas maneiras se transplantam para novos espaços sociais, e para novas formas de sociabilidade; os recintos fechados e a privacidade das casas começam a dominar o convívio. A ostentação do lazer, tradicionalmente um privilégio da nobreza, fragmenta-se, e dá origem a uma arquitectura de lugares sobrepostos. Apesar destas tendências "democratizantes", "passatempos" como a caça, a esgrima, e a equitação, mantêm as marcas sociais de origem, e continuam a ser actividades praticamente exclusivas da fidalguia.

Ao estudar a evolução da sociedade de corte, Norbet Elias

insistiu na necessidade de investigar quais são as bases sociológicas das mudanças nas maneiras de estar:

" Le fait qu'une couche sociale déterminée soit le centre d'un processus , et fasse ainsi figure de modèle pour d'autres couches sociales, que ces modèles atteignent d'autres couches et soient acceptés par elles s'explique par une position, par une structure particulière de la société dans son ensemble grâce auxquelles tel milieu est chargé de les diffuser et de les développer. " 29

Partindo desta utensilagem teórica, tem algum sentido relacionar a proliferação de formas de consumo não produtivo de tempo, e o fim do monopólio da ostentação do lazer por parte da nobreza, com a ascensão de grupos sociais que vêm dar uma outra vitalidade ao tecido social português durante os reinados de D.José e D.Maria I : - os negociantes.

Ao estudarmos os níveis de riqueza e as classificações profissionais, chamamos a atenção para as enormes possibilidades de acumulação de fortunas por via da actividade comercial. O que falta em raízes genealógicas a estes homens sobeja muitas vezes em dinheiro. A promoção de formas específicas de convivencialidade, em parte decalcadas da vida de corte , em parte autónomas e inovadoras, é um requisito indispensável para a afirmação do prestígio das elites de geração recente. Os novos valores são a civilidade , a urbanidade e a igualdade : igualdade entre os pares de uma assembleia - por exemplo.

Indivíduos com posições económicas de destaque, encontram por esta via os canais adequados de expressão, ou melhor, encontram canais de exposição e ostentação. Na medida em que os modelos são aceites como cânones de reputabilidade, abrem-se as portas para as dinâmicas de apropriação por outras camadas da

sociedade. Os paradigmas culturais e simbólicos de que os "grupos centrais" são portadores , espalham-se por círculos concêntricos cada vez mais afastados. José Veríssimo Alvares da Silva, ao reflectir sobre a temática do luxo nas Memórias Económicas da Academia das Ciências, denuncia os perigos deste "luxo vicioso" que se espalha como uma mancha; o luxo do "Vassalo que não olhando para as forças do seu patrimonio, e para os meios que tem de adquirir, quer imitar na grandeza do banquete, no esplendor da comitiva, na riqueza das alfaías da casa, ao vizinho..."³⁰ .

No final do século , quando os saraus familiares se tornam uma prática corrente, perdendo portanto os traços distintivos de origem , são ainda os homens de negócio que oferecem à cidade o centro mundano que lhe faltava, - o teatro S.Carlos. A lista das personalidades contribuintes para esta obra, coincide (à excepção de dois nomes) com a lista dos accionistas³¹ previstos para o primeiro banco português (1797) , ou seja, as principais figuras do desenvolvimento industrial e comercial pombalino/mariano, mostram-se directamente interessadas em patrocinar um local de convergência e reunião que seja simultaneamente um pólo cultural.

Temos procurado estabelecer uma relação entre o aparecimento de novos suportes físicos para o encontro e reunião de pessoas , e a difusão de práticas de consumo não produtivo de tempo. A nossa ideia, é de que não são apenas os suportes que criam as práticas e hábitos sociais, como muitas vezes se pretende fazer crer, mas que há uma reciprocidade de perspectivas , isto é, que

os espaços de convívio nascidos depois do terramoto vêm aprofundar dinâmicas preexistentes , respondendo a uma necessidade vital da luta pela sobrevivência setecentista : a conquista de prestígio por "novos" agrupamentos.

Precisamente na mesma altura em que os saraus começam a dominar as sociabilidades lisboetas, um outro tipo de recinto vem dar à cidade diurna aquilo que já existia na cidade nocturna: referimo-nos ao café.

A genealogia destes estabelecimentos permanece ainda hoje um tanto obscura. Dum ponto de vista geral , o café parece no entanto surgir do cruzamento de duas linhas de força: por um lado a reestruturação , reequipamento e modernização de antigos botequins, por outro , a acção esclarecida e empreendedora da comunidade italiana residente em Portugal. Os processos de transferência cultural com a adopção dos modelos de casas de bebidas italianas (Domingos Mignani, Marrare) , inscrevem-se sobre um movimento de fundo onde era já significativa a criação de botequins mais amplos , mais luxuosos , e vocacionados para clientelas específicas.

Durante o consulado pombalino são ainda poucos os estabe-
32 33
lecimentos abertos . Na década de oitenta, o caudal aumenta , com particular relevo para o eixo Cais do Sodré -Rossio, onde se encontra já a casa da Neve , conhecida em 1784 por Café Indiana (e depois Café do Comércio), o Nicola , o Café do Casaca na Rua dos Capelistas , e o Café de Marcos Portugal no Largo do Pelou-
34
rinho . A explosão de finais de setecentos dissemina estas

casas um pouco por toda a cidade. Numa listagem (incompleta) de 1806 , contam-se mais de 20 cafés abertos :

Nicola, José do Nicola, Spencer, Café do Câmbio, Good Coffee, Café de Minerva, Café do Licurgo - Coffee House, Café Exemplar, Café Niotral (aos Mártires), Café Notral (Poiais de S.Bento), Café do Triufo, Café e Bilhar Italiano, Café da Nova Reforma, Café Nencionale, Café Natural, Café de Tafuis, Café Navios, Universal, Café Lemos, Passeio, Neatral, Café Lusitano, Hamburguês. 35

Que representam os novos espaços públicos em relação a estabelecimentos de há muito integrados na morfologia da cidade - tabernas, casas de pasto e botequins ? Um ambiente diferente, filtrado e seleccionado? Uma melhor qualidade de serviços? Ou mais do que isso ? Valerá a pena investigar detalhadamente esta questão.

Numa primeira análise, o café distingue-se das casas populares de bebidas pelo facto de não ser exclusivo da comunidade masculina , mostrando, com o correr do tempo , maior permissividade para com a presença de mulheres.

Um segundo aspecto tem a ver com a ligação íntima da taberna e casas afins , com a zona envolvente, reproduzindo os núcleos de sociabilidade baseados na vizinhança. Já a rede de solidariedades do café é tendencialmente aleatória , afastando-se da convergência por afinidades sócio-espaciais. Num caso, o recinto fechado abre-se sobre a rua duplicando as oportunidades espontâneas de encontro. No outro , o recinto cria uma geometria singular de acontecimentos , isolando do bairro uma casa com características muito especiais. A policia vai estar atenta ao desenvolvimento das clientelas, reprimindo as situações de jogo clandestino (Café da Arcada em 1810) , ou os antros de propagação de ideias jacobinas (Café do Grego em 1809) .

Um terceiro e último tópico, tem naturalmente a ver com as diferenças sociais na frequência de ambos os tipos de estabelecimento. O inventário dos equipamentos é aqui bastante elucidativo:

37

Casa do Povo (à Ribeira Velha)

1 banca de pinho da flandres com 6 palmos de comprido, mais três bancos . Avaliado em 3\$200

1 balcão de pinho de duas faces , com 16 palmos de comprido, com seus armários por baixo e 2 prateleiras , mais dois bancos rasos. Avaliado em 2\$400

1 banca de cozinha com 22 palmos de comprido, mais 1 prateleira , mais 1 banquinha. Avaliado em 1\$600

7\$200

Botequim (à Ribeira Velha) 38

1 balcão de pinho de flandres , com 12 palmos de comprido, com 4 caixilhos de 24 vidros , e suas prateleiras , mais vários copos e frascos. Avaliado em 2\$800

A madeira do botequim, balcão, caixilhos, vidraças com vidros, tudo velho. Avaliado em 4\$800

7\$600

As duas tabernas não são muito diferentes daquelas que ainda há bem pouco tempo podíamos ver na cidade de Lisboa. Quando alguém fizer uma história dos elementos urbanos que permanecem insensíveis à mudança, resistindo na longa duração a qualquer "melhoramento" , terá certamente de dedicar um capítulo à taberna.

Vejamos de seguida o interior de um café:

39

Café (Praça dos Remolares)

| | |
|---|---------|
| 2 bancas de madeira do brasil com 5 palmos de comprimento. Avaliadas em | 4\$000 |
| 30 monos com assentos de pau | 3\$000 |
| 8 bancas de madeira do brasil | 6\$400 |
| 1 armação da loja em pinho | 48\$000 |
| 1 balcão de vinhático com 10 palmos de comprimento | 3\$200 |
| 1 sotão de madeira de pinho | 19\$200 |
| 30 encostos de pau | 2\$000 |
| 1 bilhar com pano verde de 14 palmos de comprimento por 7 de largo. | 57\$600 |
| 1 armação de loja de bebidas de pinho | 14\$400 |
| 8 bancos de pinho | 2\$400 |
| 3 portas de vidraças de 1 corpo mais vários copos de quartilho , pires da Índia para copo , e garrafas . | 4\$500 |
| 1 porta de vidraças de um corpo | 1\$500 |

Alguns objectos têm particular interesse nesta listagem; é o caso dos trinta monos e trinta encostos de pau , permitindo outros tantos lugares sentados. Sabemos que na taberna os bancos disponíveis são muito poucos; porque o espaço é menor , é certo , mas também porque a circulação dos indivíduos se faz num vaivém constante com a rua , e numa permanente mobilidade de parceiros. Um outro pormenor interessante é o emoldurar da fachada com portas de vidraças , significando isto, não apenas maior luminosidade (o vestuário fica mais exposto) , mas uma visão em aquário do mundo exterior. Finalmente - algo que falta ainda acrescentar á listagem do equipamento do café - a exis-

tência de um protocolar serviço de prata estimado em 299\$392 réis. Receber a clientela com bandejas, talheres e outros utensílios de materiais nobres, deveria ser por esta altura uma das marcas distintivas dos novos estabelecimentos. Sabemos que nos quatro botequins do Marrare " ... todo o serviço ... era de prata, as bebidas das melhores, e o café puro..."⁴⁰. Relatos documentais da Intendência da Polícia mostram que também no café do Comércio os utensílios de prata fazem parte do serviço da casa⁴¹.

Os três pontos focados - progressiva inserção das mulheres, agregação de solidariedades baseada na frequência de um espaço social autonomizado das relações de vizinhança, e requinte na decoração interior e nos objectos - convergem na caracterização do café como um viveiro de sociabilidades formais, propício à encenação de atitudes e de modos de vestir, enfim, comprometido com estratégias pessoais de ostentação do lazer.⁴²

Além da conversação, o jogo é o outro grande atractivo dos recintos fechados. Diga-se desde já, que a sociedade lisboeta dos finais do antigo regime parece invadida de uma autêntica febre de jogar, contagiando tudo e todos.

Dados e cartas dominam o ambiente de tabernas, teatros, casas particulares e casas de jogo, regendo-se pelo princípio das apostas a dinheiro ("dinheiros secos"), ou então, pelo pagamento de bebidas e géneros alimentares ("dinheiros molhados"). Num artigo publicado na Revista de História Económica e Social, Jorge Crespo pôs em destaque o papel destes jogos:

" Com o jogo de dados redistribui-se alimentação, as bebidas, o vestuário , enfim os 'dinheiros molhados'. Depois, o jogo de cartas e a maior circulação de moeda, equivalente daqueles bens e dando uma medida mais precisa dos valores em causa, orienta os homens para os jogos a dinheiro, os 'dinheiros secos'. " 43

O síndrome chega afectar alguns cafés, sendo prontamente combatido pelas medidas fiscalizadoras de Pina Manique. Na alvorada do século XIX, não há sala clandestina de jogos que não viva sob permanente ameaça de rusga policial.

Quanto aos divertimentos considerados inocentes, uma relação de finais de setecentos indica quatro jogos nesta categoria : o jogo da bola, chinquilho, laranjinha e bilhar. A sua instalação era autorizada pelas autoridades sem problemas de maior ,
44
desde que fossem pagas as seguintes taxas:

| | |
|--------------------|------------|
| jogo do bilhar | 38\$400 rs |
| jogo da bola | 6\$400 rs |
| jogo da laranjinha | 4\$800 rs |
| jogo do chinquilho | 4\$800 rs |

O bilhar, é de longe o "divertimento" mais agravado.

Tomando por referência o valor nominal de um bilhar já usado (57\$600 réis - avaliação encontrada no Café da Praça dos Remolares), e acrescentando-lhe a contribuição exigida (38\$400), facilmente se conclui, que a abertura de uma sala com semelhante entretenimento custa uma pequena fortuna para a época - quase 100\$000 réis. Apenas os estabelecimentos mais luxuosos podem suportar um investimento desta natureza. Não é portanto de admirar, que todos os locais requintados já referidos, da Casa da Assembleia ao Teatro de S. Carlos, tenham como elo comum de ligação a sala de bilhar.

Manipular os tacos e conhecer os efeitos a aplicar às bolas, é um saber sempre precedido de iniciações demoradas. Ao contrário do chinquilho e da laranjinha, divertimentos populares cuja aprendizagem é mais ou menos automática, o bilhar requer continuidade de esforços e perseverança até começarem a brotar os primeiros resultados. Para formar um verdadeiro mestre há que deixar os dias correrem livremente e sem pressas. Na hierarquia dos jogos, este é, sem dúvida, um dos grandes devoradores de tempo.

A apropriação de actividades lúdicas pressupõe o domínio de instrumentos sociais de apropriação. Só é viável o recrutamento de jogadores de bilhar quando há capitais de tempo e de atenção prontos a serem utilizados fora da esfera produtiva, e quando o acesso aos locais seleccionados de jogo não é interdito. No século XVIII, ambas as condições recortam um perfil social. O toque de classe deste ou daquele indivíduo expõe-se com toda a clarividência nesta actividade lúdica, em que os pormenores da elegância dos gestos não são de desprezar. A reputabilidade do jogador está indexada à reputabilidade social do lazer.

A associação entre o café e a casa de bilhares foi um elemento urbano bem característico de Lisboa até à década de setenta do século XX. Nessa altura, o universo social de frequentadores e jogadores era já bastante heterogéneo, pelo que os grandes sustentáculos do jogo irão ser as classes etárias com tempo útil para deltar fora: os jovens (estudantes, desempregados, marginais) e os idosos.

Divertimento inocente, o bilhar escapa às condenações dos

moralistas, tanto mais que a sua influência é ainda bastante restrita. Sobre os jogos de fortuna e de azar , sementes do vício e da destruição de famílias , incidem as críticas mais ferozes. As concepções de vários autores sugerem até uma equivalência recíproca entre jogos de azar e práticas de ostentação:

" Sim com este metal se comprão vícios;
E com vícios se comprão precipícios,
Verás andar hum galante
A quem fortuna deu mais do bastante
Por jôgos, e Saraos , e por Comédias..." 45

Há a percepção da unidade profunda de práticas dispersas. Do ponto de vista dos moralistas , é como se dissessem: - " Um mal nunca vem só! " O jogo arrasta para uma vida fácil, aparecem os saraus, e as comédias, o indivíduo muda , quer parecer mais do que o que é, olha com mais atenção para o seu vestuário, começa a ficar com dividas, etc. etc. Contra o hedonismo ameaçador propugna-se pelo radical abandono de coisas supérfluas. Na Carta de Máximas e Concelhos que mandou hum pay para seu filho, 1771, pode ler-se:

" O luxo e o jogo são dois certos caminhos de perdição; por muito pouco conhecimento do Mundo que tu tenhas conhecerás melhor do que eu to posso explicar(...) Para viveres contente basta ter o necessario,o superfluo he inutil, e prejudica muitas vezes mais do que aproveita . " 46

A ideologia do necessário faz parte das formas populares de apreensão do mundo. Representa uma temporalidade hibernada, com a permanente projecção de valores do passado sobre as realidades diferenciais do presente. Debaixo da crosta do "necessário" não se esconde outra coisa senão a memória de épocas em que as fronteiras do mundo social estavam arrumadas de forma diversa.

Os moralistas parecem incomodados com a agitação do século; a apropriação de formas de ostentação do lazer por novos e novos grupos sociais abala a imagem "natural" de hierarquia, confundindo lugares e posições. A crítica do luxo assenta em grande parte na recusa da difusão social de práticas reprováveis para determinados níveis da sociedade, ou seja, acaba por envolver uma representação rígida das funções atribuídas às ordens sociais. Desta forma, os campos semânticos de conceitos como "luxo" e "necessidade" (mutuamente interactivos), trazem implícita uma reorganização dos sinais e das diferenças a que deve obedecer a lógica da procura social ⁴⁷. Subrepticamente, eles fundam a própria realidade com que pretendem lidar.

48

Num ensaio de autor desconhecido, o Discurso Político sobre as vantagens que Portugal pode alcançar da sua desgraça, provavelmente datado do período pombalino, a questão da difusão do luxo assume um carácter vincadamente político:

" Não he conhecer a conexão que tem as paixões huas com outras Supor que oz vicios não farão grandes progressos em huma Nasção em que huma Ves Se estabeleceo o Luxo oz homenz seguem muito as cousas exteriores o Governo politico depende de alguma forma do habito dos Vassallos. Frequentemente confundindo hum pano as ordenz por 'uzar' todos delle ,e as classes dos homénz traz consigo huma geral dezordem do Estado. "

E mais á frente :

" O inconveniente do Luxo em hum Estado não he que elle Se introduza no Principe; e nos Grandes; o mal he que o contagio passa a ser geral , e ataca aquelles que pela natureza das couzas não deverião ter mais que o necessario alimento. Torna-se afeminado o povo, que ama ao alinho , e então tudo eztá perdido." 49.

Ao enveredar pela definição de luxo como algo capaz de produzir diferenças entre individuos, o Discurso sobre as Van-

tagens faz de imediato aparecer as relações de poder que lhe são inerentes.

Na economia dos sinais de prestígio, a aquisição de um objecto, de um comportamento, ou de um saber, reafirma a autoridade de um indivíduo sobre todos aqueles que são socialmente desqualificados para adquirirem essa categoria de bens. Os consumos selectivos funcionam assim como um círculo de giz caucasiano: delimitam os lugares de quem está fora, e de quem está dentro. Para o autor do Discurso, o problema da nação não é por consequência o "luxo", mas a difusão social do luxo. E no seu ponto de vista, a estabilidade das ordens na sociedade, depende mesmo da eficácia das lógicas de exclusão. Neste aspecto, existe uma clara consciência das mudanças que se estão a dar na sociedade lisboeta, com a infiltração de práticas de consumo ostentatório em círculos sociais inéditos.

Mas se há esferas onde a emulação pessoal se põe a nã, revelando toda a intencionalidade de aquisição de poder, nenhuma é tão exemplar como a contratação de criados domésticos. Mecanismos de submissão pessoal (a relação servo-senhor) juntam-se neste caso a formas de dominação social (o número de criados representa o status do senhor). A utilidade dos domésticos está menos no trabalho realmente desempenhado, e mais na prova viva⁵⁰ que eles são da "nobreza" e poder do dono da casa. Só alguém com recursos mais do que suficientes pode distrair homens e mulheres do trabalho directamente produtivo para os especializar no atendimento da sua pessoa.

Rodeando-se de muitos servos, o senhor exerce uma ostentação do lazer por delegação: paga a outros para não trabalharem por ele e se dedicarem exclusivamente à manutenção do seu conforto.

Os 85 criados do Duque do Cadaval, os 36 do Marquês de Fronteira, 35 do Visconde de Vila Nova, 31 do Conde de Castelo Melhor, 30 do Marquês de Lavradio, etc, ⁵¹, desempenham uma função essencialmente honorífica, de representação, nos actos de visita, ⁵²atendimento, e deslocação. A própria libré, enfatiza a isenção do trabalho produtivo e facilita o reconhecimento do status do senhor.

O concurso de servos domésticos no agregado, deixa de estar directamente relacionado com as necessidades objectivas de manutenção e limpeza da casa, para se converter num dos símbolos exteriores de distinção. São aliás pródigas as oportunidades de exposição pública deste poder durante o século XVIII: do acompanhamento cerimonial, com autênticos cortejos escoltando as deslocações das personagens mais importantes, até às festas da cidade, onde o séquito de criados deste e daquele senhor ⁵³é apreciado e comparado no seu esplendor e quantidade.

Na hierarquia interna da criadagem os postos mais bem remunerados e mais apreciados, são, em primeiro lugar, os preenchidos por homens (quadro 4.1). Como o sexo masculino é a força de trabalho dominante, a sua reciclagem para funções domésticas é um índice muito mais notório de ostentação de lazer. Este princípio é tanto mais verdadeiro quanto o criado é uma pessoa jovem, vigorosa, e até instruída, em suma, plenamente adaptada

 Quadro 4.1.
 Salários máximos e mínimos
 (anuais) dos criados domésticos
 de Lisboa. (1799- 1781) 55

| | <u>Mínimo</u> | <u>Máximo</u> |
|----------------------|---------------|---------------|
| cozinheiro | 14\$400 | 86\$400 |
| criado da cozinha ou | 7\$200 | 9\$600 |
| moço da cozinha | | |
| copeiro | 48\$000 | 72\$000 |
| escudeiro | 12\$000 | 57\$600 |
| guarda-roupa | 14\$400 | 28\$800 |
| comprador | 19\$200 | 36\$000 |
| bolieiro | 24\$000 | 42\$000 |
| moço da tábua | 9\$600 | 19\$200 |
| moço das bestas ou | 9\$600 | 19\$200 |
| criado da cavalaria | | |
| criado grave | 19\$200 | 28\$800 |
| criado | 10\$800 | 24\$000 |
| criada grave | 16\$800 | 21\$600 |
| criada | 6\$000 | 21\$600 |
| moço da copa | 7\$200 | 19\$200 |
| moço da casa | 7\$200 | 9\$600 |

* Categorias Dispersas *

| | | |
|----------------------|---------|---------|
| francês | 57\$600 | 76\$800 |
| criado de pé | 18\$000 | 18\$000 |
| azemel | 14\$400 | 14\$400 |
| criada de varrer | 14\$400 | 14\$400 |
| jardineiro | 7\$200 | 7\$200 |
| porteiro | 7\$200 | 7\$200 |
| guarda do portão | 28\$800 | 28\$800 |
| criado de acompanhar | 28\$800 | 28\$800 |

ao mercado de trabalho. Num anúncio de 28 de Abril de 1789 pode ler-se :

" Procura-se um sujeito bem entendido para criado de hum casa particular que saiba escrever bem certo, e se queira sujeitar a cuidar em demandos da casa, e suas diligencias respectivas de fóra da terra, sendo necessario hizr, assistir com as mais obrigações que á vista se lhe dirão, pois quantas mais se lhe impozerem, obriga a ter mais ordenado além da casa, cama, meza, e roupa lavada; e sendo casado não tendo filhos será acceito a quem convier o referido procure no Rocio nas casas dos Religiosos de S.Domingos a Francisco Loreda e Saradora, na escada em que se vendem livros , que dirá quem procura o dito criado grave. " 54

Da mesma forma que os homens são preferidos às mulheres, também os trabalhos mais expostos ao olhar do público são os que melhor remuneração alcançam. Atente-se por exemplo, às diferenças entre o salário do criado ordinário e o salário do criado grave, do bolieeiro e do moço das cavalariças. As funções domésticas que se circunscrevem ao interior da casa, escapando desta forma á exposição ostensiva e notória do poder do senhor, ocupam o lugar mais baixo da escala. Uma única excepção é a do cozinheiro, por motivos aliás fácilmente compreensíveis.

O critério mais utilizado na organização do serviço doméstico divide a criadagem em dois grandes grupos: os "criados de escada abaixo" , e "os criados de escada acima". Aos primeiros cabem os papéis de relevo e de direcção, sendo geralmente obrigatório o uso da libré (criados graves, copeiro , bolieeiro).⁵⁶ A gestão dos recursos , e a superintendência de todo o trabalho é entregue ao escudeiro.

Obviamente , nem todos os lisboetas têm exércitos de 10 ,20, ou 30 criados ao seu serviço , pelo que são muitas vezes obriga-

dos a compactar todo o leque de funções especializadas na pessoa de um ou dois criados , moderando a ostentação. Borges de Macedo, encontrou na cidade de Lisboa o número algo espectacular de 8245 criados de servir, representando 27,5% do total de profis-⁵⁷sões arroladas nos livros de pagamento do imposto da décima.

A aceitação destes dados levanta porém alguns problemas. O que se entende por "criado" ? E qual a realidade profissional que a expressão cobre ? Investigações recentes sobre o trabalho doméstico em zonas agrícolas do hinterland da capital, puseram a claro o carácter iminentemente produtivo dos indivíduos classificados em documentos da época como criados (ou também, "criados da lavoura" , ou, ainda, "criados de soldada").

Tratar-se-ia nestes casos de : "... trabalhadores remunerados, mas em que residência e local de trabalho coincidem, isto é, que vivem no mesmo fogo que o seu empregador. " Consequentemente, a designação profissional não corresponde "... a um processo de trabalho a que usualmente são associados os criados, carecendo de qualquer sentido muitas das classificações deste conjunto de⁵⁸ indivíduos como pertencendo globalmente ao sector de serviços."

E o critério demográfico-social da co-residência na casa do empregador , ligado às relações de dependência para com este, que informa a taxonomia profissional, e não a natureza do trabalho praticado.

Em Lisboa, a categoria de "criado" apresenta também um certo grau de generalidade e indeterminação. Estabelecimentos há, como as padarias , olarias , tabernas, casas de povo, fábricas de açúcar refinado, fábricas de aletria e de biscoitos, drogarias,

casa de forneiros, alugadores de seges na praça, etc., onde é vulgar encontrar um, dois, ou três indivíduos, inscritos na décima sob a rubrica "criados", ou sob a rubrica "moços", mas ⁵⁹ nunca sob a designação de "criados de servir". Os salários são inferiores aos dos domésticos com funções especializadas em casas particulares ⁶⁰, e a frequência de utilização do termo "moços" ⁶¹, leva-nos a pensar em serventuários de idades bastante jovens ⁶². Acrescente-se ainda, que os estabelecimentos assinalados têm características particulares e estão à margem das regulamentações corporativas dos ofícios, não obedecendo portanto ao sistema de contratação de aprendizes.

Do que fica dito, parece ser legítimo concluir, que nem todos os 8245 "criados" exercem as funções específicas de domésticos; uma parte significativa deste conjunto constitui uma força de trabalho industrial, possivelmente jovem, mal paga, e enquadrada pelo sistema familiar. Com esta conclusão não pretendemos eliminar de um só golpe todas as ambiguidades; entre o trabalho co-residente, e o servo que é um símbolo de poder e de ostentação, existe porventura uma zona fronteira de contornos nebulosos e difíceis de definir. Nem sempre é claro onde começa um e acaba o outro. Veja-se por exemplo, o caso de Francisca Maria, uma viúva com lugar de venda de frutas na Rua Direita da Alfândega, comerciando também, ocasionalmente, "rins, chouriços e cabeças de porco". Várias testemunhas identificam-na directamente à frente do lugar, vendendo, pagando a credores, e efectuando várias transacções. A data da morte empregava ao seu serviço um criado e duas criadas, tendo legado a estas últimas

últimas diversos bens em testamento:

" Deixo a minha criada chamada Maria do Ceo, e que ao presente se acha na minha companhia, o leito, em que ao presente dorme o meu afilhado chamado João, com o seu colchão e seis lanços, dois travesseiros, e duas almofadinhas (...) Deixo à minha criada chamada Maria Eugénia o leito em que, ella dorme, com todos os seus pertences, e meia duzia de Lanços, e tão bem todo o trem, que tenho em meu poder. " 63

Não chegaremos nunca a saber quais são as funções atribuídas a estas "criadas": tratar-se-ia de ajudantes do negócio? De mulheres encarregues das lides da casa? Ou teriam elas indistintamente uma e outra tarefa? Como se pode ver, a distinção entre o serventuário do domicílio e o trabalhador co-residente, entre ocupações produtivas e ocupações "improdutivas", nem sempre é automática e linear. Independentemente da natureza do trabalho praticado, podemos no entanto pensar que a manutenção de um corpo de três "domésticos" é um elemento decisivo no prestígio e na honradez da viúva - tendista.

O teatro de cordel repetirá até à exaustão a história das famílias modestas que teimam em manter uma criada quando por
64
vezes não há sequer dinheiro para a comida.

A importância deste grupo no tecido profissional lisboeta durante a segunda metade do século XVIII, é um dado que não oferece contestação. Mesmo descontando os trabalhadores equivocadamente contabilizados no sector de serviços, continuaremos a defrontarmo-nos com um elevado número de criados de servir.

A procura crescente de serviços havia feito aparecer uma espécie de agência para mulheres, na qual as candidatas aguardavam um compasso de espera até à sua colocação numa casa parti-

cular. Estas "Casas de Moças", como eram então chamadas, mereciam do Intendente Geral da Polícia as mais sérias reservas. Pina Manique chega mesmo a apresentar ao Visconde de Vila Nova de Cerveira um plano de reforma onde se propunha que a acomodação das criadas em novos lares passasse a ser controlada pelo Juízo dos Orfãos:

"... porque a grande falta que todos experimentão de criadas dá huma quazi certeza de que ellas estarão bem pouco tempo sem novo commodo por haver munto quem as procure, e athé as mesmas criadas que não tem a liberdade de hirem para casa das Mulheres das Mossas, ou de outras taes onde possaõ satisfazer sem constrangimento as suas criminosas paixoens devem cuidar menos em se desacommodarem e sahirem das cazas honradas onde foram postas pellos Juizes dos Orphaõs. "65

Entretanto, a par das Casas de Moças, abriam-se outros canais para a colocação de domésticos. A publicação em 1787 do primeiro número do Correio Económico e Mercantil de Portugal, cria um suporte periódico à procura e à oferta de serviços:

"Tendo por objecto principal esta Folha de annuncios o facilitar as compras e vendas tráfico, e mais noticias locaes, que mais interessam em geral, e em particular; e tendo-se considerado que hum dos principaes he o ter por este modo criados e criadas tão necessarios para o serviço das casas... "66, o jornal acaba por isentar de quaisquer pagamentos os subscritores deste género de anúncios.

A situação liberalizada da contratação de criados irá terminar abruptamente com o Edital de 28 de Agosto de 1807. A partir desta data, a aceitação de um homem ou de uma mulher ao serviço de outrem, passa a obedecer a um conjunto de normas rígidas e a um apertado controle social: fiscalização dos passaportes da terra de origem do candidato, certificados de "bom" ou "mau" comportamento, autorização especial da polícia para as mulheres que são intermediárias na sua colocação em casas particulares,

etc.

A "ociosidade" dos domésticos tinha criado problemas e embaraços às autoridades, que não hesitavam em apontar este grupo como um dos principais focos de perturbação pública, estando na origem de inúmeras rixas, combates, contrabando, e jogo clandestino. Já em data anterior, o Regimento dos Taberneiros (de 21 de Janeiro de 1797) tinha proibido "qualidade alguma de jogo às pessoas que forem comer, e muito menos aos criados de servir e Escravos", a quem o dono do estabelecimento teria aliás de aprontar com rapidez o que "...for mister para casa de seus Amos, e Senhores, sem que por sua culpa se possam demorar mais tempo do que lhes for para isso necessario."

Em contacto com os meios populares de origem, mas também em contacto com os padrões superiores de vida daqueles a quem servem, os criados constituem um curioso grupo social de fronteira. Por seu intermédio, há um canal de comunicação pelo qual modas e práticas inovadoras podem ser transmitidas das elites para outros ambientes sócio-culturais⁶⁷. O peso numérico que detêm no conjunto da população lisboeta, favorece e estimula o desenvolvimento de dinâmicas deste tipo. A hipótese de um nexu cultural é particularmente interessante no caso dos consumos vestimentares, pois os criados são de tempos a tempos presenteados com antigas peças dos senhores, que passam eles próprios a usar. Nas casas distintas, por exemplo, vigorava o hábito de fazer distribuir o vestuário pelos criados, após a morte do amo.

No testamento da Condessa do Redondo, escrito a 30 de Dezembro de 1778, ordenava-se expressamente:

"... que se reparta a Roupa do meu uzo e Vestidos pellas minhas Criadas levando nelles menos porção Dona Filipa por já me não servir sem que o referido se abata para hir ao monte do que me pertence como se pratica em Casas semelhantes por morte das pessoas da minha graduação..." 68

O estatuto dos domésticos dependia naturalmente do estatuto do senhor. Se trabalhar para um Titulo de primeira grandeza tinha um certo alcance, servir um Desembargador era já uma outra coisa, e servir um cirurgião outra ainda.⁶⁹ Esta diversidade de situações não deixa de ter consequências na qualidade do alojamento e alimentação, no regime de trabalho, e nas gratificações e salários.

Entretanto, um pouco por toda a parte, o criado impõe-se sobre o escravo. As estratégias de poder e de prestígio assentam exclusivamente na contratação de domésticos remunerados. Significativamente, na literatura da época não é possível encontrar nenhuma referência positiva e honorífica quanto à posse de negros e mulatos no serviço da casa.

A análise das correlações entre o nível de fortuna, o número de criados, de escravos e de escravas, para a amostra de inventários de 1780-86 corrobora esta ideia; há mesmo uma (relativa) incompatibilidade recíproca entre o acto de empregar criados e o acto de comprar negros e mulatos (quadro 4.2).

Uma segunda ilação a retirar desta matriz, é de que a correlação entre escravos/escravas e nível de riqueza, é bastante mais fraca do que a correlação entre criados e nível de riqueza. Estes, reflectem sem dúvida melhor o status dos senhores (apesar da correlação ter pouco significado estatístico).

Quadro 4.2.

Matriz de correlações entre
as variáveis total de fortuna,
número de criados, escravos
e escravas. (1780-86)

| | FORTUNA | ESCRAVAS | ESCRAVOS | CRIADOS |
|----------|---------|----------|----------|---------|
| FORTUNA | - | .125 | .181 | .612 |
| ESCRAVAS | .125 | - | .145 | -.061 |
| ESCRAVOS | .181 | .145 | - | -.037 |
| CRIADOS | .612 | -.061 | -.037 | - |

A força de trabalho não livre encontra-se aleatoriamente disseminada pelos vários grupos sociais, tendo maior peso no núcleo de pequenos lojistas, taberneiros e merceeiros. Os peritos na avaliação dão-nos uma ideia do que seria a natureza do seu trabalho, através de uma pormenorizada descrição de defeitos e qualidades. Por exemplo :

" Huma escrava parda de nome Anna Maria , natural de Lisboa, com 29 annos, sabe fazer todo o trabalho ordinário da casa como tambem cozer engomar e fazer meya... sofre dos olhos " 70.

Nos homens nunca são referidas aptidões domésticas , mas características de outra natureza:

"Hum mulato de nome António Dias com a idade de aproximadamente 32 annos... com o prestimo de trabalhar em fazenda de raiz " . 71

Força de trabalho alternativa para as tarefas mais ingratas do dia-a-dia , os escravos devem ter começado a escassear em Lisboa à medida que o fim do século se aproximava.⁷² O alvará com

força de lei de 19 de Setembro de 1761, tinha expressamente proibido a importação de indígenas dos domínios de Portugal, alegando que eles só vinham "... a este Continente ocupar o lugar dos moços de servir, que ficando sem commodo se entregavam a ociosidade". Desta forma, a perpetuação da força de trabalho escrava fica dependente da reprodução biológica, o que, face à constante ameaça de doenças, acaba por reduzir progressivamente a população não livre.

Com a escassez de negros e mulatos cativos, surgem nos inícios do século XIX alguns sinais de transformação do estatuto do escravo. A corte havia adoptado uma preta anã meio disforme, disputando-se para a presentear e obter dela uma ou outra palavra. D.Rosa, como era chamada, acompanhava com frequência a própria rainha D. Maria I de quem era favorita. Sabemos que por esta altura, também a Condessa de Pombeiro se fazia acompanhar nas deslocações pelas ruas de Lisboa de duas negrinhas⁷³. O gosto pelo exótico e pelo extravagante, aliado à progressiva raridade do escravo-objecto produziram, talvez, momentaneamente, uma inversão de cento e oitenta graus, transformando em símbolo de prestígio um ser até aí pouco considerado.

O significado da palavra "luxo" é conhecido. Mas quando se trata de passar de uma ideia do senso comum, para a definição de um conceito operativo as dificuldades começam a surgir. Economistas e sociólogos esbarram frequentemente na dicotomia necessidades básicas/luxo, produzindo uma grelha de análise estática

para uma realidade que só pode ser entendida através das suas
dinâmicas , isto é, historicamente.⁷⁴ Procurámos demonstrar como
o conceito de luxo só adquire verdadeiro sentido, em função das
estratégias de poder de camadas e de grupos sociais. A distin-
ção existe apenas na relação e pela relação, na diferença e pela
diferença. O método genealógico de que nos falam em tons dife-
rentes Norbert Elias e Michel Foucault, é uma possibilidade teó-
rica para surpreender a construção dos poderes sociais na econo-
mia quotidiana.

A segunda metade do século XVIII marca uma etapa decisiva na
emancipação das elites da sociabilidade de corte, transferindo
para a "sociedade civil" vários espaços de encontro e reunião,
normas de conduta, práticas de ostentação e lazer. Esta tendên-
cia teve como corolário um enfatizar das relações pessoais em
recintos fechados, um maior controle recíproco das comunidades
de indivíduos , e um deslocamento da noção de privacidade,
abrindo as portas a tendências expressivas de imitação social.

A moral pode deixar de ser uma reflexão abstracta, para se
aplicar às arenas onde o turbilhão de emoções é mediatizado pelo
outro. A ideia de papéis sociais ganha uma operatoriedade
inédita.

4.2. O consumo de objectos

4.2.1. As peças de ouro e prata.

A difusão de várias modalidades de consumo não produtivo de tempo, preferencialmente orientadas para os recintos fechados, veio aproximar , individualizar e formalizar as relações interpessoais, colocando em primeiro plano a procura de comportamentos, mas também de objectos , capazes de representar o grau de distinção que um personagem tem ou aspira ter.

As peças de ouro e prata não fogem à regra. Os imperativos da moda solicitam no século XVIII a presença mais constante de metais nobres no dia-a-dia, ornamentando este ou aquele pormenor do vestuário. Não há traje destinado a uma "função" que dispense as fivelas, botões, anéis , relógios, caixas para tabaco, etc. , ricamente cravejados com um sem número de diamantes rosas, brilhantes, rubis, águas-marinhas, safiras, ágatas e critais.

A ideia de uma reserva de valor sacramentalmente resguardada de intempéries , e exibida apenas em ocasiões festivas, cede o passo a uma concepção mais utilitarista. É certo que os patrimónios de metais preciosos continuam a constituir um importante capital simbólico nas expectativas familiares face às incertezas do futuro. Mas a conotação quase religiosa da preservação de fios e anéis , laiciza-se. A vida quotidiana com todo o seu brilho encarrega-se de fazer aparecer as propriedades ostentatórias das peças, substituindo a ideia de metal/valor pela de metal/objecto. As motivações para a aquisição tornam-se por consequência duplas.

Nenhum outro investimento familiar setecentista, terá mesmo sido em tão larga escala um consumo.

Entre os artigos mais procurados, sobressaem em primeiro lugar os relógios de algibeira e repetição. São protegidos por duas ou três caixas, as interiores geralmente de tartaruga, e a exterior de ouro ou prata. Têm mostradores de esmalte, ponteiros de aço ou de ouro, e longas cadeias de materiais variáveis. O seu preço nos inventários oscila entre os 5\$100 réis (um relógio de pechisbeque, pouco comum, aliás) e 114\$000 réis (um relógio com duas caixas de ouro lavrado, cadeias de ouro trancelim, e caixa exterior de lixa pintada, propriedade do negociante Manoel António Pereira⁷⁵).

No século XVIII, os relógios são exclusivamente importados de dois grandes centros cosmopolitas estrangeiros: Londres e Paris. Nomes de conhecidos fabricantes como Robert Stroud, Flectwood, Markham, Lepine, Gudin e Le Roy, estão gravados no interior das caixas, e é até possível saber os respectivos números de série. Entretanto, não se detectam nos inventários quaisquer vestígios de fabricantes nacionais. Para as elites lisboetas, o hábito de encomendar directamente o relógio numa capital europeia não era inédito,⁷⁶ e fazia talvez parte dos rituais distintivos do consumo.

A penetração de instrumentos para a medição do tempo nos sectores do artesanato e do pequeno comércio, é um fenómeno que alcança já uma certa amplitude na primeira metade de setecentos. No entanto, a sua difusão só atingirá maiores proporções após aquele período. Em 1780-86 dois em cada cinco indivíduos clas-

sificados nos "grupos populares", possuem já relógios de algibeira. Como justificar este apreço por objectos tão dispendiosos? Exigiria a vida quotidiana da época uma dimensão tão minuciosamente quantitativa do tempo?

Antes do trabalho industrial ter introduzido nas cidades um vasto corpo de regulamentos, sanções e prémios, visando o cumprimento pelos trabalhadores de horários pré-determinados, e antes da rede ferroviária impôr uma divisão mais precisa do tempo, estimada ao minuto, e já não aproximativamente de meia em meia-hora, não parece muito plausível que um instrumento rigoroso de controle do tempo tivesse sido indispensável ao carpinteiro, à ⁷⁷viúva e ao merceeiro. A posse de relógios é no mínimo intrigante. Tudo indica que este interesse pelos maquinismos miniaturizados se cruza com representações ainda difusas do escoar do tempo, certamente impregnadas em ritmos da vida quotidiana que desconhecem escalas fixas de horários, regendo-se pela sua própria métrica.

A análise das motivações do consumo remete-nos assim para uma outra ordem de factores. Não é a utilidade funcional do objecto que está em causa, mas sim o carácter honorífico e simbolico da sua ⁷⁸posse. Considerado na literatura da época como um dos adornos dos peraltas, o relógio irá tornar-se um complemento indispensável ao traje (completo) masculino. A moda passa pela exposição à vista desarmada de duas grossas cadeias, pendendo da cazaca, sobrecazaca, redingote ou outra capa, para uma algibeira interior onde se escondem as caixas. Tal disposição complica sem dúvida a tarefa de ver as horas. Temos contudo de perceber que o próprio gesto de consultar o relógio faz parte de um ritual de

ostentação , lento e demorado, e raramente tem a ver com uma necessidade objectiva de saber quanto tempo passou, ou quanto tempo falta para alguma coisa. Aliás, alguns indivíduos com menores rendimentos encontram uma solução airosa adquirindo apenas as cadelas, e usando-as no fato sem que na extremidade exista qualquer relógio.⁷⁹ Um simulacro é suficiente. Vistas bem as coisas, qual a diferença entre ter as correntes e possuir o relógio completo? Não será praticamente o mesmo?

As camadas mais baixas da sociedade orientam os seus recursos para a aquisição das peças imediatamente visíveis, procurando com o mínimo de despesas compôr um quadro agradável. Daqui resulta que os adornos de metais preciosos cuja exposição é menos óbvia (alfinetes de peito, caixas para tabaco) recolham também menos preferências dos consumidores. Tem valor o que está à mostra, o que reluz sobre a vitrina do corpo.

As caixas para tabaco, por exemplo, são um objecto honorífico da envergadura do relógio mas não chegam nunca a alcançar a sua difusão. Mais do que isso, as diferenças de qualidade entre as peças das elites e das restantes camadas é abissal. O preço unitário médio varia de 15\$219 réis (grupos superiores) para 2\$022 (intermédios) , 1\$849(populares) e \$520 (pobres). Entre um extremo e outro vai a distância das caixas de sola , lixa , ou mesmo de prata , às caixas de tartaruga incrustadas de ouro e marfim, muitas vezes com retratos pintados no centro, e tampa de virola de ouro. As imitações de modelos, são neste caso, verdadeiras imitações no sentido pejorativo da palavra. Não é por acaso que por entre a gama de objectos em análise , o melhor

indicador do nível de fortuna seja precisamente a posse de caixas para tabaco , com um coeficiente de correlação de .740 em relação aos quantitativos monetários globais.⁸⁰ O genuíno distingue-se da cópia barata.

Estamos perante práticas selectivas cujos códigos gestuais passam dificilmente de um ambiente social a outro. O risco do ridículo paira sobre os imitadores.

Num texto de 1791 , intitulado Dezengano do Mundo para os peraltas esbandalhados, um soneto dedicado "Aos Costumes dos Fidalgos Fingidos" associa o costume de tomar rapê a outras estratégias enganadoras de emulação social:

" Porções e Irmandades ser primeiro,
Ter sempre na comedia camarotes,
Ir lendo em sege , e ser muito faroleiro:

Falar francez, dansar , repetir motes,
Tomar rapê, ser muito caloteiro,
He a regra dos fingidos fidalgotes. " 81

Damas e cavalheiros participam em pé de igualdade nos rituais corteses de oferecer e aceitar rapê , exibindo para esse fim belas caixas de metais preciosos. Tudo se passa requintadamente: com o indicador e o polegar uma pequena quantidade de tabaco em pó é retirada, e em seguida aspirada pelo nariz.

Esta forma de consumo, distinta e moderada, opõe-se aos hábitos mais grosseiros de mascar, em voga desde os primórdios do século XVIII.⁸² Com o mascar, e também com o cachimbo , o tabaco faz já as suas vítimas, surgindo algumas situações de vício incontrollável.⁸³ Os preços praticados em Lisboa estabelecem uma clara diferença entre o tabaco de rolo , também chamado de corte ou de fumo, e o tabaco em pó (rapê), fino, de

melhor qualidade e mais caro.

Nos inventários de 1780-86 um pintor, um guarda do número da Alfândega, e um negociante, têm entre a roupa de uso corrente vários lenços para tabaco, suportes indispensáveis ao hábito de mascar. Em 1820-27 o síndrome alastra, e o círculo de indivíduos afectados é maior. A fábrica de Alcobaça especializara-se entretanto, no fabrico de um lenço tabaqueiro cuja celebridade viria a distinguir a própria unidade fabril. Produziam-se 97 padrões com 8, 10, 12, 14 e 18 cores alternadas em barras com um fundo vermelho⁸⁵. A difusão do lenço tabaqueiro aponta assim para a expansão dos hábitos de mascar durante o primeiro quartel do século XIX. Ao certo, sabemos apenas que entre 1756 e 1778 o consumo permaneceu estável, aparentemente sem grandes acréscimos no número de fumadores e de mascadores⁸⁶.

Se a caixa e o rapé fazem parte da elegância masculina e da elegância feminina, já o gesto mais rudimentar de mascar pertence sobretudo à cultura dos homens⁸⁷. Tudo indica que estamos perante duas formas de utilização social do tabaco, uma honorífica, e a outra popular e banal. Mas este quadro complica-se na viragem do século, altura em que começam a surgir os primeiros fumadores de cigarros. Nas aquarelas de Henry L'Evêque estão retratadas as figuras típicas de Lisboa e, curiosamente, um único personagem surge representado com um cigarro na mão: ele é identificado como o "jovem elegante do povo"⁸⁸.

Passando dos objectos mais correlacionados com os níveis de riqueza para os menos correlacionados, imprescindível se torna

falar do espadim e do florete. Ambas as peças fazem parte da indumentária cerimonial dos homens desde os finais de seiscentos. Em Inglaterra e França, a espada curta presa à cintura era a marca de distinção do gentleman e do bourgeois. A elegância dos lavrados nos punhos e nos bocais conferia-lhe o estatuto de artigo de moda.⁸⁹ Portugal, país periférico, segue as inovações estrangeiras, e na pragmática Joanina de 1749 é já necessário introduzir um capítulo, para procurar conter dentro de certos limites a proliferação de espadins à cintura. Revogadas pelo Alvará de 21 de Abril de 1751 as proibições perdem o alcance inicial, e as portas voltam a ficar abertas para a difusão dos consumos:

"... declaro que na prohibição de trazer espada ou espadim à cinta comprehendendo todos os Mancebos obreiros, que trabalham por jornal. Della exceptuo porém todos os artifices, e Mestres encartados, e embandeirados, todos os donos Mestres ou Arraes de Caravellas e Barcos de transporte e pescaria; porque nos referidos he minha intenção honrar como Pessoas uteis a meu serviço e ao bem commum dos meus Reynos. Não entendo porém alterar em cousa alguma da prohibição que defende a todas e quaesquer pessoas trazerem espada, ou espadim não sendo posta à cinta." 90

Uma clara separação é feita entre a utilização do adorno e da arma, autorizando a primeira e interditando a segunda. Até aos finais do século, o florete de prata (ou com punho de prata) vai acompanhar a lenta transformação da moda masculina, perdendo as conotações de exclusividade e de nobreza para se converter numa peça razoavelmente popular. Mesmo nas camadas mais miseráveis da sociedade - aqueles cujo nível de fortuna é inferior a 400\$000 réis - podemos encontrar um significativo apreço por este acessório, o que vem confirmar que a pobreza nem sempre se traduz no abandono total e completo de objectos supérfluos, nem na

ditadura das condições de subsistência. Muitas privações terão de passar pelo agregado familiar até os últimos vestígios de decência e de dignidade serem postos de lado. A emulação social e o gosto de bem parecer fazem também parte daquilo a que chamamos necessidades. E estas, como vimos, resultam de uma imagem social. Não são a soma aritmética de atributos biológicos.

Com o deslocar de fronteiras, o prestígio originariamente outorgado à nobilitante função militar, e como tal transmitido ao detentor do espadim, dissolve-se num civilismo morno de sécias e peraltas⁹¹. Entre os personagens de primeira grandeza o costume vai por consequência cair no esquecimento, ao mesmo tempo que "novos" objectos, como as bengalas com castão de prata e de marfim, vêm restabelecer a ordem no confundido mundo dos sinais portadores de distinção. Em 1780-86 apenas alguns elementos dos grupos superiores e intermédios possuem tal acessório. Os mecanismos de segregação, e a lógica implacável das diferenças parecem transferir-se dos espadins para as bengalas.

No percurso do século um outro artigo irá sofrer a banalização dos consumos, vindo a tornar-se num característico emblema popular. Referimo-nos às fivelas para sapatos, conhecidas pelo nome de fivelas à "Malteza", cuja extravagância se presta às mais imaginosas metáforas satíricas: de caixilho de janela, a mó de um moinho não há termo de comparação que não ponha em relevo a sua "monstruosidade" e saliência. Fabricadas em prata e com caixilhos de ferro, elas fazem inquestionavelmente parte dos patrimónios populares mas não pertencem já à cultura material das elites (quadro 4.3.). Paradoxalmente o seu valor unitário

Quadro 4.3.
Adornos de metais preciosos nos
inventarios. (1780-86)

| | [Grupos Superiores] (27) | | | [Grupos Intermedios] (46) | | | [Grupos Populares] 56 | | | [Pobres 23] | | |
|--------------------------|-------------------------------|-----------------|--------|--------------------------------|-----------------|--------|----------------------------|-----------------|--------|------------------|-----------------|--------|
| | MEDIA ARTIGOS | NUMERO CASOS | P.U. | MEDIA ARTIGOS | NUMERO CASOS | P.U. | MEDIA ARTIGOS | NUMERO CASOS | P.U. | MEDIA ARTIGOS | NUMERO CASOS | P.U. |
| Relogios de Algibeira | 1.0 | (16) | 37.155 | 0.5 | (19) | 32.455 | 0.4 | (21) | 15.090 | 0.0 | (0) | 0.000 |
| Colares | 4.1 | (27) | 35.051 | 2.9 | (39) | 19.842 | 1.9 | (48) | 11.621 | 1.0 | (17) | 11.096 |
| Aneis | 3.4 | (27) | 21.512 | 1.9 | (32) | 11.966 | 1.3 | (41) | 2.877 | 0.5 | (10) | 1.756 |
| Fivelas de pe | 0.1 | (2) | 0.729 | 1.4 | (29) | 1.897 | 1.2 | (47) | 1.406 | 0.2 | (5) | 1.238 |
| Espada/Florete | 0.9 | (17) | 10.998 | 0.8 | (33) | 4.651 | 0.4 | (22) | 5.138 | 0.3 | (7) | 4.462 |
| Bengalas | 1.0 | (20) | 4.919 | 0.4 | (14) | 1.337 | 0.1 | (6) | 0.900 | 0.0 | (0) | 0.000 |
| Botoes de pulso | 4.4 | (23) | 3.175 | 1.3 | (31) | 1.937 | 0.5 | (19) | 0.422 | 0.0 | (0) | 0.000 |
| Alfinetes de Peito | 4.3 | (25) | 22.561 | 1.7 | (32) | 1.995 | 0.1 | (5) | 0.970 | 0.0 | (0) | 0.000 |
| Caixas para Tabaco | 1.2 | (20) | 15.219 | 0.4 | (12) | 2.022 | 0.2 | (11) | 1.849 | 0.2 | (5) | 0.520 |
| Brincos | 3.8 | (27) | 8.465 | 1.6 | (35) | 9.075 | 1.2 | (45) | 5.639 | 0.6 | (12) | 4.713 |
| Pulseiras de Bracos | 5.4 | (24) | 2.397 | 0.5 | (20) | 16.318 | 0.5 | (15) | 8.992 | 0.1 | (2) | 2.080 |

** LEGENDA **

Media de Artigos - quantidade media de artigos por grupo social considerado
 P. U. - Preço unitario dos artigos por grupo social considerado em Reis
 Numero de casos - Numero de casos estudados em que existe pelo menos a
 posse de um dos artigos em questao.

coloca-as muito acima dos próprios artigos de calçado. Num dizer irónico da época sobeja em prata o que falta em couro, frase que a maioria dos inventários vem confirmar, pois enquanto as fivelas são sistematicamente descritas pelos ourives, já o avaliador da roupa menospreza muitas vezes os sapatos, botas e botins, peças cuja avaliação não parece digna de registo. Apenas 8% dos guarda-roupas masculinos e 31% dos guarda-roupas femininos fazem menção de artigos de calçado em 1780-86.

A maior frequência de acessórios femininos é facilmente compreensível; enquanto os sapatos de homem são feitos de pele de bezerro, um material barato, resistente, e que permite a conservação por intermédio da graxa, os sapatos das mulheres são menos funcionais e mais elegantes. Fabricados com sedas, velbutes, setins e outros tecidos finos, atingem um valor nominal bastante elevado, pelo que os peritos avaliadores não se podem furtar à descrição.

Completamente de fora dos inventários, ficam entretanto determinados artigos pouco dispendiosos, mas de grande utilização em Lisboa, como as galoxas e os tamancos.

Olhando de novo para a distribuição das fivelas para sapatos, podemos constatar até que ponto a procura de calçado se encontra generalizada na capital. Mas será essa uma questão verdadeiramente importante? Não estaremos a confundir o facto de um indivíduo possuir um ou dois pares de sapatos em casa, com o hábito de andar calçado? O depoimento de Carl Israel Ruders, residente em Portugal entre 1789-1802, coloca bem este problema:

" Esta espécie de gente , que muitas vezes anda em meias e até completamente descalça , não se apresenta nunca nesses dias [refere-se aos dias festivos da capital] sem duas enormes fivelas de prata nos sapatos , tão grandes que quase tocam o chão . "96

Realidade quotidiana ou acessório de circunstância cerimonial, as opiniões dividem-se. O conjunto de gravuras inseridas nos livros de Murphy (1789)⁹⁷ , de William Bradford (1808-1809)⁹⁸ , e de Henry L'Evêque (1814)⁹⁹ , permite-nos ver um friso de personagens populares da capital exibindo sapatos coloridos (senhoras), pretos (homens), botas de canhão , botas de cano alto, tamancos e chinelas , mas nunca indivíduos descalços¹⁰⁰. O contraste é mesmo flagrante com figuras típicas de zonas não urbanas do país, pois aí os aquarelistas já não têm dúvidas em retratar camponeses e pastores a trabalharem sem nada nos pés¹⁰¹ .

Uma colecção de estampas editadas pela primeira vez em 1809 - as "Ruas de Lisboa" -¹⁰² , mantém a representação da população trabalhadora da capital em traje completo, e apenas três figuras, o mulato caiador, o moço de fretes , e o jovem vendedor de mechas, surgem descalços. A iconografia dos pés nós recorta um conjunto de situações relativamente marginais na vida quotidiana de Lisboa. Ainda que estejamos no domínio das hipóteses , a observação de Carl Israel Ruders parece ser dificilmente sustentável, pelo menos com o grau de generalização que ela comporta. A existirem excepções , estas têm mais a ver com o andar descalço do que com o andar calçado. Vejam-se a título de exemplo as relações de despesas individuais publicadas em anexo¹⁰³ , onde os pagamentos ao sapateiro para concerto de botas e de sapatos, e a

compra periódica de calçado, ocupam um lugar de destaque.

Nesta viagem em torno das peças de ouro e prata, temos seguido o itinerário proposto pela literatura de cordel da época na identificação dos símbolos de prestígio e de ostentação. Há no entanto uma clareira de silêncio para lá deste nível de consciência. Objectos como os colares, anéis, brincos e pulseiras de braços escapam ao olhar satírico, e não são vulgarmente citados no tribunal das peraltices e da moda. Maior transigência com os adornos femininos, é certo. Mas também a noção do duplo valor de tais peças: são os anéis e brincos com brilhantes, e os colares de ouro maciço (denominados "de arrecadas de cadeados"), os itens patrimoniais geralmente empenhados quando há dificuldades no casal.

Ultrapassando a pesquisa de toda a intencionalidade investida nos adornos e enfeites, torna-se crucial saber se existem relações objectivas entre as diferentes modalidades de consumo. A técnica de análise factorial dos componentes principais, utilizada para encontrar combinações lineares de variáveis capazes de explicar grande parte das covariações num dado conjunto, é particularmente apropriada para essa finalidade.

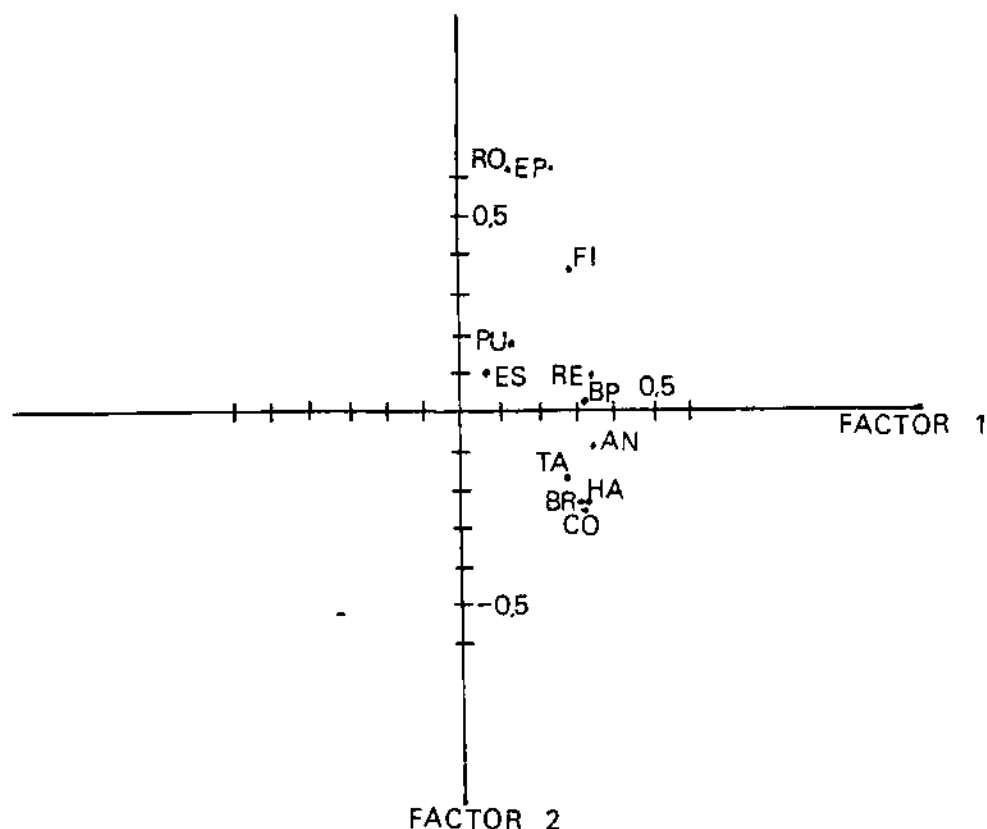
Introduzimos no leque de peças em análise algumas outras com significado social e cultural bem explícito, como os rosários de mistérios utilizados na missa, as esporas de prata, e os hábitos de cavaleiro das Ordens e de Familiar do Santo Ofício. Todas estas variáveis exprimem quantitativos monetários e objectos e não o número de peças.

O gráfico 4.4. representa os eixos dos dois primeiros factores , e contém , em conjunto, cerca de 54% da covariância observada, o que desde logo traduz a relativa independência das diferentes variáveis. O eixo horizontal (primeiro factor) é responsável pelo aspecto gráfico do quadro com um certo empastelamento das projecções na metade direita. Trata-se na realidade de um eixo que pouco contribui para isolar combinações lineares de variáveis , e vem reforçar a ideia de independência. De forma tímida , tende contudo a reflectir a covariação das variáveis segundo o seu valor monetário, agrupando num extremo as peças mais baratas (esporas, pulseiras, rozários e espadins) , e no outro as mais valiosas (colares, brincos, anéis e relógios).

O eixo vertical , por seu turno, exprime principalmente a relação entre um grupo de variáveis que são um fraco indicador de riqueza (rozários , espadins e fivelas) e, no extremo oposto, os objectos de distinção (caixas para tabaco, hábitos das Ordens e de Familiar, brincos e colares).

As combinações daqui resultantes permitem separar um grupo de variáveis correlacionadas entre si - fivelas/espadim/rozários, de um outro núcleo onde surgem agrupadas as relações - caixa para tabaco/anéis (curiosamente dois objectos que valorizam as mãos), e hábitos/colares/brincos. A descrição da ostentação dos ricos opõe-se assim, aos adornos espalhafatosos e baratos das camadas de menores rendimentos. Mas a conclusão mais importante que deve ser retirada da projecção das variáveis tem a ver com a não existência de um "sistema dos objectos" , no qual um consumo necessariamente se liga a um outro consumo. É a independência e a descontinuidade entre as escolhas o traço mais saliente, e só

Quadro 4.4.
Análise em Componentes Principais.
A relação entre os objectos de
metais preciosos usados no traje.
(1780-86)



LEGENDA

| | | | |
|------|---|------|----------------------|
| ES : | Esporas | PU : | Pulseiras de braços. |
| FI : | Fivelas de sapatos. | BP : | Botões de Pulso. |
| RO : | Rozários de contas. | AN : | Anéis. |
| RE : | Relógios de algibeira. | TA : | Caixas de tabaco |
| CO : | Colares de pescoço. | EP : | Espadins e Floretes. |
| BR : | Brincos de orelhas. | | |
| HA : | Hábitos das Ordens Militares e de Familiar do Santo Ofício. | | |
| PU : | Pulseiras de braços. | | |
| FI : | Fivelas de sapatos. | | |

dentro desta perspectiva podemos ponderar as afinidades electivas entre fivelas/espádins, caixas de tabaco/anéis , e brincos/colares/hâbitos.

A análise objectiva das distribuições dos objectos leva-nos a perceber como as representações literárias tendem a amalgamar a realidade social, agrupando numa mesma imagem diferenças e semelhanças. Nos textos de cordel, as fivelas para sapatos situam-se ao mesmo nível das caixas de tabaco , os relógios ao nível dos espádins. Tudo isso faz indistintamente parte do luxo, da moda, e da vaidade.

Do ponto de vista histórico , os dados relativos ao período de 1780-86 reflectem na sua totalidade uma certa euforia na procura de metais preciosos. O último quartel do século XVIII junta a ostentação do lazer à ostentação dos consumos. O ouro e a prata , os diamantes e os rubis, existem para serem expostos , e assim consolidarem imagens sociais. Essa inclinação e reverência face a tudo o que brilha (não é a luz razão?), vai desaparecendo à medida que penetramos no século XIX , deixando em seu lugar os valores da sobriedade , e da descrição. Nos inventários de 1821-27 as avaliações dos ourives passam a ocupar muito menos páginas, diminuindo por consequência o número de adornos. Dos itens considerados, apenas a posse de relógios aumenta. Colares, anéis e brincos , são , logo de seguida, os objectos onde se regista um menor decréscimo (quadro 4.5.).

Ocupar-nos-emos no próximo capítulo da interpretação desta quebra no consumo de metais nobres. Por agora, basta-nos

 Quadro 4.5.
 Adornos de metais preciosos nos
 inventarios. (1821-1827)

| | [Grupos Superiores] (28) | | | [Grupos Intermedios] (39) | | | [Grupos Populares] (47) | | | [Pobres] (13) | | |
|--------------------------|-------------------------------|-----------------|--------|--------------------------------|-----------------|--------|------------------------------|-----------------|--------|--------------------|-----------------|-------|
| | MEDIA ARTIGOS | NUMERO CASOS | P.U. | MEDIA ARTIGOS | NUMERO CASOS | P.U. | MEDIA ARTIGOS | NUMERO CASOS | P.U. | MEDIA ARTIGOS | NUMERO CASOS | P.U. |
| Relogios de Algibeira | 1.5 | (21) | 11.609 | 0.7 | (19) | 9.025 | 0.4 | (17) | 7.964 | 0.1 | (1) | 7.200 |
| Colares | 3.8 | (27) | 41.394 | 2.5 | (34) | 11.684 | 1.0 | (35) | 11.453 | 0.6 | (7) | 8.430 |
| Aneis | 2.8 | (25) | 22.828 | 1.1 | (29) | 8.832 | 0.5 | (19) | 1.084 | 1.1 | (8) | 0.780 |
| Fivelas de pe | 0.6 | (11) | 1.211 | 0.4 | (12) | 1.457 | 0.5 | (15) | 1.061 | 0.1 | (1) | 1.000 |
| Espada/Florete | 0.3 | (8) | 2.090 | 0.1 | (4) | 7.654 | 0.1 | (5) | 4.900 | 0.0 | (0) | 0.000 |
| Bengalas | 0.1 | (2) | 0.920 | 0.0 | (0) | 0.000 | 0.1 | (3) | 0.475 | 0.0 | (0) | 0.000 |
| Botoes de pulso | 0.2 | (4) | 0.850 | 0.1 | (3) | 1.536 | 0.1 | (4) | 0.990 | 0.0 | (0) | 0.000 |
| Alfinetes de Peito | 1.0 | (17) | 45.925 | 0.1 | (2) | 8.210 | 0.0 | (0) | 0.000 | 0.1 | (1) | 1.200 |
| Caixas para Tabaco | 0.7 | (13) | 5.689 | 0.1 | (3) | 1.868 | 0.2 | (8) | 0.542 | 0.0 | (0) | 0.000 |
| Brincos | 2.1 | (27) | 64.439 | 1.3 | (35) | 13.690 | 0.6 | (24) | 4.768 | 0.4 | (5) | 1.700 |
| Pulseiras de Bracos | 0.2 | (5) | 25.657 | 0.1 | (2) | 3.893 | 0.0 | (0) | 0.000 | 0.1 | (1) | 1.725 |

== LEGENDA ==

Media de Artigos - Quantidade media de artigos por grupo social considerado.
 P.U. - Preço unitario dos artigos por grupo social considerado
 em Reis.

Numero de casos - Numero de casos estudados em que existe pelo menos a
 posse de um dos artigos em questao.

assinalar que ela é solidária de fenómenos já identificados como a maior austeridade na roupa da casa, e o avanço das cores escuras no vestuário masculino e feminino.

No plano da cultura material, a grande novidade do século XIX é o aparecimento de colares de pérolas (verdadeiras e falsas) para usar ao pescoço. Os outros objectos não registam qualquer alteração significativa.

Sequiosa de distinção, hedonista, e "consumidora", a sociedade lisboeta da segunda metade de setecentos traz para a ordem do dia os debates sobre o luxo. A par das discussões dos economistas, também os autores de literatura de cordel ¹⁰⁴ se intrometem nesta temática, ridicularizando à sua maneira as pessoas cujo aspecto exterior não coincide propriamente com a plenitude dos rendimentos auferidos. Neste ponto economistas e não-economistas partem de axiomas comuns, pois consideram que o problema do luxo é sobretudo um problema de imitação social descontrolada.

Condena-se a apropriação ilegítima de bens por indivíduos sem qualidade, mas não as apropriações legítimas. Assim, o conceito de luxo cria uma taxonomia de destinatários e não uma taxonomia de objectos, úteis ou supérfluos. E o contexto da posse que define o tipo de consumo e não a posse em si. Vimos já que por detrás da crítica de costumes encontramos invariavelmente uma visão conservadora da sociedade que agrega comportamentos, objectos e modos de vida, a posições sociais fixas. Os simulacros, as aparências, a procura de signos e já não de simples bens de uso, são motivo e chacota nos folhetos.

Se a moda desempenha uma função integradora e normativa uma vez que implica as diferenças em lógicas de combinatórias, não nos podemos esquecer que ela é também um campo de luta pela apropriação de sinais distintivos, e como tal dá lugar a resistências, combates surdos e expectativas de mobilidade social.

4.2.2. O guarda-roupa.

Casaca, vestia e calção. Estas três peças de vestuário dominam até à primeira década de oitocentos todo o horizonte do traje masculino, influenciando através da sua evolução formal outros componentes do guarda-roupa. Para as camadas superiores da sociedade, a utilização de um tal conjunto é praticamente inerente ao exercício do poder e à imagem de reputabilidade. Os cânones de decência passam em primeira instância pela apresentação em fato completo, isto é, pela complementaridade entre a casaca exterior, a vestia mais curta, por debaixo, e os calções que descem até à linha dos joelhos. Não faz muito sentido trazer camisa de renda, ou objectos de ouro e prata, se a restante indumentária fôr informal. Para um item de prestígio adquirir o seu verdadeiro brilho, ele precisa de estar inserido no traje completo. Desta forma, o conjunto casaca/vestia/calção funciona como um pólo magnético na distribuição dos sinais honoríficos. E a partir desta unidade de base que diferentes combinatórias de cores, acessórios e adornos são possíveis. Quanto maior fôr o número de fatos, maiores serão as possibilidades de jogo. E maiores possibilidades de jogo traduzem-se na diversidade crescente, no hábito de mudar hoje uma coisa, amanhã outra.

Num capítulo anterior referimo-nos já á importância dos tecidos de lã na composição das indumentárias masculinas, salientando a especificidade da procura lisboeta em relação a outras zonas do país, onde os lanifícios grosseiros e baratos constituem o principal agasalho das populações. Os dados relativos á posse de conjuntos casaca/vestia/calção nos inventários de 1780-86 vêm confirmar essa ideia (quadro 4.6).

 Quadro 4.6.
 As peças principais do fato
 completo no vestuário mas-
 culino. (1780-86)

| | grupos superiores | | grupos intermédios | | grupos populares | | pobres | |
|----------------------|----------------------|----------------|-----------------------|----------------|---------------------|----------------|-----------------|----------------|
| | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. |
| fatos completos | 4,0 | 6\$110 | 2,9 | 6\$310 | 1,5 | 5\$618 | 1,0 | 3\$091 |
| total de calções* | 5,5 | | 3,4 | | 2,4 | | 2,1 | |
| total de vestias* | 5,4 | | 4,2 | | 2,7 | | 2,3 | |

* inclui as peças contadas nos fatos completos.

Atente-se nas oscilações entre o preço unitário médio dos fatos dos três primeiros escalões: dos grupos com nível de riqueza superior às camadas populares, as diferenças de valor são mínimas, o que pressupõe efectivamente um consumo mais ou menos universal de lanifícios de qualidade, e a reduzida importância de briches, saragoças, barreganas e outros panos grosseiros. Não há abismos intransponíveis entre os modelos vestimentares dos diversos níveis sociais. A distinção faz-se de uma outra forma,

através do número de trajes completos que determinado agrupamento possui. Esse indicador , acaba por reflectir o tipo de utilização dado aos conjuntos casaca/véstia/calção: as médias de 4,0 e 2,9 dos dois primeiros grupos apontam para usos correntes , enquanto os valores mais baixos registados nos extractos inferiores fazem supôr um emprego bastante menos frequente. Na maioria dos casos, tratar-se-ia , talvez, do fato de domingo, das assembleias, festas e touradas , altura em que haveria finalmente oportunidade de ostentar toda a panóplia de objectos de distinção.

A leitura do quadro 4.6. exige algumas explicações adicionais. Temos de tomar em linha de conta que o "vestido " de homem, ou fato completo, nem sempre tem três peças; por vezes um jogo suplementar de calções ou de véstias acrescenta-se ao conjunto, aumentando as possibilidades de variação das cores (por ex: casaca, véstia e calção preto , mais um outro calção azul). Consequentemente , o número de calções e véstias num guarda-roupa é quase sempre superior ao número de fatos completos , como se pode observar pelos dados do quadro.

A qualidade do traje masculino e feminino dos habitantes da capital foi unânimemente reconhecida pelos viajantes estrangeiros que nos visitaram na segunda metade do século XVIII, excepção feita a François Dumoriez (1775) , para quem as roupas eram mal feitas , pouco asseadas, e com certos traços de judaísmo ¹⁰⁵ .

Ao procurarem salientar as especificidades regionais e os hábitos bizarros dos portugueses , a única peça do vestuário em que os viajantes descobrem uma certa originalidade é o capote,

por alguns assimilado à capa espanhola. Tomando sempre como referência o conhecimento das indumentárias e costumes dos países donde são oriundos, eles não encontram nenhum paralelo com o capote¹⁰⁶. Daí o enfatizar do carácter genuinamente nacional deste resguardo, e até a tentativa para explicar a sua genealogia num quadro histórico profundo, tornando-o herdeiro da antiga toga romana¹⁰⁷.

Mas o que mais surpreende aqueles que nos visitam, é a utilização de tão pesadas capas quer durante o período de Inverno, quer durante o Verão¹⁰⁸. Esta versatilidade só é possível porque o capote pode ser directamente vestido por cima da camisa, com ou sem colete,¹⁰⁹ fazendo as vezes do fato completo na protecção do frio e do calor.

No imaginário colectivo, esta peça de vestuário surge associada à imagem de assaltantes e bandidos, meio embuçados nas cores escuras das capas, às rixas e disputas, enfim, à possibilidade de sob o manto envolvente estar dissimulada uma arma branca. O próprio monarca D. José havia proibido em Março de 1770, por Alvará Régio, que fossem admitidas nas suas audiências públicas "...homens de Capote, Redingote, Casacão, ou qualquer vestidura comprida que lhes cubra o corpo..." . Também a vereação da cidade interditava rigorosamente o acesso dos homens com capote à zona do Passeio Público, actual Avenida da Liberdade,¹¹⁰ espaço de lazer e recreação de Lisboa.

Perigo - era o que queria dizer o capote, sobretudo na escuridão da noite. Mas essa conotação negativa não impediu uma ampla popularidade na sua utilização. Ao contrário do que alguns

depoimentos poderiam fazer pensar, o capote está presente nos mais diversos universos sociais, e mesmo nos guarda-roupas dos grupos superiores, distingue-se como uma peça cuja frequência é superior à de sobrecasacas, sobretudos e redingotes. Certamente não seria uma indumentária de verão como era para o povo. Mas em tempo de frio e de chuva, a sua configuração de capa longa e envolvente assegura um eficaz resguardo, protegendo simultaneamente o tronco e os braços. As vestias sem mangas usadas no último quartel do setecentos, ou os "spencers", imitando o corte e o estilo inglês, constituíam sem dúvida um distinto artigo de moda. Simplesmente quando se tratava de conciliar essa moda com os rigores do Inverno, as coisas complicavam-se. O recurso ao capote surgia como a solução natural para o impasse¹¹¹. A sua função era dupla: salvaguardar o homem e o fato.

As linhas mestras da transformação do vestuário masculino acompanham com maior ou menor pontualidade a evolução das grandes capitais europeias. Globalmente, assistimos à dilatação para os lados dos calções, que não raras vezes tomam a forma de balão, e ao seu prolongamento para baixo dos joelhos. Diminui o tamanho das abas das vestias, que passa a terminar cada vez mais próxima da linha da cintura. Modifica-se o corte da casaca, encurtando-se as abas superiores. Por volta de 1775 esta última peça apresentava-se extravagantemente ornada de grandes botões de metal e com largas algibeiras dos lados. A mordacidade da crítica de costumes capta bem o sentido da evolução. Um texto de 1771, já citado, resume as principais linhas de força:

" A cazaca deve ter huma duzia de algibeiras despostas por andares humas sobre as outras, e de cada huma delas deve

andar pendurado hum trapo pintado de labirintos, e terá cuidado de nunca puxar por elle para não lhes publicar as mazelas, para o que será bom trazelo pregado com um alfinete: a vestia, sobre ter as abas tão curtas, que não chegam a ter trez dedos d'altura, devem com tudo andar metidas debaixo dos calções, e o pano que daquellas se poupa com alguns covados mais serve para fazer os cozes destes, que devem ter largura que accomode humas poucas duzias de botoens e cazas; e juntos estes com os que devem ter pelas ilhargas até asima, vem a levar mais do que as cazacas... " 112

De entre todas as transformações que larvarmente foram nascendo, uma houve que revolucionou por completo as características do traje masculino: referimo-nos, é claro, ao alongamento dos calções. Nos finais de setecentos estes aproximam-se já da zona do tornozelo. Uma tal progressão, parcialmente ditada pelos imperativos da conveniência e da funcionalidade¹¹³, esteve na origem das pantalonas, ou calças, artigo que irá acompanhar fielmente o homem até aos dias de hoje. O práctico triunfa sobre o cerimonial.

Entre 1814 e 1820, a inovação está já perfeitamente assimilada pelos lisboetas dos mais variados extractos sociais¹¹⁴, não existindo por consequência um grande desfasamento em relação a Paris ou mesmo Londres¹¹⁵.

Com o advento das calças, quebra-se a unidade do fato completo. Apenas os grupos superiores irão guardar no primeiro quartel do século XIX os tripticos casaca/vestia/calção, destinados provavelmente a ocasiões de pompa e circunstância (quadro 4.7).

As tradicionais vestias são substituídas por casaquinhos apertados, bastante subidos, com mangas, e abertos sobre o peito. São as jaquetas, nizas e jalecos, amplamente representadas nas figuras litografadas por Joubert (1825-1830)¹¹⁶. Estas peças,

cuja utilização era ainda inexpressiva em 1780-86, acentuam o lado prático do vestuário e servem tanto para situações de trabalho, como para ambientes festivos. Além dos casaquinhos apertados, também os coletes são empregues nas mais diversas combina-

 Quadro 4.7.
 As peças principais do
 vestuário masculino.
 (1821-27)

| | grupos superiores | | grupos intermédios | | grupos populares | | pobres | |
|---------------------------|----------------------|----------------|-----------------------|----------------|---------------------|----------------|-----------------|----------------|
| | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. |
| casaca | 1,6 | | 1,1 | | 1,1 | | 0,8 | |
| vêstia | 1,6 | 3\$665 | 0,0 | 2\$876 | 0,1 | 2\$192 | 0,0 | 2\$581 |
| calção | 2,1 | | 2,8 | | 2,1 | | 1,9 | |
| calças | 4,9 | 1\$024 | 2,3 | 1\$374 | 1,6 | \$479 | 1,2 | \$461 |
| jaqueta, niza, jaleco. | 0,9 | \$621 | 0,8 | \$708 | 0,6 | \$405 | 0,2 | \$480 |

ções, nomeadamente em alternativa às vèstias . O leque de possibilidades em aberto é imenso. Jogos de capote-colete, casaca-colete, capote-jaqueta , camisa-jaqueta, camisa-colete, etc., vêm pulverizar o formalismo setecentista. A indumentária masculina deixa de obedecer a regras fixas. Na origem de tal transformação encontra-se , como dissemos, a emancipação dos calções em relação aos outros componentes do fato completo. A partir de 1810 eles não são já parte integrante de um triptico, mas uma peça de

vestuário completamente independente. Com esta autonomia, acentuam-se as forças centrífugas do vestuário. A pouco e pouco cada componente adquire a sua margem de liberdade. Corolário deste processo, é o aumento do consumo de artigos que podem servir as combinações mais variadas, caso das jaquetas, nizas, jalecos, e também dos coletes¹¹⁷.

Os próprios calções não vão desaparecer abruptamente de circulação, coexistindo antes ao lado das calças como uma peça independente. A iconografia da época representa-os geralmente dissimulados por dentro das botas.

Menos ostentatório e mais simples, menos formal e mais funcional, o traje novecentista dispensa grande parte dos adornos de metais preciosos: fivelas de sapatos, espadins, bengalas, caixas para tabaco e alfinetes de peito, são objectos que sofrem uma contracção brutal na procura.

Outros itens de prestígio seguem o mesmo caminho. As meias¹¹⁸ de seda, por exemplo, começam a desaparecer no século XIX. O prolongamento dos calções vem tornar inúteis tão delicados artigos, pois a partir de certa altura as calças tapam completamente a metade inferior das pernas, eliminando a visibilidade da zona entre o tornozelo e o joelho. Apesar desta quebra nas sedas, o consumo global de meias não vai diminuir. Sob o signo do linho e do algodão, o número médio de peças de roupa branca (meias, camisas, seroulas) regista mesmo um aumento, o que vem confirmar as informações recolhidas no estudo da roupa da casa (capítulo 3.6). Particular destaque merecem os lenços de assoar, um item relativamente raro nos inventários de setecentos, mas já

largamente difundido no primeiro quartel do século XIX.

As ideias higienistas parecem ter algum impacto na orientação dos consumos para as peças mais directamente ligadas à higiene pessoal. E nesta área, o algodão, quer pelas suas características, quer pelo seu preço, revela-se o mais apropriado dos panos. Sobriedade e asseio caminham a par.

Ao nível da cor o monocromatismo do preto e branco impõe-se progressivamente sobre as paletas garridas que nos finais de setecentos davam já sinais de declínio. É o começo de uma idade das trevas, de um reinado dos tons escuros no traje. A cor, deve agora exprimir a frugalidade e não a ostentação da riqueza.

Em Inglaterra, o fato negro do clergyman, o redingote do gentleman, e o chapéu do quaker, criam um estilo: - o do purita-
119
nismo. A questão da seriedade do aspecto exterior entra nas preocupações dos indivíduos. Quando as Cortes Constituintes preparam, na sessão de 30 de Maio de 1821, a recepção ao rei que vai ao salão nobre jurar a constituição, parte dos trabalhos são ocupados na escolha de uma indumentária à altura da solenidade da sessão. Durante o debate, um deputado propõe que se utilizem os "vestidos sérios das fábricas nacionais". Seguem-se algumas dúvidas sobre o que significaria exactamente "vestido sério". Nessa altura, um outro parlamentar intervém dizendo: "parece-me que vestido sério é mais sério que este vestido preto que usamos
120
não pode haver!" .

O fato sério representa uma nova ordem na encenação das aparências. Segundo Philippe Perrot "Au modèle du gentilhomme fastueux s'est donc substitué celui du monsieur comme il faut,

dans la négation des couleurs vives et de dépouillement du drap uni ou discrètement rayé ".¹²¹ Pudor e etiqueta são os novos valores. A consolidação destes ideais estéticos e éticos, passa contudo por um trabalho de contenção sobre o corpo, de repressão dos excessos , da prodigalidade, do orgulho e emulação ostentatória.

Se fosse necessário reunir num símbolo vivo todos os males nascidos da ociosidade, "era numa figura de mulher , que com maior facilidade se podia encontrar a pretendida síntese"¹²² . Como salienta Jorge Crespo , a figura da mulher ociosa , encarna nos primórdios de oitocentos a imagem de todos os vícios¹²³ . E é precisamente sobre essa imagem que se vai abater o fogo crusado da moral e do puritanismo.

Em 1801 , Pina Manique pretende que os pais de família não autorizem a saída de suas filhas em trajes indecentes. O episódio de uma italiana, cujo vestido decotado tornava os peitos salientes provocando escândalo no Passeio Público, esteve na origem desta circular. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conhecedor do caso, havia alertado o Intendente da Polícia no sentido de proibir "a prostituição escandalosa e destrutora da sã moral"¹²⁴ .

Dez anos volvidos, a questão continuava porém ainda bem quente. Frei José de S. Cyrillo Carneiro , religioso da Ordem da Senhora do Carmo Calçado , profere em 1 de Janeiro de 1811 , na Igreja de S. Paulo em Lisboa, violentas acusações aos pais de famílias:

"... que pai de família , a não ser libertino, consentiria que se vissem andar assim sua mulher e suas filhas? Que mãe de família, induzindo-a tão loucamente seu marido a trazer os peitos mal recatados, e os braços nus, se lhe não oporia, já por não parecer adúltera, já por não arruinar suas filhas".¹²⁵

O orador, além de religioso professo, é também Doutor da Universidade de Coimbra, Censor Régio do Santo Officio e Examinador das três Ordens Militares. Está investido de poderes de diferente natureza no mundo civil, intelectual e eclesiástico. Durante o sermão, não hesita em recorrer à citação de S. Cipriano, St. Ambrósio e S. Paulo, nem às determinações dos Concílios da Igreja para identificar trajes indecentes com prostituição. A história do rei Herodes, que seduzido pela "dança desonesta" de Herodias lhe entrega numa bandeja a cabeça de Baptista, cedendo assim aos caprichos da mulher, serve à argumentação do moralista, que retira da parábola as seguintes conclusões:

"... assim também as innumeráveis que a imitação (a Herodias), agradão até ao ponto de se lhes permitir por quem as domina que fomentem quanto quizerem a sensualidade, e a lascívia, já fazendo com o vestido de barriga lisa, que os homens nellas vejam, ou encarem, o que a ellas mesmas ordinariamente não he licito, já entretendo-se em brincos bem semelhantes ao da filha de Herodes e de Herodias. " 126

Os vestidos decotados, caindo numa peça única dos ombros até aos pés, feitos de materiais semi-transparentes como o algodão e a cassa, em voga na primeira década de oitocentos, são uma ousadia já em confronto com os cânones mais puritanos de moral pública. Tais "excentricidades" não parecem no entanto comuns à maioria da população feminina de Lisboa. A iconografia¹²⁷ e os relatos de viajantes¹²⁸ dão-nos uma outra imagem da mulher do povo; uma imagem de figuras envolvidas em grandes capotes de lã, caindo até aos pés, sobre vestidos igualmente compridos, e com um lenço de cambráia ou de cassa na cabeça geralmente cruzado por debaixo do pescoço. Dominam as tonalidades escuras, e o corpo surge completamente camuflado e submerso dentro do vestuário.

Durante o primeiro quartel do século XIX este conjunto de elementos não irá sofrer grandes alterações.

Os inventários recolhidos para o período de 1821-27 vêm confirmar a importância do capote e do lenço de cabeça nos guarda-roupas femininos (excepção feita aos grupos com nível de riqueza superior), e também a importância de uma outra peça pouco representada nas imagens: o chaille de três pontas. Ao contrário do que se poderia pensar, trata-se, num caso como noutro, de inovações relativamente recentes na cultura material feminina.

O capote, componente característico da indumentária dos homens, só muito tarde vai entrar nos guarda-roupas das mulheres de Lisboa ¹²⁹. A fórmula "unisexo" traduz-se naturalmente numa neutralização das diferenças. Usando pesadas capas de lã, as damas subtraem-se aos jogos de sedução e galanteria, preferindo uma postura grave e sóbria. Para que o coquetismo desponte é necessária uma bipolaridade das aparências, um jogo de simulacros com os sinais do vestuário. Ora o capote nada põe em relevo; assimila pessoas e sexos numa massa indistinta e pouco diferenciada, abafando os traços especificamente femininos.

Situação bem diversa era a da capital quarenta anos atrás, quando os resguardos colocados sobre os vestidos eram quase sempre de seda e não de lã: mantilhas e mantiletes de veludo e de pelucia; capas de setim forradas de peles; um arco-íris fabuloso de carmesins, verdes, cores de pérola, escarlates, oiros, cores de fogo, etc. , apenas entrecortado aqui e ali pelo preto de alguns mantos tradicionais, cujo período áureo já tinha aliás passado.

Caíndo dos ombros sobre os braços, ou colocados na cabeça à
maneira de véu comprido¹³⁰, estas peças abrem-se na frente ex-
pondo o tronco e o vestido. A "triste moda das mantilhas", "traje
mais malvado" - é como lhe chama um texto de cordel aparecido em
1772¹³¹. O corpo é uma vitrina completamente aberta sobre o
exterior. A inflação dos artigos que resguardam sem camuflar
chama a atenção para todo o conjunto do traje, para os pormenores
da renda, das meias e dos sapatos. Usando sedas, as mulheres
vestem a leveza e também a ostentação. Vimos como o avanço dos
componentes de lã no traje feminino¹³² entre 1780 e 1820 é acom-
panhado pelo recuo das sedas. Tal tendência reflecte bem a
natureza da evolução das próprias indumentárias. Adoptando a lã,
o universo feminino desloca-se do frívolo para o austero, do
sumptuoso para o equilibradamente económico.

Entretanto, o preço médio ds peças de base do vestuário quebra
acentuadamente. Vestidos, saias e roupinhas, são avaliados no
primeiro quartel de oitocentos por valores três a quatro vezes
mais baixos do que há quarenta anos atrás (quadro 4.8). Apro-
ximadamente metade dos vestidos são agora feitos de algodão ,
factor decisivo na descida dos preços.

Quanto à evolução formal do traje, nota-se uma tendência para
substituir os jogos de combinações vestido/saia, ou saia/roupi-
nhas (estas últimas são uma espécie de corpetes justos e sem
mangas) pelo vestido de uma só peça (quadro 4.7.). O aumento do
número de vestidos é de alguma forma inversamente proporcional à
diminuição das saias e ao desaparecimento de roupinhas e bajás.

E na alvorada do século XIX que começam a surgir na Europa os

 Quadro 4.8.
 As peças principais do
 vestuário feminino .
 (1780-86 e 1821-27)

1 7 8 0 - 8 6

| | grupos superiores | | grupos intermédios | | grupos populares | | pobres | |
|-------------------------------------|-------------------|-------------|--------------------|-------------|------------------|-------------|--------------|-------------|
| | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. |
| vestidos de algodão | 1,6 | 2\$507 | 1,1 | 2\$428 | 1,1 | 1\$920 | 0,8 | 1\$466 |
| vestidos (total) | 5,2 | 5\$055 | 2,3 | 6\$799 | 2,5 | 3\$613 | 1,2 | 1\$429 |
| saías | 4,1 | 4\$987 | 2,6 | 4\$930 | 2,2 | 3\$239 | 1,9 | 1\$581 |
| bajús e roupinhas | 1,2 | | 1,8 | | 1,3 | | 1,3 | |
| mantilhas, capas, mantos mantiletes | 1,3 | 3\$250 | 1,3 | 3\$018 | 1,1 | 2\$891 | 0,2 | 2\$000 |

1 8 2 1 - 2 7

| | grupos superiores | | grupos intermédios | | grupos populares | | pobres | |
|-------------------------------------|-------------------|-------------|--------------------|-------------|------------------|-------------|--------------|-------------|
| | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. |
| vestidos de algodão | 3,5 | 1\$047 | 3,9 | 1\$026 | 3,0 | \$711 | 2,0 | \$632 |
| vestidos (total) | 7,9 | 1\$725 | 7,5 | 1\$292 | 4,7 | \$938 | 3,5 | \$808 |
| saías | 1,1 | \$610 | 2,8 | \$695 | 1,9 | \$513 | 0,4 | \$520 |
| bajús e roupinhas | 0,7 | | 0,8 | | 0,6 | | 0,2 | |
| mantilhas, capas, mantos mantiletes | 0,3 | 2\$307 | 0,2 | 1\$937 | 0,1 | 1\$205 | 0,0 | \$000 |

"fatos" práticos e funcionais para senhoras , antiteses perfeitas dos incómodos vestidos armados sobre arame ou barba de baleia, utilizados até 1780. Em Inglaterra, o chemise-gown de uma só peça, com faixa na cintura e caindo até baixo, cria um estilo intimamente ligado às matérias-primas da revolução industrial -
133 os algodões . Em França, vestidos leves, flutuantes e transparentes , dão também um novo impulso à procura destas mesmas
134 matérias-primas com o robe à la Grecque . O ressurgimento do espírito clássico, ligado à arqueologia e ao florescimento de coleccionadores de antiguidades, depressa se torna moda e sinónimo de bom gosto
135 . O traje à Grega não podia ser outra coisa senão o elogio da simplicidade pastoril contra a ornamentação, a sobreposição de efeitos e os excessos.

O campo da produção e o campo do consumo actuam num sistema
136 de reciprocidades dinâmicas, ou de homologia estrutural. O peso económico do algodão é inseparável do seu peso social. Como tecido "limpo" ele vem a ser um óptimo veículo para as estéticas de sobriedade e de austeridade que entretanto despontam.

A qualidade dos fatos de lã usados pela população laboriosa de Lisboa, durante o último quartel do século XVIII, e a qualidade das capas de seda e vestidos das mulheres, é , sem sombra de dúvida, o fenómeno que maior destaque merece na análise dos consumos. Ele remete-nos para um dinâmica de imitação social que faz circular velozmente modelos e práticas pela cidade, e também para as expectativas de adquirir status, adquirindo as aparências do status. A este hedonismo exterior, contrapõem-se, grosso modo, as condutas mais austeras e sóbrias do século XIX. E na

contenção e não no excesso que é agora preciso procurar a
virtude.

5. Hipóteses e problemas.

A partir de 1760, assiste-se nos grandes centros europeus a um surto editorial de magazines, anuários, almanaques, folhas volantes e outras publicações, especificamente vocacionadas para o público feminino.¹ Fenómeno inteiramente novo, estas pequenas revistas vivem de um público sequioso de novidades no que respeita a imagens de moda: só em Inglaterra publicam-se 16 títulos entre 1771 e 1800.² Por esta altura, surgem também os primeiros periódicos com estampas coloridas - o *Cabinet des Modes* em França, e *The Lady's Magazine* em Inglaterra.

A difusão do consumo de bens de qualidade pela população lisboeta no último quartel do século XVIII, realidade muitas vezes designada por luxo e ociosidade, não é acompanhada de nenhuma destas vertentes editoriais. Um imenso vazio continua a existir nas estratégias de comercialização, e em todos os aspectos que têm a ver com a promoção de mercadorias e a sedução dos consumidores.

Apenas duas colecções de estampas "representando os trajes estrangeiros e de modas" são recenseadas em Portugal nos anos de 1802 e 1809. Quanto à imprensa periódica, será preciso esperar pelo ano de 1836 para que um jornal - "O Correio das Damas" - conquiste a sua audiência, de forma a garantir a necessária rentabilidade do projecto editorial.³

O panorama é ainda mais confrangedor, se pensarmos na oferta de serviços de qualidade; as primeiras casas de alta costura

para clientelas seleccionadas, apenas começam a surgir em Lisboa depois de 1825. Madame Hermam, Madame Moureau , Madame Burnay, Sebastião Duprat atingem então uma notoriedade absolutamente desconhecida pelos alfaiates-artesãos de setecentos ⁴. Nesses estabelecimentos ditar-se-á a moda para toda a cidade, impondo uma imagem de marca e de exclusivo.

A inexistência de canais próprios para a circulação de modelos é um indicador da fragilidade nacional perante as formas cada vez mais dinâmicas e concorrenciais de difusão de modas. Em primeiro lugar , o vazio na produção de ideias estimula o fetichismo do "estrangeiro". O teatro de cordel fala-nos de situações em que alguém com contactos na corte , espera a oportunidade para copiar disfarçadamente um modelo de vestido chegado de Paris. ⁵ Conhecida é também a avidez e a curiosidade feminina pelas novas indumentárias das mulheres dos embaixadores (e especialmente do embaixador de França). Não havia sessão no S. Carlos, festa ou recepção, onde a presença destas líderes do gosto se não fizesse notar.

Em segundo lugar, Londres e Paris dispunham nesta altura de canais silenciosos, através dos quais as inovações podiam ser exportadas para outras capitais europeias, manipulando o gosto dos consumidores. O mais importante, a boneca de moda ("Pandora" ou "Mannequin" segundo as denominações francesas ⁶), consistia numa miniatura enviada com um suplemento de trajes, representando os últimos modelos em voga. A sua função económica era controlar, estimular e expandir a procura em zonas geograficamente distantes. Entre a Pandora francesa e a boneca enviada de Londres, existia no entanto uma diferença substancial. A

primeira, bastante dispendiosa, era feita em madeira com guarda-roupas autênticos, capazes de reproduzir numa escala reduzida todos os pormenores do traje. O manequim inglês, por seu turno, assentava numa lógica completamente diferente que se baseava em modelos baratos de bonecas de cartão e papel cartonado. Os correios da moda, passam a partir de então a ser mais acessíveis, isto é, deixam de estar exclusivamente orientados em função de um "mercado de corte" (caso das Pandoras francesas), passando a dirigir-se a um mercado mais alargado.⁷

Carl Israel Ruders, durante a sua estadia em Portugal nos finais do século XVIII , assinalou a recepção de manequins londrinos por particulares de Lisboa.⁸

O controle de instrumentos de propaganda comercial não é um factor a desprezar na concorrência e na disputa dos mercados internacionais.⁹ Braudel e Dwight Robinson¹⁰ , assinalaram que a moda e os estilos por ela criados, invariavelmente gravitam em torno do poder. Um bom exemplo desta realidade é a "Anglo-mania", vaga de sentimentalismo pelas coisas genuinamente inglesas -incluindo as modas no vestuário - que atinge o seu apogeu em França na década de 1795-1806. Na sequencia desta obsessão, Paris perde por completo a liderança na moda masculina, correspondendo tal transferência de centros de gravidade a afirmação de Inglaterra como potência hegemônica europeia.¹¹

Prestígio e poder simbólico são forças poderosas. O desejo de imitar outras nações, leva por arrastamento a uma valorização pouco reflectida de tudo o que faz parte da identidade desse povo. Neste aspecto, a moda apresenta-se como um dos principais

meios de consolidar cadeias de dependência cultural.

Mas há uma outra questão, porventura mais importante. A moda, isto é, o campo da manipulação do consumo, não actua como uma superestrutura completamente independente da lógica industrial da produção. Uma hipótese que interessaria analisar detalhadamente, e para a qual demos alguns contributos no capítulo 3 deste trabalho, é a de saber em que medida os curto-circuitos que bloqueiam o desenvolvimento industrial português nos finais do Antigo Regime, se dão apenas no interior da esfera produtiva (entre a fiação e a tecelagem, entre a tecelagem e os acabamentos, entre qualificação profissional e meios de produção, etc.), ou, também, entre a produção, tomada no seu todo, e as estratégias de comercialização.

Os observadores estrangeiros são unânimes em reconhecer as marcas da moda francesa e inglesa nos trajes dos lisboetas. Tal dependência não deve ser vista apenas como uma simples imitação de cortes e estilos, mas como uma permissividade excessiva face aos tecidos estrangeiros. A rápida expansão no consumo de algodões mostra, de um outro ponto de vista, a receptividade da capital em relação as inovações que chegam de fora.

No último quartel de setecentos, Lisboa é uma cidade com procura selectiva. A ascensão de grupos sociais ligados ao comércio, de geração recente, e a quem sobra em dinheiro o que falta em pergaminhos, cria uma nova dinâmica na circulação de modelos sociais. A sua afirmação junto da comunidade passa pela ostentação da riqueza, meio mais directo para conquistar a reputabilidade. Os negociantes trazem para o coração da "socie-

dade civil" práticas que até então eram exclusivas da corte e da vida de lazer da nobreza. Outras camadas, também em súbita ascensão (caso da burocracia de estado, corpo de funcionários que durante o pombalismo começa a substituir a nobreza nas funções administrativas), fazem-se caixa de ressonância desta dinâmica. Abrem-se as portas para a imitação e ostentação dos consumos em círculos concêntricos. O prestígio é indexado a uma imagem, e como tal acessível a todos os cidadãos.

Na literatura económica, o tema do luxo passa a ser sinónimo de ociosidade e de fraqueza da população. Alguns autores delimitam claramente o raio de acção dessa praga à cidade de Lisboa, onde até a plebe está "metida em luxo, gastos, e vícios, que repugnam à vista..."¹¹

No século XIX desaparece esta associação entre luxo e ociosidade. Para um pensador como José da Silva Lisboa, da escola de Adam Smith, a questão é já outra:

"... he impossível sahir hum povo do barbarismo e grossaria de costumes e maneiras, em quanto não contrahe o habito de gozar das commodidades e decencias da vida social, a fim de melhorar a sua condição, emulando por honesta industria as classes superiores, que se tem elevado a maior fortuna." ¹²

Liberal, o autor não pode concordar com restrições administrativas ao consumo. Mas, mais do que isso, é feito o elogio do papel económico e social do consumo de bens de qualidade ("maiormente quando provém da gradual e espontânea elevação da opulência"). O sinal da ociosidade é agora convertido em bem da civilização. Nem todos os economistas comungam desta ideia; Acúrsio das Neves continua, por exemplo, a denunciar o luxo como "um dos grandes flagelos que nos oprimem"¹². Francisco António

Vellozo clama , por seu turno, a necessidade de impôr um tributo sobre os " Trastes" de "muitos valdosos Cidadãos" (coches, carruagens, cavalos), aliviando com a arrecadação deste imposto os direitos pagos pelos gêneros de primeira necessidade ¹³ . Em qualquer dos casos, desaparece a condenação moralista para surgir uma interpretação econômica. Por esta altura, as práticas de ostentação deixam de ser canônes de reputabilidade. A austeridade das aparências, o recato, a descrição da riqueza, vão-se tornando valores dominantes. Consolidada a posição social da burguesia, esta demarca-se dos banalizados excessos de prodigalidade exterior. Não será o status uma coisa de dentro? Um estado de alma ? Uma moral , e um comportamento de cidadão?

Apêndice Documental.

VI. Apêndice Documental.

VI.A. Relações de objectos transmitidos entre gerações.

VI.A.1. Objectos doados a filhos por casamento (Dote).

(O equipamento e a cultura material
tido como indispensável para um casal
recentemente estabelecido).

Declaração do que recebeu António Pires Ferreyra quando
casou com Luiza Thereza , filha de Manoel Pereyra de Sousa -
- " com casa de pasto".

A.N.T.T., inv. orf., Maço M156, processo de Manoel Pereyra.

23/01/1780

| | |
|-------------------------------|---------|
| 2 cordões de ouro | 12\$800 |
| 1 laço e brincos de prata | 24\$000 |
| 1 fivelas de pedras e | |
| 2 pentes de topázios | 3\$400 |
| 3 anéis de pedras | 3\$600 |
| 2 pares de estrelas | 1\$900 |
| 1 par de fivelas de prata | 2\$400 |
| 1 manto de seda novo | 6\$400 |
| 1 vestido de setim amarelo | 4\$800 |
| 2 portas de cortinas e | |
| 1 coberta de damasco | 3\$200 |
| 1 saia de setim encarnada | 4\$000 |
| 1 coberta de chita acolchoada | 1\$800 |
| 1 candeeiro e | |
| 1 bacia | 2\$000 |
| 6 cadeiras | 7\$200 |
| 1 oratório com cómoda | 7\$200 |
| 2 painéis | 1\$600 |
| 1 baú grande | 2\$000 |
| mais 12\$000 em dinheiro | |

Declaração dos bens recebidos por Anna Severina de seus pais Maria Joaquina e Manuel Ambrósio - "Mestre latoeiro da folha branca", quando casou com Jerônimo José Baptista .
A.N.T.T. , inv.orf. ,Maço M52 , processo de Maria Joaquina.
16/08/1785

| | |
|---|---------|
| 1 cômoda de madeira do brasil com folhos de latão lavrado, 4,5 palmos de comprido por 2,5 de largo , bom uso. | 6\$000 |
| 1 catre de pau santo , com garras e talha , de cama de cazados, e renda em roda , bom uso. | 10\$000 |
| 1 guardapê de seda de matizes com chão branco em bom uso. | 4\$800 |
| 1 enxergão de pano com listras brancas ,bom uso. | 2\$000 |
| 1 lençol de cavalim com seu traveceiro, com renda da terra larga , 2,5 ramos de comprido , bom uso. | 2\$700 |
| 1 lençol de linho caseiro, 3 ramos de comprido, novo. | 1\$400 |
| 1 lençol de linho caseiro, 3 ramos de comprido,bom uso. | 1\$400 |
| 1 toalha de mãos de linho caseiro, com 1 vara de comprido, nova. | \$200 |
| 2 guardanapos de olho de perdiz ,com os seus cadilhos, novos. | \$300 |
| 1 colxão de trê de Hamburgo, cheio de lã, com chumasso ,de cama grande , bom uso. | 5\$000 |
| 1 par de brincos para orelhas , de feitio à romana , com corações de ouro e 46 diamantes rosas. | 6\$400 |
| 1 anel de prata com aros e fundo de ouro, com 1 topázio amarelo e 2 diamantes rosas. | 1\$600 |
| 2 pingentes de prata para a cabeça , em feitio de meia-lua com 24 topázios amarelos. | \$960 |

Lembrança dos trastes e peças de ouro que tem recebido a herdeira Josefa Maria de Jesus e seu marido Manuel Pereira de Sousa, tanto na ocasião do seu casamento, como depois de casada, de seu pai Domingos Gonçalves - "que vende carnes".
A.N.T.T. , inv.orf. , Maço C23 , processo de Domingos Gonçalves.
19/06/1780

| | |
|--|----------|
| 1 adereço de prata e brincos com diamantes | 60\$000 |
| 2 cordões de ouro | 17\$990 |
| 1 par de brincos de ouro | 1\$700 |
| 2 pares de fivelas pretas | 4\$000 |
| 6 facas com cabo de prata | 6\$000 |
| 6 colheres e 6 garfos de prata | 12\$818 |
| 24 lençóis de linho | 46\$080 |
| 12 pares de meias de linha | 4\$800 |
| 6 anéis de ouro com diamantes | 10\$700 |
| 2 pares de sapatos | 2\$250 |
| 6 camisas de pano de linho | 4\$320 |
| 1 camisa de pano de linho e 1 anágua | 3\$000 |
| 3 anáguas de linho | 2\$160 |
| 6 traveceiros | 1\$560 |
| 2 toalhas e 12 guardanapos de mantens | 7\$800 |
| 1 vestido de setim preto | 18\$500 |
| 1 manto | 6\$000 |
| 1 vestido de matiz azul | 19\$200 |
| 1 guardapê de setim branco bordado | 12\$600 |
| 1 saia de setim de lã | 2\$700 |
| 1 colchão | 6\$400 |
| 2 cobertores | 7\$650 |
| 1 cobertor de damasco | 15\$900 |
| 1 rodapé | \$480 |
| 2 baús | 10\$200 |
| 1 panela de cobre | 2\$100 |
| 1 fugareiro de cobre | 2\$400 |
| 1 tigela de cobre | \$900 |
| 1 caçarola de cobre | \$900 |
| 1 candeeiro | 3\$450 |
| 1 bacia de arame | 1\$320 |
| 1 bacia de arame pequena | \$650 |
| 1 tacho grande de latão | 1\$520 |
| 1 tacho pequeno de latão | \$850 |
| 1 púcaro de latão | \$300 |
| 1 cafeteira | \$700 |
| 1 espelho grande | 6\$400 |
| 1 banca pequena | 4\$000 |
| 1 almofariz | 1\$200 |
| 1 seringa | \$600 |
| em dinheiro | 480\$000 |

VI.A.2. Objectos levados pelos herdeiros após a morte de um dos cônjuges do casal (partilhas espontâneas).

Declaração dos bens que levou Matilde Bernardes da casa se seu avô Mathias António da Cruz - "mestre do ofício de pedreiro" .

A.N.T.T. , inv.orf. , maço M207 , processo de Mathias António. 21/01/1826

| | |
|--|---------|
| 6 cadeiras e 1 canapé | 18\$000 |
| 1 mesa de pau santo folheada | 4\$800 |
| 1 toucador | 4\$800 |
| 1 leito de pau santo | 14\$400 |
| 1 candeeiro grande de latão | 3\$200 |
| 2 lençóis e linho novos | 12\$000 |
| 2 lençóis de linho com folhos | 6\$000 |
| 1 coberta da Índia | 4\$800 |
| 1 cobertor | 4\$800 |
| 1 toalha de mesa | 1\$000 |
| 13 guardanapos | 2\$080 |
| 1 enxergão | 4\$800 |
| 6 toalhas de mãos , 3 delas com folhos | 2\$160 |
| 1 cordão de ouro | 8\$000 |
| 1 anel de ouro | 2\$800 |
| 1 par de brincos de ouro | 14\$400 |
| 1 vestido de mulher de setim preto | 7\$200 |
| 1 vestido de nobreza rosa | 4\$800 |

VI.A.3. Objectos doados a filhos quando saem do casal.

Rol de coisas que Manoel Correya de Almeida - "mestre violeiro pobre" deu a seu filho Simplicio.

A.N.T.T. , inv.orf. , maço M360 , processo de Marçalina Maria Rosa. 27/10/1784

| | |
|--|---------|
| Quando foi para Pernambuco de 1 baú | 3\$000 |
| 12 camisas, 6 finas e 6 grossas | 15\$600 |
| 6 pares de meias | 1\$800 |
| 4 lençóis | 5\$760 |
| 12 lenços de côr | 3\$600 |
| 2 lenços de cambraia | 2\$000 |
| 2 pares de meias de seda branca | 2\$000 |
| 2 pares de sapatos | 1\$800 |
| 1 espadim de metal | 1\$500 |
| 1 chapéu fino | 1\$800 |
| 1 pente | \$200 |
| várias miudezas | \$800 |
| 1 frasqueira com 6 frascos de aguardente e licôr e manteiga e açúcar e mais miudezas | 4\$800 |
| 1 colchão novo | 6\$400 |
| 1 cobertor | 1\$800 |
| 6 pescoçinhos | 1\$800 |
| 1 esteira | \$200 |
| da passagem para ir a Pernambuco | 2\$800 |
| Tamos de volta , 6 cavaletes de rabeca , roda de bordão de rabeca , etc. | 8\$120 |

VI.A.4. Objectos legados por testamento.

Legado de Francisco Joaquim Jarchau "homem de negócio de nação hamburguesa " a Violante Roza "... que me servio fielmente tantos annos com todo o zelo e fervor e extremo sofimento."

A.N.T.T. , inv. orf. , Maço F98 , processo de Franc. Joaquim Jarchau.

30/03/1786

do testamento 07/06/1785

- 1 leito com colchões , enxergão, cobertores e cortinas.
 - 1 das mesas grandes e 6 cadeiras das que têm postiço e assentos de couro.
 - 2 toalhas de mesa atalhadas.
 - 12 pratos de estanho.
 - 12 pratos de guardanapo.
 - 4 pratos grandes.
 - 6 chicanas para chá com 1 bule de loiça da India.
 - 1 papeleira com armário de portas de vidraças.
 - 1 caçarola grande de cobre e outra pequena.
 - 1 tacho de arame.
 - 1 caldeira de ferver a água.
 - 1 bacia mais pequena de arame.
 - 1 candeeiro dos pequenos.
- uma tença anual de 120\$000 paga com as rendas do casal e mais uma das casas pequenas que presentemente não tem moradores para assistir enquanto viver.

Legados de D. Maria Magdalena do Pazi , viúva do advogado
Antônio Lopes de Andrade aos seus herdeiros.
A.N.T.T. , inv. orf., Maço M90 , processo de D. Maria Mag.
do Pazi. 17/12/1825

testamento de 14/08/1825

(a repartição dos bens segundo
valores afectivos e de estimação
pessoal).

- A filha Maria Angélica :

- 1 relógio grande com cordão.
- 12 camisas.
- 6 pares de meias abertas.
- 6 pares de meias lisas.
- 1 corte de seda preto.
- 2 bandejas.
- 4 lençóis grandes.
- 8 lençóis pequenos para os netos .
- 2 lençóis com traveceiros, almofadas, coberta de cassa, e
sua manta de filó.
- 1 chaile de filó branco e outro escarlata.
o seu capote.

- A nora D.Leonor Benedicta.

- 6 camisas de vestir.
- 4 camisas de vestir e 2 camisas de dormir.
- 6 pares de meias.
- o seu vestido de seda preto.
- 1 manto de filó aberto.

- Ao neto , filho de D.Leonor Benedicta.

- 1 cama com leito , enxergão, colchão e traveceiro.
- 4 lençóis pequenos.
- 2 fronhas.
- 1 cobertor.
- 1 coberta de fustão com folhos de cassa.

- A sua cunhada D.Francisca.

- 2 camisas
- 2 pares de meias lisas.
- 1 saia de fustão ordinário.
- 2 mandriões.
- 2 lenços do pescoço.
- 2 coletes.
- 1 chaile de cassa lavrada.

- a
- A cunhada a Sr. D. Maria.
 - 1 vestido de cassa de cordão.
 - 1 camisa com franja por debaixo.
 - 1 par de meias abertas.
 - 4 pares de meias lisas.
 - 1 chaile de cassa.
 - 2 lenços partidos do pescoço.
 - A filha e testamenteira D. Leonor Miquelina.
 - 2 bandejas.
 - 6 lençóis.
 - 1 cobertor de fustão com folhos de cassa.
 - 4 mapas grandes.
 - 1 salva de prata.
 - as garrafas.
 - Ao filho Cipriano.
 - 2 apólices de 100\$000
 - 1 apólice de 30\$000

VI.B. Relação de consumos no tempo.

(Documentação por vezes apenas ao processo de inventário que visa justificar certas despesas feitas antes ou depois da morte de um dos cônjugues. Esta é uma das raras fontes históricas onde podemos encontrar relações de consumos individuais .)

Despesas que fez o defunto Manoel Gomes Barroso , caixeiro da classe de Misericórdia , como consta de um Rol que se achou na gaveta.

A.N.T.T. , inv.orf. , Maço M52, processo de Manoel Gomes Barroso. 29/08/1782

| <u>JANEIRO</u> | | <u>FEVEREIRO</u> | |
|----------------|--------------------------------------|------------------|---------------------------------|
| dia | despesa | dia | despesa |
| 4 | Alfaiate \$400 | 4 | Dinheiro \$240 |
| 5 | De vinho \$360 | 8 | Dinheiro e Tabaco \$520 |
| 7 | Cabeleireiro \$400 | 12 | Bacalhau 1\$800 |
| | 1 par de meias \$200 | 14 | Dinheiro \$240 |
| | 1 par de fivelas de prata \$450 | | Terra Santa \$240 |
| 9 | Dinheiro \$100 | | Colheres e garfos e facas \$650 |
| 15 | Dinheiro e Tabaco \$480 | 19 | Dinheiro \$240 |
| 16 | Alfaiate \$220 | | Almotalia \$120 |
| 22 | Dinheiro \$480 | 23 | De Vinho \$360 |
| 25 | Cabeleireira Nova 2\$400 | 24 | Dinheiro \$240 |
| 26 | Alfalate e Dinheiro 2\$100 | 26 | Linho \$280 |
| 30 | Vinho \$660 | 28 | Ditas miudesas \$580 |
| | A senhoria de renda das casas 9\$600 | | |
| | Sapateiro \$720 | | |
| ----- | | ----- | |
| TOTAL | 18\$570 | | 5\$510 |

MARÇO

| dia | | despesa |
|-------|----------------------------|---------|
| 5 | Tabaco | \$300 |
| | 1 arroba de arroz | 1\$000 |
| 7 | Cabeleireiro | \$400 |
| 11 | De Vinho | \$360 |
| 13 | Ponteira para o espadim | \$240 |
| 15 | 1 arroba de arroz | 1\$000 |
| 16 | Pescada | \$420 |
| 21 | Contas | \$200 |
| 26 | Tabaco e Vinho | \$700 |
| 31 | Vestido e botões | 7\$670 |
| TOTAL | | 12\$290 |

MAIO

| dia | | despesa |
|-------|--------------------------------------|---------|
| 3 | Ferrão de bengala e Dinheiro | \$480 |
| 8 | Dinheiro e meias para os pequenos | \$480 |
| 10 | Tabaco | \$300 |
| 18 | Dinheiro | \$240 |
| 19 | Dinheiro | \$160 |
| 22 | Calção e vestia e feitio | 2\$830 |
| 27 | Dinheiro | \$640 |
| | Carnes | 9\$720 |
| 31 | Espadim | 7\$440 |
| TOTAL | | 22\$110 |

ABRIL

| dia | | despesa |
|-------|----------------------------------|---------|
| 1 | Dinheiro | \$400 |
| 7 | Sapateiro | 2\$000 |
| 10 | Alfaiate e dinheiro | \$600 |
| | Sirio do Santo Sepulcro | \$210 |
| 13 | Presidência das almas | \$300 |
| 16 | Botões | \$180 |
| 17 | Dinheiro e meias | \$240 |
| 20 | Tabaco | \$320 |
| 22 | Sapatos 2 pares de meias | \$640 |
| 28 | Dinheiro | \$240 |
| 29 | meia vara de Cambraeta | \$540 |
| 30 | Vinho e castão para a bengala | 1\$500 |
| TOTAL | | 7\$170 |

JUNHO

| dia | | despesa |
|-----|-------------------|---------|
| 1 | Tabaco | \$300 |
| 2 | Sapateiro | 1\$080 |
| 3 | Dinheiro | \$180 |
| 5 | Dinheiro | \$120 |
| 8 | Xicolateira | \$320 |
| 17 | Vinho | \$300 |
| 20 | Dinheiro e açúcar | \$440 |
| | Dinheiro e Tabaco | \$600 |
| 28 | Azeite | 4\$860 |

JULHO

| | | |
|---|----------|-------|
| 2 | Dinheiro | \$360 |
| 4 | Dinheiro | \$200 |

8\$760

Despesas feitas com um orfão entre 1821 (8 anos) e 1827 (15 anos).

A.N.T.T. , inv. orf., Maço M346 , processo de Maria Cândida. 12/10/1821

Janeiro-Julho de 1821

| | |
|---------------------------------|-------|
| Uns sapatos de orelas | \$180 |
| Pano verde para uns cotovelos | \$160 |
| Uma mão de papel | \$150 |
| Uns sapatos de orelas | \$200 |
| Três pares de meias consertadas | \$180 |

TOTAL \$870

Julho-Dezembro de 1823

| | |
|-----------------------|--------|
| Uns sapatos de orelas | \$180 |
| Um remate nas botas | 1\$000 |
| Uma mão de papel | \$150 |
| Uns sapatos de orela | \$160 |
| Uns sapatos de orelas | \$180 |

1\$670

Julho-Dezembro de 1824

| | |
|--------------------------------------|--------|
| Uns sapatos de orelas | \$200 |
| Uns sapatos de orelas | \$200 |
| 4 varas e mela de riscadinho a \$160 | \$720 |
| De feitio | \$300 |
| Marcas | \$020 |
| Algodão | \$020 |
| Uns sapatos de cordovão | \$480 |
| Uns sapatos de orela | \$200 |
| Um as botas remendadas | 1\$000 |
| Um chapéu | \$900 |

TOTAL 4\$040

Janeiro-Julho de 1825

| | |
|--------------------------|-------|
| Uns sapatos | \$480 |
| Uns sapatos de de orelas | \$240 |
| Uns sapatos de cordovão | \$480 |

TOTAL 1\$200

Julho-Dezembro de 1825

| | |
|--------------------|--------|
| Um as botas novas | 1\$600 |
| Conserto das ditas | \$400 |

2\$000

Relação do fato comprado para o orfão em 2 de Dezembro de 1825.

| | |
|---------------------------------|--------|
| 3 covados de pano azul a 1\$600 | 4\$800 |
| 2 varas de algodão a \$120 | \$360 |
| 1 dúzia de botões | \$240 |
| 4 botões para as mangas | \$060 |
| Aviamentos | \$100 |
| Feitio | \$900 |

Livros para o orfão :

| | |
|---------------------------|--------|
| Mestre Francês | 1\$200 |
| Elementos por Lhomed. | \$480 |
| Novo mestre Francês | \$600 |
| Um Diccionário de Francês | 2\$380 |
| ----- | |
| TOTAL | 5\$160 |

Janeiro-Julho de 1826

| | |
|-----------------------|--------|
| Umas botas remendadas | 1\$300 |
| 3 covados e meio de | |
| chita a \$120 | \$420 |
| Algodão para forro | \$180 |
| Feltio | \$120 |
| Umas botas soladas | \$480 |

TOTAL 2\$500

Julho-Dezembro de 1826

| | |
|--------------------|--------|
| 6 camisas para pôr | |
| colarinhos | \$140 |
| Botas remendadas | \$800 |
| Um chapêu | 1\$900 |
| Botas remendadas | \$480 |

3\$200

Janeiro-Julho de 1827

| | |
|-----------------------|--------|
| Umas botas remendadas | 1\$200 |
| Umas botas soladas | \$480 |

TOTAL 1\$680

Relação das obras de alfaiate feitas para Ignácio José de Loyola , " oficial do Conselho da Fazenda ".

A.N.T.T. , inv. orf., Maço M178, processo de D. Maria Barbara.
15/12/1780

Do mestre alfaiate João Rodrigues , à Rua Nova da Esperança. Sem data.

| | |
|--|--------|
| Um vestido do qual levei feitio e aviamentos | 6\$400 |
| Uma vèstia de setim e calção, de feitio e aviamentos | 1\$600 |
| Um vestido de droquete , de feitio e aviamentos | 4\$000 |
| Um vestido verde " " " " | 3\$300 |
| Um vestido de saragoça " " " " | 4\$000 |
| Do conserto do vestido de brilhante | 1\$600 |
| Entretelas do vestido de droquete preto | \$240 |
| Retroz | \$300 |
| Ligas | \$100 |
| Casas | \$120 |
| Calção de veludo e vèstia de setim e aviamentos | \$800 |
| Feitio do vestido de droquete preto | 2\$000 |
| De um calção de duraque | \$480 |

TOTAL 24\$340

Do mestre alfaiate Oliveira Duarte em 10 de Junho de 1797.

| | |
|--------------------------------|---------|
| 3 Covados de baeta amarela | 1\$260 |
| 6 " de baetão verde | 4\$200 |
| 2 " e meio de saeta verde | \$600 |
| 8 " de saeta suprefina alvadia | 2\$880 |
| 4 " de baetão verde | 2\$800 |
| 2 " e meio de duraque | 1\$375 |
| 1 " de baetilha | 1\$700 |
| 9 " de droquete suprefino | 3\$200 |
| 4 " de lemiste | 12\$800 |
| 6 " de tafetá preto | 2\$160 |
| 2 " do dito | \$720 |
| 2 " de baeta azul | \$880 |
| 1 " e meio de retina escarlata | \$540 |

TOTAL 35\$115

A Joaquim Félix de Menezes , mestre alfaiate ,
em 14 de Abril de 1780.

| | |
|------------------------------------|--------|
| 1 1/3 Covado de veludo preto | 3\$200 |
| 4 covados de baetão alvadio | 2\$600 |
| 8 1/2 Covados de durante preto | 2\$125 |
| 3 covados de duraque preto | 1\$800 |
| 1/4 e 1/6 de veludo preto | 1\$000 |
| Meio covado de pelucia côr de fogo | \$400 |
| 1/3 de baetão alvadio | \$935 |
| 13 covados de droquete preto | 4\$550 |
| 1 covado e 1/3 de veludo preto | 3\$200 |
| 5 1/3 covados de durante preto | 1\$335 |
| 6 covados de olanda crua | \$720 |
| 2 1/2 covados de duraque | 1\$250 |
| 2 1/3 civados de olanda | \$280 |

TOTAL 23\$395

VI.2 Apêndice Documental.

Texto de Cordel.

Nova Relaçam do Peculio de Receitas , para a necessidade das bolças portuguesas, pelo licenciado Portugal Velho da Costa ,s/d. (primeira metade do século XVIII)

He senhores muito difficultosa a cura quando he muy inveterado, e antigo o achaque, e tanto mayor louvor merece o Medico, e agradecimento , quanto melhor effeito faz para a queixa inveterada, o remedio , que exquizito applico. Nem huma só cousa há infalivel neste mundo (fallando de telhas a baixo , como lá dizem) porém eu espero em Deos que uzando a nação Portuguesa das receitas, que neste papelinho applico sem consultar a Galeno , Curvo , ou a sua Apolianthea , e outros Autores famigerados na Medicina , mas taõ sómente , tiradas por experiencia propria (por meus peccados) fiquem saõs com huns peros, porque saõ infaliveis os remedios , e taõ eficazes que em todas as naturezas, e temperamentos de hum , e outro Sexo (isto he Homens , e Mulheres) saõ certas as milhoras; e para que vejas que para o encarecimento do remedio , me naõ conduz o enteresse das receitas, e sómente a charidade para com os meus Nocivos Portuguezes, he que me incitta a este pequeno trabalho attendey ao que vos digo, e prometo.

Em primeiro lugar (isto he para fazeres mayor fé no Medico, que tendo esta tambem he cura inteira por aquella regra: Fides in Medico est salus in egro, que quer dizer o tal latimzinho, para que naõ jejue duas vezes no dia quem o naõ entender, construido fielmente ao pé da letra, que a fé no Medico , he saude no enfermo. Em primeiro lugar, como eu hia dizendo. Naõ encareço a infalibilidade do effeito dos remedios ; porque depois de applicados , vos hey de dar a razaõ; porque sem fallencia haveis de conseguir do vosso achaque as milhoras ; e ainda mais que ainda vos hey de expor as terriveis consequencias que se vos poderaõ seguir , se acazo dilatares as outras.

Em segundo lugar naõ me commove o enteresse, porque nada quero, nada recebo, antes toda a receita dou aos cégos, e estou bem certo, que vos naõ podereis utilizar dos remedios que vos applico, sem que com elles vós ficais tambem Medicos senaõ por letra; em ferro dela , isto he dando-lhe huma moeda de dez reis , das ora correntes nestes Reynos, e Senhorios de Portugal, e ha de ser maõ por maõ; porque como saõ cégos, por isso mesmo saõ mais seguros na escôtta.

Bem sey que a primeira cousa que deve fazer hũ Medico, quando entra a curar hum enfermo, he informar-se da causa para saber de que procede a queixa; conhecer da qualidade , e estado da queixa, viscosidade da lingua, e temperamento do enfermo para em tudo melhor accertar, e se conformar na applicação do remedio; porém eu nada disto me he preciso, porque ainda que julgueis que em tudo curo as cégas, até em vos persuadir a cura pelas maõs que tem pouca, ou nenhuma vista; como tenho certa informação, que a queixa he geral , e infalivel o bom effeito dos remedios em

toda , e qualquer compleiçaõ, e temperamento de hum , e outro Sexo; principio assim a curar os homens na primeira parte deste peculio curativo. Todo o que se achar enfermo , compre a receita, que fazendo o que ella diz, tem tambem o Boticario de portas a dentro ,sem mais despeza; e conseguirá saude.

Informação

Estou bem informado que a mayor parte dos Nascionaes Portuguezes, principalmente nesta Corte se achão infectados de huma queixo[queixa] a que chamaõ Rafancia da bolça , ou por outro nome, segundo alguns Espozitores de calôtes, Carencia de dinheiro.

Causa

A causa que procedeo , e houve para taõ perniciosa enfermidade, foy o uzo, e estylo Francez. Agora , supposto tenho exacta informação da queixa , e da causa; sempre quero ouvir a lingua ao enfermo, que talvez seja o primeiro que lêa a receita ? Pergunto agora : diga-me filho , falle; he esta a verdade? Vejo que me responde este enfermo; Senhor Doutor a queixa, essa he que não há duvida, porque já me não lembra, quando comesse cousa de lume pela falta que há muitos tempos padeço de dinheiro , e outros inconvenientes mais , que saõ companheiros inseparaveis da pobreza. Tenha mãõ filho não diga mais (lhe disse eu) porque o vi queixar de fôrma , que entendi me queria pedir os dez reis para comprar a receita . Vamos a diante diga-me filho ; pois não sabe, nem adverte a causa da molestia que procede ? Não Senhor me responde o enfermo; coychado; não saberá (lhe disse eu) porque estas doenças, como saõ da moda, peccaõ no desejo; e não na fleuma; ora pois filho não se console, que vendo a receita , e uzando della, verá como pouco a pouco vay sentindo a milhora.

Receita 1.

Recipe: De chapéo á Potugueza , como antigamente de proporcionada corpolencia menos levantado , e embicado , com menos hum palmo de abas; hum cada anno grosso, ou fino , conforme o cabedal, temperamento ,e posses do sugeito , se for grosso , de preço de cruzado novo , até seis tostoens; emprezilha conforme a arte , e faça cozimento; e se for fino de preço de quartilho até dezasseis tostoens.

Portugal o Velho

Receita 2. De gravatas á Franceza, hũa de cassa ordinaria até preço de cruzado novo;(isto he para esse que he pobre , e de fraca compleiçaõ, que para em tudo ser bem succedido logo me sahio este na primeira cura, porém em tudo quero mostrar o meu desenteresse, e a minha charidade) divida em partes iguaes, e faça seis pescocinhos, ajunte dois botoins brancos de camiza confeitados com linha , a cada hum pescocinho; uze delles lavados; e traga por seis annos, até que sejaõ totalmente purificados em sabaõ. Se for rico , de cambraya de quartilho.

P.V.

Receita 3. De çaragoça , ou jardo de redondo, cabeça corta sem empreza , nem tinto de Nogueira , para livrar as nodoas das primeiras aguas, sette covados de preço de cinco tostoens até oito, faça cazaca sem sanefas voltadas na dianteira, botois de retroz lizos da mesma cõr , ajunte o forro necessario de saeta, ou durante , para a vestia tambem , e de pano de linho para forro dos calçoens vara e meya: faça vestido, e seja cortez que ha de ter a mesma estimação , Se for rico , de pano , ou do mesmo até preço de doze tostoens.

P.V.

Receita 4. No Inverno de meyas de laya de agulha hum par, de cor conforme o vestido de preço de seis tostoens , e uze limpo de lama , dous Invernos, refassasse mais para dous Veroens de meyas de seda preta , hum par de preço de dous mil reis até meya moeda traga limpo de suor, poeyra, e nodoas , ajunte para as quatro Estaçoens dos dous annos, quatro pares até seis dellas brancas, feitas em caza , linha da terra hum arratel: lavadas sempre.

P.V.

Receita 5. De çapatos à Portugueza à entrada curta, e em seu lugar folgados, de huma sóla palmilha de outra , dous pares bem cozidos refeitos de quatro tacoens inteiros, bem batidos nos saltos, fivellas de prata, ou aço lizas hum par , uze por hum anno os çapatos, e as fivellas até que se gastem.

P.V.

Receita 6. De Bertanha de França para seis camizas, ou de pano de linho, varas desouto de preço de tres tostoens até cruzado faça seis lizas, sem chicaras nos pulsos, basta que sejaõ quando muito chavenas; uze sem ferro para durarem mais por tres annos.

P.V.

Ora filho aqui tem neste papel a cura para toda a sua queixa, e supposto lhe pareçaõ muitas as receitas, naõ importa; porque a despeza sempre he a mesma; o ponto he que V.m. observe a dietta, e naõ lhe pareça que a Rafançia da bolça , ou Carencia de dinheiro, he só a queixa que vossa mercê padece; porque saõ muitas mais as que a primeira cousa tem em vossa mercê originado, e eu nos signaes exteriores lhe conheço , e senaõ responda-me que agora lhe pergunto , porque quero ver, se lhe tenho bem applicado o remedio; e tenho bem receitado. Diga-me : naõ lhe doy a cabeça? Sim senhor , e falta-me tambem a respiraçaõ pelos narizes; eu lho creyo: ora diga-me mais: no pescoço tem o movimento necessario? Naõ senhor; e tambem o naõ posso virar muito , e parece-me, que o tenho alguma cousa inchado: bem está: diga-me mais no peito sente alguma dor , ou pezo? Sim senhor, e tambem canço muito : vamos a diante; sente os pès frios? Muito senhor, tanto assim que dos joelhos para baixo naõ me sinto, e naõ sey se desta frialdade, naõ nasce esta inchaçaõ que tenho na barriga , porque para dizer que he de comer, eu como muito pouco; isso lhe creyo eu; depois de lhe conhecer , e vossa mercê me informar da queixa principal, que padecia, e nem mais, nem menos, está taõ doente como eu entendi; mas diga-me sabe já, e vem no conhecimento qual foy a causa principal da sua queixa? Ainda parece , que me responde: que naõ : ora tome sentido. A causa principal , e primeira da sua queixa, foy; o ser vossa mercê Portuguez, e querer ser a Francezado, e o mais he affectadamente, e com demasia, naõ reparando, que os climas naõ saõ todos huns, que naõ he o mesmo França, que Portugal , e que cada qual anda à sua conveniencia.

Eu conformando-me com a opiniaõ dos melhores Doutores da Medicina, e com as mais provaveis duas authoridades: *Per quascum causas res nascitur, per easdem dissolvitur.* Que quer dizer, (tomada esta opiniaõ no Metodo curativo que pelas mesmas causas, que a cousa nasce, pelas mesmas se dissolve, e com a outra: *Contraria, cum contrariis curantur.* Que quer dizer, que as cousas contrarias, com outras contrarias se curaõ; parece-me que tenho conhecido bem da queixa, e que tenho applicado melhor os remedios; e se naõ attenda-me filho, e todos os mais que se acharem contaminados com a mesma queixa, e na compra deste papelinho se quizerem utilizar de taõ facil, barata, e proveitosa cura.

Como naõ queria vossa mercê, e os mais afrancezados ter essas dores de cabeça, e faltas de respiraçaõ nos narizes, se o uzo afrancezado lhe imbuttio nella hum chapéo de taõ extraordinaria grandeza, pezo, e architectura de abas, que a requerimento das mesmas copas dos chapéos, que naõ querendo morrer de abafo da ruina de taõ altos edifficios, requeraõ vestoria, e se pontuaraõ com effeito com barbas de Baleya, paos, papeloens, e outros reparos, e he falivel que o demaziado pezo, e profundidade de copas dos ditos chapéos, que nos pobres narizes de vossas mercês tem tido descanso a sua grande machina, lhes tenha moido, e desfeito os miollos, de sorte que a massa crassa dos mesmos, lhes intupa a respiraçaõ, e meatos organicos das ventas; e esta a razaõ, porque cuidey primeiro em tirar a primeira causa; porque tirada esta cessa o effeito; applicando o uzo de hum chapéo Portuguez moderado, e leve, para curar o effeito, que cauizou hum a Francezado de extraordinaria grandeza, enimiamente pezado, e conformando-me com as opinioens: *Per quascumque causas res nascitur, per easdem dissolvitur. Contraria, cum contrariis, & c. Ablata causa cessat effectus.* Dey a primeira receita.

Para que vejaõ, que naõ falto ao que prometo, quero antes que passe a diante a provar evidentemente (ainda que naõ seja em Junta, porque o enfermo ainda naõ está taõ perigoso como isso) como a cura, e a melhora he infalivel.

Ora pergunto agora: qual he aqui a queixa principal? He a rafancia da bolça: bem está: vamos agora a causa que a motivou? O estylo a Francezado, e principiando pela cabeça podeis me responder, hum chapéo grande. Pergunto mais: quanto custa hum chapéo grande (ainda que groceiro) da maõ de Mestre? He certo que me dizeis, (e eu tambem; porque já o experimentey, mais [mas] já me curey a mim mesmo) dous cruzados novos, ou dez tostoens? Belamente: vamos de vagar que o ponto he grande, e intrincado. Pergunto mais: quanto custa hum chapéo proporcionado à Portuqueza, que he remedio que applico na primeira receita? O mais seis tostoens; logo no poupar vay o ganho, e he infalivel o remedio, e naõ só cessa a queixa principal; mas a causa e o effeito; e a razaõ he, porque no uzo do chapéo Portuguez, semelhora a rafança da bolça em dezouto vintens, que he o que custa mais hum afrancezado; cessa o effeito pela leviandade, e proporcionada grandeza do chapéo Portuguez, cessa a cauza; porque cada qual, com o que foy criado, e este mesmo sologismo, e argumento prova; no excesso do preço de huma cousa, e outra, e hum, e outro uzo; e para o expor tende por ora paciencia, que tenho outras necessidades a que acudir; porém tomay este primeiro cozimento que na segunda vizita vos fizer, com a segunda parte da expozizaõ deste Peculio, que vos prometo brevemente, sobre as

cinco receitas que faltaõ, vos curarey inteiramente pelo mesmo preço; e no entanto , e em quanto tambem escrevo o receptuario, para a rafaõcia da bolça das senhoras mulheres, para cujo Sexo saõ diversas as receitas , ainda que padecem a mesma queixa, vede pouco a pouco, como vos hide achando.

Anexo : A gestão da informação.

VII. A gestão da informação

VI.1. Desde muito cedo a possibilidade de utilização de meios informáticos em ciências sociais e em história levantou um problema estratégico : como conciliar os requisitos específicos de uma disciplina com as macro-soluções "impostas" pelas grandes empresas de software e de hardware?

Um artigo de Ros Davies e Roger Schofield publicado em 1974 ¹, expôs com inegável clareza para a época em que veio a lume , as reivindicações fundamentais da investigação científica:

1. Possibilidade de acesso directo a campos individuais de um ficheiro , utilizando redes hierárquicas de disposição da informação.

2. Necessidade de sair do colete de forças dos formatos fixos a que a informação fica presa , operando com campos de formato variável.

Ambos os requisitos emergem duma aspiração comum , a de não perder o carácter contextual da informação quando esta é transcrita para suportes magnéticos. De facto, trabalhar dados no computador é uma coisa , e recriar contextos outra. Dois princípios devem ser considerados axiais para uma boa gestão: em primeiro lugar a estrutura ordenada da fonte histórica tem que respirar debaixo da armação dos ficheiros. A concepção lógica do sistema não se pode sobrepor à organização do documento. Em segundo lugar , o estatuto da informação não é o de um mero reportório de linhas e colunas. Qualquer fragmento de análise ,

(um nome , uma morada , uma quantidade) deve permanentemente poder ser articulado a uma estrutura específica recortada no tempo e no espaço.

Manfred Thaller , autor destas propostas , designou como "context-sensitive", o modelo de gestão que melhor se adapta à investigação histórica².

Na altura em que o mercado de software se multiplica em aliciantes ofertas de programas (linguagens de alto nível desenvolvidas , packages integradas , utilitários) em troca da estandardização dos dados segundo parâmetros próprios de pequenas ou médias empresas , torna-se imperioso fazer, a par da crítica das fontes , a crítica dos suportes de informação.

VI.2. Os primeiros esboços para este estudo foram desenhados em Basic. Mais tarde decidimo-nos adoptar o sistema originalmente pensado a uma base de dados , o DBASE III + , software mais disponível na altura.

Cinco razões pesaram nesta escolha. Em primeiro lugar, salientamos o facto de as bases de dados possuírem uma linguagem de comandos económica. A semelhança do Basic a definição de uma variável equivale simplesmente à sua inicialização. Por outro lado, basta uma instrução para trazer um ficheiro para a área de trabalho , dispensando-se a complicada formalização dos campos constituintes desse ficheiro , trabalho bem característico das linguagens de alto nível. este último aspecto só é possível porque o DBase escreve no princípio do ficheiro uma "cabeça" em que consta a definição da estrutura.

O segundo aspecto, indispensável para uma análise histórica, é a garantia de reversibilidade das estruturas. O quadro problemático de partida muda muitas vezes de "tonalidade", surgindo, com o correr do tempo, hipóteses de relações impensáveis no início. No fundo, talvez seja este o verdadeiro sentido da descoberta, encontrar aquilo que não é a priori previsível. O suporte informático deve garantir a possibilidade de a qualquer momento alterar a estrutura dos ficheiros, acrescentar ou retirar itens de informação, partir ao meio campos e compor novas estruturas a partir das anteriores, sem qualquer perda de dados, e com uma grande economia de tempo. Ao desempenhar estas tarefas, a base de dados vai de encontro ao próprio espírito da investigação.

Em terceiro lugar, sublinhamos a versatilidade da linguagem de programação e as hipóteses de controlo automático sobre o input. Destaca-se aqui a funcionalidade da utilização de macros, a programação temporária das teclas de função, e a formatação do ecrã, que funciona como uma primeira rede no despistar de erros de digitação.

Um quarto ponto, tem a ver com a possibilidade de pesquisa da informação em vários círculos concêntricos, muito particularmente através de dois níveis de igualdade (x é exactamente igual a y , e x é aproximadamente igual a y), e de um nível suplementar de igualdade parcial (x está contido em y).

Por último, queremos referir as modalidades de acesso indexado aos ficheiros, que viabilizam a hipótese de ordenar de

maneiras diferentes um mesmo conjunto de dados. Várias combinações devem permanecer em aberto. O sistema global deste trabalho , por exemplo , assenta num processamento sequencial encaixado num ciclo de processamento indexado.

Há ainda uma outra razão não mencionada mas sobejamente conhecida como regra de ouro : a compatibilidade . A este respeito foi particularmente útil a exportação directa de ficheiros para o Lotus 123 e para a package estatística Statgraf, onde se desenvolveram os cálculos mais complexos.

Quanto aos obstáculos , o principal é sem dúvida a inexistência de campos de caracteres com formato variável , realmente operatórios ³ . A sua utilidade teria sido manifesta , por exemplo no registo dos dados marginais apenas ao inventário.

Estamos absolutamente conscientes do limitado horizonte temporal das metodologias empregues, e do carácter mais ou menos artesanal das soluções propostas. se algum mérito tem o presente trabalho , ele fica a dever-se à imaginação de recrear problemas históricos com software comercial , de fazer bricolage com utensílios que estão longe de ser os mais apropriados.

VI.3 A estratégia global de gestão da informação assenta na ideia de dispersão de um mesmo inventário por um número y de ficheiros. Cada processo é identificado por um código numérico de três dígitos , que constitui sempre o primeiro campo dos registos de vários dos ficheiros . Por intermédio do código qualquer item de informação pode ser facilmente articulado com um indivíduo concreto.

A estrutura da fonte mantém-se intacta nos diferentes módulos. Um ficheiro-mãe resume os atributos do casal (morada ,profissão, maço de arquivo, totais monetários dos componentes da riqueza , etc.). Do ponto de vista do inventário está aqui armazenada a informação do auto de abertura,do juramento , e do auto de encerramento e partilhas.

Vários ficheiros-satélites gravitam em torno deste : o da roupa da casa , vestuário , peças de prata , trem de cobre ,ferro e estanho , etc. Correspondem a capítulos sucessivos do inventário marcados pela ida do escrivão com um perito avaliador (mestre alfaiate ,ourives , latoeiro , etc.) à casa do defunto.

O processamento assenta no estabelecimento de relações entre os vários ficheiros , sendo preferencialmete utilizada a relação fich.mãe -> fich.satélite . Apesar de termos recorrido a ligações horizontais entre dois ou mais ficheiros, o modelo subjacente ao sistema é um modelo hieárquico , com uma cadeia de ⁵ transmissão de dados bastante simples.

A informação da fonte histórica foi integralmente transcrita para os suportes magnéticos.

Ao ⁶ contrário do que sucede em algumas regiões europeias , os inventários portugueses apresentam um elevado grau de discriminação entre os objectos , que varia evidentemente de acordo com o valor dos artigos. Quanto mais valiosa é uma peça de roupa ou de mobiliário , maior é a atenção prestada pelo avaliador aos seus diversos pormenores. A descrição de um oratório luxuoso pode , por exemplo , ocupar duas páginas do inventário , num

total de duzentas palavras.

A este fenómeno não é certamente estranho, o facto de "perito avaliador" constituir uma profissão autónoma na Lisboa setecentista ; ⁷ profissão relativamente rara , já que encontramos quase sempre os mesmos avaliadores a trabalhar nas freguesias mais dispares. E é exactamente porque os mestres convocados pelo escrivão para as partilhas se repetem , que existe uma uniformidade de critérios e de linguagem nas descrições de objectos.

Especializados na inventariação , os avaliadores fornecem-nos listagens altamente técnicas , exaustivas e lógicas , pelo que não é muito difícil formalizar as estruturas dos registos directamente em cima da grelha de categorias utilizadas pelos peritos. Vejamos como se dá esta transposição no caso concreto dos artigos de roupa da casa ; Uma entrada do inventário tem a seguinte configuração :

" Dois Lençois de linho fino com folhos nos bocais , de cama de uma só pessoa , em meio uzo , avaliados em dois mil e quatrocentos réis. "

Suprimindo os "de" e os "e" fica á vista o esqueleto categorial da descrição :

QUANTIDADE + ARTIGO + MATERIAL + CARACTERISTICAS DO MATERIAL+ + ORNAMENTOS + DIMENSÃO + ESTADO DE CONSERVAÇÃO + + VALOR.

Os campos de registo são decalcados dos "campos" imaginários dos avaliadores. Não há aqui qualquer problema com o emprego de formatos fixos , pois a sequência categorial é tão rígida e inflexível como a estrutura dos registos processados pelo computador. Os dois lençois do exemplo de cima entram numa pequena matriz com o seguinte aspecto :

em variáveis , e também, a posição relativa do registo no ficheiro.

Uma rotina é então invocada para abrir novo ciclo de processamento e procurar no ficheiro os artigos avaliados que têm iguais características. Terminada esta fase regressa-se à posição inicial, comparando a soma dos preços médios com o total genericamente indicado pelo avaliador. Se a diferença não ultrapassar a margem de segurança (inferior ou superior) de 10% , a correcção é automática , passando a figurar no campo valor o preço médio encontrado no ficheiro. Caso contrário , é enviada uma informação para a impressora , em função da qual se procederá posteriormente a um ajuste manual.

Esta série de procedimentos só tem algum sentido quando lidamos com artigos de muito pouca importância.⁸ Já para o vestuário , onde as entradas compostas são utilizadas para descrever conjuntos de elevado valor (por exemplo o fato caça-vestia/calção) , a opção foi manter o esquema original do inventário sem alterações.

VI.4 Passámos em revista a definição dos ficheiros e dos registos. Falta-nos falar das porções mais pequenas de informação "que podem ser utilizadas de modo autónomo em cada operação " : os campos.

Qualquer manual de informática com finalidades pedagógicas aborda esta parte da matéria tipologicamente , isto é, classificando os campos segundo as suas funções dentro do registo (campos descritivos , operandos , códigos , índices , etc). É uma ma-

neira de ver os problemas que tem implícita uma determinada concepção da informação. A estruturação de uma rede mais ou menos hierárquica de campos segue a máxima : um grupo de caracteres é um espaço isolado e delimitado de outros , onde se podem dar um certo número de acontecimentos lógicos. A informação não tem um estatuto virtual , de possibilidade , mas um enquadramento realista , do tipo: o que lá está , é o que é. Uma profissão ou um código, são duas variáveis com valor lógico intrínseco. Assim a ditadura do processamento impõe-se em todas as fases de trabalho e planificação.

Bem diversos são os problemas suscitados pela análise histórica. Em primeiro lugar , a informação não surge nunca desligada dos andaimes que a suportam com maior ou menor segurança. Ela é sempre produto da construção/reconstituição, prendendo-se por mil fios a operatórias concretas. Ao isolar uma categoria num campo, o historiador não pode abstrai-la do tecido mais vasto de significações que propiciaram esse isolamento. Nenhum milagre técnico faz evaporar os determinismos contextuais deixando em seu lugar um residuo lógico. A configuração dos campos dentro do registo tem de obedecer a uma estratégia de teias de aranha , de rede de interrelações entre os diversos fragmentos de informação. Para citar um exemplo , abundantemente referido neste trabalho, o campo profissão liga-se ao campo fonte (indicação codificada de onde foram extraídos os dados do campo profissão) , ao campo actividade (índice codificado das principais áreas económicas de investimento), e ao campo código profissional(que resulta do refinamento progressivo dos critérios de classificação por intermédio de técnicas de análise estatística multivariada).

São várias as redes de relações entre os campos de um mesmo ficheiro , ou entre campos de ficheiros diferentes. Propomo-nos neste momento chamar a atenção para dois tipos particulares , cuja actuação é, por assim dizer ,silenciosa: os campos de código e de controle.

Campos de Código - Sempre que há uma avalanche de itens dentro de uma mesma categoria nominal , a única solução para salvaguardar futuras hipóteses de selecção e classificação , é agrupar os itens por grupos de afinidade (codificação).

Este problema põe-se , por exemplo, em relação às cores do vestuário , cuja variedade é tão grande que torna praticamente impossível trabalhar directamente com as descrições dos peritos (a gama de verdes cobre : o claro , o escuro, a cor de azeitona, de alface , de bicho de seda , de azeitona de Elvas, etc.). Resta saber, até que ponto codificar com uma entrada numérica as mais de 70 cores não é um gesto arbitrário e simplificador . O carmesim estará mais próximo do vermelho ou do laranja ? E onde arrumar a cor de canela ? E os tons pardos ?

As decisões têm de ser a este nível altamente formalizadas e explícitas , sob o risco de substituir a paleta naturalista das cores do antigo regime por categorias cromáticas falaciosas. Codificar é decididamente uma manobra perigosa.

Para resolver esta questão, fizemos intervir critérios históricos no agrupamento das tonalidades em classes . As indicações do Regimento do Officio de Tintureiro da cidade de Lisboa (1769) , onde se estipulam quais as qualidades de cor " a que o candidato

9

a mestre está sujeito durante a prova de exame " , forneceram o esqueleto de base. Um código numérico representa essas qualidades, enquanto a descrição por extenso , tal como consta do inventário , é transcrita para um outro campo , estabelecendo-se entre ambos uma relação semelhante à de género e espécie.

Idêntico procedimento foi tomado com as 82 variedades de tecidos que foram agrupadas em seis itens : algodão , linho , lã, seda, mistos ,couros , e desconhecidos.

Códigos de controle - os códigos de controle exercem geralmente a sua acção nas operações com ficheiros, ampliando ou diminuindo a área de trabalho. Convirá a este respeito recordar, que na análise da riqueza fomos obrigados a separar os inventários onde a fortuna patrimonial estava subestimada pela não avaliação de determinado tipo de bens (vínculos e prazos) , dos restantes processos. Graças ao campo de controle sobre o total de fortuna bastou uma simples instrução para tornar efectiva a selecção ; um filtro baseado na condição CTRLTOTAL = Verdade mobiliza de imediato para a área virtual de trabalho os "bons" inventários.

Em síntese , diremos que há vários níveis de imbricação e reciprocidade dentro do sistema.

A melhor maneira de apreender a mecânica global do funcionamento de todas estas peças é seguir , passo a passo , o itinerário do computador na execução das intruções de um programa.

VI.5. Exemplos de programas.

ARTIGO.PRG

Como o próprio nome indica este programa destina-se ao cálculo das médias dos artigos da roupa da casa , dentro de determinado escalão social.

1.1. Inicialização de variáveis e ficheiros.

1.1.1. Primeira etapa , abrir o ficheiro com os dados da roupa , e o ficheiro com as informações de síntese , estabelecendo uma relação entre ambos por intermédio do campo código. Tecnicamente esta comunicação levanta alguns problemas , pois enquanto no fich. da roupa há vários registos com o mesmo código , isto é , várias peças de roupa pertencentes a um mesmo indivíduo , no fich. Base cada pessoa é representada por um único registo (i.e. uma só indicação sobre a profissão , o código sócio-profissional , o total de riqueza , o valor das dívidas, etc.)

1.1.2. Abrir o fich. Temp (temporário) cujo objectivo estratégico é permitir a economia de tempo no cálculo das medidas de dispersão (ver masi à frente 1.3.3.)

1.1.3. O ciclo de processamento é limitado por uma falsa condicionalidade "Do While Verdade". Para abandonar o programa e regressar ao nível de comandos há uma única porta de saída: digitar na variável cod. profissional (MSOCIAL1) o número 9.9

1.1.4. A variável MSOCIAL1 é composta por dois dígitos , uma parte inteira e outra parte decimal. A parte decimal refere-se aos agrupamentos sócio-profissionais , e a parte inteira aos conjuntos de agrupamentos. Assim , o número 4.2 corresponde , por exemplo , aos grupos superiores (4) e aos altos funcionários (0.2) , enquanto o número 2.8 se refere às camadas populares (2) e , dentro destas , aos lojistas (0.8).

1.1.5. A pesquisa pode incidir sobre um grande conjunto (gr.populares) ou sobre núcleos profissionais mais restritos (os mestres artifices).

O maior ou menor horizonte do processamento é delimitado pela variável lógica CLASSE; quando Classe tem o valor falso, MSOCIAL assume-se como um dígito com parte inteira e parte decimal. Quando o valor é verdade , a parte decimal é suprimida [INT(MSOCIAL1)]. A pesquisa passa por consequência a englobar um dos quatro grandes grupos (1- pobres , 2 - povo ...etc.).

1.1.6. A alternativa não é entre uma análise por grosso e uma análise mais fina. No caso de se optar pelo rastreio da informação no interior dos pequenos agrupamentos (CLASSE = falso), há uma terceira hipótese: inicializar nova variável (MSOCIAL2), fazendo a pesquisa incidir simultaneamente em duas classes ocupacionais (por ex: militares e profissões liberais).

1.1.7. As diferentes escolhas são sucessivamente concatenadas na condição MCONDICAO.

1.1.8. Se o operador quiser, pode controlar as médias dos inventários provenientes de segundos casamentos ou de viúvos. A uma resposta positiva o programa inicializa os respectivos

```

*                               ARTIGO .PRG
*
*
*   Calcula as medias , desvio padrao e coeficiente de variacao
*   por quantidade e valor de artigos , do ficheiro roupa da
*   casa. Pode vir a ser adaptado para o ficheiro do vestuario.
*   Escrito entre 12-25 de Fevereiro de 1988 por Nuno Madureira.
*
* -----inicializacao variaveis e ficheiros -----
select 1
use iv1820ro index ivrocod ALIAS ROUPA
select 2
use iv1820db index ivdbsoc ALIAS BASE
set relation to cod into roupa
select 3
use temp
*
do while .t.
clear
select base
store "codsocial = " to MCONDICAO
store 0.0 to MSOCIAL1 , MSOCIAL2
store " " to MROUPA1 ,MROUPA2
store " artigo = " to MARTIGO
store .T. to MCTRLINV
store .T. to CLASSE
store 1 to MCONTA
store 0.0 to MTOTART
store 0.0 to MTOTVAL
store 0.00 to DPART
store 0.00 to DPVAL
*
@ 2,10 say replicate ("*",50)
@ 3,12 say "Entra o codigo do grupo social para delimitar"
@ 4,12 say "a pesquisa ,ou digita o numero 9.9 para regressar"
@ 5,12 say "ao menu de opcoes " get MSOCIAL1 picture "9.9"
@ 9,12 say "Queres fazer a pesquisa somente por pequenos grupos Y/N?" get CLASSE picture "Y"
@ 12,10 say replicate ("*",50)
*
read
  if MSOCIAL1 = 9.9
    set filter to
    close all
    return
  endif
  if CLASSE
  clear
  store MCONDICAO + "MSOCIAL1" to MCONDICAO
  @ 5,10 say replicate ("*",50)
  @ 7,12 say " Se a pesquisa for extensivel a outro grupo digita "
  @ 8,12 say " um novo codigo ou carrega na tecla < RETURN> ,para"
  @ 9,12 say "permanecer apenas o grupo inicial " get MSOCIAL2 picture "9.9"
  @ 10,12 say replicate ( chr(249) ,50)
  read

```

```

    if MSOCIAL2 <> 0
        store MCONDICAO + " .or. codsocial = MSOCIAL2" to MCONDICAO
    endif
endif
if .not. CLASSE
store " " to MCONDICAO
store MCONDICAO + "INT(codsocia) = " + "INT(MSOCIAL1)" to MCONDICAO
endif
*
clear
@ 2,10 say replicate (chr(249),50)
@ 3,12 say "Desejas controlar as medias dos inventarios "
@ 4,12 say "    onde ja houve partilhas Y/N ? " get MCTRLINV picture "Y"
read
    if MCTRLINV
        store 0 to MVIUVAL,MVIUART
        store 1 to MCONTA2
    endif
@ 7,12 say " Entra o artigo de roupa " get MROUPA1
@ 8,12 say "Se houver outro artigo com uma mesma funcao "
@ 9,12 say "  digita-o tambem " get MROUPA2
read
    if MROUPA2 <> " "
        store MARTIGO + trim("MROUPA1") + " .or. artigo = " + trim("MROUPA2") to MARTIGO
    else
        store MARTIGO + trim("MROUPA1") to MARTIGO
    endif
* ----- pesquisa e calculo das medias -----
clear
@ 2,4 say " Construc o do filtro... Espera um pouco"
set filter to %MCONDICAO
goto top
@ 7 ,3 to 10 ,68 double
@ 8,5 say "NAO INTERROMPER. Processamento registo n."
do while .not. eof()
    select roupa
    if found()
        store 0 to A,V
        do while cod = base ->cod
            @ 8,59 say recno()
            if %MARTIGO
                store MTOTART + quantidade to MTOTART
                store MTOTVAL + valor      to MTOTVAL
                store A + quantidade to A
                store V + valor      to V
            if MCTRLINV
                if base ->ciclofamil = "v" .or. base ->ciclofamil = "2"
                    store MVIUART + quantidade to MVIUART
                    store MVIUVAL + valor      to MVIUVAL
                    store MCONTA2 + 1          to MCONTA2
                endif
            endif
        endif
    endif
    skip
enddo
select temp

```

```

        append blank
        replace codtemp with MCONTA, arttemp with A ,valtemp with V
        store MCONTA + 1 to MCONTA
    endif
    select base
    skip
enddo
if MCTRLINV
    store MVIUVAL / MCONTA2 to MVIUVAL
    store MVIUART / MCONTA2 to MVIUART
endif
* ----- calculo das medidas de dispersao -----
store 0.00 to MEDIAVAL ,MEDIAART
store MTOTART / (MCONTA -1) to MEDIAART
store MTOTVAL / (MCONTA -1) to MEDIAVAL
select temp
goto top
do while .not. eof()
    store DPART + (arttemp - MEDIAART) ^2 to DPART
    store DPVAL + (valtemp - MEDIAVAL) ^2 to DPVAL
    skip
enddo
store sqrt( DPVAL / (MCONTA -1)) to DPVAL
store sqrt( DPART / (MCONTA -1)) to DPART
store 0.00 to COEFVAL , COEFART
store DPVAL / MEDIAVAL to COEFVAL
store DPART / MEDIAART to COEFART
zap
* ----- impressao -----
store .F. to ECRA
clear
@ 12,12 say " Desejas imprimir os dados na impressora? Y/N ? " get ECRA
read
clear
if ecra
@ 12,12 say " Impressao dos dados "
set device to print
? chr(12)
? chr(13)
? chr(27) + "!" + chr(46)
endif
if MROUPA2 <> " "
    @ 3,25 say upper(MROUPA1) + " , " + upper(MROUPA2)
else
    @ 3,30 say upper(MROUPA1)
endif
@ 4,48 say " + 1 7 8 5 + "
@ 6,12 say replicate ( "-",80)
? chr(27) + "!" + chr(3)
@ 7,20 say "QUANTIDADE "
@ 7,50 say "VALOR"
@ 7,63 say "P.UNITARIO"
@ 9,12 say "medias"
@ 9,20 say MEDIAART picture "99,999.9"
@ 9,47 say MEDIAVAL picture "999,999"
store MEDIAVAL /MEDIAART to PU

```

```

@ 9,65 say PU picture "99,999"
@ 11,12 say "desvio"
@ 11,22 say DPART picture "99.99"
@ 11,47 say DPVAL picture "999,999"
@ 12,12 say "padrao"
@ 14,12 say "coef. de"
@ 14,22 say COEFART picture "99.99"
@ 14,48 say COEFVAL picture "99.99"
@ 15,12 say "variacao"
if MCTRLINV
    @ 17,12 say "MEDIAS INVENTARIOS ONDE JA HOUE PARTILHAS"
    @ 19,20 say MVIUART picture "999,999"
    @ 19,47 say MVIUVAL picture "999,999"
endif
@ 20,12 say "codigo do grupo(s) social "
if .not. CLASSE
@ 20,38 say INT(MSOCIAL1)
else
@ 20,38 say MSOCIAL1
@ 20,42 say ":"
@ 20,45 say MSOCIAL2
endif
@ 22,12 say replicate ("-",80)
?
set device to screen
wait
?
enddo

```

acumuladores.

1.1.9. Uma vez estabelecido o raio de acção social do processamento , passa-se à inicialização de uma série de variáveis , sendo então pedido o artigo de roupa que vai ser objecto de análise (MROUPA1)

1.1.10. Novo desdobramento de escolhas.

Como há nos inventários do séc. XVIII e XIX objectos com funções semelhantes designados por nomes distintos (por ex: godrim e colxa , cobertor e manta) , a pesquisa pode incidir sobre um item , ou dois itens ao mesmo tempo.

1.2. Pesquisa e cálculo das médias.

1.2.1. Através do macro "&" é colocado um filtro no ficheiro. Desta forma apenas os reistos que satisfazem MCONDICAO vêm para a área de trabalho.

Como vimos MCONDICAO suporta três estados:

```
pesquisa por { Codsocial = MSOCIAL1
pequenos    { Codsocial = MSOCIAL1 .or. Codsocial = MSOCIAL
grupos      {
```

```
[ MSOCIAL1 = parte inteira + parte decimal ]
```

```
pesquisa por {
grandes      { INT(codsocial) = INT(MSOCIAL1
grupos       {
```

```
[ MSOCIAL1 = parte inteira ]
```

1.2.2. Novo ciclo de processamento enquadrado pela condição de fim de ficheiro.

1.2.3. O fich. Base , onde está inserido o campo indexado do código social posiciona o ponteiro interno do computador no primeiro registo (GOTO TOP)definido pela condição do ficheiro.

1.2.4. O fich.Base é colocado na sombra enquanto o fich. Roupa vem para a área de trabalho e começa ser processado.

1.2.5. Nesta altura o ponteiro interno aponta para o primeiro registo da roupa cujo código é idêntico ao código anteriormente encontrado para o fich. Base (é este o princípio da relação entre dois ficheiros).

1.2.6. Entramos num ciclo de processamento sequencial , onde os inventários são trabalhados um de cada vez. Cada novo ciclo abre um inventário. A estrutura repetitiva DO WHILE COD = BASE->COD traduz-se em linguagem comum por : trabalha os dados da roupa de casa , mas só enquanto se tratar de um mesmo indivíduo.

1.2.7. Este ciclo chave do programa termina quando fôr

encontrada uma peça de roupa cujo código não corresponda já àquele que estava a ser objecto de análise. Nestas circunstâncias, estamos seguros de ter processado toda a informação respeitante a um mesmo agregado.

1.2.8. São escritas as informações relativas ao número de artigos existentes na casa (A), bem como o seu valor (V) num ficheiro temporário.

1.2.9. Na rampa de lançamento de novo ciclo de repetição é outra vez seleccionado fich. Base, e dada a instrução para avançar mais um registo (SKIP).

Não nos podemos esquecer que esta instrução é entendida pelo computador como um salto no filtro e não no ficheiro real.

1.2.10. Voltamos ao ponto de partida (1.2.3.). Um novo inventário vai ser explorado.

1.2.11. O ciclo termina quando o ficheiro (o filtro do ficheiro) chega ao fim.

1.3. Cálculo das medidas de dispersão.

1.3.1. As médias e as medidas de dispersão são calculadas em relação à quantidade e ao valor dos artigos.

1.3.2. A divisão do total de artigos pelo número de indivíduos dá-nos de imediato a média de artigos. (STORE MTOTART/(MCONTA -1) TO MEDIAART).

1.3.3. Para sabermos qual é o desvio padrão teríamos de voltar novamente ao ciclo de processamento individual (1.2.3. -1.2.10.), subtraindo o número de artigos de cada pessoa à média global encontrada. Esse processo seria complicado, moroso, e "deselegante" em termos informáticos. Uma alternativa mais racional consiste em ir acumulando num ficheiro temporário os totais individuais.

As operações fazem-se então entre as variáveis que contêm os valores médios, e os campos do fich. TEMP: arttemp (quantidade de lençois, toalhas, colxas, etc. de um inventário) e valtemp (valor desses bens no inventário).

1.3.4. Quando já são conhecidos os desvios padrões e os coeficientes de variação, o fich. temporário deixa de ter interesse para nós. Por isso ele é limpo de todos os registos (ZAP), mantendo no entanto a sua estrutura interna para receber os dados de novo ciclo de processamento.

1.4. Impressão.

1.4.1. Um relatório contendo informações sobre as médias, desvio padrão, e coeficiente de variação, dos artigos (quantidade e valor), bem como o preço unitário, é enviado para o ecrã ou para a impressora, consoante a escolha do operador.

2. CTRLART.PRG

Pequeno programa extremamente simples que faz a verificação dos dados digitados no campo artigo do fich. Roupa.

2.1. São inicializadas duas variáveis (ART1 ,ART2) com todas as combinações de caracteres susceptíveis de figurarem no campo em observação. (O único motivo para não inicializar uma só variável é que os ambientes de MS DOS autorizam como limite máximo 256 bytes por variável).

2.2. O processamento é sequencial e trabalha apenas com o fich. Roupa.

2.3. ART1 e ART2 funcionam como pequenos dicionários onde estão correctamente escritas as palavras. Se no campo artigo fôr encontrado qualquer grupo de caracteres que não conste do dicionário é enviada uma mensagem de alerta para a impressora .

2.4. A equivalência entre o dicionário e os campos do fich. só é possível porque estes últimos são representados sem espaços brancos à esquerda [TRIM (ARTIGO)].

3. IV20RFMT.FMT

Programa de formatação do ecrã para input. A delimitação dos tipos de caracteres que são admitidos num campo (PICTURE ,RANGE) constitui um primeiro filtro no despistar de erros.


```

*                               CTRLART.PRG
*
use ivl785ro index ivrocod ALIAS ROUPA
store
"/lancel/toalha/guardana/retalho/colxao/colxa/coberta/cobertor/tra
veceiro/almofada/saraca/enxergao/pano/panocobr/cortina/armacao/manta/
docel/xairol/bolcas/bolca/seringa/perfumad/alcateia/casula/toalhaal/
panoarra/coxim/alvas/" to art1
*
store "/panocozi/papagaio/panosala/aparador/toalhama/toalhame/godrio/apa
rador/armacao/sanefa/bambinel/toalhaba/volta/bacia/fronha/imperial/
sacos/saco/repostei/travecei/sacos/rodape/sacas/chumasso/mantas/
tina/" to art3
store
"/canoas/rete/colxas/penteado/tapete/saracas/prato/sobrepor/repostei/
retalhos/frontal/vestimen/cortinas/alva/cobertas/saca/panos/forros
al/fonte/malotao/" to art2
*
goto top
do while .not. eof()
    skip
    if ("/" + trim(artigo) + "/") % art1 .or. ("/" + trim(artigo) + "/")
$ art2 .or. ("/" + trim(artigo) + "/") % art3
        loop
        else
        ? recno()
        ? cod, artigo, tecido1, tecido2, valor
        wait
        endif
enddo
return

```

```

*
*
*          ----- IV85RFMT.FMT -----
*
*   Programa para formatar o ecrã com os dados do ficheiro
*   IV1785ro ( ficheiro da roupa da casa )
*   Escrito em 27 de Janeiro de 1987 por Nuno Madureira
*
*
clear
@ 1,12 say replicate (chr (248) ,50)
@ 3,12 say replicate (chr (232) ,50)
@ 2,14 say "Ficheiro da roupa da casa ,1785 "
@ 11,3 to 15,16 double
@ 12,5 say "Codigo do"
@ 13,5 say "Processo."
@ 14,8 get COD picture "999" range 1,152
@ 5,40 say replicate ("-",36)
@ 6,42 say "Artigo de roupa      " get ARTIGO
@ 8,42 say "Quantidade          " get QUANTIDADE picture "99"
@ 9,42 say "Codigo Tecido : "
@ 10,42 say " 1= algodao 2= linho 3= la "
@ 11,42 say " 4= seda    5=misto  6= curtumes"
@ 9,65 get CODTECIDO picture "9"
@ 12,42 say "Tecido " get TECIDO1 picture "AAAAAAA"
@ 13,60 say "Origem " get TECIDO2 picture "AAAA"
@ 15,42 say "Ornamentos, forros ,cor,utilidade,"
@ 16,42 say "folhos &c." get DESCRICAO
@ 17,42 say "Estado de Conservacao"
@ 18,42 say "codigos: NO/BU/UZ/MU/VE/MV/DA" get USO picture "AA"
@ 20,42 say " ** Valor Monetario ** " get VALOR picture
"999,999"
@ 21,40 say replicate ("-",36)
read

```

Notas .

NOTAS

Capitulo I

1.1.A beneficio de inventário.

1. Thomaz Pires; Materiaes para a história da vida urbana portuguesa , Imprensa Nacional , Lisboa, 1899.
2. Para um balanço dos estudos realizados na Europa e nos Estados Unidos da América sobre inventários , ver Anton Schuurmam; Probate inventories: research issues, problems and results, in Probate Inventories , Ad. Van der Woude e A. Schuurmam (ed.) , Hes Publishers , Utrecht, 1980. , pp.19-31.
3. Ord. Manuelinas , Livro 1, Tit. LXVII , Parágrafo 3. Apesar de o início das partilhas estar limitado pela lei ao prazo de um mês após a morte, são frequentes as infracções, sem qualquer castigo por parte do Juízo. E inclusive possível encontrar inventários reallizados quatro anos após o falecimento de um dos cônjugues. Estes casos limite contêm desfalques consideráveis nos bens avaliados, pelo que se considerou, para efeitos de recolha da amostra, como intervalo máximo aceitável, o prazo de um ano decorrido entre a data da morte e a data de abertura do inventário.
4. As Ordenações prevêm que sô nas cidades com mais de 400 habitantes possa existir um desdobramento das funções do juiz ordinário , passando a haver um juízo dos orfãos autónomo. Para a cidade de Lisboa a Provisão do Dezembargo do Paço de 11 de Fevereiro de 1757 , confirmada pelo Edital de 26 do mesmo mês , define os quatro juízos (Alfama , Bairro alto , Meio e Termo), bem como as freguesias adscritas a cada um.
5. O custo de um inventário varia evidentemente em função do número de de deslocações e de avaliadores necessários. Em média cifra-se nos 4,54% do total de fortuna, embora esta percentagem não englobe o pagamento ao Escrivão mas tão sómente a despesa com os avaliadores. No século XVIII uma maneira de evitar o processo legal de partilhas , consiste em pedir a emancipação para o menor mal ele atinga os 18 anos , subtraindo-se desta forma à alçada do Juízo dos Orfãos. Encontramos sinais de preocupação das autoridades com o recurso a tal expediente na Provisão de 20 de Junho de 1750 , e na Provisão de 25 de Outubro de 1778 do Dezembargo do Paço.
6. No reinado de D.Maria os graus de parentesco que podem suceder no vínculo vão tornar-se mais precisos , passando a entrar nos descendentes o bisneto , terceiro neto e seguintes, e, nos colaterais o " parente mais próximo do último Administrador sendo do sangue do Instituidor , ou o que vier

Notas ao cap. I.

em parentesco próximo e indubitável com o sobrinho ou irmão." Assento da Casa da Suplicação de 16 de Fevereiro de 1786.

7. Na amostra de 330 casos estudados , apenas três - um advogado , um pedreiro e um tendeiro - possuem prazos em vidas em nome dos filhos. Ignoramos se eles teriam ou não sido doados por terceiros em testamento.

8. Carta de Lei e Pragmática de 9 de Setembro de 1769 , parágrafo 27 e 28.

9. Para uma síntese da legislação pombalina sobre este tema ver M. Beatriz Nizza da Silva ; A legislação pombalina e a estrutura da família no antigo regime português , in Pombal Revisitado , 1984 , Estampa , Lisboa , pp.403-414.

10. Os marcos principais da reforma institucional dos Juízos dos Orfãos são a Provisão do Dez. Paço de 15 de Fev. de 1757 , o Edital de 26 desse mês e ano , o Alvará de 21 de Junho de 1759 , e o Alvará de 21 de Janeiro de 1772.

11. A.N.T.T. , inv.orf. , Maço M 360 , processo de Maria Roza.

12. Existe no século XVIII um curioso caso de apropriação do conceito de pobre para fins políticos; trata-se do inquérito realizado pelos párocos das freguesias de Lisboa sobre os antigos servidores do rei que se encontram em situação de miséria no ano de 1786. Viúvas de Tenentes - Coronéis , Alferes , Governadores de Estados ultramarinos , etc. são lamentadas pela vida que têm. A conclusão é de que nem sempre o monarca remunera convenientemente aqueles que estiveram ao seu serviço. Obviamente esta ideia de pobreza nada tem a ver com os casos por nós assinalados nos inventários , e o seu significado é essencialmente relativo ao usufruto de anteriores níveis de vida e a dinâmicas descendentes de mobilidade social. Relação universal das pessoas pobres recolhidas e bem morigeradas que morão nas paróquias desta cidade de Lisboa , Officina de Ant. Rodrigues Galhardo , Lisboa, 1786.

13. A.N.T.T. , inv. orf. , Maço M 360 processo de Maria Roza, Maço F 48 processo de Francisco Bastos , Maço M 81 processo de Manuel João Rollo.

14. A.N.T.T. , inv. orf. , Maço M 360 processo de Marçalina Maria roza. A.H.T.C. décima de arruamentos de 1780 Maço 1039, Rua Direita da Esperança.

15. Maria Manuela Ferreira Marques Rocha ; Propriedade e níveis de riqueza ; formas de estratificação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX , tese dact. de mestrado , UN./F.C.S.H., Lisboa , 1988, pp. 129-132.

16. A escolha destes três intervalos de amostragem obedeceu a um conjunto de objectivos interligados : em primeiro lugar

Notas ao cap. I.

interessava-nos proceder a sondagens em períodos separados por intervalos geracionais (25 anos) de forma a tentar apreender a evolução das infraestruturas da vida quotidiana no espaço de uma geração à seguinte. Em segundo lugar ficou claro que qualquer amostra recolhida nas vizinhanças do terramoto corria o risco de deturpar a análise da cultura material, especialmente nas áreas afectadas pela catástrofe. A fórmula: 1755 + 1 geração procurou obviar este problema. Por último tentámos situar o levantamento de informação em períodos onde não existisse uma grande oscilação dos preços. 1740-50, 1780-86 e 1821-27, pareceram ser as datas que melhor conciliavam este triângulo de questões.

17. Para o levantamento de 370 processos foi necessário consultar aproximadamente 800 maços do Arq. da Torre do Tombo, correspondendo à construção de um ficheiro com 6.500 inventários. A classificação arquivística encontrava-se à altura por fazer, e era impossível prever ao certo o que constava de determinado maço sem primeiro o consultar. Face a estas limitações optámos por seleccionar para observação todos os maços relativos a um conjunto de letras: C, F, M, P, R - pois é pela primeira letra do nome que os inventários estão arrumados e não por um critério lógico.

Deste subuniverso foram seleccionados todos os inventários que:

- i. Têm data de abertura dentro dos intervalos temporais definidos: 1740-50, 1780-86, 1821-27.
 - ii. Entre a data de abertura das partilhas e data da morte não decorre mais de um ano (ver nota 3).
 - iii. Pertencem ao Juízo dos Orfãos do Meio, Bairro Alto ou Alfama. Os Inventários do Termo da cidade ficam portanto de fora.
 - iv. Avaliam todos os bens existentes no recheio da casa, e especialmente as roupas e vestuário.
- Este último critério tem alguma importância pois muitas vezes os herdeiros partilham espontaneamente a roupa do defunto entre si, dando apenas à avaliação os restantes bens. Esta situação é bastante frequente nos inventários entre maiores, realizados por motivos de segundas e terceiras núpcias do cabeça de casal, ou quando o cônjuge falecido já era viúvo (isto é quando há um inventário anterior). A introdução do critério iv. acabou assim por influir indirectamente na eliminação dos processos que envolvem segundas e terceiras partilhas.

18. Para o período anterior ao terremoto há contudo abundante documentação relativa ao termo da cidade de Lisboa.

19. Maria Manuela Rocha chega à conclusão contrária ao estudar a região de Monsaraz: "... os inventários que analiso, permitem uma apreensão da globalidade da sociedade.", ob. cit., pp. 122. Cita depois Micheline Baulant, autora que se ocupa também do estudo de uma zona rural (Meaux nos séc. XVII e XVIII), deparando com "uma distribuição dos inventários bastante próxima do que seria na realidade a situação profissional".

Notas ao cap. I.

Um estudo mais representativo dos processos de Lisboa talvez possa responder em definitivo a esta questão. O contraste entre a comunidade rural, mais homogênea quanto à riqueza e com maiores hipóteses de controlo social sobre cada indivíduo, e a população das grandes cidades, pode muito bem vir a ser um factor explicativo das diferenças.

20. Baseamo-nos nos dados recolhidos em Borges de Macedo sobre as profissões recenseadas nas décimas de Lisboa nos anos de 1763, 1764, 1768 e 1769. Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII, Querco, Lisboa, 1982. Para o número de negociantes matriculados, utilizamos as informações do Almanaque de Lisboa estudadas por Carlos Guimarães da Silva, Negociantes estrangeiros em Portugal in História, n.22-23, Agosto/Set. de 1980, pp.2-11.

1.2. Profissão e riqueza.

1.2.1. O sector comercial

21. Macedo, J. Borges de; Problemas de história..., ob.cit., pp.101. Esta observação sobre as décimas é também válida para os contratos notariais e testamentos, onde viemos a encontrar a mesma imprecisão na descrição das ocupações comerciais.

22. Um bom exemplo dos problemas levantados pelo conceito de profissão, quando empregue na caracterização das sociedades de antigo regime, é a persistência do "domestic system", atravessando diagonalmente as categorias de actividade económica, e ficando a meio caminho entre o ser completamente industrial e completamente agrícola.

Joan Thirsk na obra Economic policy and projects; the development of a consumer society in early modern England, Clarendon Press, Oxford, 1978, traça um balanço positivo do sistema doméstico inglês durante o séc.XVII e princípios do séc. XVIII. Referindo-se à visão de Adam Smith sobre os sectores refractários à divisão social do trabalho, a autora assinala que:

"Thus he presented a simplified, and occasionally harsh view of the domestic system in order to persuade the government to adopt the policy that seemed to be necessary to the future. His was a partial view of the domestic system for his purpose did not require him to analyse its qualities as the historian would wish." pp.150.

23. No presente trabalho chamamos profissão à especificação, à especialização e à combinação de prestações que permitem expectativas de ganhos e formas de aprovisionamento permanentes. Trata-se da definição proposta por Max Weber no livro Economie et Societé, Plon, Paris, 1971, pp.144. A ideia de expectativa não faz originariamente parte da definição weberiana. A sua introdução justifica-se do nosso ponto de

Notas ao cap. I.

vista, pela necessidade de tornar mais flexível a relação entre a prática de uma ocupação e os rendimentos daí auferidos. Toda a especialização não contém em si apenas a hipótese de usufruir determinados ganhos de forma permanente, mas também a possibilidade de desenvolver noutros sentidos a especialização adquirida.

Sobre o conceito de expectativa em ciências sociais ver especialmente Ralph Dahrendorf, Class and class conflict in industrial society, Kegan & Paul, Londres, (1956)1976, e Essays in the theory of Society, Stanford Univ. Press, Stanford, 1968.

24. A.H.T.C., Décima Maneios de St.ª Maria Maior, 1780, Maço 1098. A.N.T.T. , inv.orf. Maço C60, processo de Caetano Alves dos Santos.

25. A.H.T.C. , ibidem , A.N.T.T. , inv.orf. Maço M42 , processo de Maria Luiza.

26. Manoel de Almeida Lobão; Tratado Prático de Morgados, Imp.Régia,Lisboa,1814, 2.ed.,pp.40.

27. Luiz da Silva Pereira ; Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal; of. de João Rodrigues Neves,Lisboa,1806 ,pp.95-96. Neste livro não se encontram porém declarações tão radicais como as de Lobão , mas tão só o reconhecimento da perfeita compatibilidade entre o título de nobreza eo exercício do comércio.

28. J. Borges de Macedo ; A situação económica no tempo de Pombal; Moraes ,Lisboa,1982 , 2.ed. , pp.70-78 , e José Augusto França ; Burquesia pombalina ,nobreza mariana , fidalguia liberal, in Pombal revisitado , Estampa ,Lisboa, 1984,vol.1.pp.19-36.

29. Esta lei é a única legislação coeva citada por Luiz da Silva Pereira. Nela são atribuídos títulos de fidalguia a Anselmo José da Cruz ,Joaquim Ignacio da Cruz, Jacinto Fernandes Bandeira, José Francisco da Cruz e Joaquim Pedro Quintela.

30. Nuno Gonçalo Monteiro num artigo recentemente publicado acentua que "...os privilégios da "nobreza raza" quase não tinham significado efectivo ", insistindo na insuficiência do critério jurídico, demasiadamente amplo ,para demarcar uma ordem dentro da sociedade. Ver Notas sobre a nobreza,fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime; in Ler História, n.10 ,1987,pp.15-52.

31.A.N.T.T. , inv.orf., Maço R2 ,processo de D. Rita Gertrudes Braga.

32. " La importancia extraordinaria del comercio de lujo se demuestra también por el hecho de que las sociedades mercantiles sólo se formaban para sederías y orfebrias-bancos.

Notas ao cap. I.

Vemos pues que en la esfera del comercio al detall el capitalismo se desarrolla por la difusión del lujo (...) La naturaleza de las mercancías determina la organización capitalista." Werner Sombart ; Lujo y Capitalismo, (trad. espanhola) , Alianza Ed. , Madrid, (1912), 1979, pp.137. Sombart refere-se particularmente aos mercadores londrinos do séc. XVIII.

33. A.N.T.T. , inv.orf. , Maço F182, processo de Francisco Martins de Almeida.

34. Ibidem , Maço M83 , processo de D. Marianna Eufrazia de Souza.

35. Apenas uma excepção confirma esta regra. Trata-se de José Joaquim Teixeira , com negócio de duas mercearias abertas na capital , e que participa com uma quarta parte na sociedade para "fazer fábrica de Aguardente" na cidade de Obidos em 1819. Para termos uma ideia da importância bastante relativa desta quota no conjunto das sociedades em que José Teixeira se envolve entre 1812 e 1821, vejamos a lista completa das sociedades :

Contrato de arrendamento do reguengo de Cantanhede, das comendas de Almeirim , St. Maria da Amoreira , Grândola , S.Salvador de Elvas , Vila do Casal , S. Pedro de Elvas , do morgado da Redinha , " Mouta Santa" e Pombal , dos jugados da Chamusca , das capelas de Alverca , e ainda , do contrato das terças e tezourado de Lamego , da renda das freiras da Esperança , das terças Patriarcaes de todo o Patriarcado , dos terços eclesiásticos para a contribuição de defesa , do contrato do subsídio literário da vila de Santarém e da vila de Torres Vedras , e finalmente , do almoxarifado de Alenquer. Trata-se de um processo de inventário bastante rico , onde é possível estudar no capítulo das dívidas passivas a data de início e fim dos contratos de arrendamento , o nome do caixa arrematante , e a fracção que cabe na sociedade ao negociante de géneros de mercearia José Teixeira.

A.N.T.T. , inv. orf. Maço M4 , processo de Maria Delfina.

36. Conhecemos alguns casos de negociantes cuja matriz inicial é o comércio mas que se deixam enredar pelas expectativas de desenvolvimento industrial. Neste grupo incluem-se Anselmo da Cruz Sobral , proprietário da fábrica de papel da Lousã e da Real Fábrica de Portalegre; Joaquim Pedro Quintela , António José Ferreira e Jacinto da Costa Bandeira, donos das Reais Fábricas de Lanifícios do Fundão e de Portalegre.

Teria interesse investigar o isomorfismo entre o sector comercial e industrial na perspectiva, não de um núcleo restrito de personalidades mais famosas , mas no conjunto do tecido empresarial do antigo regime. A forte presença de colónias de negociantes estrangeiros (Julião Guillot, Ratton , Francisco Pallyart, Lecussan Verdier, Locatelli, etc.), atentos às hipóteses de implantação e reconversão de manufacturas, cobre, talvez, um amplo espaço deixado em aberto pelas elites económicas nacionais.

Notas ao cap. I.

justifica-se pelo facto de ser a única forma de garantir a comparabilidade da informação.

43. O teorema de Huygens $T = B + W$, onde T é a covariância total, B a covariância entre as classes ("Between"), e W a covariância no interior das classes ("Within"), constitui o ponto de partida para a análise discriminante. Por intermédio deste teorema da mecânica podemos transformar a questão inicial (determinar um elemento u que maximiza a relação da variância entre as classes com a variância no interior das classes) cuja formulação estatística é: maximizar $\frac{u B u'}{u W u'}$,

num outro problema : maximizar $\frac{u B u'}{u T u'}$

O primeiro eixo factorial discriminante é assim o vector próprio de $T^{-1} B$, correspondente ao maior valor próprio de sigma.

Sobre este tema ver Jean Marie Romeder, ob. cit., e E. Diday, J. Lemaire, J. Pouget, F. Testu; Elements d'analyse des données, Bordas, Paris, 1983, cap. IV.

44. O método passo-a-passo ("step by step") consiste precisamente em introduzir uma a uma as variáveis, seleccionando a cada etapa aquela que apresenta uma maior discriminação, isto é, aquela que permite uma maior percentagem de indivíduos classificados dentro da classe de origem. A introdução de variáveis suplementares deve ser suspensa no momento em que essa percentagem deixa de aumentar. Note-se que a afectação a uma classe é uma decisão onde intervêm critérios probabilísticos como "custo mínimo" e "custo médio", e calculada na base da distância euclidiana de um "indivíduo" aos centros de gravidade das classes. A percentagem de casos bem classificados foi respectivamente de 71% (sector comercial) 60% (indústria) e 52% (terciário). E. Diday, J. Lemaire ..., ob. cit. pag. 337ss.

45. Um bom exemplo de análise dos componentes de riqueza dos inventários encontra-se no já citado trabalho de Maria Manuela Rocha, revelando-se perfeitamente adequadas as técnicas de Cluster Analysis para a descrição das homologias na repartição da riqueza.

46. Proveito para todos, e relação curiosa e de muita utilidade para todo o pay de familias saber adquirir e conservar os bens; Of. Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1764.

1.2.2. O sector industrial

47. A.N.T.T., inv.orf., maço F114, processo de Francisco Xavier Stokler.

48. A.N.T.T., inv.orf., maço F175, processo de Francisco

Notas ao cap. I.

37. A descolagem do vocabulário das fontes em relação à realidade profissional, pode ser sinal de um maior dinamismo e de possibilidades inéditas de enriquecimento no sector do comércio. Não nos podemos esquecer que o último quartel do séc. XVIII veio confirmar a posição de Lisboa como placa giratória na troca de mercadorias do país, chegando a absorver, no ano de 1800, 82% do intercâmbio comercial com as colónias e o estrangeiro. A hipertrofia da capital ligase certamente a uma maior concentração da riqueza no interior das elites de negociantes lisboetas. Sobre a evolução do comércio nos finais do antigo regime ver J. Borges de Macedo; Problemas de história da indústria..., ob.cit., pp.187-208.

38. Os limites superiores e inferiores da classe central foram determinados a partir das fórmulas:

limite inferior da classe central = $\bar{x} - s/2$

limite superior da classe central = $\bar{x} + s/2$

\bar{x} = média

s = desvio-padrão

39. Distingue-se geralmente a análise discriminante com finalidades descritivas da que apresenta finalidades de previsão. É apenas o primeiro aspecto que nos vai interessar no presente trabalho. Sobre as possibilidades de utilização de ambas, ver Jean Marie Romder; Méthodes et programmes d'analyse discriminante; Bordas, Paris, 1973, pp. V-XIV.

40. Infelizmente não há uniformidade quanto à descrição dos motivos da dívida e da localidade de residência do credor. Regra geral o grau de especificação é bastante aceitável. Persistem no entanto lacunas em alguns inventários.

41. Usualmente o avaliador desloca-se à loja ou armazém e aí procede à avaliação das mercadorias para venda, assim como da "armação da loja". No entanto, este componente de riqueza pode por vezes suscitar alguma confusão. É por exemplo o caso de um negociante que têm algumas fazendas para venda temporariamente em sua casa, surgindo estas no inventário misturadas com a roupa de uso corrente. Só análise item a item permite em tais situações uma classificação rigorosa. O estado de conservação da roupa é um bom auxiliar para esta tarefa.

42. Foram considerados para efeitos de análise discriminante os inventários relativos aos períodos de amostragem de 1780-86 e 1821-27. Os quantitativos monetários destes últimos apresentam-se deflacionados com base nos preços do pão publicados por Vitorino Magalhães Godinho; Prix et Monnaies au Portugal, SVEPEN, Paris, 1955. Não obstante este padrão de medida traduzir imperfeitamente a evolução dos preços das diversas classes de objectos e de bens, a sua utilização

Notas ao cap. I.

Alves Lobo.

49. A.N.T.T. , Cartórios Notarias , cartório n.10, Maço 20, Livro 200 , fl.32.

50. A.N.T.T. , inv. orf. , maço F175 , processo de Francisco Xavier Stokler.

51. Marcelo Caetano ; A antiga organização dos mestres in As corporações dos ofícios mecânicos , Franz Paul Langhans , Imp.Nacional. , Lisboa , 1943, vol I , pp.XXX.

52. Ibidem... , pp. XXVIII.

53. Expressão de Georges Gurvitch . O tempo de longa duração e ao ralenti identifica-se na sociologia do autor com os agrupamentos de parentesco e de localidade , mais resistentes à mudança e à transformação. La multiplicité des temps sociaux; Centre Documentation Universitaire / Les Cours de Sorbonne, Paris, 1957-58.

54. A.N.T.T. , Habilitações do St.Ofício, Letra F , Maço 1, diligência 7. A afirmação citada é extraída de uma testemunha , Manoel Dias , lavrador de Fanhões , e confirmada por outras.

55. Ibidem, ibidem. Ver também o processo de inventário de Faustino Francisco Mourão , inv. orf., Maço F112.

56. Segundo Miriam Halpern Pereira "A marginalização dos oficiais que não tinham uma posição definida nas corporações foi acompanhada , nos séculos XVII e XVIII, por um afunilamento no acesso à categoria de mestre. O prolongamento do estatuto do oficial acabou por o transformar num "status" , e propiciar o aparecimento dos "compagnonnages" ou confrarias de oficiais, secretas , pois a lei não as autorizava. Artesãos , operários e o liberalismo in Ler História n.14, 1988, pp.46. Para uma avaliação comparada da "carreira" dos oficiais ver Marcelo Caetano , ob. cit., pp.XIX e ss.

1.2.3. O sector de serviços.

57. Não fazem parte do quadro global de profissões em análise nesta fase , cinco títulos de nobreza , um capitão , um sargento, o Provedor da Alfândega do Tabaco , um Escrivão da Câmara da Mesa da Consciência e um tabelião.

58. Nem sempre foi possível identificar directamente nos inventários o ramo a que determinada patente pertence. O índice onomástico da obra de H. Madureira dos Santos; Decretos do extinto Conselho da Guerra, Lisboa , 1976 , foi um auxiliar precioso nesta tarefa , fornecendo informações sobre a mobilidade geográfica e a dinâmica das promoções na

Notas ao cap. I.

segunda metade do séc. XVIII. Para o séc. XIX o Almanaque do Exército desempenhou idêntico papel. De referir ainda o interesse na consulta dos processos de Decretamentos de Serviços do Ministério do Reino (A.N.T.T.), pois trata-se de uma documentação biográfica bastante completa, apesar de não abarcar todos os militares, mas apenas aqueles cujos familiares pedem ao rei a remuneração pelos serviços prestados.

59. Gastão de Mello de Mattos, Exército, in Dicc.Hist. de Portugal, (dir.) Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971, vol.II, pp.161-64.

60. Citado por Fernando Pereira Marques; Exército e sociedade em Portugal, Regra do Jogo, Lisboa, 1981, pp.63-65.

61. Na sociedade predominantemente agrícola de Monsaraz os "capitães", constituem o "grupo profissional" com nível de riqueza médio mais elevado na primeira metade do século XIX. Não sabemos contudo ao certo, se tal designação se refere apenas a oficiais de ordenanças, ou engloba também os militares de carreira. Maria Manuela Rocha, ob. cit., pp.149 e ss.

62. Os primeiros regimentos de Ordenanças da cidade de Lisboa são criados em 1569. Sobre a história destas forças, ver a documentação arquivada no A.H.M., 39. secção, 3. divisão, caixa 11, doc. 4.

63. O Regimento dos Privilegiados é formado de 3 grupos de toda a nobreza da corte, mais um terço com 14 companhias dos Privilegiados. Este último destacamento engloba:

1.Companhia dos empregados do Senado. 2.Companhia dos empregados do Erário Régio. 3. Comp. dos Familiares do St.Ofício. 4.Comp. dos empregados da Alfândega Grande. 5.Comp. dos empregados da Real Junta do tabaco. 6.Comp. dos empregados da Alfândega das Sete Casas. 7. Comp. dos empregados da Casa da Moeda. 8.Comp. dos Manposteiros da St.Trindade. 9. Comp.dos Manposteiros de St. Antonio. Comp. dos empregados das Justiças. 11. Comp. dos empregados da Real Fábrica de Cartas. 12.Comp. dos carpinteiros de machado do Arsenal. 13. Comp. dos empregados dos armazens da Guiné e da Índia. 14. Comp. dos calafates do Arsenal.

A.H.M., ibidem ...

64. A.N.T.T., inv.orf., Maço M80 e M81, processo de Manoel de Oliveira Velho.

65. A.N.T.T., inv. orf., Maço M247, processo de Mateus Vicente Oliveira.

66. esta opção deve ser projectada sob o pano de fundo do conceito de profissão atrás definido (ver nota 23. do presente capítulo), com o qual operamos.

Notas ao cap. I.

67. Joseph Baretti ; A journey from London to Genova, T.A. Davies ,London , vol. I ,pp.155-57.

68. Esta explicação foi avançada pelo próprio Baretti na carta XXI ,ob. cit. ,pp.162 , e retomada mais tarde por Breton de La Martinière na obra L'Espagne et le Portugal; A.Nepveu, Paris,1815 , tomo IV, pp.29.

69. A imagem do rei / pai de famílias encontra-se no célebre Testamento Político de D.Luiz da Cunha , de que , infelizmente , não dispomos de uma versão crítica actualizada. D. Luiz Da Cunha ,Testamento Político, Iniciativas Ed., Lisboa,1978 , pp 19.

70. Borges de Macedo salientou o facto de a estratégia do Marquês de Pombal face à nobreza ser de integração e não de obstrução sistemática , estratégia que " ...vai ao ponto de lhe dar formas de educação próprias , talvez no intuito de a preparar para uma actuação num Estado e numa sociedade mais complexa...". J. Borges de Macedo ; A situação económica no tempo ..., ob.cit. ,pp.77-78.

71. Richard Twiss na obra Travels through Portugal and Spain in 1772,1773 ,Printed for the Author ,London , 1775 , atribui à colocação do escudeiro na parte anterior , lateral, ou posterior da viatura uma sinalética simbólica que indica o grau de distinção do ocupante. Observações semelhantes àcerca do acompanhamento do escudeiro nas carruagens puxadas por quatro cavalos, encontram-se ainda em J.B.F. Carrère ; Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne en 1796,Deterville , Paris, 1798 , pp.106-107 e 111-117 , e na obra Journals of a residence in Portugal 1800-01,Clarendon Press , Oxford . pp.5 , de Robert Southey. Entre outros aspectos, a pragmática de 24 de Maio de 1749 incidiu na proibição de trazer carruagens ou outras alfaías fabricadas fora do país , e na regulamentação das formas de acompanhamento cerimonial. O alvará pombalino de 21 de Abril de 1751 vai revogar e alterar alguns capítulos desta pragmática, nomeadamente passando a autorizar " ... que as seges a boleya possam ser acompanhadas por dous criados de pé além do Bolleiro, como se acha estabelecido a respeito das carruagens de quatro rodas ..."

72. A referência ao dinheiro escondido debaixo dos colxões não é apenas uma metáfora. Em dois dos cinco criados de que possuímos inventário , a pessoa encarregue de indicar ao escrivão os bens do defunto vem a encontrar dinheiro em tão curioso local.

1.2.4. Os Níveis de riqueza

Notas ao cap. I.

73. Em termos de correlação simples a variável dívidas activas é a que se encontra mais relacionada com o total de fortuna. A correlação é no entanto mais significativa no comércio (0.893) do que na indústria (0.750).

74. Na sociedade agrícola de Monsaraz, cujos níveis de riqueza foram estudados por Maria Manuela Rocha, a amplitude entre os escalões inferiores e superiores é consideravelmente menor, cifrando-se na casa 85,6. Mas esta conclusão é apenas válida se não tomarmos em consideração o caso bastante particular de um abastado lavrador alentejano, Joaquim Romão Mendes Papança, que apresenta uma fortuna avaliada em 65 contos de réis. A inclusão deste indivíduo nas escalas de riqueza faz aumentar para 1006 vezes, a diferença entre os grupos profissionais mais baixos (na circunstância os cardadores), e o célebre Papança. Maria Manuela Rocha, ob.cit., pp.125-27 e 148-51.

75. Ralph Dahrendorf na obra Class and class conflict... ob.cit., chamou a atenção para a importância da não coincidência das escalas de poder (assimiladas pelo autor a estruturas de papéis sociais) com as formas de acesso/exclusão à propriedade, na sociedade contemporânea. Se é verdade que este problema se coloca nas sociedades históricas com um outro nível de complexidade, a simbiose entre poder económico e poder político e social, não pode ser nunca um dado adquirido mas um fenómeno que carece de meios de comprovação. É a este título exemplar o trabalho de Lawrence Stone; An open elite ? , England 1540-1880, Clarendon Press, Oxford, (1984) 1986, pelo entrecruzamento dos níveis de poder, na procura de uma definição da grande nobreza de Inglaterra.

76. Os modelos teóricos para o estudo dos factores que determinam a riqueza individual nas sociedades ocidentais fazem geralmente alinhar as seguintes variáveis (por ordem decrescente de importância): profissão/estatuto social, idade, estrutura do agregado doméstico/sexo, nível cultural, região.

Infelizmente não possuímos qualquer indicação sobre a idade dos elementos do casal, ao contrário do que sucede com os inventários franceses estudados por Micheline Baulant (Enquête sur les inventaires d'après décès autour Meaux aux XVII et XVIII siècles, in Probate Inventories, ob.cit., pp.141-148), e com os inventários holandeses estudados por Thera Wizenbeeck (Delft in the eighteenth century, in Probate inventories, ob.cit., pp.157-176). Teria sido possível tomar como referência a idade dos filhos herdeiros, e deduzir a partir deste indicador o intervalo aproximado onde caíria a idade dos pais. Contudo esta abordagem levanta dois problemas:

1. Pressupõe idades médias de casamento, o que perante a presumível complexidade dos padrões demográficos de uma cidade como Lisboa equivale a um grande salto no escuro.
2. Coloca de lado todos os inventários de pessoas solteiras

Notas ao cap. II.

ou casadas sem filhos , comprometendo a análise da influência da variável " tipo de estrutura familiar" na determinação da riqueza individual.

O paradigma metodológico nestas investigações tem sido o artigo de Carole Shammas; The determinants of personal wealth in seventeenth century England and America , in Journal of Economic History , n.3. Vol. XXXVII , Setembro de 1977, pp. 675-689. A aplicação das técnicas de Multiple Cassification Analysis revela-se extremamente útil para trabalhar com variáveis qualitativas como é o caso da profissão. As conclusões de Shammas apontam para o impacto decisivo da variável profissão ("occupational status") na determinação da riqueza , seguida por uma influência menos decisiva da variável idade.

É particularmente ao nível da análise demográfica que este trabalho tem maior interesse, pois permite medir o momento do ciclo de vida doméstico onde se dá a transmissão intergeracional do património. Esse projecto ultrapassa naturalmente o âmbito mais restrito da presente investigação.

77. As metodologias informáticas utilizadas tiveram no entanto o cuidado de salvaguardar a hipótese de investigação por vários círculos concêntricos , seja no interior dos quatro grandes núcleos , seja mais especificamente dentro de um só escalão sócio-profissional.

O desenvolvimento e aplicação deste princípio encontra-se no anexo "A gestão da informação.

Capítulo 2.

2.1. O entesouramento de bens.

1. A.N.T.T. , inv.orf., maço F110, processo de Francisco Julião da Costa.

2. O inventariante desempenha sempre os bens penhorados para estes poderem voltar à colação , e serem distribuídos pelos herdeiros.

Encontramos exemplos de penhoras de média duração , isto é, intermitentemente espaçadas no tempo, nalguns inventários dos grupos intermédios . Já a prática de empenhar a prata e o ouro da casa para pagar o funeral do cônjuge falecido, é mais corrente nos grupos populares e nos pobres.

3. A.N.T.T. , inv.orf. , Maço M65 , processo de D.Micaela Archangela Joaquina.

4. O conceito de reserva de valor enquanto factor marginal

Notas ao cap. II.

dos consumos privados foi desenvolvidos por David Justino na obra A formação do espaço económico nacional ; Portugal 1810-1913 ,Vega , Lisboa , s/d, vol. 1. , pp. 164-166.

5. David Justino , *ibidem* , pp.165-66.

6. O "Correio Mercantil e Económico de Portugal" é o primeiro jornal que explora decididamente o espaço comercial de anunciantes particulares e de lojistas. Várias ofertas são ali publicitadas , ao nível de artigos de lã, linhos e sedas por grosso. No entanto, os anúncios de tecidos em segunda mão dizem apenas respeito a peças de seda vendidas por particulares.

7. Correio Mercantil e Económico de Portugal ,no 12 , de 20 de Março de 1787.

8. A.N.T.T. , inv.orf. , Maço C62 , processo do Conde da Ponte, José António de Sousa Saldanha. No codicilho que faz antes de morrer , o Conde ordena que sejam desempenhados os panos de arras e alcatifas penhoradas , pois pertencem ao morgado , e devem ser entregues directamente ao seu sucessor.

2.2. A higiene.

9. José Coelho de Moura ;Compendio de segredos dedicado á humanidade, typ.de Bulhões , Lisboa , 1820 ,pp13. Na mesma página é prescrito o modo de fazer as pastilhas aromáticas. Os principais ingredientes são : fel de vaca , sabão e óleo de alfavaca.

10. Trata-se geralmente de barris de madeira com arcos de ferro , conhecidos como " barris para água" . A sua capacidade é avaliada nos inventários em 5 almudes , e muito excepcionalmente em 6 almudes.

11. Infelizmente as bilhas de barro utilizadas para transportar água,não são descritas nos inventários devido ao seu baixo preço unitário.

12. Jacome Ratton refere a pequena rede de canalizações , edificada depois do terramoto , e que cobre algumas das artérias da "cidade nova" . Recordações; Imp. Universidade , Coimbra, 1813, pp.233.

13. Para a redução do sistema de capacidade antigo ao sistema moderno baseamo-nos na obra de Fradesso da Silveira Mappas das medidas do novo systema legal ; Imp.Nacional,Lisboa, 1868.

14. Jorge Crespo ;A economia do corpo em Portugal nos finais do antigo regime, tese dact., U.T.C./I.S.E.F. ,1984 , vol.

Notas ao cap. II .

1, pp. 349 ss O documento citado pelo autor encontra-se arquivado no A.N.T.T. , Intendência da Policia , Avisos e Portarias, M.12 , Doc. 20 , de 18 de Dez. de 1810, e contém uma listagem bastante completa das bicas e chafarizes de Lisboa e arredores.

15. J. Leite de Vasconcelos , Tradições populares de Portugal; Livraria Portuense , Porto, 1882 , pp.69.

16. Nova pragmatica oppia que a junta do bom governo faz ressuscitar de Roma á antiga Lisboa da moda para reformação dos abusos das mulheres , s/d.

17. O papel dos artificios do corpo , pinturas e enfeites, enquanto simulacros de higiene durante o século XVIII, foi um tema desenvolvido por Georges Vigarello no livro O limpo e o sujo, Ed. Fragmentos, Lisboa ,1988 , pp.107-115.

18. Durante as febres a morte do doente era atribuída á falta de suores , pelo que se cobria de cobertores o enfermo. Esta prática popular é denunciada em obras iluministas como o Aviso do Povo á sua Saúde, de M. Tissot , off. de Simão Thadeo Ferreira , Lisboa ,1796, pp.59-60.

19. Ver mais á frente capítulo 3.2. - O algodão.

20. Raphael Bluteau Vocabulario Portuguez & Latino , offic. de Pascoal da Sylva, Lisboa,1716, vol. II.

21. Jean Pierre Goubert ; La conquête de l'eau ,Ed. Robert Laffont, Paris ,1986, pp.77 ss.

22. Lawrence Wright; Clean and Decent., Routledge & Kegan Paul,London ,1960 , 3.ed. , pp.100.

23. É também possível que por entre as bacias não discriminadas , os avaliadores tenham incluído alguma bacias de pôr debaixo da cama , ou "punicos", designação bastante rara. As bacias de sangria , um item muito difundido , não foram englobadas na categoria das "não discriminadas".

24. A afirmação de Vigarello de que " as bacias continuam a não fazer parte do inventário do mundo operário..." ,na segunda metade do século XVIII, parece difícil de aceitar no caso português . Situando-nos ao nível das camadas mais baixas da sociedade é mesmo entre os artifices que encontramos a média de posse mais elevada (0.52). O limpo e o sujo, ob. cit. , pp.130 ,

25. A.N.T.T. inv. orf. , Maço F83 , processo de D.Fernando de Sousa da Silva.

26. Existem 2 individuos recensados nas décimas de maneios da freguesia de S.Miguel de Alfama "com casa de banho", segundo os dados publicados por Borges de Macedo , Pro-

Notas ao cap. II .

blemas..., ob.cit. , pp.308

27. Carl Israel Ruders ; Viagem em Portugal 1789-1802, Bib. Nacional , Lisboa ,1981 , pp.121.

28. Praias e estâncias termais convertem-se rapidamente em centros mundanos onde dança , teatro , música , e sedução sexual são as coordenadas de uma vida social intensa ligada aos prazeres terapêuticos da água. Sobre este tema ver o capítulo de J.H.Plumb , The commercialization of leisure , in The birth of a consumer society ; the commercialization of eighteenth - century England , Europa Publications , London , 1982, pp 265-268. A febre da hidroterapia em França encontra-se analisada em Pierre Goubert , ob.cit. ,pp. 130-33.

29. J. Pierre Goubert , ob. cit. , pp. 131.

30. Manuela Lobo Costa Simões ; As barcas dos banhos , in Diário de Notícias , sup. cultura de 17 Agosto de 1985. O texto de cordel é atribuído ao professor de grego António Maria do Couto.

31. ibidem , ibidem.

32. A ofensiva higienista não coincide curiosamente com os períodos mais agudos de surtos epidémicos (1810-11) , derivados das invasões francesas , com larga incidência sobre a cidade de Lisboa. Só o Edital de 14 de Julho de 1809 , versando a temática recorrente da proibição de lançar lixo para as ruas , se aproxima dos picos da crise de doenças infecto-contagiosas.

Para uma análise da amplitude do problema da putrefação dos cadáveres e das políticas de saúde seguidas pelo estado ver Jorge Crespo , A economia do corpo... , ob. cit. , vol 1. pp.195 ss.

33. J. Crespo ; A economia do corpo... , ob,cit. pp.700 . Sobre a difusão das teorias higienistas ver especialmente o segundo volume , pp.698 -790.

34. Face às ameaças de epidemias que grassam o primeiro quartel do séc. XIX , os cuidados profiláticos de higiene baseiam-se essencialmente na resposta imediata às situações. O enterramento dos mortos , o controle de estrangeiros oriundos de áreas contaminadas , a repressão aos portadores de doenças contagiosas , e a procura de locais alternativos para a evacuação dos dejectos , constituem o principal leque de preocupações dos responsáveis pela saúde. Neste quadro , esgotos e canalizações são uma preocupação secundária . J. Crespo ; A economia do corpo..., ob. cit. vol 1.

Pina Manique reconhecia a sua impotência para mudar este estado de coisas , e adoptar as políticas mais racionais de Paris e Londres " (...) porque nos seus locais e edificações(de Paris) de princípio se lhe fizeram cluacas , e

Notas ao cap. III.

canos , que vão sahir ao Rio Sena ; em Londres , a abundancia das agoas e os Canos geraes , donde sahem os das cazas dos habitantes daõ-lhes o meio de não lançarem nas Ruas o desnecessario das suas Cazas; o que não acontece em Lisboa , que se limitão os canos geraes sòmente a huma parte das Ruas novamente reedificadas pelo terremoto de 1755." A.N.T.T. , Int. Policia , Secretarias , Liv. 7 , pp.26.

35. A descrição e a imagem das bacias de meio-banho encontra-se em Lawrence Wright , ob. cit. ,pp.129-130.

36. Um auxiliar precioso no estudo da cultura material é a obra de vários especialistas Objects civils domestiques; Vocabulaire, Imp. Nationale, Paris,1984 ,cujo interesse ultrapassa largamente o âmbito museológico , dando-nos uma imensa variedade de gravuras , descrições e definições dos objectos da vida quotidiana. Para a redacção do presente trabalho foi particularmente útil a consulta do capítulo "La toilette".

37. O bidé , de origem italiana , só no séc. XVIII é importado em França , sendo instalado nas casas das maiores senhoras deste país. No entanto o séc. XIX fará o mais absoluto silêncio sobre este utensilio, julgado próprio de práticas licenciosas e anti-concepcionais de mulheres de má vida. Em Inglaterra tal estigma impediu a sua adopção durante várias décadas. J. Pierre Goubert , ob. cit. , pp. 82-84.

38. Ver as referências á importância da roupa lavada na apresentação pessoal no texto de cordel transcrito em apêndice documental (cap. VI). O interesse deste documento é ainda o de nos fornecer uma ideia sobre os tempos de consumo e de desgaste das diversas peças de vestuário.

Capitulo 3.

1. Marilina Luz ,Nomes de tecidos em antigas pautas alfandegárias portuguesas (1699-1834) , separata da Rev. Portuguesa de Filologia , vol. XV, tomo I e II, Coimbra, 1968.

2. Basedmo-nos na obra de Bernardo de Jesus Maria Arte e Diccionário do Comércio e Economia Portuguesa, offic. de Domingos Gonçalves , Lisboa, 1784 . A comparação com as informações constantes da Balança do Comércio de 1777 arquivada no A.H.M.O.P. pôde confirmar os dados apresentados por este autor.

Para a conversão das varas em covados recorreremos a Fradesso da Silveira , ob. cit.

3. A.H.M.O.P., Balança Comércio do ano de 1777. São vários os critérios que presidem á elaboração das Balanças Comer-

Notas ao cap. III.

ciais. As dos anos de 1776 ,1783 e 1789 também arquivadas no Ministério das Obras Públicas discriminam em regra entre dois a quatro preços para cada entrada de tecido. Já as séries de 1796 -1825 depositadas no A.N.T.T. , têm um agrupamento mais generalista, chegando a fazer referência numa única rubrica a quatro e cinco tecidos diferentes, e atribuindo um mesmo valor a este conjunto.

4. Segundo Borges de Macedo as condições de resistência da indústria portuguesa devem ser entendidas no contexto de uma geografia de preços que opõe o litoral (e especialmente Lisboa) ao interior. O factor custo de transporte desempenha nesta concepção uma papel estratégico na caracterização da indústria nacional. Problemas de história da indústria , ob. cit. , pp. 131-146.

5. David Justino , A formação do espaço ..., ob.cit. , vol.I, pp.159-66. Segundo este autor a " ... fraca urbanização do país , contrastando com uma ruralidade dominante , permitem-nos compreender o peso dos consumos tradicionais , o generalizado uso do linho e da lã no vestuário corrente que uma organização industrial baseada na produção doméstica e officinal fornece, bem ao gosto pouco exigente e para bolsas mal recheadas. " (pp. 162).

6. Borges de Macedo, Problemas..., ob.cit. , pp. 187 e ss.

7. Jorge Custódio , Introdução à Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa de Acúrsio das Neves, Querco, Lisboa, 1983, pp.51-53.

8. Segundo Albert Silbert, trata-se contudo de uma expansão limitada uma vez que não toca nas técnicas produtivas nem na estrutura social agrícola. Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal oitocentista, Horizonte, Lisboa, 1981 , 3.ed. , pp.41.

3.2. O algodão

9. Bernardo de Jesus Maria , ob. cit. , pp.160-161.

10. Observações sobre os vestidos por varios autores antigos e modernos às quaes se ajuntão as opinioens acerca das obras de lam tecidas como meia por homens grandes e sabios que tem experimentado a sua utilidade, B.N.- Pombalina , 720, fl.192, s/d.

11. Thimotheo Leucassan Verdier , Memórias sobre as fiações de algodão de 3 de Nov. de 1779 , in História de uma Fábrica: a Real Fábrica de Fiação de Tomar , Manuel da Silva Guimarães, Junta Distrital de Santarém , Santarém,1976, doc.10 , pp.220.

12. Jorge Custódio , Introdução..., ob.cit. , pp.52 .

Notas ao cap. III.

13. Ibidem , Ibidem , pp.53.
14. Segundo um relatório de João Cristovão Branco, proprietário de uma fábrica de chitas, existiam em 1821 42 unidades de estamparias e de chitas , 16 das quais localizadas em Lisboa. Citado por J. Custódio, Introdução..., ob.cit., pp.59.
15. Jacome Ratton ,Recordações..., ob.cit. , pp. 92.
16. Borges de Macedo, A situação económica..., ob.cit. , pp.155-160, Lista das fábricas instaladas com participação da Junta do Comércio , durante a sua existência até à reforma por D. Maria I , por ordem alfabética dos géneros fabricados.
17. Marilina Luz , ob. cit. pp. 45-47. O Dicionário de Bluteau publicado no início do século XVIII contém já a recensão de todos estes tecidos.
18. T. Leucassan Verdier, ob. cit. , pp.221.
19. " A urdidura suportando todo o trabalho dos lisos dos Pentes, e da lançadeira deve ser mais forte, e esta he a razão porque antes se empregava , e ainda hoje se emprega em algumas partes fio de linho para urdir, por falta de fio proprio de algodão. " T. Leucassan Verdier, ob. cit. , pp.222.
20. No ano de 1801-1802 , estes tecidos indianos são já objecto de produção da fábrica de Alcobaça. E claro que o mercado de cambraias, fustões, adamascados e meias de algodão vai continuar também a ser explorado. Sobre este assunto ver Notas históricas acerca da primitiva indústria de tecidos de Alcobaça e das estamparias portuguesas de 1755 - 1834 , Jorge Custódio in Lenços e Colchas de Alcobaça, IPPC/Museu de Alcobaça, 1988.
Para uma relação dos vários tecidos indianos importados da Asia ver Pauta que pode servir na Meza dos Quartos da Casa da India com as Avaliaçoens seguintes para por ellas se Riqualhar o Direito, de 1775. Biblioteca da Alfândega, Casa da India, Livro 5 .
21. Jorge Pedreira, Indústria e atraso económico em Portugal, 1800-1825 , tese dact. F.C.S.H./U.N.L. , Lisboa, 1986 , pp.245.
22. Importantes fábricas como a de Torres Novas, Palhavã, Areeiro, Pedrouços e Abrantes , estavam já encerradas em 1802. Note-se que antes desta data, a indústria de fiação de Tomar não havia nunca conseguido produzir fio fino (aparentemente porque o mestre inglês contratado , Weelhouse se recusava) . Verdier, ob. cit, pp.231. Sem esse fio fino (acima do número 70) era impossivel disputar o mercado

Notas ao cap. III.

dos tecidos de algodão de maior qualidade. Sobre este assunto ver Dwight E. Robinson , The importance of Fashions in Taste to Business History : An Introductory Essay, in Business History Review n.37, 1963 , pp. 10-11.

23. J.Pedreira, Indústria e atraso..., ob.cit. , pp.247.

24. Letreiros célebres que se vem escritos nas portas de varias lojas desta capital , vistos, examinados e coligidos por hum taful de luneta, offic. de Simão Thadeo Ferreira , Lisboa, 1806 , n. 44.

25. Recuperação visível na retoma de exportações para o Brasil. No caso das chitas alcançam-se em 1818 as maiores quantidades exportadas durante todo o primeiro quartel do século XIX. Os cortes de saias são o segundo artigo mais importante. J. Pedreira , Indústria e atraso..., ob.cit. , Quadro 3.6.- Exportações de tecidos de algodão das fábricas nacionais para o Brasil. , pp. 441.

26. O paninho cru de algodão representa em 1821-27, 12,2% do conjunto dos tecidos de algodão no património dos grupos com nível de riqueza superior, 20% dos grupos intermédios, 13,6% dos grupos populares e 14,0% dos pobres.

27. Os consumos de paninho de algodão no traje masculino apresentam em 1821-27 os seguintes valores para os quatro agrupamentos considerados:

| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto de te- cidos de algodão |
|----------------|----------------|---|
| gr. super. | \$564 | 12,7% |
| gr. interm. | \$909 | 19,9% |
| gr. popul. | \$389 | 19,5% |
| pobres | \$700 | 42,1% |

Note-se que em 1780-86 este pano não era empregue no vestuário masculino.

28. A partir de 1814 dá-se contudo uma quebra nas exportações de algodão inglês para Portugal , cujo mercado apresenta alguns sinais de saturação. Ainda em 1825 o Contador Geral Mauricio José Teixeira de Moraes, escreve no comentário introdutório da Balança de Pagamentos que "... he tambem

Notas ao cap. III.

inegável que os mercadores de Lisboa e do Porto não podendo dar a muitos dos mesmos artigos [de algodão] aquella extracção que antigamente se proporcionava , reexportando para o Brasil, as vendas se paralizão e as cazas inglezas soffrendo grandes as facilitão expondo a leilões por baixos preços..."

A.N.T.T. , Junta Comércio, do Balança do Commercio de Portugal, 1825.

3.3. O linho.

29. Dentro das formas de sociabilidade ligadas á cultura e trabalho do linho estudadas pela etnografia , têm particular significado as fiadas. Trata-se de serões colectivos em que comparecem as mulheres(e por vezes também os rapazes) com rocas e fusos, para terminar em conjunto o trabalho de fiação de uma determinada quantidade de estrigas ou manelos. Benjamim Enes Pereira cita vários casos de intervenção eclesiástica durante o século XVIII no sentido de reprimir e proibir estas manifestações onde o elemento erótico está por vezes presente.(Travanca , Cinfães, Miranda , Braga). Técnicas de fiação primitiva : as rocas portuguesas, Cader-nos de Etnografia, n.2 , 1967. II série, Barcelos.

30. Henrique Palyart ,Pensamentos sobre os quais Henrique Palyart se julga se deve basear uma petição para pedir se conceda o beneficio dos povos e do comércio, portos francos, etc., Imp. Régia, Lisboa, 1820 . Citado por J. Custódio , Introdução... , ob. cit. , pp. 29.

31.Entremez do velho cismático, offic.Luisiana, Lisboa, 1778.

32. Esta hiearquia tem apenas alcance em termos da produção industrial doméstica de Lisboa. A produção de panos de linho em zonas rurais obedece a uma componente económica mais determinada, podendo inclusivê dirigir-se para o abas-tecimento de mercados mais ou menos proximos.

33. R.Bluteau, Vocabulário..., ob.cit. , vol III.

34. A.N.T.T. , inv. orf. , Maço R31, processo de Roza Joa-quina Esperança.

35. A.H.M.O.P. , Balança do Comércio de 1789. Neste ano são importadas 67 arrobas de linho assedado de Hamburgo e 267 arrobas da Holanda. As Balanças posteriores a 1796 mencionam muitas vezes uma única entrada com a rubrica- importação de "linho em rama e assedado" .

36. Não existem Balanças Comerciais para o ano de 1808 uma vez que nesse ano o movimento do tráfico é mínimo, ou mesmo inexistente. Tal situação fica a dever-se ao ambiente de

Notas ao cap. III.

guerra e ao bloqueio marítimo então em vigor.

37. A.H.M.O.P. , Balanças do Comércio ,1777,1783 e 1789.

O movimento de importações de linho em rama entre 1777 e 1789 é geograficamente marcado pelo deslizar de fronteiras de norte para sul. Em 1777 a cidade do Porto é o principal entreposto na absorção destas matérias primas perdendo doze anos mais tarde essa posição para Lisboa.

38. Os preços unitários de linho em rama por quintal são em 1777 e 1789 , respectivamente de: 8\$720 e 9\$130 réis.

39. Sobre este assunto ver os Mapas Estatísticos sobre a estrutura industrial portuguesa(1815-1820) elaborados por Jorge Pedreira em Indústria e atraso... , ob. cit. , pp.411-430 , aproveitando os inquéritos efectuados pela Junta do Comércio. A nível nacional surgem recenseadas seis fábricas de linho que ocupam entre 6 a 10 operários , e outras seis que têm entre 11 e 25 trabalhadores. Encontram-se todas em laboração na Comarca de Guimarães.

40. Em 130 indivíduos da amostra apenas 6 possuem em casa porções de linho cru, curado ou fiado. Por outro lado, os panos de linho caseiro desaparecem praticamente dos patrimónios de todos os grupos sócio-profissionais, excepção feita aos grupos intermédios onde alguns lençóis continuam a ser feitos deste pano (valor unitário médio de 1\$470 réis).

41. Em 1783 o preço das bretanhas de França é de \$400(vara), e o das bretanhas de Hamburgo \$196(vara). A.H.M.O.P., Balan. Comerc. , 1783.

42. Nas exportações de linho para o Brasil , Bretanhas, Ruões e Holandas são as principais mercadorias estrangeiras que suplantam a produção nacional entre 1799 e 1807.

43. Ver nota 40 do presente capítulo.

44. Os mestres alfaiates que procedem à avaliação e descrição das peças de roupa informam-nos quase sempre sobre o seu estado de conservação. A grelha tipificada empregue recorre a oito parâmetros que vão do "Novo" ao "Danificado". Para as toalhas de Guimarães as observações repartem-se em 1821-27 da seguinte forma :

| | |
|-------------------|---------|
| Novo/Bom uso | - 52,3% |
| Usado/Meio uso | - 38,8% |
| Muito uso | - 8,9% |
| Velho/Muito velho | |
| /Danificado | - 0 |

Poucas toalhas parecem ter sido sujeitas a utilizações diárias; mais de metade encontra-se em bom estado de conservação.

Notas ao cap. III.

45. As holandas começam no século XIX a ser aplicadas acessoriamente na confecção de peças de vestuário , principalmente nas costas de coletes e véstias. Paralelamente, diminui substancialmente o emprego deste pano em camisas, roupinhas, lençóis e travesseiros.

46. As cambraias no primeiro quartel de oitocentos, são apenas utilizadas no fabrico de lenços(para a cabeça , para assoar, para tabaco) , e nos folhos de lençóis , almofadas e travesseiros.

3.4. As sedas e tecidos mistos de seda.

47. José da Silva Ferreira; Novo entremez das mantilhas, offic. de Caetano Ferreira da Costa , Lisboa, 1972.

48. Henry L'Evêque , Costume of Portugal, 1814 , figura n.7, Mulheres que vão à igreja em visitas .

49. Citado por Borges de Macedo, Problemas..., ob.cit., pp.28.

50. José António de Sá, Compendio de Observações que formam o plano de Viagem Política , e Filosófica , que se deve fazer dentro da Patria, offic. de Francisco Borges de Sousa, Lisboa, 1783. (Agradecemos esta referência à Sr.a Maria José Taxinha do Instituto José de Figueiredo).

A decadência da indústria de mantos é um fenómeno que afecta a própria produção de Lisboa. No inventário reformado da Real Manufatura das Sedas , aprovado no ano de 1766, conta-se apenas um único tear para mantos, nos 80 que estão em laboração. Acúrsio das Neves, Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a produção, e manufactura das Sedas em Portugal, Imp. régia, Lisboa, 1827, pp.65-66.

Os guarda-roupas femininos de 1780-86 vieram confirmar as ideias de uma decadência no consumo dos mantos pretos de seda, substituídos já nesta altura por capas e mantilhas das mais diversas cores. Sobre este assunto ver o capítulo 4.2.2.

51. José António de Sá, Compendio..., ob.cit. , pp.219.

52. Acúrsio das Neves ,Noções Históricas..., ob.cit., pp.156.

53. Ibidem,ibidem ,pp. 154.

54. Ibidem, ibidem, pp.308.

55. Ibidem, ibidem, pp.306.

Notas ao cap. III.

56. Acúrsio das Neves, Memória ..., ob.cit., pp.130-31. A tinturaria é mesmo nalguns casos o ponto mais fraco da cadeia produtiva. Os drogues de Portalegre, por exemplo, eram tecidos de lã superiores àqueles que se importavam do estrangeiro faltando-lhes contudo uma boa tinturaria para igualarem os panos de qualidade. Albert Silbert, Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, INIC, Lisboa, 1978, vol.II, pp. 679.

57. Acúrsio das Neves, Noções Históricas..., ob.cit., pp.151-152.

58. Ibidem , ibidem.

59. A oposição entre as frequências de utilização do preto no traje masculino e feminino , no último quartel do século XVIII, foi também assinalada por Daniel Roche nos inventários do povo parisiense. Ver Le peuple de Paris, Aubier Montaigne, Paris, 1981, pp.174-78.

60. José-Gentil da Silva no artigo A situação feminina em Portugal na segunda metade do século XVIII, (in O Marquês de Pombal e o seu tempo, Inst. Hist. das Ideias , F.L.Coimbra, Coimbra, 1982 , pp.143-166) defende a ideia de uma degradação da situação feminina durante os reinados de D.José e D.Maria I. O autor recorre principalmente a depoimentos literários (Bombelles, Beckford , Cavaleiro de Oliveira) fazendo uma análise de casos pontuais pelo que se torna muito duvidoso extrair ilações globais. Só a realização de investigações que partam do princípio estratégico da observação dos comportamentos dentro da célula familiar poderá trazer alguma luz a esta questão. Referencial obrigatório quanto à metodologia de abordagem deste tema é a obra de Patricia Banca, Womem in Europe since 1750 , Blackwell, London, 1978.

61. Ver mais à frente o capítulo 4.2.2.

62. José António de Sá, Compendio..., ob.cit. , pp.217.

63. A superioridade dos azuis ferretes e dos roxos fica em grande parte a dever-se à experiência acumulada na composição da urzela , cujo trabalho constituiu até aos finais do século XVIII uma fase completamente autónoma das outras tarefas da tinturaria. Acúrsio das Neves, Noções Históricas..., ob.cit., pp.153.

64. Num documento de 5 de Junho de 1788 onde se faz o cálculo do custo do valor intrínseco de uma peça de pano dezoceno destinada ao fardamento do exército , verifica-se que as cores mais vivas (carmesins , rosas, laranjas) são também as mais caras, contrastando com o baixo preço industrial dos tons escuros e "neutros" (pretos , azuis claros e amarelos):

Notas ao cap. III.

| | | |
|------------|---|-------|
| branco | - | - |
| ferretes | - | \$110 |
| encarnados | - | \$110 |
| amarelos | - | \$060 |
| pretos | - | \$080 |
| azul claro | - | \$080 |
| verdes | - | \$090 |
| ouro | - | \$100 |
| laranja | - | \$240 |
| rosa | - | \$240 |
| carmesim | - | \$400 |

Citado por Borges de Macedo, Problemas..., ob.cit. , pp.325-33, Apêndice documental , doc. n.33.

65. As mudanças das cores na moda europeia sucedem-se na segunda metade do século XVIII a uma velocidade impressionante:

" In 1753 purple was the in-coulor - " all colours were neglected for that purple: in purple we glowed from the hat to the shoe". In the 1770 the changes were rung even more rapidly- in 1776 " the fashionable dress was laycock satin trimmed with fur". By 1781 "stripes in silk of very rage cambric-muslin" were in by 1785 steel embroidery on dress was all the rage; by 1790 " the fashionable colours were lilac and yellow and brown and pale green". Neil McKendrick , ob. cit. , pp.56.

66. A primeira calandra é mandada construir em 1769 pelos fabricantes do Porto, e , no ano de 1771, Marianna Moureau e seu filho trazem para Lisboa o projecto de instalação de um estabelecimento para dar goma e lustro nas sedas. Acórsio das Neves, Noções Históricas... , ob.cit., pp.157-160.

67. Os lavrados são absolutamente episódicos no vestuário masculino e feminino .

Maior peso estatístico têm as sedas de matiz (isto é, cujos lavores imitam os bordados de matiz) , especialmente nos grupos superiores e intermédios. Apesar de tudo, não chegamos sequer a encontrar a media de uma peça de roupa com esta característica por inventário .

68. Os bordados de ouro e de prata são uma perfeita raridade nos inventários de 1780. Sobre este assunto a consulta da secção de conselhos úteis do Correio Mercantil e Económico éa fornece-nos uma indicação curiosa no número de 23 de Setembro de 1788: Numa pequena coluna publica-se aí o "Segredo para tirar o ouro e a prata dos galões , e sedas , sem ser necessário queimar nem quebrar."

O abandono dos bordados ricos no traje civil,não parece contudo ter banido por completo a sua utilização nas indumentárias festivas e cerimoniais. O relato das festas da cidade de Lisboa de 11-13 de Abril de 1785 , por ocasião do casamento da infanta D. Marianna Vitória, refere por exemplo que os fatos são de "... panno escarlate agaloados de oiro,

Notas ao cap. III.

e as vestias de seda; as librés dos criados , agaloadas de prata...".

Ver Notícia das solennes e magnificas Funçoens com que se celebrou... o Despozorio da Serenissima Infanta Dona Marianna Victória, offic. de Domingos Gonçalves, Lisboa, 1785.

69. Luis Fernando de Carvalho Dias ,Luxo e pragmticas no pensamento económico do séc. XVIII, Rev. da Faculdade de Direito de Coimbra , Maio-Dezembro de 1955, vol. IV, pp.144-45.

70. Ibidem ,ibidem ,pp.115.

71. Segundo Carvalho Dias o pensamento económico do Dezbargador Jozê Vaz de Carvalho antecipa nalguns aspectos o fisiocratismo de Quesnay. Não nos podemos no entanto esquecer que o entusiasmo pela agricultura está ainda marcado por uma forte componente não-económica, que encara o trabalho da terra como um exemplo do trabalho produtivo (útil) em si.

72. Sobre as técnicas tradicionais da fiação e tecelagem da seda, ver a obra de João Ignacio Ferreira Lapa , Technologia Rural, Typ. Real Acad. das Ciências, Lisboa, 1871 , vol III, pp.210-230.

73. António José de Sá na Dissertação Filosófico-Politica sobre o trato das sedas na Comarca de Moncorvo, Lisboa, 1787, pp 130-131 , faz uma apreciação bastante negativa deste utensilio considerando-o desajustado das leis da mecânica e da física, e nada próprio para " tirar dos casulos uma boa seda ".

74. Diz António José de Sá que a seda fiada em Bragança "... ainda não é com perfeição; e em partes se fia muito mal, do que se segue um notavel deterimento para a mesma Fabrica; e por isso semelhante seda não é capaz para setins, tafetas , nem nobrezas; e se gasta ainda muita de Italia para estas manufacturas..." . Compendio..., ob. cit., pp.215.

75. De todos estes tecidos, apenas foi recenseada a posse de umas roupinhas de pinhoela no vestuário da mulher de um negociante durante o periodo de 1780-86. Acrescente-se como nota marginal que "grodete" é o termo português utilizado para traduzir o Gros-de-Tours ,canelado de seda originário de França. No inventário reformado da Real Fábrica (1766) , publicado por Acúrsio das Neves , aparece um tanto extemporaneamente o galicismo "grodetur" . Noções Históricas..., ob.cit. , pp.64-66.

76. Além da conhecida obra de António José de Sá ,Dissertação Filosófico-Politica...,ob. cit. , onde se divulgam as vantagens dos filatórios à piemontesa , Jorge Custódio descobriu também entre a documentação do Ministério do

Notas ao cap. III.

Reino depositada no A.H.M.O.P. uma outra referência, sob a forma de uma carta escrita por um mestre emigrado de Turim, datada de 31 de Julho de 1786. Introdução ..., ob.cit., pp.117.

77. Acúrsio das Neves, Memória..., ob.cit., pp.117.

78. A diferença entre os equipamentos de fiação piemonteses e dos restantes países da Europa era de facto enorme. No entanto, segundo W.English, este factor não é suficiente para explicar a hegemonia absoluta das sedas italianas. O apertado controle exercido pelo governo Piemontês, sobre todos aqueles que estavam envolvidos no processo de produção, parece ter desempenhado igualmente um papel crucial na preservação de uma indústria de qualidade. The textile industry : silk production and manufacture, 1750-1900, in A history of technology, Oxford, vol. IV, pp.309-319.

79. Jorge Custódio, Introdução..., ob.cit., pp.68.

80. Acúrsio das Neves afirmava em 1820 que "... não podemos competir, nem em preço nem em qualidade, com as belas fazendas dos franceses e italianos" Memória..., ob.cit., pp.121.

Portugal importava antes de 1815 chamalotes, nobrezas, veludos, escomilha, luvas, fumos, meias e fitas de seda de Itália, e tafetás, nobrezas, fitas e escomilha de França. Após aquela data, o contrabando, e principalmente o contrabando francês, continua a introduzir manufacturas de seda. Sobre esta situação o comentário do Contador Geral Mauricio José Teixeira de Moraes, é elucidativo: "Não me posso persuadir de que fizéssemos somente Devedores do pequeno Saldo de meyo Milhão, pois não he possível que as cargas de todos os Navios que vierão de França aos diversos Portos do reino, produzissem apenas 898 mil cruzados, quando temos a certeza de que só no Rio de Lisboa entrãrão 19, e muito principalmente vendo o grande uzo que sefaz nesta Capital de mercadorias de facil introducção, e de hum valor imaginario, de grande gosto, e que a moda e o capricho pagão por grandes preços sem consideração." A.N.T.T., Junta do Comércio, Balança do Comércio de Portugal no ano de 1825.

81. A seda em rama importada de Itália pelo porto de Lisboa, custa em 1820-25 menos 13% dos preços médios pagos há quarenta anos atrás (Bal. Comércio de 1777 e 1783).

82. Ver as séries publicadas por J. Pdereira, Indústria e atraso..., ob.cit, pp.434, Exportações de sedas lisas e lavradas das fábricas nacionais para o Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco pelo porto de Lisboa. Há uma quebra de 31,9% entre a média aritmética do período 1800-06 e 1819-25.

83. Nalguns artigos como as colxas e cobertas não chega mesmo a haver decréscimo do número médio de peças, mas sim diminuição do seu preço unitário médio.

Notas ao cap. III.

84. A.H.M.O.P., Junta do Comércio, doc.12. Citado por J.Pedreira, Indústria e atraso, ob.cit. , pp.289.

3.5. As Lãs

85. Borges de Macedo, Problemas..., ob.cit. , especialmente pp.27-36.

86. Ibidem, ibidem, pp.36.

87. Albert Silbert, Le Portugal Méditerranéen..., ob.cit., pp.671-684.

88. O fabrico de silésias na Covilhã era feito á custa de lãs compradas no Alentejo, como nos informa Acúrsio das Neves na Memória..., ob.cit. , pp.131. Também Silbert dá conta destas descidas mais ou menos frequentes de produtores serranos ás feiras de Vila Viçosa e de S.João em Évora , com o objectivo de comprar lã. Le Portugal Méditerranéen..., ob.cit. , vol.II, pp.637-674.

89. Segundo Bernardo Jesus Maria, utilizava-se na Covilhã pelo de cabra (em substituição do pelo de camelo) no fabrico de camelões por este ser mais barato. Ob. cit. , pp.68.

90. João Ignacio Ferreira Lapa, ob.cit., pp.179.

91. Albert Silbert, Le Portugal Méditerranéen..., ob.cit., vol. II, pp.683.

92. Conforme se pode ver pelos quadros abaixo reproduzidos, tanto os brixe como as saragoças não chegam em caso algum, a representar mais de 6% do valor das lãs no traje masculino.

B R I X E S

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|-------------|---------------|--|---------------|--|
| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto dos tecidos de lã | valor médio | percentagem em relação ao conjunto dos tecidos de lã |
| gr. super. | \$500 | 2,5% | \$551 | 4,0% |
| gr. interm. | \$043 | 0,3% | \$335 | 6,7% |
| gr. popul. | 0 | 0 | \$159 | 4,0% |
| pobres | 0 | 0 | \$109 | 3,8% |

Notas ao cap. III.

S A R A G O Ç A S

| | 1 7 8 0 - 8 6 | | 1 8 2 1 - 2 7 | |
|-------------|----------------|---|----------------|---|
| | valor médio | percentagem em relação ao conjunto dos tecidos de lã | valor médio | percentagem em relação ao conjunto dos tecidos de lã |
| gr. super. | 1\$004 | 4,9% | \$239 | 1,7% |
| gr. interm. | \$858 | 5,8% | \$028 | 0,6% |
| gr. popul. | \$125 | 1,2% | \$032 | 0,8% |
| pobres | \$065 | 1,3% | \$045 | 1,6% |

Quanto às barreganas , trata-se de um tecido muito raro em Lisboa, uma verdadeira preciosidade.

Temos de chamar a atenção para o facto de o baixo custo destes panos grosseiros permitir que com pouco dinheiro se compre substancialmente mais pano. Os valores encontrados, apesar de baixos, podem portanto ter alguma repercussão na quantidade de peças de vestuário em uso. Quando falamos do peso dos tecidos grosseiros de lã no consumo lisboeta, referimo-nos assim, mais ao significado económico deste mercado, e menos ao número de artigos efectivamente usados.

93. Albert Silbert, Le Portugal Méditerranéen..., ob.cit., pp.678.

94. Borges de Macedo, Asituação económica..., ob.cit., Apêndice Documental VIII- Listas das fábricas instaladas, pp.155-160.

95. Jácome Ratton, Recordações..., ob.cit. , pp.98.

96. Borges de Macedo, Problemas...,ob.cit. , pp.224.

97. A.Silbert ,Le Portugal Méditerranéen..., ob. cit., pp.678.

98. A percentagem dos droquetes e dos droquetes-rei varia em 1780-86, entre os 17,7% dos tecidos de lã (mínimo alcançado nos grupos intermédios) e os 31% (nos grupos superiores). Na amostra de 1821-27 , as percentagens máximas e mínimas

Notas ao cap. III.

descem para o intervalo de 6-12% .

Pela primeira vez no ano de 1789 Portugal importou além dos usuais droquetes de Inglaterra , uma avultada quantidade de droquete-castor de França. Contudo, este movimento não teve continuidade nos anos seguintes, e durante o século XIX a Inglaterra irá ser a única fornecedora.

99. Borges de Macedo, Problemas..., ob. cit. , pp.225.

100. "Transferências " tem um duplo sentido neste contexto. A importação de tecnologias é simultaneamente no caso português importação de maquinismos e de quadros técnicos especializados. Nomes como os de Whellhouse na Fábrica de Tomar, os Arnauds na indústria de seda de Trás-os-Montes , o tintureiro Larcher na Fábrica de Portalegre , e outros , ficaram irremediavelmente ligados à história da manufactura portuguesa.

101. As posições industrialistas de Ratton encontram-se num texto que lhe é atribuído , a Demonstração das grandes utilidades que devem resultar a todos aquelles que emprehenderem a fiacção e tecelagem de algodão em Portugal, offic. Tip. Régia Lisboa, 1795. Além dos autores citados J. Pedreira chama também a atenção para as posições de Manuel Luis da Veiga , cuja opção pelo desenvolvimento manufactureiro surge caldeada "... num pragmatismo que atende às circunstâncias peculiares de cada país. " Agrarismo, industrialismo, liberalismo, algumas notas sobre o pensamento económico português (1780-1820), in Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal, AAVV, D.Quixote, Lisboa, 1988, pp.73-74.

102. Joaquim José Rodrigues de Brito , Memória Politicas sobre as verdadeiras bases da grandeza das Nações , Principalmente Portugal, Imp. Régia, Lisboa, 1803-05, tomo I e II.

103. Borges de Macedo, Problemas..., ob.cit. , pp.222.

104. Vitorino Magalhães Godinho , Prix et Monnaies..., ob. cit. , pp.260-61.

105. No primeiro quartel do século XIX a quebra nos preços unitários por covado (tomando como referência as manufacturas nacionais exportadas para o Brasil) é mais profunda do que a flutuação cíclica de 1808/09-1826.. No primeiro caso, estamos perante uma tendência irreversível derivada da revolução industrial. No segundo, perante um intervalo cíclico de baixa dos preços.

106. Sobre o impacto do higienismo ver J.Crespo , A economia do corpo..., ob.cit. , vol. II. , muito especialmente pp. 696 e seguintes.

109. A oposição entre utilizações "tradicionalistas" e "racionais" do status e da riqueza foi um tema desenvolvido

Notas ao cap. IV.

por E.A. Wrigley num conhecido artigo : A simple model of London's importance in changing English society and economy; 1650-1750, publicado na revista Past and Present , XXXVII, 1967, pp. 40-70, e mais tarde compilado no volume People, Cities and Wealth, Blackwell, Oxford, 1987, pp.133-156.

110 . Ver mais atrás capítulo 1.1.

Capítulo 4.

4.1. O consumo de tempo.

1. Ferdinand Braudel; Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme XVe -XVIIe siècles, Armand Colin, Paris, 1979, tomo I, pp.271-275.

2. Ibidem, ibidem, pp.276. O conceito contemporâneo de moda identifica-se com a ideia de estar a passo da actualidade: "C'est question de jour, de heure " - Diz Braudel.

3. Sobre a dinâmica da implantação da sociedade de consumo ver a interessante obra de Neil McKendrick , John Brewer e J.H.Plumb The birth of a consumer society; The commercializations of eighteenth century England, Europa, London, 1982.

4. A expressão "condensação do tempo" foi empregue por Werner Sombart, ob. cit. , pp.99. para caracterizar a tomada de consciência do tempo que se liga às novas condições nascidas com a revolução industrial.

5. Bento Alves Coutinho; Nova palestra que teve um velho camponês por nome Trifónio, offic. de Filipe Silva e Azevedo, Lisboa, 1783.

6. Ibidem, ibidem , pp.6

7. Para alguns autores como Jean Baudrillard "... a função fundamental da circulação regulada de objectos e de bens é de assegurar determinado tipo de comunicação ". A sociedade do consumo, ed. 70 , Lisboa, 1981, pp. 89-90.

Este ênfase no aspecto da comunicação recíproca , e do consumo como aquisição de materiais de troca social, leva-o a considerar que "a permuta das diferenças sela a integração no grupo" (pp.107). Baudrillard comunga assim de uma concepção de consumo em termos meramente integradores , baseada no pressuposto teórico de que a própria estrutura social é um sistema funcionalmente integrado, suspenso no seu equilíbrio por determinados processos recorrentes , um dos quais seria certamente a linguagem de troca de signos distintivos (ou, na sociedade contemporânea, de diferenças codificadas).

Se existe uma "economia de troca dos olhares", se o

Notas ao cap. IV.

consumo de bens e de serviços pode ser compreendido do ponto de vista analógico das estruturas da linguagem, nada nos garante apriori, que os signos de uma tal linguagem sejam arbitrariamente fixados pelo sistema (preenchendo assim uma função predominantemente integradora na vida social dos indivíduos), sem poderem ser objecto de apropriações individuais ou de recriações colectivas de sentido.

8. Um retrato completo das actividades de uma assembleia de gente distinta pode encontrar-se em Carl Israel Ruders, ob.cit., pp.58.

9. Teófilo Braga retratou-nos nos seguintes termos as Assembleias passadas em casa de António Pedro Correia Garção:

" Oficiais de artilharia e engenharia entraram na intimidade de Garção pela vivacidade do seu espirito culto, ao corrente do movimento político e intelectual da Europa. A Fonte Santa era um éden para esses oficiais como Mardel, Bac Bean, Weinhotlz, nos belos salões de inverno, à luz azulada e cariciosa dos ponches. A galantaria entre as damas não era um retraimento desconfiado e temeroso das tentações da carne, mas essa coisa delicada e confiante do flirt, tão diferente do coquetismo. Nos versos de Garção ficaram os deliciosos quadros desta sociabilidade distinta e íntima, em um ambiente de alegria moral. A música principalmente de Domenico Scarlatti dava um tom de corte às reuniões; mas os versos tinham uma preferência excepcional para a adulação enfática das festanças".

História da Literatura Portuguesa, Imp. Nacional, Vila da Maia, 1984, vol. IV - Os Arcâdes, pp.157.

10. "Ir a uma função", é uma expressão bastante empregue neste período, e que designa a deslocação de uma pessoa a um local público de convívio - assembleia, tourada, festa, teatro. O termo "função" é já de si bastante expressivo, pois traduz de alguma forma a crescente encenação e formalização dos espaços de sociabilidade.

11. Ver por exemplo Novo Entremez intitulado casquilharia por força, offic. de Domingos Gonçalves, Lisboa, 1781.

12. Pedro António Avondano, cidadão de Génova e pai de Pedro António Avondano, emigra aos 19 anos para Lisboa, chegando "...a esta corte em trages de Marinheiro de Sua patria (...) ocupandosse depois em concertar instrumentos pelo preço que se ajustava." . A.N.T.T. Habilitações à Ordem de Cristo, Letra P, Maço 6, n.2, processo de 11 de Janeiro de 1768.

13. E como "compositor de música" que os colectores da décima descrevem Pedro António Avondano em 1781. A.T.C., Décima de Arruamentos da freg. da Encarnação, Maço 397, Rua Direita do Loureto.

14. A.N.T.T., inv.orf., Maço P19, processo de Pedro Antó-

Notas ao cap. IV.

nio Avondano.

15. Ibidem, ibidem.

16. A.N.T.T. , Habilitações à Ordem de Cristo, Letra P, maço 6 , n. 2.

17. Pintura do sexo bello... as damas virtuosas, Régia Oficina Typografica,Lisboa, 1774.

18. Pierre Bourdieu ,La distinction: Critique social du jugement,Minuit, Paris, 1979, pp.250.

19. Pintura do sexo... as damas virtuosas,ob.cit.

20. Mário Costa, Danças e dançarinos de Lisboa, C.M.L., Lisboa,1962 , pp.293-294.

21. Nova Relaçam da Pragmatica da Secia contra todas as Franças e casquilhos, s/d.

22. Mário Costa , ob. cit. , pp. 295.

23. Citado por Mário Costa , ob.cit. ,pp.293-294

24. Ibidem , ibidem.

25. Thorstein Veblen , The theory of the leisure class, Sentry Press, New York, (1899) 1975 , pp.35-67.

Vários autores se debruçaram sobre o interesse dos modelos veblenianos na caracterização das sociedades ocidentais de setecentos. Entre esses trabalhos , destacamos The theory of conspicuous consumption in the 18th century de Gordon Vichert , in The Varied Pattern , Peter Hughes e David Williams (org) , Toronto,1971 , pp.253-267 , e Neil Mcken-drick, ob. cit.

26. "Vive nobremente" ou "vive com toda a nobreza" , são expressões utilizadas frequentemente pelos inquiridores nomeados pelas Ordens militares, sempre que estes confirmam que um determinado candidato possui as qualidades exigidas para a concessão de hábito e tença. Ver mais atrás - capítulo 1.2.3.

27. Pierre Bordieu insistiu na caracterização do fenómeno de consumo como um tecido de relações sociais determinadas por actos de apropriação. Todo o consumo pressupõe desta forma, não uma actividade social"livre" , mas uma actividade social condicionada pela posse de instrumentos de apropriação . Por outras palavras, os sistemas de competências e de disposições sociais que regulam o acesso às diferentes categorias de bens e serviços não se encontram universalmente distribuídos.

La distinction..., ob. cit. , pp.250 e ss.

Notas ao cap. IV.

28. Queremos com isto dizer, que a escala de prestígio derivada da ostentação do lazer é uma escala cromática, e não um escala de apenas dois tons como Veblen pensava. A concepção sociológica deste autor opunha em larga medida a "leisure class", isto é, a classe social que monopoliza o lazer, a todos os outros grupos sociais, desprovidos de meios de ostentação e de ociosidade. De Maurice Halbwachs a Pitirim Sorokin, vários foram os sociólogos que criticaram a fragilidade deste critério para uma delimitação rigorosa dos agrupamentos que dão pelo nome de classes sociais. Uma síntese destes debates encontra-se na obra de Georges Gurvitch Etudes sur les classes sociales, Gonthier, Paris, 1966, especialmente pp. 171-172 e 194-195.

29. Norbert Elias, Über den Prozess der zivization, trad. francesa - La Civilisation des Moeurs, Calman Levy, Paris, (1939) 1973, tomo 1, pp.167.

30. Jozé Verissimo Alvares da Silva; Memoria das verdadeiras cauzas porque o Luxo tem sido nocivo aos Portuquezes, in Memórias Económicas da Academia das Ciências, offic. da Ac. Real das Ciências, Lisboa, 1789, tomo I, pp.209.

31. José Augusto França, Burquesia Pombalina, nobreza..., ob. cit., pp. 22.

32. O café de Marcos Filipe, e o café do Casaca, são os únicos que alcançam uma certa notoriedade durante o reinado de D.José I. Sobre este assunto ver Lisboa desaparecida, de Marina Tavares Dias, ed. Químera, Lisboa, 1987, 3.edição, pp.70.

33. A investigação rigorosa sobre o café, as suas clientelas, e os seus ritmos de implantação na morfologia da cidade está ainda por fazer. Os dados disponíveis apontam para que na década de 80 do século XVIII se tenha dado um salto em frente com a abertura de novos espaços. No entanto, há que ter em linha de conta, que a informação documental se tem baseado no estudo dos Arquivos da Intendencia da Policia (e muito secundariamente em noticias dispersas da imprensa), cujo horizonte temporal cobre precisamente o período posterior a 1780. A referência a um café após aquela data tem portanto um valor essencialmente aproximativo em relação à data da sua provável abertura.

34. Pinto de Carvalho (Tinop), Lisboa de outros tempos, Parceria de António Maria Pereira, Lisboa, 1899, vol. II - os Cafés, e Marina Tavares Dias, ob.cit., pp.69-75.

35. Gustavo de Matos Sequeira, Relação de vários casos notáveis e curiosos, Imp. Univ. Coimbra, Coimbra, 1925, pp. 65. Matos Sequeira baseia-se na obra Letireiros célebres que se vêem..., já citada neste trabalho, e na Colleccão de letireiros célebres que se acham escritos em cima das portas

Notas ao cap. IV.

de várias lojas..., offic. de João Procópio Correia da Silva, Lisboa, 1806.

36. Pinto de Carvalho (Tinop) , ob. cit. , pp.28-29 e 35.

37. A.N.T.T. , inv. orf., Maço P19, processo de Maria Paschoa.

38. Ibidem, ibidem.

39. A.N.T.T. , inv. orf. , Maço M216, processo de Maria Brizida Maurência , piemontesa.

40. Pinto de Carvalho (Tinop), ob.cit. , pp.118.

41. Ibidem, ibidem ,pp.27.

42. Os cafés do antigo regime têm sido retratados como locais de confluência de "marginais" (jacobinos , jogadores ociosos). Esta caracterização surge como reflexo directo das fontes documentais utilizadas - os Arquivos da Polícia. Tomando a árvore pela floresta , o historiador tende a ver nas denúncias, rusgas e incidentes, o próprio dia-a-dia do café.

Procurámos demonstrar que, colocando a questão de um outro ponto de vista - o da cultura material e decoração interior destes estabecimentos - é possível avançar hipóteses diferentes quanto às funções e características sociais dos cafés.

43. Jorge Crespo , Os jogos de fortuna e azar em Lisboa em fins do antigo regime, in Revista de História Económica e Social, n. 8 , Julh-Dez. de 1981 , pp.91.

44. Jorge Crespo, Os jogos de fortuna..., ob. cit. , pp.83.

45. Dezenqano do Mundo desprezo da valdade, offic. de Ignacio Nogueira Xisto , Lisboa ,s/d.

46. Carta de Maximas e Concelhos que mandou hum pay a seu filho, offic. de Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1771.

47. A crítica do discurso da economia clássica, que procura transformar numa variável a "satisfação das necessidades básicas" , opondo consumos funcionais e disfuncionais (necessidade e luxo) , pode encontrar-se em Jean Baudrillard , ob. cit. pp. 76-86.

48. Maria Manuela Pereira Guedes , Uma corrente de opinião setecentista, in Boletim do Arquivo Histórico Militar , Lisboa, 1984, vol 52 . pp.14-131. Segundo nota a autora na introdução ao texto , a hipótese da sua atribuição ao francês Ange Goudar e ao próprio Marquês de Pombal têm sido levantadas, sem que exista ainda uma investigação definitiva quanto a este problema.

Notas ao cap. IV.

O documento em análise é transcrito de um códice do Arquivo Histórico Ultramarino, havendo um exemplar semelhante no A.N.T.T. (incluído no tomo I das obras do Marquês de Pombal), e ainda uma outra cópia na Academia das Ciências.

49. Maria Manuela Pereira Guedes, ob. cit., pp.92-93, fl.40v/41.

50. Seguimos aqui o programa vebleniano de interpretação sociológica da criadagem. Para uma discussão histórica dos seus conteúdos ver Neil McKendrick, ob. cit., e J.Jean Hecht, The domestic Servant in Eighteenth Century England, Routledge & Kegan Paul, London, (1956) 1980, 2.ed.

51. Borges de Macedo, Problemas..., ob.cit., pp.110.

52. Por muito impressionantes que estes números possam parecer, eles não destoam no entanto da realidade europeia. No século XVIII em Inglaterra, o Duque de Somerset empregava 42 criados ao seu serviço (1753), Lord Stormont tinha só em domésticos do sexo masculino 90 indivíduos, o Duque de Newcastle e de Claermont 30, o mesmo número que Lord Hardwicke, etc. J.J. Hecht, ob. cit., pp.5.

53. Sobre o papel dos criados na representação do poder das personagens de primeira graduação intervenientes no cortejo, ver Notícia das solennes e magnificas Funçoens..., ob. cit.

54. Correio Mercantil e Económico de Portugal, n.7, de 28 de Abril de 1789.

55. Baseado nas décimas da cidade de Lisboa. (ver relação incluída na bibliografia). Não estão contemplados nesta listagem os salários dos criados dos conventos, sensivelmente mais baixos do que os dos criados de servir, nem os trabalhadores co-residentes em pequenas unidades industriais e comerciais, também designados nas fontes por "criados" ou "moços".

56. Nas dadas testamentárias a parte que cabe aos criados de escada abaixo é geralmente maior. O provedor da Alfândega de Lisboa deixa-lhes 6\$400 de legado, e apenas 1\$200 aos criados de escada acima. A.N.T.T., inv. orf., Maço M189, processo de Manuel de Oliveira e Abreu.

57. Borges de Macedo, Problemas..., ob. cit. pp.87-88. O autor não esclarece se neste número estão contabilizados os criados de El-Rei que constituem também um importante núcleo de domésticos.

58. Alvaro Ferreira da Silva, Família e trabalho doméstico no hinterland de Lisboa: Oeiras 1763-1810, in Análise Social, vol. XXIII (97), 1983-3, pp.535.

59. Muito especialmente nas décimas da freguesia de

Notas ao cap. IV.

S. José (1780) e de St. Estevão de Alfama (1779-80), os arroladores do imposto dão mostras de um grande rigor na separação dos domésticos - sempre referidos como "criados de servir" - dos restantes trabalhadores co-residentes. A.T.C., décimas citadas.

60. Os salários dos "criados" de estabelecimentos industriais e comerciais oscilam entre 9\$600 (mínimo) e 14\$400 (máximo).

61. O termo "moço" é especialmente empregue para designar a força de trabalho das lojas de padaria, tabernas, casas de povo, casas de pasto e olarias, substituindo neste tipo de estabelecimentos o "criado".

62. Esta ideia foi confirmada por Alvaro Ferreira da Silva para os criados de soldada da atea de Oeiras, através da consulta e cruzamento nominativo das décimas com os róis de confessado. Segundo aquele autor, a idade dos "criados" está compreendida entre os 7 e os 13 anos. Ob.cit., pp.541.

63. A.N.T.T., inv. orf., Maço F32, processo de Francisca Maria da Conselheira.

64. Sobre este tema na literatura de cordel ver por exemplo: Dezenqano de ciosos, ou palestra que fazem as senhoras mulheres em dia de entrudo, offic. de Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1761, e Entremez da assembleia do isque, offic. de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1770.

65. A.N.T.T., Intendência Geral da Policia- Secretarias, Livro III, fl. 206, correspondência de 9 de Dezembro de 1785.

66. Correio Mercantil e Económico de Portugal, n.38, de 16 de Setembro de 1788.

67. A interpretação da criadagem doméstica como um importante nexó cultural na comunidade foi desenvolvida por J.J. Hecht, na senda das propostas de Thorstein Veblen. Ob.cit., pp.200-228.

68. A.N.T.T., inv. orf., Maço C27, processo da Condessa do Redondo D. Maria Antónia de Menezes (sublinhado nosso). Procedimentos idênticos foram encontrados nos inventários de D. Maria Barbosa, mulher de um oficial do Conselho da Fazenda, D. Rita Mouron, mulher de um negociante, D. Clara Barbosa Pedra, também mulher de um negociante.

69. Até meados do século XVIII, o serviço a um título de primeira nobreza podia prenunciar uma carreira auspiciosa noutros domínios. Várias Leis e Regimentos irão opôr-se à colocação de criados em postos oficiais de uma certa importância pelos antigos senhores: é o caso do Regimento dos Almotacés de Lisboa de 5 de Setembro de 1761, parágrafo 3,

Notas ao cap. IV.

que proíbe o exercício deste cargo aos criados dos Fidalgos, e do decreto de 3 de Setembro de 1679 que interdita o provimento dos criados dos Dezembaradores em officios. A maior prerrogativa dos domésticos que trabalham em casas de Fidalgos e Ministros consiste, porém, na isenção de recrutamento. Para tal é necessário que o serviço seja um "serviço quotidiano" com "razão e salário" - Alvará de 24 de Fevereiro de 1764, parágrafo 20.

70. A.N.T.T., inv.orf. , maço M81 , processo de Manoel de Oliveira Velho.

71. A.N.T.T. , inv. orf., maço M247 , processo de Matheus Viçente de Oliveira.

72. Na amostra de inventários recolhida para o período de 1821-27, já não é possível encontrar nenhum escravo dentro dos espaços familiares.

73. Caetano Beirão ,D.Maria I, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1944, 3 ed. , pp.308-09.

Roubert Southey durante a sua estadia em Lisboa no ano de 1800, cita este acontecimento dando-lhe contudo um grande grau de generalidade. Journal of a Residence in Portugal 1800-01, Clarendon Press, Oxford, 1960, pp.111.

Um retrato da escrava D.Rosa pode ser encontrado no livro de Alvaro Neves, Noticia dos quadros e esculturas existentes na Academia das Ciências em 1834 e 1907 , Imp. Univ. Coimbra, Coimbra, 1918.

74. Um exemplo de tentativas de definir conceptualmente o conceito de luxo, e que acabam por cair na opposição entre necessidades básicas e luxo , pode encontra-se na obra de Werner Sombart, Lujo y Capitalismo, ob. cit. , e no artigo de H. Leibenstein Bamdwagon, Snob, and Veblen effects in the theory of consumer's demand, in Quaterly Journal of Economics, n.2., Maio de 1950, Vol.LXIV, pp.227-307.

4.2. O consumo de objectos

4.2.1. As peças de ouro e prata.

75. A.N.T.T. , inv. orf. , maço M373 , processo de Manoel António Pereira.

76. Beckford refere na sua deslocação a casa do marquês de Marialva em 30 de Maio de 1787 que : " Tudo quanto o marquês faz é sacudir um grande relógio de repetição muito bem gravado, que acaba de receber de Paris.

Notas ao cap. IV.

Diário de William Beckford em Portugal e Espanha, Bibl. Nacional, Lisboa, 1983, 2.ed., pp.105.

77. A disciplina do trabalho industrial, e a instalação de redes ferroviárias são os dois factores considerados decisivos para a emergência da representação colectiva de um tempo rigorosamente quantificado. Ver Krystof Pomian L'ordre du temps, Gallimard, Paris, 1984, pp.268-273, e Jacques Attali, Histoires du temps, Fayard, Paris, 1982, pp.201-213.

78. O carácter essencialmente emulativo e ostentatório da difusão do relógio foi sublinhado por E.P.Thompson no artigo Time, work-discipline and industrial capitalism, in Past and Present, n.38, 1967, pp.56-97.

79. Nos inventários de um oficial da secretaria do ultramar e de um latoeiro encontramos cadeias para relógios não havendo nenhuns vestígios quanto à posse de relógios de algibeira propriamente ditos.

Também o viajante James Murphy, ao descrever o traje domingueiro de um cabeleireiro repara no espadim e nos dois relógios que ele traz, acrescentando, com alguma perspicácia, não saber ao certo se seriam dois relógios ou apenas as cadeias.

Travels in Portugal, A. Strahman, London, 1795, pp.202.

80. Os coeficientes de correlação entre o somatórios dos valores dos artigos de ouro e prata, e os totais de fortuna patrimonial são os seguintes:

| | | |
|--------------------|---|-------|
| caixas para tabaco | - | .740 |
| anéis | - | .650 |
| hábitos | - | .522 |
| colares | - | .560 |
| fivelas de sapatos | - | .464 |
| relógios | - | .428 |
| botões de pulso | - | .405 |
| brincos | - | .390 |
| pulseiras | - | .200 |
| espadins | - | .162 |
| esporas | - | .114 |
| rozários | - | -.011 |

81. Dezenqano do Mundo para os Peraltas esbandalhados, offic. de António Gomes, Lisboa, 1791, sublinhado nosso.

82. Arlindo Manuel Caldeira, Introdução e divulgação do uso do tabaco em Portugal, in História, n.15, Janeiro 1980 pp.62-67.

83. Sobre este aspecto ver a relação de consumos no tempo publicada no anexo documental, capítulo 6.1., onde se encontram as despesas de um caixeiro. O tabaco tem uma frequência de gastos mensais, e chegam a aparecer duas

Notas ao cap. IV.

despesas no mesmo mês dentro desta rubrica.

84. Arlindo Manuel Caldeira, ob. cit., pp.66.

85. Jorge Custódio, Notas históricas acerca da primitiva indústria..., ob. cit., pp.58.

86. Borges de Macedo, A situação económica..., ob.cit. , pp.161, doc.VII do Apêndice Documental- Movimento do mercado do tabaco na época pombalina.

87. Efectivamente só no vestuário masculino é que se encontram os lenços tabaqueiros. Não sabemos porém se na intimidade as mulheres experimentavam ou não o mascar. O rapé, esse sim, era já um vício de sociedade. Uma história narrada por Link, um dos viajantes mais atentos à realidade portuguesa, lança alguma luz sobre este ponto. Conta o autor que numa das excursões botânicas que efectuou pelos arredores de Lisboa, foi interpelado por uma mulher, tendo esta pedido a Link para lhe dar tabaco. Como o famoso viajante não tinha tal vício, a mulher replica: " Estou desesperada! ".

Voyage au Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799, Levrault Schoell, Paris, 1805, pp.267 (trad. francesa).

88. H. L'Evêque, ob. cit. , figura 17 "Elegant du menu peuple."

89. Anne Buck, ob. cit. , pp.88.

90. Alvará de 21 de Abril de 1751, capítulo XIV.

91. Na Carta que escreveu hum filho a seu pai, em resposta a outra; Em que se descreve o ridiculo traje dos peraltas, offic. de Caetano Ferreira da Costa, Lisboa, 1771, parte primeira, afirma-se que os peraltas "... são obrigados a uzar d'hum Espadim ou Florete de duas argolas ". Este é um dos traços que distingue " aquelles que pella dissolução da sua vida, altivez do seu trato, extravagancia do traje se fazem a todos reparaveis; Aquelles que em outro tempo tiveram as denominações de casquilhos, Bandalhos, Peralvilhos, etc. ".

92. O preço nominal mínimo pelo qual um par de sapatos é avaliado nos inventários é de \$120 réis.

93. Na amostra de 1821-27, a percentagem de inventários em que existe a declaração de artigos de calçado é de 34% nos guarda-roupas masculinos e 28,5% nos guarda-roupas femininos.

94. Alguns sapatos são descritos pelos avaliadores como "engraxados". Além da pele de bezerro, claramente dominante, surgem também nos inventários do século XIX, botas de camurça.

Notas ao cap. IV.

95. No Entremez do barbeiro pobre, offic. de Francisco Borges de Sousa, Lisboa, 1769, duas regateiras da Ribeira são apresentadas em tamancos de madeira. Também Carl Israel Ruders, durante a sua estadia na capital, teve oportunidade de observar a grande utilização deste artigo entre a população da cidade. Ob. cit. , pp. 26.

96. Carl Israel Ruders, ob.cit. ,pp.28.

97. J. Murphy, ob. cit.

98. Rev. William Bradford , Revue historique et chronologique des evenements memorables de la guerre dans la Peninsule, Printed for John Booth, London, 1813.

99. Henry L'Evêque, ob. cit.

100. Uma única excepção é a da aguarela da penitente de Lisboa , inserida no livro de L'Evêque. Ela está descalça por motivos que têm naturalmente a ver com o seu papel de penitente.

101. Ver por exemplo o camponês de Torres Vedras retratado no livro de Bradford , ou a aguarela da camponesa do Minho pintada na obra de Henry L'Evêque.

102. Colecção de Estampas intituladas Ruas de Lisboa, Lisboa, 1826, 2. ed. , n. I,II,III,IV,V,VI, (30 gravuras). Esta série de imagens tem uma primeira impressão em 1820, sendo posteriormente reimpressa em 1826,1830, e em data indeterminada, com alteração e introdução de novas gravuras. O número máximo de imagens que esta série chegou a atingir foi de 30.

103. Ver apêndice documental - capítulo 6 , documentos relativos a Manoel Gomes Barroso e ao orfão de Maria Cândida.

104. Está ainda muito pouco estudado o perfil social dos autores de cordel, bem como o público destinatário destes textos no século XVIII. Um importante contributo para este tema encontra-se na obra de Albino Forjaz de Sampaio Teatro de Cordel, Imp. Nacional, Lisboa, 1820.

4.2.2. O guarda-roupa.

105. Ch. François Dumoriez, Etat present du royaume du Portugal, François Grasset, Lausanne, 1775, pp.174.

106. Em Inglaterra e em França , os parentes afastados do capote são o sobretudo e o redingote , cuja utilização estava essencialmente limitada ao traje de viagem. A partir

Notas ao cap. IV.

do século XIX aumenta no entanto a sua utilização. O novo redingote é então uma vestimenta cruzada , com duas séries de botões na parte da frente, e forrada. Ver François Boucher , Histoire du Costume, Flammarion, Paris , 1965, pp.343.

107. A descendência da toga romana é , por exemplo, atribuída por William Bradford ao capote, ob.cit. , pp.10.

108. J. Barette, ob. cit. , pp.184 , e também Sir John Moore, Letters from Portugal and Spain, Longman, London, pp.78, e ainda C. Israel Ruders, ob. cit., pp.27-28.

109. Uma das mais interessantes fontes para o estudo do vestuário setecentista são os manuscritos das peças de teatro de Manuel de Figueiredo depositadas na Biblioteca Nacional, Res. cód. 4777 e seguintes. Teófilo Braga foi o primeiro autor a chamar a atenção para a minuciosa apresentação dos elementos do traje , e também do mobiliário nos diversos actos dramáticos.

Numa comédia datada de 30 de Novembro de 1773 - Os Sécias- o autor dá-nos a descrição de um personagem (um poeta) nos seguintes termos: " A equipagem seja hã Cabelleira formada de casca de côco em camisa com as mangas arregaçadas , meias brancas, e chinellos , hum capote velho e curto por cima ". Sublinhado nosso.

110 J.J. Gomes de Brito , Ruas de Lisboa, Sá da Costa, Lisboa, 1935 , 1. vol., pp. 239 e ss. Para a compreensão do que era o Passeio Público nesta altura, as páginas de Jácome Ratton nas Recordações continuam a ser o testemunho mais interessante. Ob. cit., pp.229-231.

111. Na carta escrita por Carl Israel Ruders em Lisboa, a 27 de Fevereiro de 1800 , pode ler-se: " Neste Inverno os "spencers" da moda - paletós curtos que os homens usam sobre as casacas - não eram suficientes para os rigores da estação. Protegem decerto contra o frio que um dia ou outro aqui se faz sentir, mas como os tecidos em geral não são "dêcatis" , os "spencers" tornam-se impróprios para tempo de chuva.

Foi necessário por isso empregar, embora a contra vontade longos capotes como a gente do povo , ou sobretudo de pano..." Ob. cit. , pp.120.

112.Carta que escreveu um filho a seu Pai em resposta..., ob.cit.

113. Londres foi na segunda metade do século XVIII o principal laboratório da moda masculina. A partir de 1800 os calções , já com pleno comprimento, começam a ser utilizados por dentro das botas. Anne Buck , assinala o lado prático e conveniente desta modificação, que vem facilitar os movimentos àqueles que andam a cavalo. Na senda desta ideia, a autora levanta mesmo a questão da influência das

Notas ao cap. IV.

artes equestres no desenvolvimento e aprofundamento da moda masculina; a importância do cavalo em Londres teria sido um dos factores que mais contribuiu para a evolução do traje. Ob. cit , especialmente pp. 21-31.

114. Ver as gravuras reproduzidas no livro de Henry L'Evêque (1814) , e na colecção de estampas Ruas de Lisboa (edição de 1820). O uso de calças e de calções compridos que terminam dentro das botas caracteriza a maior parte das figuras representadas.

115. É a partir de 1810 que as calças em Inglaterra começam a ficar suficientemente largas, passando a ser usadas já não por dentro das botas, mas totalmente expostas ao exterior. Nos anos seguintes, as calças tornam-se justas e apertadas. Os calções continuam entretanto a ser vestidos , não obstante esta evolução , e só em 1830 desaparecem por completo de moda. A cronologia da difusão das calças em Paris é praticamente homóloga à de Londres. Anne Buck, ob. cit. , pp.21 e Carl Köhler , A history of costume, Dover Publications, New York, (1928) 1963, pp.388.

116. A. Gomes da Rocha Madahil , Trajos e Costumes populares portugueses do século XIX em litografias de Joubert, Macphail e Palhares , Ed. Panorama ,Lisboa/Porto, 1968. Algumas outras gravuras estão também reproduzidas na obra de Alberto de Sousa, O traje popular em Portugal, séc. XVIII e XIX, Soc. Nacional de Tipografia, Lisboa, 1924.

117. O consumo de coletes de linho e de algodão aumenta significativamente como se pode constatar do quadro abaixo transcrito:

| | grupos superiores | | grupos intermédios | | grupos populares | | pobres | |
|----------------|-------------------|-------------|--------------------|-------------|------------------|-------------|--------------|-------------|
| | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. |
| 1780- -1786 | 2,3 | \$169 | 1,3 | \$332 | 0,4 | \$168 | 0,6 | \$110 |
| 1821- -1827 | 7,7 | \$381 | 5,7 | \$266 | 3,0 | \$319 | 2,3 | \$302 |

118. Os dados relativos ao consumo de meias de seda são os seguintes:

Notas ao cap. IV.

| | grupos superiores | | grupos intermédios | | grupos populares | | pobres | |
|----------------|-------------------|-------------|--------------------|-------------|------------------|-------------|--------------|-------------|
| | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. | quant. média | preço unit. |
| 1780- -1786 | 3,5 | 1\$080 | 1,7 | \$807 | 0,6 | \$883 | 0,1 | \$220 |
| 1821- -1827 | 1,9 | \$496 | 0,7 | \$215 | 0,2 | \$350 | 0,0 | \$000 |

119. Philippe Perrot, Pour une généalogie de l'aust rit  des apparences, in Communications, n. 46., 1987, pp.157-180.

120. Manuel Lobo da Costa Simões , O fatinho de ver o rei, in Diário de Noticias de 30 de Março de 1986.

121. Philippe Perrot, ob.cit. ,pp.158.

122. J. Crespo, A economia do corpo..., ob.cit., pp.705.

123. " A identificação da mulher com a ociosidade era um artifício h bilmente encontrado para se advertirem os homens sobre os riscos do feminino , mas continha , além disso , a evidente condenação de práticas de vida da nobreza e das áreas sociais mais privilegiadas. " Ibidem , ibidem, pp.704.

124. Citado por Francisco Câncio , Lisboa no tempo do Passeio Público , Imp. Barreiro , Lisboa, 1962, vol.1, pp.98.

125. Fr. José de S. Cyrillo Carneiro, Carta e resposta sobre o odio dos inimigos franceses e o ornato das mulheres, Imp. Régia, Lisboa,1811, pp.131.

126. Ibidem ,ibidem ,pp.136.

127. Ver por exemplo, os quadros de Delarive, os desenhos de Evêque com gravura de Bartolozzi , as aquarelas de Zacharie Felix Doumet , e os quadros a óleo de autores desconhecidos, reproduzidos por Alberto de Sousa. Ob. cit. , pp.39-40 e 95-125.

128. As dominantes lenço de cabeça/capote são os atributos que Carr re (1796) , Link (1797-99) , Ruders (1789-1802) , Sir John More (1808) e Bradford (1805-09) utilizam para descrever as mulheres do povo. Note-se que o capote não faz parte dos retratos das mulheres da capital esboçados pelos viajantes que visitarm Lisboa em períodos anteriores (por

Notas ao cap. V.

exemplo Gorani e o pseudo Duc du Chatelê).

129. No século XVIII apenas alguns - raros- "Jozêsinhos" (espécie de capote com cabeça, por vezes sem mangas , e menos rodado) fazem parte dos guardas-roupas femininos. A sua frequência não tem no entanto qualquer significado estatístico.

No volume IV da Etnografia Portuguesa de Leite de Vasconcelos podemos encontrar uma espécie de glossário remissivo, onde estão inventoriadas expressões ligadas ao vestuário num vasto corpo de obras literárias e legislativas do século XV ao século XIX. Apesar de este trabalho não ter a petença de ser exaustivo , não deixa de ser curioso que tanto o capote como o chaile figuram entre autores de finais do século XVIII. Etnografia Portuguesa, Imp. Nacional, Lisboa, 1975, vol.IV, pp. 455 e 457.

130. Um quadro de Pillement de 1780 representa uma mulher das "classes médias" com mantilha sobre os ombros e encontra-se reproduzido em Alberto de Sousa, ob.cit. ,pp.27. A mantilha sobre a cabeça consta por seu turno de uma aquarela de H.L'Evêque , onde está retratada uma mulher de Coimbra.

131. Novo Entremez das Mantilhas..., ob. cit.

132. Ver mais atrás capítulo 3.4. - as sedas , e especialmente o quadro 3.14.

133. Sobre a "chemise gown" ver Anne Buck , ob. cit.,pp.45. A influência desta moda no costume francês encontra-se analisada em Carl Köler, ob. cit. ,pp.390-391.

134. François Boucher, ob.cit. ,pp.341-344.

135. Sobre a transmissão dos conhecimentos da antiguidade clássica , e o seu impacto na criação de modas , ver o importante artigo de Dwight E. Robinson The styling and transmission of fashions historically considered, in Journal of Economic History, (1960), n.20, pp.576-587.

136. P. Bourdieu, La Distinction, ob.cit., pp.249-287

5. Hipóteses e problemas .

1. Os países europeus onde o surto editorial de revistas de moda alcança maior projecção são : França, Inglaterra, Alemanha, Itália e Holanda. François Boucher, ob. cit, pp.319.

2. Neil Mckendrick, ob. cit. pp. 47.

3. As duas publicações são :

- Novidades Literárias , Filosóficas, Scientíficas, Poéticas e Mercantis , Lisboa , 1802.

Notas ao cap. V.

- Collecção de Trajes Que Usam Todas as Nações do Mundo, Lisboa, 1809.

Para uma relação bibliográfica dos periodicos femininos ver Mendonça, M.J.; Guedes, M. Amália C.; Pavão dos Santos, V. ; O traço civil em Portugal, Lisboa, 1974. E ainda, a obra de A. X. da Silva Pereira ,O jornalismo português, Typografia Soares, Lisboa, 1895.

4. Mário Costa , O chiado pitoresco e elegante, CML, Lisboa, 1965 , especialmente pp. 285- 293.

5. Methodo Pratico com que as senhoras Mulheres assisem nos templos, principalmente no tempo dos Sermoes , por João Theodoro de Neras, offic. de Francisco Borges de Sousa, Lisboa, 1760.

6. Distingue-se geralmente a "Grande Pandora" , boneca vestida com trajes cerimoniais , da "Pequena Pandora" com roupa informal. Ver Michael and Ariane Battemberry; Fashion the Mirror of History, Columbus Books,London, 1977, pp.169-170.

7. A oposição entre o mercado de corte e o mercado de "massas" dos correios da moda franceses e ingleses , foi desenvolvida por Neil Mckendrick , ob. cit. , pp. 43-47.

8. Carl I. Ruders, ob. cit. , pp 27.

9. F. Braudel , ob. cit. , vol. 1. , pp.276-278.

10. Dwight E. Robinson; The importance of fashions in taste..., ob. cit. pp. 20 -34.

11. Ibidem , ibidem , pp.24-25.

12. D. Luis Ferreira Mordau ; O despertador da agricultura em Portugal, publicado por M. Amzalak in Rev.Centro de Estudos Económicos, n.11, 1950, fl.109.

13. J. da Silva Lisboa; Principios de Economia Política..., ob. cit. , pp. 52.

14. Acúrsio das Neves, Memória..., ob.cit. , pp.166-167. Este tema tem um desenvolvimento semelhante na obra Noções Históricas , Económicas..., ob. cit. , pp. 75.

15. [Francisco G. Vellozo de Azevedo] , Projecto de melhoramento dos três importantissimos esteios da felicidade do Estado Portuquez, Typ. Rollandiana, Porto, 1821, pp. 25-26.

VII ANEXO

1. Roger Schofield e Ros Davies ;Towards a flexible data

Notas ao cap. VII.

input and record management system, in Historical Methods, Junho 1974, Newsletter, vol.7, n.3, pg.114-124.

2. Manfred Thaller; Methods and techniques of historical computation, in History and Computing, Peter Denley e Deian Hopkin (ed.), Manchester University Press, Manchester, 1987, pg.147-155.

3. O DBase possui de facto este tipo de campos, designados por Memo. São no entanto impermeáveis à pesquisa, e de difícil gestão nas operações com ficheiros. Ainda que fosse tecnicamente possível explorar os campos Memo (utilizando um outro compilador - o Clipper), preferimos criar campos de caracteres de formato fixo, onde as entradas codificadas funcionam como índices remissivos das informações marginais do processo de inventário.

4. Um paradigma aplicações informáticas a inventários post-mortem é sem dúvida Mark Overton. Este autor trabalha directamente nos arquivos com um portátil, fazendo desde início uma pré-codificação dos dados com dicionários de controle, para só mais tarde passar os registos para uma unidade central (mainframe). Obviamente que o terreno onde brotam estas experimentações tem sólidas raízes institucionais e financeiras.

Sobre este tema ver Computer analysis of probate inventories: from portable micro to mainframe, in History and computing, ob. cit., pg.96-104.

5. Modelos hierárquicos com uma alta complexidade são geralmente utilizados na investigação demográfica. Um exemplo é o projecto que está actualmente a ser desenvolvido no estudo da emigração e estruturas familiares do Minho entre 1827 e 1895: Arno Kitts, David Boulton, Ian Diamond e Elizabeth Reis; Using the data base management system SIR to link political data from Viana do Castelo, in History and computing, ob. cit., pg.177-185.

6. Países onde o nível de especificação dos inventários é bastante suscito: Suécia (projecto de investigação de C.Johan Gadd), a Holanda (A. Schuurman), e o império otomano (G.Veinstein e Y. Triantfyllidou-Baladié). Em contraste com esta situação estão os inventários franceses, ingleses, e, é claro, os portugueses. Sobre este tema ver Probate Inventories, AAVV, ob.cit.

7. Nas consultas que fizemos às décimas da cidade pudemos encontrar alguns dos avaliadores com que já estávamos familiarizados, classificados como "peritos avaliadores".

8. As estratégias perante este problema são diversificadas. Soluções interessantes podem ser encontradas nos artigos Méthodologie de codage des inventaires après décès, de Jean Paul Collier, in Probate inventories, ob.cit., pg.287-

Notas ao cap. VII.

297 , e no já citado artigo de Mark Overton, ob. cit, especialmente nas páginas 98-99.

9. Regimento do officio de Tintoreiro da Cidade de Lisboa ,1769 , publicado por Franz Paul Langhans, ob.cit. pp.754.

F O N T E S E B I B L I O G R A F I A

1. Fontes Manuscritas.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

- Inventários orfanológicos:

Maços C1-C84 , F1-F207, M1-M422 , P1-P52 , R1-R36.

-Intendência Geral da Polícia, Livros das Secretarias:
Livro II, III, VII e IX.

- Junta Do Comércio:

Balanças do Comércio de 1801,1803 , 1819-1825.

- Processos de Habilitações:

Ordem de Cristo [Letra /Maço (processo)] - C/3(4) ;
F/25(66); F/25(67) ; I/143(40) ; J/55(1) ; M /1(11) ;
M/31(11) ; P/6(2) .

Ordem de S. Tiago [Letra/Maço (processo)] - F/3(69) ;
J/5(90-91) .

Familiar do Santo Ofício [Letra/Maço (processo)] -
D/13(280) ; F/1(7) ; F/161(1680) ; M152(1557) .

Arquivo do Tribunal de Contas

Livros da Dêcima da cidade de Lisboa:

- Livros 52, 318, 373, 397, 432, 478, 510-511, 553, 571,
588, 640, 707, 763, 794, 898, 918, 992-993, 1038, 1076,
1039, 1089, 1169, 1209.

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

- Superintendência Geral dos Contabandos:

Balanças do Comércio de 1776, 1777, 1783, 1789.

Biblioteca da Alfândega de Lisboa

Casa Da Índia , n.5. - Pauta que pode servir na Meza dos
Quartos da Casa da Índia , com as Avaliaçoens seguintes

para por ellas se Riquillar o Direito, 1775.

Biblioteca Nacional de Lisboa

- Theatro de Manoel de Figueiredo , Reservados, cód. 4777-4483.

- A creada Sagaz, Farça por António Xavier Ferreira de Azevedo, Reservados, cód. 11301.

-Observações sobre os vestidos, por Varios Autores antigos e modernos ás quaes se juntão as opinioens ácerca das obras de lam tecidas como meia por homens grandes e sabios que tem experimentado a sua utilidade, s/d., Pombalina, 720.

2. Fontes Legislativas.

Barreto, J. Augusto da Piedade; Sumário cronológico da legislação portuguesa desde as Ordenações do reino de 1603 até 1860, Typ. do Ultramar, Margão, 1864.

Coelho e Sousa, Joseph R.M.de Campos; Systema, ou Collecção de Regimentos Reaes, offic. de Francisco Luis Ameno, Lisboa, 1785.

Collecção da legislação antiga e moderna do reino de Portugal , Real Imp. da Universidade, Coimbra, 1786.

Collecção de Leys, offic. de Ant. Rodrigues Galhardo, Lisboa, s/d, tomo I-VIII.

Silva, António Delgado da; Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações, (1750-1820), Lisboa, 1825-1842.

Tomás, Dez. Manoel Fernandes; Relatorio geral ou indice alphabetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal, Imp. Régia, Coimbra, 1825.

3. Relatos de Viagens.

Baretti, Joseph ; A journey from London to Genova, T.A. Davies, London ,1770 , vol.1.

Beckford , William ;Diário de William Beckford em Portugal e Espanha, Bib.Nacional, Lisboa,1983, 2.ed.

Bombelles, Marquis de ;Journal d'un ambassadeur de France au

Portugal , 1786-88 , P.U.F./Publications du Centre Culturel Portugais, Paris, 1979.

Bradford, William; Revue historique et cronologique des événements mémorables de la guerre dans la Peninsule, Jonh Booth, London , 1813.

Breton La Martinière; L'Espagne et le Portugal, A.Nepveau, Paris, 1815 , tome VI.

Carrère, J.B.F. ; Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne en 1796, Deterville , Paris , 1798.

[Cormatin, D.]; Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, Buisson, Paris, 1797.

Costigan , A.W. ; Sketches os society and manners in Portugal, T.Vernor, London , 1779.

Croker , Richard ; Travels through several provinces of Portugal and Spain, Printed for the author, London, 1799.

Dumouriez, Ch. François ; Etat présent du royaume de Portugal, François Grasset , Lausanne , 1775.

L'Evêque , Henry ; Costume of Portugal, London, 1814.

Gorani, J.; A corte e o pais nos anos de 1765 a 1767, Bertrand , Lisboa, 1945.

Hautefort, Ch.-V. ; Coup d'oeil sur Lisbonne et Madrid en 1814, Delaunay libraire, Paris , 1820.

Kinsey, W. M.; Portugal ilustrated, Printed by A.J.Valphy, London, 1828.

Link , M. ; Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799, Levrault Schoell , Paris , 1805 (trad. francesa).

Moore, John ; Letters from Portugal and Spain, Longman, London, 1809.

Murphy, James ; Travels in Portugal, A. Strahmam , London, 1795.

Ranque, H. ; Lettres sur le Portugal écrites à l'occasion de la guerre actuelle...., chez Desenne, Paris, 1801.

Ruders , Carl Israel; Viagem em Portugal 1789-02, Bib. Nacional, Lisboa , 1981.

Southey ,Robert : Journal of a residence in Portugal 1800-1801, and a visit to France, Clarendon Press , Oxford, 1960.

Twiss, Richard ; Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773, Printed for the Author, London, 1775.

Upal ap. Rhys; A tour through Spain and Portugal, Printed by T.Lownds, London, 1760.

4. Literatura de cordel.

Carta de Maximas e conselhos que mandou hum pay a seu filho, offic. de Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1771.

Carta que escreveu hum filho a seu pai, em resposta de outra; Em que se descreve o ridiculo traje dos peraltas, offic. de Caetano Ferreira da Costa, Lisboa, 1771, parte primeira.

Castro, Francisco de; Fantasma desprezíveis ou figuras abomináveis ou a ronda de Lisboa, offic. Mnrrabana, Lisboa, 1761.

Costa, José D. Rodrigues da; Modas do tempo descobertas na quarta parte dos ópios, offic. de Simão Thadeo Ferreira, Lisboa, 1788.

Coutinho, Bento Alves; Nova palestra que teve hum velho camponês por nome Trifonio, offic. de Phillippe Silva e Azevedo, Lisboa, 1783.

Dezenqano de ciozos, ou palestra que fazem as senhoras mulheres em dia de entrudo, offic. de Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1761.

Dezenqano do Mundo, Desprezo da Vaidade, offic. de Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, s/d.

Dezenqano do Mundo para os peraltas esbandalhados, offic. de António Gomes, Lisboa, 1791.

Documentos agradáveis para todo o genero de pessoas que quizerem aproveitar-se, e com pouco custo divertir-se, offic. de Domingos Rodrigues, Lisboa, 1756.

Entremez do barbeiro pobre, offic. de Francisco Borges de Sousa, Lisboa, 1769.

Entremez da desgraçada peraltice, offic. de Lino da Silva Godinho, Lisboa, 1785.

Entremez das fantasticas bazofias de D.Harpia, offic. de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1771.

Entremez do filho fingido, offic. de Francisco Borges de Sousa, Lisboa, 1769.

Entremez do velho cismático, offic. Luisiana, Lisboa, 1778.

Entretenimento ordinário das cozinheiras, por Matuzio Matozo

Matos da Matha , offic. Academia Real das Ciências, Lisboa, 1786.

Ferreira, José da Silva; Novo Entremez das mantilhas, offic. de Caetano Ferreira da Costa, Lisboa, 1772.

Historica Relação da alegria da corte e contentamento do povo, offic. de Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1761.

Lima, Alexandre António; Sonhava o cego que via. Pois que via o cego? , offic. de Francisco Rodrigues de Sousa, Lisboa, 1763.

Methodo pratico com que as Senhoras Mulheres assistem nos templos, principalmente no tempo dos Sermoes, por João Theodoro de Neras, offic. de Francisco Borges de Sousa, 1760.

Nova pragmatica oppia que a junta do bom governo faz ressuscitar de Roma à antiga Lisboa da moda para reformation dos abusos das mulheres, s/d.

Nova relação do Peculio de Receitas escripta pelo licenciado Portugal Velho da Costa , s/d.

Nova relação da Pragmatica da Secia contra todas as Franças e Casquilhos, s/d.

Nova relação da disputa que teve Jozé Viegas com António Jorge, Imprensa de Francisco Guevaz, Catalumna, s/d.

Novo Entremez intitulado casquilharia por força, offic. de Domingos Gonsalves, Lisboa, 1781.

Ortigam, Manoel Dias; Confortaçam para os queixosos , offic. de Jozé da Sylva Natividade , Lisboa, 1752.

Pimenta e Antas, Leonardo J.; Entremez da Assembleia do Isque, offic. de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1770.

Pintura do sexo bello naquellas damas vans, Régia Offic. Typografica, Lisboa, 1774.

Pintura do sexo bello naquellas damas virtuosas, Régia offic. Typografica, Lisboa, 1774.

Proveito para todos, e relação curiosa e de muita utilidade para todo o paydefamilias saber Adquirir e conservar os bens, offic. de Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1764.

Remedio para a pobreza contra a fortuna, offic. de Pedro Ferreira, Lisboa, 1766.

5. Varia.

5.1.

Bluteau, Raphael ; Vocabulario Portuquez & Latino, Lisboa, 1712-1728.

Chagas, Manoel Pinheiro (dir.); Diccionario Popular, Lisboa, 1876-1888.

Silveira, Joaquim H. Fradesso da; Mappas das Medidas do Novo Systema Legal comparadas com as antigas nos diversos Concelhos do Reino e Ilhas, Imp. Nacional, Lisboa, 1868.

5.2.

Periódicos- Correio Mercantil e Económico de Portugal, Lisboa, 1787-1810.

6. Vida quotidiana e cultura material em Lisboa.

Bastos , Carlos; Subsidios para a história da arte ornamental dos tecidos , typografia Portugalia, Porto, 1945.

Branco, Manoel Bernardes; Portugal e os estrangeiros, Liv. A.M. Pereira, Lisboa, 1879.

Brito, J.Joaquim Gomes de ;Lisboa do passado. Lisboa dos nossos dias, Férin ed., Lisboa, 1911.

Brito, J.Joaquim Gomes de; Ruas de Lisboa, Sá da Costa, Lisboa, 1935 , Vol. I ,II e III.

Caldeira, A.M.;Introdução e divulgação do tabaco, in História, n.15 , Jan. 1980 , pp.62-67.

Câncio, Francisco; Lisboa no tempo do passeio público, Imp. Barreiro , Lisboa ,1962.

Câncio, Francisco ; Subsidios para a história de Lisboa, ed. Ramos Afonso & Moita, Lisboa , 1963-64 , I e II parte.

Carneiro, Fr. José S. Cyrillo; Carta e resposta sobre o odio dos inimigos franceses e o ornato das mulheres, Imp. Régia, Lisboa, 1811.

Castilho , Júlio de; Lisboa Antiga : O Bairro Alto, Of. Gráfica da CML, 1954, Lisboa.

Castilho, Júlio de; Lisboa Antiga (Bairros Orientais), Imp. Univ. Coimbra, Coimbra, 1884-85.

Chantal, Suzanne; La vie quotidienne au Portugal après le tremblement de Lisbonne de 1755, Hachette, Paris, 1962.

Chaves, Castelo Branco; Os livro de viagens em portugal no século XVIII e a sua projecção europeia, MEIC/ICP, Lisboa, 1977.

Coleção de Estampas intituladas Ruas de Lisboa, n. I,II, III,IV,V,VI, Lisboa, 1826, 2.ed.

Costa ,Mário; O chiado pitoresco e elegante, C.M.L. , Lisboa, 1965.

Costa , Mário; Danças e dançarinos em Lisboa , C.M.L. , Lisboa, 1962.

Costa , Mário; Feiras e outros divertimentos populares de Lisboa, C.M.L. , Lisboa ,1950.

Crespo, Jorge; A economia do corpo em portugal nos finais do Antigo Regime ,tese doutoramento dact. UTL/ISEF, Lisboa,1984, vol I e II.

Crespo, Jorge; Os jogos de fortuna e azar em Lisboa em fins do Antigo regime, in Revista de História Económica e Social, n.8 . Julh-Dez. de 1981 , pp.77-94.

Cruz, Francisco I. S.;Trabalhos academicos, literários e scientificos, offic. de Manoel de J. Coelho, Lisboa, 1851.

Dias, Marina Tavares; Lisboa desaparecida, Ed. Quimera, Lisboa, 1987, 3.ed.

Ferreira, João Palma;Novelistas e contistas portugueses dos séculos XVII e XVIII, Imp. Nacional, Maia, 1981.

França, José Augusto; Lisbonne une ville des Lumières, SVEPEN, Paris, 1965.

Gallut-Frizeau ; Coup d'oeil sur soixante-dix années de divertissements à Lisbonne (1790-1860) ,Bulletin des Etudes Portugaises et Brésiliennes, Lisboa, n.39-40 ,1978-79, pp.85-105.

Letreiros célebres que se vêm escritos nas portas de varias lojas desta capital, vistos, examinados e coligidos por hum Tafôl de Luneta , offic. de Simão Thadeo Ferreira, Lisboa, 1806.

Lima, Henrique C. Ferreira; Costumes Portugueses, Emp. da Hist. de Portugal, Lisboa, 1917.

Luz, Marilina; Nomes de tecidos em antigas pautas alfandegárias portuguesas(1699-1834) , separata da Rev.Portuguesa de Filologia, vol.XV, tomo I e II , Coimbra, 1968.

Madahil, A. Gomes da Rocha;Trajos e costumes portugueses do século XIX em litografias de Joubert, Macphail, Palhares, Ed. Panorama, Lisboa/Porto, 1968.

Mendonça, M.J. ; Taxinha, M.J.; Pilar, M.M.; Vocabulário português de técnica têxtil, C.I.E.T.A., 1976, Lisboa.

Moura, José Coelho de; Compendio de segredos dedicado à humanidade, Typ. Bulhões, Lisboa, 1820.

Notícia das solennes e magnificas Funçoens com que se celebrou o despozorio da Serenissima Infanta Dona Marianna Vic-toria..., offic. de Domingos Gonçalves, Lisboa, 1775.

Pais, José Machado; Artes de amar da burguesia ed. ICS/UL, Lisboa, 1986.

Pessanha, D.Sebastião da Silva; Um núcleo de tecidos, offic. do Anuário Comercial, Lisboa, 1918.

Pinto de Carvalho (Tinop); Lisboa de outros tempos, Parceria de António Maria Pereira, Lisboa, 1899, vol I e II.

Pires, Thomaz; Materiaes para a história da vida urbana portuguesa, Imp. Nacional, Lisboa, 1899.

Portugal visto por estrangeiros na primeira metade do séc. XIX, Bib. Nacional - catálogo, Março/1981, Lisboa.

O traje civil em Portugal, Museu Nacional de Arte Antiga-catálogo, D.G.A.C., Jan-Fev.1974.

Sampaio, Albino Forjaz de ; Teatro de Cordel, Imp. Nacional, Lisboa, 1920.

Sequeira, Gustavo de Matos; Relação de vários casos notáveis e curiosos..., Imp. Univ. Coimbra, Coimbra, 1925.

Silva, José-Gentil; A situação feminina em Portugal na segunda metade do século XVIII, in O Marquês de Pombal e o seu tempo, Inst.Hist.Ideias, F.L. Coimbra, Coimbra, 1982, pp.143-116.

Silva, Maria Helena C.; O traje do século XVIII através das colecções do museu Nacional dos Coxes, Of. Gráfica da Liv. Cruz, Braga, 1974.

Simões , Manuel L.C.; O fatinho de vez o rei, in Diário de Noticias, de 30 de Março de 1986.

Sousa, Alberto de; O traje popular em Portugal, séc. XVIII e XIX, Soc. Nacional de Tipografia, Lisboa, 1924.

Vasconcelos, J. Leite de; Etnografia Portuguesa, Imp. Nacional, Lisboa, 1975, vol. IV.

Vasconcelos, J. Leite de ; Tradições populares de Portugal, Liv. Portuense de Clavel & Cia Editores, Porto ,1882.

Vidos, B.E. ; Mots créés , mots empruntés et curiosités lexicologiques, Rev. Portuguesa de Filologia, Coimbra, Tomo

II, 1951, pp.7-43.

7. Contexto económico e social.

Alcochete, Nuno, Daupias d';Lettres familières de Jacques Ratton, 1792-1807, Bertrand, Amadora, 1961.

Alumas observações sobre o commercio de Portugal, por hum Portuquez, offic. de António Rodrigues Galhardo, Lisboa,1820.

(Azevedo , F. G. Vellozo del) ; projecto de melhoramento dos três importantissimos esteios da felicidade do Estado Português, typ. Rollandiana ,Porto, 1821.

Beirão Caetano; D. Maria I;Emp. Nacional de Publicidade , Lisboa, 1944. , 3.ed.

Brito, Joaquim J. Rodrigues de; Memória Política sobre as verdadeiras bases da grandeza das Nações, Principalmente Portugal, Imp. Régia, Lisboa, 1803-05.

Caetano , Marcelo; A antiga organização dos mesteres, in As corporações dos officios mecânicos , de F. Paul Langhans, Imp. Nacional , Lisboa , 1943.

Cardoso,J. Luis; A influência de Adam Smith no pensamento económico português (1776-1811/12) ,in Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal, A.A.V.V. , D. Quixote, Lisboa,1988 , pp. 85-110.

Cunha, D. Luis da ; Testamento Politico, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978.

Custódio, Jorge;Introdução à memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa de Acársio das Neves, Querco, Lisboa ,1983.

Custódio, Jorge; Notas históricas acerca da primitiva indústria de tecidos de Alcobaça e das estamparias portuguesas de 1755-1834 , in Lenços e Colchas de Chita de Alcobaça, IPPC-Museu de Alcobaça, 1988, pp.55-63.

Dias, Luis F. Carvalho, História dos Lanifícios (1750-1834) Documentos I, Tip. da Soc. Ind. de Imprensa, Lisboa,1958.

Dias, Luis F. Carvalho,Luxo e pragáticas no pensamento económico do século XVIII,in Rev, Faci. Direito de Coimbra, Maio-Dez. de 1955 , Vol.IV , pp. 103-151.

Ferreira da Silva, Alvaro; Família e trabalho doméstico no hinterland de Lisboa: Oeiras 1763-1810, in Análise Social, vol.XXIII (97) ,1987 ,n. 3. pp. 531-562.

França, J. Augusto; Burquesia pombalina, nobreza mariana, fidalquia liberal, in Pombal Revisitado, Estampa, Lisboa, 1984, vol.1, pp.19-36.

Godinho, V. Magalhães; A estrutura da antiga sociedade portuguesa, Arcádia, Lisboa, 1977, 3.ed.

Godinho, V. Magalhães; Prix et monnaies au Portugal, Armand Collin, Paris, 1955.

Guedes, M.M.P.O.; Uma corrente de opinião setecentista, in Boletim do Arquivo Histórico Militar, vol.52, Lisboa, 1984.

Guimarães, M. da Silva; História de uma fábrica: a Real Fábrica de Fiação de Tomar, Junta Distrital de Santarém, Santarém, 1976.

Justino, David; A formação do espaço económico nacional: Portugal 1810-1913, Vega, Lisboa, s/d.

Langhans, F. Paul; As corporações dos ofícios mecânicos, Imp. Nacional, Lisboa, 1943.

Lapa, J.I. Ferreira; Technologia rural, Tip. da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1871.

Lisboa, J. da Silva; Princípios de economia política para servir de introdução à tentativa económica, Imp. Régia, Lisboa, 1804.

Lobão, M. de Almeida; Tratado prático de morgados, Imp. Régia, Lisboa, 1814, 2.ed.

Macedo, J. Borges de; A situação económica no tempo de Pombal, Moraes, Lisboa, 1982.

Macedo, J. Borges de; Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII, Querco, Lisboa, 1982.

Maria, Bernardo de Jesus; Arte e Dicionário do Comércio e Economia Portuguesa, offic. de Domingos Gonçalves, Lisboa, 1784.

Monteiro, N. Gonçalo; Notas sobre a nobreza, fidalquia e titulares nos finais do antigo regime, in Ler História, n.10, 1987, pp.15-52.

[Morais, José Angelo del; A arte verdadeira para homens de Negócio, Mercadores, offic. de Francisco Borges de Sousa, Lisboa, 1759.

Mordau, D. Luis Ferreira; O Despertador da agricultura em Portugal, publicado por Amzalak, M. in Rev. Centro de Estudos Económicos, n.11, 1950, pp.79-173.

Neves, Acúrsio das; Memória sobre os meios de melhorar a

indústria portuguesa considerada nos seus diferentes ramos, Querco , Lisboa, 1983.

Neves, Acúrsio das; Nocções Históricas, Económicas e Admnistrativas sobre a produção e manufactura das sedas em Portugal, Imp. Régia, Lisboa, 1827.

Neves, Acúrsio das; Variedades, Imp. Régia , Lisboa, 1814.

Oliveira, Eduardo Freire de; Elementos para a História do Município de Lisboa, vol 1-17 ,Typografia Universal, Lisboa, 1882-1911.

Oliveira,L.S. Pereira de; Privilégios da nobreza e fidalquia de Portugal, offic. de João Rodrigues Neves, Lisboa ,1806.

Pedreira ,Jorge ;Indústria e atraso económico em Portugal ; 1800-1825, tese dact. de mestrado, F.C.S.H./U.N.L., Lisboa, 1986.

Pedreira , Jorge; Agrarismo, industrialismo, liberalismo. Algumas notas sobre o pensamento económico português (1780-1820) , in Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal, A.A.V.V. , D. Quixote, Lisboa,1988 , pp. 63-84.

Pereira, Benjamim Enes; Técnicas de fiação primitiva: as Rocas Portuguesas, Cadernos de Etnografia, Barcelos,n.2, 1967, 2.série.

Pereira, Benjamim Enes; Tecnologia Tradicional: Pisões Portugueses, INIC, Lisboa, 1977.

Pereira, Miriam Halpern; Artesãos, operários e o liberalismo, in Ler História, n.14, 1988 , pp 41-86.

Pinto, Issaac; Essai sur le luxe , publicado por Amzalak,M. in Economia e Finanças, Lisboa, 1960, pp. 757-768.

Ratton, Jácome; Recordações sobre ocorrências do seu tempo, Imp.Univ.Coimbra, Coimbra,1920.

[Ratton, Jácome]; Demonstração das grandes utilidades que devem resultar a todos aqueles q'empreenderem a fiação e tecelagem de algodão em Portugal, Officc. Tip. Régia, Lisboa, 1795.

Relação universal das pessoas pobres e bem morigeradas que morão nas paróquias desta cidade de Lisboa, Officc. de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1786.

Rocha, Maria M. Marques; Propriedade e níveis de riqueza: formas de estruturação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX, UNL/FCSH, tese dact. de mestrado, Lisboa, 1988.

Sá, José António; Compendio de observações que formam o

plano de Viagem Política, e Filosófica, que se deve fazer dentro da Patria, offic. de Francisco Borges de Sousa, Lisboa, 1783.

Sá, José António; Dissertação Filosófico-Política sobre o trato das sedas na Comarca de Moncorvo, Lisboa, 1787.

Sérgio, António (org.); Antologia dos economistas portugueses (século XVII), Sá da Costa, Lisboa, 1974.

Silbert, Albert; Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista, Livros Horizonte, Lisboa, 1981, 3.ed.

Silbert, Albert; Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, INIC, Lisboa, 1978.

Silva, José-Gentil L'autoconsommation au Portugal (XIVème - XXème siècle), Annales E.S.C., n.2, 1969, pp.250-288.

Silva, Jozé Verissimo Alvares da; Memoria das verdadeiras causas porque o luxo tem sido nocivo aos Portugueses, in Memórias Económicas da Academia das Ciências, offic. da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1789, tomo I, pp. 207-222.

Silva, Maria B.Nizza da; A legislação pombalina e a estrutura de família no antigo regime português, in Pombal Revisitado, 1984, Estampa, Lisboa, 1984, vol.I.

8. Modelos de análise e história comparada.

AAVV; Objects civils domestiques: vocabulaire, Imp. Nationale, Paris, 1984.

Banca, Patricia; Women in Europe since 1750, Blackwell, London, 1978.

Braudel, Ferdinand; Civilisation Matérielle, Economie et capitalisme, XVème-XVIIIème siècles, Armand Collin, Paris, 1967.

Baudrillard, Jean; A sociedade do consumo, Edições 70, Lisboa, 1981, (trad. portuguesa).

Baulant, Micheline; Problématique et méthodes communes aux corpus présentés par les chercheurs de l'E.H.E.S.S. de Paris, in Probate Inventories, Woude, Ad. Van der e Schuurman, A. (org.), Hes Publishers, Utrecht, 1980, pp.115-126.

Baulant, Micheline; Typologie des inventaires d'après décès, in Probate Inventories, Woude, Ad. Van der e Schuurman, A. (org.), Hes Publishers, Utrecht, 1980, pp.33-42.

- Benassar, Bartolomé; L'homme espagnol: attitudes et mentalités du XVIème au XIX siècle, Hachette, Paris, 1978.
- Boucher, François; Histoire du Costume, Flammarion, Paris, 1965.
- Bordieu, Pierre; La Distinction. Critique sociale du jugement, Ed. Minuit., Paris, 1979.
- Bordieu, Pierre; Remarques provisoires sur la perception sociale du corps, in Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 14, Avril de 1977, pp.51-54.
- Buck, Anne; Dress in eighteenth-century England, B.T. Batsford, London, 1979.
- Dahrendorf, Ralph; Class and class conflict in industrial society, Routledge & Kegan Paul, London, 1976.
- Dahrendorf, Ralph; Essays in the theory of society, Stanford Univ. Press, Stanford, 1968.
- Dattenberry, Michael and Ariane; Fashion: the mirror of history, Columbus Books, London, 1977.
- Duflos-Priot, Marie-Thérèse; L'apparence individuelle et la représentation de la réalité humaine et des classes sociales, in Cahiers Internationaux de Sociologie, vol.LXX, 1981, pp.63-84.
- English, W.; The textile industry: silk production and manufacture, 1750-1900 in A History of Technology, AAVV, Clarendon Press, Oxford, (1965) 1975, vol 4, pp.308-327.
- Foucault, Michel; Histoire de la Sexualité: I. La volonté de Savoir, Paris, Gallimard, 1976.
- Garrard, Rachel P.; English Probate Inventories and their use in studying the significance of the domestic interior, 1570-1700, in Probate Inventories, Woude, Ad. Van der e Schuurman, A. (org.), Hes Publishers, Utrecht, 1980, pp.55-81.
- Goody, Jack; Thompson, E. (dir); Family and Inheritance, Past and Present Ed., Cambridge, (1976) 1979.
- Gordon, Vichert; The Theory of conspicuous consumption in the eighteenth-century, in The Varied Pattern, Hughes, P. e William, D. (org.), Toronto, 1971, pp.253-267.
- Goubert, Jean-Pierre; La conquête de l'eau, ed. Robert Lafont, Paris, 1986.
- Gurvitch, Georges; Etudes sur les classes sociales, Gonthier, Paris, 1966.
- Hecht, J.Jean; The domestic servant in eighteenth-century England, Routledge & Kegan Paul, London, 1980, 2.ed.

Jones, H.Hanson; La fortune privé en Pennsylvanie, New Jersey, Delaware; 1774 ,in Annales E.S.C. , n.2, 1969, Abril-Março, pp.240-249.

Köler, Karl; A history of costume, Dover Publications, New York, (1928) 1963.

Leibenstein, H.;Bandwagon, Snob and Veblen effects in the theory of consumer's demand, in Quaterly Journal of Economics, n.2. Maio 1950, vol.LXIV, pp.183-207.

Man, Julia de L.;The textile industry: machinery for cotton, flax, wool, 1750-1850 in A History of Technology, AAVV, Clarendon Press, Oxford, (1958) 1975, vol 4, pp.227-307.

Mauss, Marcel; Sociologie et Anthropologie, Ed. PUF, Paris, 1968.

Mckendrick, Neil ; Brewer, John; Plumb, J.H.;The birth of a consumer society: the commercialization of eighteenth-century England, Europa, London, 1982.

Pesez, Jean-Marie; Histoire de la culture matérielle, in La Nouvelle Histoire, Le Goff, J. e Chartier, R. (org.), C.E.P.L., Paris, 1978, pp.98-130.

Perrot, J. C.; Genèse d'une ville moderne: Caen au XVIIIème siècle, Ed. Mouton, Paris-La Haye, 1967.

Perrot, Philippe; Pour une généalogie de l'austérité des apparences, in Communications , n.46/Parure , Pudeur, étiquette, Seuil, Paris , 1987, pp.157-180.

Pomian, Krysztof; L'ordre du temps, Gallimard, Paris, 1984.

Robinson, Dwight E.; The importance of fashions in taste to business history: an introductory essay, in Business History Review, n,37, 1963, pp.5-36.

Robinson, Dwight E.: The styling and transmission of fashions historically considered, in Journal of Economic History, n.20 , 1960, pp.576-587.

Roche, Daniel; L'économie des garde-robes à Paris, de Louis XIV à Louis XVI , in Communications , n.46/Parure , Pudeur, étiquette, Seuil, Paris , 1987, pp. 93-118.

Roche , Daniel ; Le peuple de Paris, Aubier Montaigne, Paris, 1981.

Shammas, Carole; The determinants of personal wealth in seventeenth-century England and America, Journal of Economic History , n. 37, 1971, pp.675-689.

Schuurman, Anton; Probate inventories: research issues, problems and results, in Probate Inventories , Woude, Ad.

Van der e Schuurman, A. (org.), Hes Publishers, Utrecht, 1980, pp. 19-31.

Schuurman, Antons ; Some reflections on the use of probate inventories as a source for the study of the material culture of the Zaanstreek, in Probate Inventories , Woude, Ad. Van der e Schuurman, A. (org.), Hes Publishers, Utrecht, 1980, pp. 177-189.

Sombart, Werner; Lujo y capitalismo, Alianza Editorial, Madrid, 1979 (trad. espanhola).

Thirsk, Joan; Economic Policy and Projects: the development of a consumer society in early modern England, Clarendon Press, Oxford, 1978.

Thompson, E.P.; Time , work-discipline and industrial capitalism, in Past and Present, n.38, 1967, pp.56-97.

Veblen, Thorstein B.; The Theory of the Leisure Class, Augustus M. Kelley ed. , New York, 1975.

Vigarello, Georges; O limpo e o sujo, ed. Fragmentos, Lisboa, 1988 (trad. portuguesa).

Vigarello, Georges ; Courtine, Jean J. ;La physionomie de l'homme impudique, in Communications , n.46/Parure ,Pudeur, étiquette, Seuil, Paris , 1987, pp. 79-92.

Wijsenbeek, Thera; Delft in the eighteenth century, in Probate Inventories , Woude, Ad. Van der e Schuurman, A. (org.), Hes Publishers, Utrecht, 1980, pp. 157-176.

Wright, Lawrence; Clean and decent: the fascinating history of the bathroom & the water closet, Routledge & Kegan Paul, London, 1960.

Wrigley, E.A. ; People, cities and wealth , Blackwell, Oxford, 1987.

9. Metodologias de análise e gestão da informação .

Blalock Jr., Hubert M.; Social Statistics, Mcgraw-Hill, New York, 1979, 2. ed.

Cibois, Paul; L'analyse factorielle, P.U.F. , Paris, 1983.

Colier, Jean Paul; Méthodologie de codage des inventaires après décès, in Probate Inventories , Woude, Ad. Van der e Schuurman, A. (org.), Hes Publishers, Utrecht, 1980, pp. 287-297.

Diday, E.; Lemaire, J.; Pouget,J.; Testu,F.; Elements

d'analyse des données, Bordas, Paris, 1983.

Jones, Edward; Using DBase III Plus, McGraw-Hill, Berkeley, 1987.

Liskin, Miriam ; Advanced DBase III plus programming and techniques, McGraw-Hill , Berkeley , 1987.

Norussis, Marija J.; SPSS-X Advanced Statistics Guide, McGraw-Hill, New York, 1985.

Overton, Mark; Computer analysis of probate inventories: from portable micro to mainframe, in History and Computing, Denley, P. e Hopkin, D. (org.), Manchester Univ. Press, Manchester, 1987, pp. 96-104.

Romedier, Jean Marie; Methodes et programmes d'analyse discriminante, Bordas, Paris, 1973.

Schofield, R.; Davies, Ros; Towards a flexible data input and record management system, in Historical Methods, Newsletter, n. 3 , Junho 1974, vol. 7, pp.114-124.

Thaler, Manfred; Methods and techniques of historical computation, in History and Computing, Denley, P. e Hopkin, D. (org.), Manchester Univ. Press, Manchester, 1987, pp. 147-155.

Índice dos quadros e gráficos.

| | |
|---|--------|
| Quadro 1.1. - O ciclo familiar e a obrigatoriedade de realizar inventário para partilha de bens..... | pp.15 |
| Quadro 1.2. - Relação das profissões do sector comercial..... | pp.31 |
| Quadro 1.3 - Análise Discriminante; sector comercial..... | pp.35 |
| Quadro 1.4. - Relação das profissões da indústria, agricultura e pescas..... | pp.44 |
| Quadro 1.5. - Análise Discriminante; indústria , agricultura e pescas..... | pp.46 |
| Quadro 1.6. - Relação das profissões do sector de serviços.... | pp.49 |
| Quadro 1.7. - Análise Discriminante; sector de serviços..... | pp.53 |
| Quadro 1.8. - Percentagem do valor dos objectos de ouro e prata, e do recheio da casa em relação ao total de fortuna..... | pp.58 |
| Quadro 1.9. - Níveis de riqueza por agrupamentos profissionais..... | pp.61 |
| Quadro 1.10.- Níveis de riqueza por agrupamentos profissionais em contos de réis (escala logaritmica)..... | pp.62 |
| Quadro 2.1. - Lista de bens empenhados..... | pp.68 |
| Quadro 2.2. - A posse de objectos de higiene pessoal; (1780-1786)..... | pp.77 |
| Quadro 2.3. - A posse de objectos de higiene pessoal; (1821-1827)..... | pp.82 |
| Quadro 3.1. - Preço unitário de tecidos importados de nações estrangeiras pelo porto de Lisboa (1777)..... | pp.87 |
| Quadro 3.2. - Tecidos nacionais e estrangeiros exportados para o Brasil em 1777..... | pp.89 |
| Quadro 3.3. - Percentagens de valor dos tecidos na roupa da casa..... | pp.92 |
| Quadro 3.4. - Valores médios da chitas e das cassas no vestuário feminino..... | pp.99 |
| Quadro 3.5. - Tecidos estrangeiros de algodão no vestuário feminino e na roupa da casa..... | pp.103 |
| Quadro 3.6. - O linho caseiro na roupa da casa (1780-86)..... | pp.109 |

| | |
|---|-----------|
| Quadro 3.7. - Linho cru, curado e fiado , na roupa da casa... | pp.110 |
| Quadro 3.8. - Importação de linho em rama pelo porto de Lisboa (1799-1825)..... | pp.114 |
| Quadro 3.9. - O consumo de bretanhas de linho na roupa da casa e no vestuário masculino..... | pp.118 |
| Quadro 3.10.- O consumo de linho de Guimarães na roupa da casa..... | pp.120 |
| Quadro 3.11.- As cores no traje masculino (tecidos de lã) e no traje feminino (tecidos de seda)..... | pp.127 |
| Quadro 3.12.- O consumo de setins de seda na roupa da casa e no traje feminino..... | pp.133 |
| Quadro 3.13.- Valores médios dos tecidos de seda, e sua percentagem no conjunto da roupa..... | pp.136 |
| Quadro 3.14.- Percentagens de valor dos tecidos no traje masculino e feminino..... | pp.138 |
| Quadro 3.15.- Tecidos finos de lã no vestuário masculino..... | pp.145 |
| Quadro 3.16.- Valores médios da roupa da casa, estimados em alqueires de trigo..... | pp.151 |
| Quadro 3.17.- O equipamento da roupa da casa..... | pp.153-54 |
| Quadro 4.1. - Salários máximos e mínimos (anuais) dos criados domésticos de Lisboa (1799-17810)..... | pp.182 |
| Quadro 4.2. - Matriz de correlação entre as variáveis: total de fortuna, número de criados, escravos e escravas (1780-86)..... | pp.190 |
| Quadro 4.3. - Adornos de metais preciosos nos inventários : (1780-1786)..... | pp.201 |
| Quadro 4.4. - Análise em Componentes Principais: A relação entre os objectos de metais preciosos usados no traje (1780-86)..... | pp.206 |
| Quadro 4.5. - Adornos de metais preciosos nos inventários : (1821-1827)..... | pp.208 |
| Quadro 4.6. - As peças principais do fato completo no vestuário masculino (1780-86)..... | pp.211 |
| Quadro 4.7. - As peças principais do vestuário masculino : (1821-27)..... | pp.216 |

Lista das abreviaturas utilizadas.

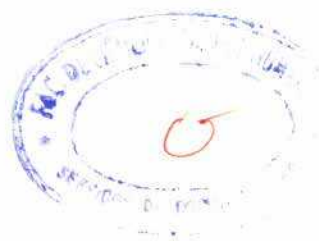
A.H.M.O.P - Arquivo Histórico do Ministério das Obras
Públicas.

A.H.M. - Arquivo Histórico Militar.

A.N.T.T. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A.T.C. - Arquivo do Tribunal de Contas.

Inv.Orf. - Inventários Orfanológicos.



E R R A T A

Inventários : aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime., Nuno Luis Madureira , tese dact. , Lisboa, FCSH - UNL , 1989 .

| Página: | Onde está: | Deve ler-se: |
|---------|-------------------------------|--------------------------------------|
| 15 | pelo menos um filho menor (3) | pelo menos um her - deiro menor (3). |
| 16 | favôr | favor |
| 27 | propicia | propícia |
| 32 | Apartida | A partida |
| 32 | ítems | ítems |
| 32 | descritas no ponto 9 | descritas no ponto 8 |
| 37 | Note-se no entanto | Note-se, no entanto, |
| 39 | carâter | carácter |
| 41 | emigrado | migrado |
| 43 | indutriais | industriais |
| 48 | extração | extracção |
| 50 | râpidamente | rapidamente |
| 52 | Segue--se | Segue-se |
| 52 | cazacas | casacas |
| 55 | estado Estratégia | estado. Estratégia |
| 56 | dispôr | dispor |
| 58 | PRATA | OURO E PRATA |
| 59 | Desenraisados | Desenraizados |
| 59 | aliâss | aliás |
| 59 | hiearquias | hierarquias |
| 60 | ítems | ítems |
| 61 | digniudades | dignidades |
| 61 | mi'nimos | mínimos |
| 63 | realidaae | realidade |
| 64 | exepmlo | exemplo |
| 67 | lencoís | lençóis |
| 69 | setins | cetins |
| 69 | colxa | colcha |
| 73 | supôr | supor |
| 78 | ítems | ítems |
| 78 | indicaaô | indicação |
| 79 | são duas bacias | encontramos duas |
| 80 | terapeutico | terapêutico |
| 83 | tem | têm |
| 87 | côr | cor |
| 90 | proteção | protecção |

| Página: | Onde está: | Deve ler-se: |
|---------|-----------------------------|--------------------------------|
| 93 | impoê-se | impõe-se |
| 105 | sólida | sólida- |
| 109-111 | miadas | meadas |
| 111 | do fabrico | no fabrico |
| 111 | supôr | supor |
| 117 | econônica | econômica |
| 123 | impôr | impor |
| 125 | roza | rosa |
| 124-26 | côr | cor |
| 129 | às outras e é solúvel | às outras, e é solúvel |
| 130 | côr | cor |
| 130 | lizas | lisas |
| 132 | favôr | favor |
| 132 | setins | cetins |
| 134 | capuxinha | capuchinha |
| 143-44 | boreis | bureis |
| 146 | cazacas | casacas |
| 140 | extração | extracção |
| 147 | fôr | for |
| 147 | Setubal | Setúbal |
| 148 | opresiva | opressiva |
| 149 | setins | cetins |
| 152 | artigosao | artigos ao |
| 152 | escalões | escalões |
| 152 | pincipais | principais |
| 157 | impôr-se | impor-se |
| 159 | dis dias | dez dias |
| 161 | a música - preenchem | a música, preenchem |
| 162 | sonatas | suites |
| 162 | patrocínio | patrocínio |
| 163 | expôr | expor |
| 167 | expôr | expor |
| 167 | <u>produtivo de tempo.?</u> | <u>produtivo de tempo?</u> |
| 169 | mimlieu | milieu |
| 189 | impoê-se | impõe-se |
| 193 | preservação | perservação |
| 195 | impôr | impor |
| 195 | cazacas | casacas |
| 195-96 | sobrecazaca | sobrecasaca |
| 202 | galoxas | galochas |
| 203 | canhao | canhão |
| 204-05 | rozário | rosário |
| 207 | descrição | discrição |
| 207 | fivelas/espadins | fivelas/espadins/ /rosários |
| 210 | componenetes | componentes |

| Página: | Onde está: | Deve ler-se: |
|---------|----------------|-----------------|
| 210 | fôr | for |
| 217 | seroulas | ceroulas |
| 218 | côr | cor |
| 219 | crusado | cruzado |
| 221 | setim | cetim |
| 222 | texo | texto |
| 222 | ds peças | das peças |
| 229 | sequencia | sequência |
| 230 | ^dao | dão |
| 231 | civilizaço | civilização |
| 259 | recrear | recriar |
| 260 | valôr | valor |
| 261 | lençois | lençóis |
| 262 | iguaisa | iguais a |
| 263 | cazaca | casaca |
| 265 | côr | cor |
| 265 | itens | itens |
| 272 | reistos | registos |
| 273 | lençois | lencóis |
| 279 | reallizados | realizados |
| 280 | Maria roza | Maria Roza |
| 283 | demustra | demunstra |
| 287 | àtransformaçãõ | à transformação |
| 289 | estratêgi | estratégia |
| 291 | in termédios | intermédios |
| 292 | desesnvolvido | desenvolvido |
| 292 | ^mao | mão |
| 292 | inventários | inventários |
| 297 | fustões | fustões |
| 304 | prôprio | próprio |
| 305 | Pdereira | Pedreira |
| 307 | Asituação | A situação |
| 322 | visitarm | visitaram |

